





ex æquo

Revista semestral • N° 38, 2018 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres

Revista semestral • N.º 38, 2018

Editora

Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Editoras Associadas

Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Maria João Silveirinha - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Cláudia Álvares – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa)

Lina Coelho – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Sara Isabel Magalhães - Centro de Psicologia da Universidade do Porto

Editoras de Secções

Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e Ensaios

Diretoras Anteriores

Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014).

Revisão: Victor Ferreira e Virgínia Ferreira

Coordenação do Dossier: João Manuel de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil/ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

NIPC: 502914513.

N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506;

ISSN: 0874-5560; ISSN eletrónico: 2184-0385

Depósito Legal: 136336/99

Endereço: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada

do Alvito, 1300-054 Lisboa;

Telefone: 962730527 E-mail: apem1991@gmail.com URL: http://exaequo.apem-estudos.org/

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

N.º de edição: 1876

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira/Portugal

Capa: Departamento Gráfico / Edições Afrontamento

Tiragem: 500 exemplares;

Encomendas: Edições Afrontamento, Rua de Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto /

geral@edicoesafrontamento.pt

Publicação apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Ex æquo é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.00

Indexação: SCOPUS

SciELO Citation Index da Thomson Reuters: *SciELO Citation Index* – http://wokinfo.com/products tools/multidisciplinary/scielo/;

SciELO/Portugal – Scientific Eletronic Library Online: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci serial&pid=0874-5560&lng=pt;

DOAJ (Directory of Open Access Journals) - https://doaj.org/toc/2184-0385

SHERPA/RoMEO: http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/pt/

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal: http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?-folio=14734:

ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities): https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587;

Qualis CAPES (Brasil): https://qualis.capes.gov.br/

Nota: Ver composição do Conselho Científico no final da revista.

ÍNDICE

Editorial Virgínia Ferreira	5
Dossier: Trans-ações de género: ressonâncias e saberes trans* e intersexo	
Trans-ações de género, operando contra o cistema	9
As engrenagens do poder: sobre alguns encaixes entre direito, ciências e transexualidades no Brasil	17
Heróis no armário: homens trans* e pessoas não binárias prestadoras de cuidado Ana Cristina Santos	33
Memorias posibles para el Movimiento Trans* en Ecuador Fernando I. Sancho Ordoñez y R. Lucas Platero	49
La voluntad de existir: historias de violencia en una colectividad de mujeres trans Mar Fournier Pereira	67
Tecnologias de gênero e magia: hormonioterapia e as experiências de vida de mulheres trans*	83
André Filipe dos Santos Leite e Claudiene Santos	
Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no Candomblé da Bahia Claudenilson Dias e Leandro Colling	95
Faltan palabras! Las personas no binarias en el Estado español	111
Gozar os géneros: para uma escuta queer de não-binarismos de género Teresa Teixeira e Nuno Santos Carneiro	129
Estudos e ensaios	
Quando a moda é política: as mulheres negras e a Revista <i>Afro Brasil</i>	149
Dinâmicas interacionais do <i>bullying</i> entre meninas: explorando as tramas do aprendizado de gênero	167

Recensões

Women in International and Universal Exhibitions, 1876-1937, editado por Rebecca Rogers e Myriam Boussahba-Bravard. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2018, 286 pp Júlia Garraio	185
A New History of Iberian Feminisms, editado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson. Toronto: University of Toronto Press, 2018, 544 pp	188
L'Europe des Femmes. XVIII ^e -XXI ^e siècle, coordenado por Julie Le Gac e Fabrice Virgílio, Paris: Perrin, 2017, 351 pp	191
Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual, de Isabel Ventura, Lisboa: Tinta da China, 2018, 480 pp	194
Números publicados	199
Próximos números	209
Apelo a contributos Call for papers	210
Estatuto Editorial	216
Normas para submissão e avaliação de artigos	217
Declaração de ética e boas práticas da ex æquo	220
Conselho Científico/Scientific Board	224

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da *ex æquo*.

Prosseguindo o cumprimento da sua missão, de utilização da divulgação do conhecimento científico como estratégia primordial, incontornável, para o combate a todas as formas de discriminação baseadas no sexo e no género, a APEM publica no final de 2018 um número da ex æquo que integra um dossier temático, dedicado à visibilização de problemáticas específicas de pessoas que não se enquadram na chamada heteronormatividade. Com o título, «Trans-ações de género: ressonâncias e saberes trans* e intersexo», este número da revista surge cerca de seis meses depois de em Portugal ter sido aprovada a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não-discriminação, Portugal + Igual (ENIND) (2018-2030) (DR, 1.ª série, n.º 97, de 21 de maio de 2018), assinalável enquanto primeiro documento de política pública que integra um plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC). Enfatizando uma perspetiva de mainstreaming como pano de fundo da atuação política, seja a que nível de decisão for, e salientando a utilidade de medidas positivas, necessariamente de caráter transitório, pode ler-se que a referida medida de política pretende «atuar de forma consistente contra os estereótipos de género, homofóbicos, bifóbicos, transfóbicos e interfóbicos, que originam e perpetuam as discriminações e as desigualdades, a fim de produzir mudanças estruturais duradouras que permitam alcançar uma igualdade de facto» (ENIND, 2018, p. 2225).

Este dossier temático da ex æquo oferece à comunidade de profissionais de diferentes áreas um conjunto de conhecimentos obtidos por via da investigação científica, que reforçam a urgência de se desenvolverem ações que permitam prosseguir os três objetivos estratégicos delineados para o PAOIEC, a saber: «(1) promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI e da discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (OIEC); (2) Garantir a transversalização das questões OIEC; (3) Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI na vida pública e privada» (ENIND, 2018, p. 2227).

Ao disponibilizar os artigos, selecionados dentre os vários que nos foram propostos, a ex æquo procura responder ao crescente interesse que as problemáticas da crise e da rutura da categorização têm vindo a concitar, em resultado do qual assistimos a uma vertiginosa produção académica sobre as trans*ações de identidades, examinadas a partir de diversas perspetivas disciplinares. O principal desafio consiste em conceber as identidades como questão em aberto, daí o uso

do asterisco, sinalizando a abertura epistemológica necessária à compreensão de como a cultura, os discursos e as regras de pertença social interagem para produzir quadros interpretativos relativamente aos quais cada pessoa se posiciona. Os assustadores níveis de violência e punições de toda a espécie, recaindo sobre as pessoas que se posicionam de forma transgressiva relativamente ao sistema de identidades heteronormativo, dizem-nos que estas são questões críticas que exigem atenção, também por parte de investigadores/as que acreditam na ciência para denunciar/contrariar todas as formas de opressão.

Um olhar interseccional sobre as discriminações múltiplas a que pessoas e grupos podem ser sujeitos, em função de uma ordem social aprendida, que reforça valores permeados por estereótipos de género, leva-nos aos dois artigos da Secção Estudos e Ensaios, ambos da autoria de investigadoras brasileiras. No trabalho de Larissa Adams Braga, Magna Lima Magalhães e Claudia Schemes, com o título Quando a moda é política: as mulheres negras e a Revista Afro Brasil, é possível refletir em torno do poder da moda como recurso de reinvindicação social e política. É analisado neste texto o discurso de feministas negras no Brasil, com particular destaque para o seu entendimento do que pode fazer-se através de publicações periódicas de moda, relativamente ao empoderamento das mulheres negras, seja através de sugestões sobre o uso de acessórios associados a manifestações culturais ou pela exibição de expressões de género (aparência), que as visibilizem e lhes concedam o devido lugar no espaço público e mediático. No artigo de Jamile Guimarães, intitulado Dinâmicas interacionais do bullying entre meninas: explorando as tramas do aprendizado de gênero, o foco é colocado na análise de situações de violência sobretudo de cariz psicológico entre adolescentes muito jovens, do sexo feminino. A autora oferece-nos uma exploração dos jogos simbólicos de interação observados em duas escolas públicas, que são também permeados pela idade das envolvidas e que tendem a ordená-las socialmente e as impele a modos de expressar a sua feminilidade, ao mesmo tempo que controla a sua descoberta da sexualidade.

A secção das **Recensões** reúne a análise crítica de quatro obras publicadas em Portugal, França, Canadá e EUA, nos últimos dois anos, três delas sobretudo de pendor histórico e todas elas alicerçadas no pensamento feminista. Julia Garraio convida-nos à leitura da obra *Women in International and Universal Exhibitions*, 1876-1937, que foi editada por Rebecca Rogers e Myriam Boussahba-Bravard; Macarena García-Avello alude aos contributos reunidos por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson, na coletânea sobre *A New History of Iberian Feminisms*; Teresa Pinto impele-nos à exploração da obra *L'Europe des Femmes. XVIIIe-XXIe siècle*; e Maria Clara Sottomayor fez uma análise atenta da obra premiada de Isabel Ventura, com o título *Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual.* Esta parte final da ex aequo, para além de divulgar o que de melhor se vai publicando nas áreas abrangidas pela revista, em e fora de Portugal, pretende possibilitar o estabelecimento de redes e de parcerias de investigação, potenciando o desenvolvimento do conhecimento científico.

Dossier

Trans-ações de género: ressonâncias e saberes trans* e intersexo

TRANS-AÇÕES DE GÉNERO, OPERANDO CONTRA O CISTEMA

João Manuel de Oliveira*

A abrir este dossiê, recupero a ideia, dos primórdios dos estudos de género, nos tempos e textos de John Money (Money, Hampson e Hampson 1957): tentar criar à custa das pessoas trans* e intersexo uma teoria do género-cultura que se sobrepusesse ao sexo-natureza. A teoria de Money, que permitia organizar o dimorfismo sexual transformando-o em unidades discretas, no âmbito de um modelo de dois sexos (Laqueur 1990) que emerge com o Iluminismo e a crença da «Ciência» na «diferença sexual», é fundamental, como explica Paul B. Preciado (2018), para afirmar as potencialidades tecnológicas na dominação da natureza no âmbito da 2.ª Guerra Mundial. Tecnogénero, pois. Mas também tecnosexo, se pensarmos nas possibilidades oferecidas pela tecnologia com as cirurgias de redesignação genital - possibilidade de progresso e de emancipação para alguns grupos, marca de opressão quando forçada, por critérios sobretudo estéticos do discurso biomédico para resolver o que para eles é genitália «ambígua» (Machado 2005) – uso de hormonas, recurso a modos de tecnologicamente mediar o corpo de outra forma. Contudo, não é que o cisgénero - que se refere aos processos e experiência de género que coincide com o sexo atribuído (Vergueiro 2015) - não implique também tecnologias de género (Lauretis 1987), dado que a cisgeneridade é também mediada tecnologicamente com todo o arsenal de pílula contracetiva, maquilhagem, depilação a laser e a cera, moda, cabelos, indústria da cirurgia plástica e miríades de outras não fizessem parte de uma construção tecnológica, material e semiótica, do (cis)género. E como mostra Jack Halberstam (1998), encarar também as tecnologias de género (Lauretis 1987) que permitem uma performatividade que aparenta ser não performance na masculinidade, também das mulheres, como é o caso de determinadas roupas, sapatos, álcool, cigarros. Um corpo que é sempre produzido semiótica e materialmente em relações de poder, que nunca é simplesmente dado, tal como o género.

Falar apenas de homens e mulheres sem equacionar o plano dos usos queer do corpo, possibilidades mil de corpos intersexo e de corpos trans*, hibridizações

^{*} Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Brasil/Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário – Trindade, CEP 88.040-970 – Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

Endereço eletrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

e gender-bending implica não atender ao espectro vasto a que nos acostumámos a chamar género ou não entender o rizoma género (Oliveira 2016). Um género miríade e máquina de guerra e não apenas aparelho de Estado (Deleuze e Guattari 1987). Então é preciso pensar a partir das expressões de género trans* e não conformes às normas para conceptualizar o próprio género, habitualmente apenas entendido como cisgénero. Trata-se de um erro comum, uma sinédoque de género, tornar o todo (género) pela parte (cisgénero), em muito material produzido sobre género, não entender que se está sempre a falar ou a pressupor cisgénero, bio-homens e bio-mulheres (Preciado 2003). Então, um dos primeiros efeitos desta sinédoque será que não incorporar ou pensar o género como também transgénero equivale a fazer uma espécie de ciscentrismo, a que Vergueiro (2015) chama o cistema (sistema cis), em que só pessoas cisgénero contam como propriamente e autenticamente marcadas pelo género. Infelizmente, a maioria da pesquisa sobre género, sobretudo a que documenta exaustivamente diferenças entre homens e mulheres, é na realidade sobre homens e mulheres cis. O género é expressão e norma simultaneamente, poder, potestade e potência (J. M. Oliveira 2016). Recorremos à ideia de trans*, esboçada por Lucas Platero (2014), como um conceito amplo para incluir identificações, identidades e expressões de género transexuais, transgénero e trans, travesti, etc., pensadas de forma heterogénea, multíplice e não forçosamente adstritas ao binarismo de sexo e de género. Então este trans* é um signo de multiplicidade que percorre todo o espectro do género: um trans* que inclui simultaneamente as especificidades trans* (travestis no contexto latino-americano, transgénero, transexuais, entre outras) mas também outras formas de se colocar para lá do binarismo de género (genderfuck, genderqueer, queer, não binárias, entre outras).

Levando esta definição a sério, precisamos simultaneamente atender às especificidades dos corpos lidos/inteligíveis como trans* e universalizar o ponto de vista trans* para pensar outros modos não só de teorizar o género, mas sobretudo de o problematizar a partir desta perspetiva, vendo no género e nas teorias sobre o género saberes que são sempre e desde logo *saberes trans*, que são desde logo práxis e ação sobre o mundo – trans-ação. Neste dossiê estamos muito interessadas em discutir e entender saberes trans como práticas, trans-ações no duplo sentido de ação trans e de transação, de troca com outros saberes. Então este dossiê assume como ética a despatologização dos saberes, identificações e corpos trans*: não será a biomedicina a definir quem conta como trans* e quem não conta, não serão os saberes psi a definir trans* como doente e cis como normal. Não há expressões de género (em si mesmo) patológicas.

A despatologização dos corpos trans* implica a descolonização dos corpos destes critérios de quem pode contar como humano (Haraway 2004): implica que possamos pensar corpos e pessoas para lá da cisnormatividade, que, como mostra Viviane Vergueiro (2015), se trata de um aparato normativo que produz uma ideia do género como pré-discursivo, binário e estável ao longo da vida. A pré-discursi-

vidade está muito associada a uma certa metafísica da substância descrita por Judith Butler (2017), um género verificável por especialistas nos saberes que definem o que é sexo e o que é género, como uma unidade discreta e identificável e que se exprime na ideia da irredutibilidade do sexo biológico como verdade interior e alinhado com o género. Pouco atento às múltiplas possibilidades quer de desobediência, quer de ressignifcação da norma, este género seria a expressão dessa ontologia, o sexo (Oliveira 2017). Contudo, os trabalhos da biologia (Fausto-Sterling 2012), da filosofia (Butler 2017) e da história (Laqueur 1990) desconstroem totalmente esta premissa, mostrando como a inteligibilidade das normas de género vai dar sentido e produzir o sexo. Este discurso da precedência e causalidade do sexo sobre o género fundamenta também a explicação biomédica da transexualidade, denunciada por Sandy Stone (2006), como discurso do corpo errado, de um corpo que tem que ser tecnologicamente corrigido para apresentar uma coerência com uma identificação de género tratada como identidade e que dá sentido patologizante à experiência trans*, traduzida em vária nosologia psiquiátrica e diagnóstico médico (ver Davy 2015) que varia entre perturbação da identidade de género e disforia de género. A mesma Sandy Stone sofreu o ataque de feministas transfóbicas, como Janice Raymond (descrito em Oliveira 2014), ataque esse que, infelizmente, ainda hoje continua a ser desferido pelas feministas essencialistas que destratam as mulheres trans* (designações assentes em critérios de autodeterminação de género) como não mulheres, os homens trans* como mulheres traidoras e encaram ambxs como uma ameaça do patriarcado, tomando transfobia por feminismo. Sandy Stone (2006) transformou esse ataque em teoria trans*, produzindo uma nova forma e posição para pensar as pessoas trans*, nomeadamente ao demonstrar a importância da heteroglossia do género e salientar a pluralidade de experiências e de socializações de género. Assim, o já gasto argumento essencialista da socialização e da experiência feminina (como se não fosse uma multiplicidade) tenta produzir o efeito que diz descrever: manter o género fixo num binário como se ele fosse apenas cisgénero e permanentemente fixo. Essa fixidez do género é um exercício (de ficção) para manter seguras, naturalizadas e policiadas as fronteiras de género. Se pensarmos no transfeminícidio (Bento 2016) e nas necropolíticas trans (Oliveira 2014), vemos o efeito destas normas no homicídio muito acima dos padrões para outras populações (overkill), esperança média de vida muito mais baixa para esta população, a violência policial e de Estado e o noticiar destas mortes a partir das mesmas premissas transfóbicas que certos tipos de feminismo compartilham, nomeadamente pela sua crença na fixidez e constância do género, metafísica da substância e ontologia estática do dimorfismo de género (Butler 2004). É preciso questionar estas formas de violência e a sua legitimação em alguma da teoria e práxis feministas.

Nos últimos anos, para além do surgimento de inúmeras obras e periódicos como o *Transgender Studies Quarterly*, a reflexão e a análise da posição das pessoas trans* e intersexo é uma das áreas mais vibrantes da investigação e intervenção

feminista atualmente. Desde os tempos do manifesto de Sandy Stone (2006), inicialmente publicado em 1987 passando pela publicação dos Transgender Studies Readers, já com uma segunda edição (Stryker e Azura 2013), no panorama anglo--saxónico, estas áreas, denominadas também de teoria trans (Stryker 2006), têm sido bastante pensadas e transpostas para políticas públicas. Um outro desenvolvimento é o transfeminismo. No Brasil, é editada a antologia Transfeminismo (Jesus 2014) que atesta a crescente importância da inter-relação entre teoria trans* e teoria feminista. Esta inter-relação também é um modo eficaz de rebater determinados fantasmas de formas culturais de feminismos radicais minoritários e sectários que tentam ressurgir. Como resposta, Susan Stryker (2015) recupera a figura de Frankenstein para pensar-se também como monstro, usando a estratégia da Queer Nation, de usar o insulto como identificação, desarticulando-o do seu propósito de discurso de ódio e ressignificando-o (Butler 1993). A recusa do projeto eurocêntrico de um humanismo que o feminismo cultural cultuou, a partir de uma ideia de mulher essencial a que as mulheres trans* não podiam aspirar a ser, implicou uma série de respostas e de posicionamentos, vários deles traduzidos na antologia Políticas Trans (Galofre e Missé 2015).

Outras alternativas ao cistema de produção de conhecimento incluem a importante consideração de pessoas trans* que possam falar sobre pessoas trans*. Vou dar alguns exemplos, sem nenhuma pretensão de exaustividade. O trabalho de Megg R. Gomes de Oliveira (2017) mostra a importância de produzir saberes interseccionais que cruzem cisnormatividade, heteronormatividade e raça para pensar a resistência e existência de gays e bichas negras na educação, permitindo pensar as possibilidades de cruzamento de eixos de opressão e privilégio, mas também as potências da resistência a esses mesmos eixos. Igualmente o trabalho de Luma Nogueira de Andrade (2012) desmontou a questão do abandono escolar de pessoas travestis, mostrando que a escola é hostil à presença de trans* nos seus espaços. A recente tese de doutoramento de Adriana Sales (2018) cartografa as lideranças do movimento travesti no Brasil, apresentando-se na confluência de um saber construído por uma travesti sobre o movimento travesti. No campo do trabalho sexual, o livro de Amara Moira (2016) mostra as múltiplas interseções entre trabalho sexual e travestilidade.

Estas são exemplos de investigações que não tomam as pessoas trans* como objeto de estudo como fazem muitos investigadorxs cis, mas a construção de pesquisa trans* e travesti feita por pessoas trans* e travestis. Trata-se de projetos de insurreição de saberes acompanhados também pela entrada das pessoas trans* na academia, «Nada de nós sem nós», diria o movimento trans*. Sem com isto negar o que pessoas trans* também contribuíram para pensar essa condição cis e a cisnormatividade, como já mencionámos. Então, neste dossiê, quisemos coligir trabalhos para tentar pensar uma ideia de teoria (feminista) trans que não tome as pessoas trans* como objeto de estudo, mas antes construa saberes com elas e a partir delas.

Os artigos apresentados dão conta do grande progresso desta investigação, cada vez mais marcada pela interseção de identificações e posições sociais, mas também pela interdisciplinaridade na pesquisa, muitas vezes marcada pela aliança com o ativismo como forma de usar a investigação para produzir alguns efeitos na vida das pessoas trans* e não binárias. O texto de Tiago Coacci, baseado no Brasil, é um bom exemplo de um trabalho em que se interrogam as fontes científicas do direito para produzir quem conta para a Lei como sujeito transexual. Analisando a transição de um modelo patologizador para um direito que recorre mais à autodeterminação, via despatologização, o texto oferece um panorama do modo como direito e ciências biomédicas e psi se retroalimentam e de que forma vão produzir determinados sujeitos jurídicos. Em Portugal, Ana Cristina Santos conceptualiza o cuidado como ato heroico, a partir de uma releitura das narrativas de pessoas trans* e não binárias e da forma como se constroem redes de cuidados, onde família e Estado social falham na proteção contra a precarização, na Europa do Sul.

Sobre o Equador, a estratégia de Fernando Sanchéz e R. Lucas Platero é recorrer e recontar memórias trans* como ato político. Para tal oferecem-nos uma história de como o movimento trans no Equador se adaptou e lutou dentro de um determinado contexto socio-histórico e político. Trazendo saberes-lutas construídos fora do Norte global e mostrando como as pessoas envolvidas nestas lutas são marcadas socialmente, racializadas e precarizadas para além do género, este texto é muito significativo na construção de saberes trans* que contam os modos como se vivenciaram as lutas naquele país latino-americano. Já no trabalho de Mar Fournier Pereira, a partir da Costa Rica, um grupo de mulheres trans* trabalhadoras e ex-trabalhadoras do sexo discutem as formas como lidaram com a extrema violência da polícia, do sistema de saúde, da lei, das ciências sobre si e o modo como produziram resistência face a um Estado que as reprimia de várias formas, recorrendo inclusivamente à violação. Uma pedagogia da crueldade que é retratada assim pelas experiências destas mulheres. Estas experiências não se limitam no entanto à violência. A pesquisa de André Leite e de Claudiene Santos (Brasil) sobre os modos não esperados pelas ciências biomédicas de como mulheres trans* recorrem a um discurso místico sobre a terapia hormonal mostra como as hormonas devem ser pensadas enquanto agentes sociais e políticos de direito próprio. As hormonas são aqui consideradas a partir da teoria queer e provocam uma reflexão sobre o papel das tecnologias nas subjetivações de género. No caso do trabalho de Claudenilson Dias e de Leandro Colling sobre pessoas trans* nas religiões afro--brasileiras, mostram-se as resistências e as tensões com que estas pessoas podem ser recebidas em terreiros de Candomblé. Igualmente se salientam os modos que as pessoas trans* encontram para ultrapassar essa situação, para além das invisibilidades produzidas e da transfobia. Os dois últimos trabalhos versam sobre pessoas não binárias. No caso de Espanha, Isabel Goméz e Lucas Platero trazem-nos um olhar sobre quem está fora da inteligibilidade do binarismo de género. Como afirmam, trata-se de um processo de construção de subjetividades em curso mas que já implica uma diversidade de posições e de ruturas com as categorias sociais e expetativas sociais. A partir de Portugal, Teresa Teixeira e Nuno Santos Carneiro mostram como pessoas não binárias, ao desconstruírem com os seus corpos as normas de género, são encaradas como menos humanas ou não humanas pela relação entre género, reconhecimento e inteligibilidade do humano. As implicações na escuta destas pessoas são analisadas, explorando a ambiguidade e fluidez de género, com recurso a questionamento, desnaturalização e incerteza próprios da teoria queer.

Conforme explica Susan Stryker (2006), estes saberes produzidos a partir da experiência das pessoas trans* foram saberes lidos como marginais e irrelevantes. A teoria trans vai promover a insurreição dos saberes subjugados como lhe irá chamar Michel Foucault (1980). Aqui Foucault refere-se à produção de saberes desqualificados, que contam pouco na hierarquia dos saberes, que estão abaixo do reconhecimento. Como exemplos, os saberes das mulheres, queer e trans*, saberes decoloniais e pós-coloniais, dos quilombos e dos movimentos sociais. Os efeitos de uma política de despatologização das suas subjetividades que resultam de lutas dos movimentos sociais e de uma crescente participação e esforço das pessoas trans* em estarem presentes, recontando histórias que foram feitas sem elas, como mostram, por exemplo, na sua fundamental participação nos motins de Stonewall (Rivera e Johnson 2015) e da Compton Cafeteria em S. Francisco em 1966 (Stryker 2008), entre muitos outros, ilustram a necessidade de contar uma história que não seja a repetição da invisibilidade e exclusão das pessoas trans*. A (cis)-história parece ser sempre a história do cistema. Essa desocultação corresponde também a um processo de dessubjugação dos saberes, que vai acompanhar os avanços legais que permitem passar de um modelo de identidade de género atestada medicamente para um modelo de autodeterminação de género. Graças aos esforços das campanhas pela despatologização trans* que grande parte do movimento LGBT só irá abraçar bem mais tarde – dada a dificuldade de determinados movimentos sociais homonormativos mainstream e feminismos essencialistas, com práticas transfóbicas legitimadas num modelo patologizador –, conseguiu-se transpor na lei em países como Argentina, Dinamarca, Malta, Noruega, Irlanda e Portugal a autodeterminação de género. Assim, nestes países não existe uma mediação médica ou psi para determinar quem pode solicitar o reconhecimento legal da sua autodeterminação de género. Estes saberes são parte fundamental desta luta e de uma crescente preocupação com pessoas variantes de género, como as pessoas não binárias, com o espectro do género para lá do binarismo e numa luta para que os saberes delas constituam outros léxicos, outros vocabulários tanto para a teoria feminista como para os estudos de género. É preciso pensar também nas consequências de políticas dos movimentos sociais sempre centrados num modelo de democracia liberal, numa lógica estritamente identitarista e reformista de reivindicação de direitos, sem tomar em consideração as formas de violência administrativa e a cumplicidade do Estado com determinadas formas de necropolítica trans,

racial e de género (Spade 2015). Uma política trans não pode deixar de analisar as interseções com outros eixos de dominação em que as vidas das pessoas trans* e pessoas variantes de género também se jogam. Então um olhar mais complexo e muito para lá da retórica comum dos direitos coloca desafios que aqui tentamos também descrever. Este dossiê imagina-se como uma pequena contribuição para o esforço de dessubjugação dos saberes trans, tentando traçar os rastros das ações trans contra o cistema.

Referências bibliográficas

Andrade, Luma Nogueira. 2012. *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

Bento, Berenice. 2016. «Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência». In *Dissidências sexuais e de gênero*, organizado por Leandro Colling, 25-40. Salvador: EDUFBA.

Butler, Judith. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York: Routledge. Butler, Judith. 2004. *Undoing gender*. New York: Routledge.

Butler, Judith. 2017. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Lisboa: Orfeu Negro.

Davy, Zowie. 2015. «The DSM 5 and the politics of diagnosing transpeople». *Archives of Sexual Behavior* 44: 1165-1176. DOI: https://doi.org/10.1007/s10508-015-0573-6

Deleuze, Gilles, e Felix Guattari. 1987. *A thousand plateaus*. Minneapolis, MN: Minnesota University Press.

Fausto-Sterling, Anne. 2012. Sex/Gender: Biology in a Social World. New York: Routledge.

Foucault, Michel. 1980. «Two Lectures». *Power/Knowledge*, organizado por Colin Gordon, 78-108. New York: Pantheon Books,

Galofre, Pol, e Miquel Missé. 2015. *Políticas Trans: una antologia de textos desde los estudios trans norteamericanos.* Barcelona: Equales.

Gomes de Oliveira, Megg Rayara. 2017. O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas.

Halberstam, Jack. 1998. Female masculinity. Durham: Duke University Press.

Haraway, Donna. 2004. «Otherworldly conversations: terrain topics, local terms». In *The Haraway Reader*, organizado por Donna Haraway, 120-150. London: Routledge.

Jesus, Jaqueline G. 2014. Transfeminismo: teorias e práticas. São Paulo: Metanóia.

Laqueur, Thomas. 1990. *Making Sex:* Body and Gender from the Greeks to Freud. Cambridge: Harvard University Press.

Lauretis, Teresa. 1987. Technologies of Gender. Bloomington: Indiana University Press.

Machado, Paula Sandrine. 2005. «O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural». *Cadernos Pagu* 24: 249-281.

Moira, Amara. 2016. E se eu fosse puta? São Paulo: Hoo.

Money, John, John Hampson, e Joan Hampson. 1957. «Imprinting and the establishment of gender role». *Archives of Neurology and Psychiatry* 77, 333-336.

Oliveira, João Manuel de. 2014. «A necropolítica e as sombras na teoria feminista». *ex aequo* 29: 69-82.

Oliveira, João Manuel de. 2016. «Trânsitos de Género: leituras queer/trans* da potência do rizoma género». In *Dissidências sexuais e de gênero*, organizado por Leandro Colling, 109-132. Salvador: EDUFBA.

- Oliveira, João Manuel de. 2017. Desobediências de género. Salvador: Devires.
- Platero, Lucas. 2014. *Trans*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos.*Barcelona: Bellaterra.
- Preciado, Paul B. 2002. Manifiesto Contrasexual. Madrid: Opera Prima.
- Preciado, Paul B. 2018. Testo Junkie. São Paulo: N-1.
- Rivera, Sylvia, e Martha Johnson. 2015. *Acción Travesti Callejera Revolucionária*. Madrid: editorial imperdible.
- Sales, Adriana. 2018. Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. Tese de doutorado. Assis: Universidade Estadual Paulista.
- Spade, Dean. 2015. A normal life: Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law. Durham, NC: Duke University Press.
- Stone, Sandy. 2006. «The empire strikes back: a posttranssexual manifesto». In *The transgender studies reader*, organizado por Susan Stryker e Stephen Whittle, 221-235. New York: Routledge.
- Stryker, Susan. 2006. «(De)subjugated knowledge: an introduction to transgender studies», *The Transgender Studies Reader*, organizado por Susan Stryker e Stephen Whittle, 1-17. New York: Routledge.
- Stryker, Susan. 2008. Transgender history. Berkeley, CA: Seal Press.
- Stryker, Susan. 2015. «Mis palabras a Victor Frankenstein sobre el Pueblo de Chamonix: performando la ira transgénero». In *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*, organizado por Pol Galofre e Miquel Missé, 135-165. Barcelona: Equales.
- Stryker, Susan, e Airen Z. Azura. 2013. *The Transgender Studies Reader* 2. New York: Routledge.
- Vergueiro, Viviane. 2015. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

João Manuel de Oliveira. Professor Visitante Associado na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Trabalha na área dos Estudos de Género, Estudos Críticos da Sexualidade, Teoria Feminista e Teoria Queer. Doutor em Psicologia Social. Investigador no Centro de Investigação e de Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa.

Endereço eletrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

AS ENGRENAGENS DO PODER: SOBRE ALGUNS ENCAIXES ENTRE DIREITO, CIÊNCIAS E TRANSEXUALIDADES NO BRASIL

Thiago Coacci

Resumo

No presente texto, busco demonstrar como nas questões jurídicas das pessoas trans os discursos jurídicos e científicos, especialmente derivados das ciências médicas e psi se articulam. Para tanto, analiso alguns julgamentos de tribunais de justiça brasileiros, ocorridos no período de 1970 a 2018. Argumento que existe uma pluralidade interna a cada um desses discursos e que diversas combinações são possíveis para produzir distintos efeitos práticos nas vidas das pessoas trans. Demonstro que na prática jurídica há uma seleção mais ou menos estratégica de quais discursos são acionados nas decisões, a depender dos efeitos desejados a serem produzidos.

Palavras-chave: Transexualidades, direito, ciência.

Abstract

The gears of power: On some adjustment between law, sciences and transgender lives in Brazil

The present work aims to demonstrate how the legal, medical and psy (psychiatry, psychology and psychiatry) discourses articulate in the legal debate on transgender rights. To this end, I analyze selected judgments from Brazilian courts, occurred in the 1970-2018 period. I claim that there is an internal plurality in each of those discourses and various combinations can be used to produce different practical effects in the lives of transgender people. I show that in the practice of law there is a strategic selection and combination of discourses, depending on the desired effect.

Keywords: Transgender, law, science.

Resumen

Los engranajes del poder: sobre algunos ajustes entre Derecho, Ciencias y Transexualidades en Brasil

En el presente texto, busco demostrar cómo en las cuestiones jurídicas de las personas trans los discursos jurídicos, médicos y psi se articulan. Por lo tanto, analizo algunos juzgados de tribunales brasileños, ocurridos en el período de 1970 a 2018. Argumento que existe una pluralidad interna a cada uno de esos discursos y que diversas combinaciones son posibles para producir distintos efectos prácticos en las vidas de las personas trans.

^{*} Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG | CEP 31270-901, Brasil.

Endereço postal: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte – MG, 31270-901 Brasil.

Endereço eletrónico: thiagocoacci@gmail.com

Demuestro que en la práctica jurídica a depender de los efectos deseados habrá una selección más o menos estratégica de qué discursos son accionados en las decisiones.

Palabras claves: Transexualidades, derecho, ciencia.

Introdução

O direito e as ciências são duas engrenagens pelas quais o poder opera, ambas atravessam, na contemporaneidade, toda nossa vida, restringindo e ao mesmo tempo criando novos modos de vida, novas regulações, novas normalizações, novos pontos de fuga. Essas engrenagens, no entanto, não funcionam como um bloco único, existem conflitos internos e múltiplos encaixes possíveis. Assim como Sheila Jasanoff (2004), acredito que as formas como conhecemos e representamos o mundo (social e natural) estão intimamente ligadas às formas como habitamos nele, ao produzir conhecimento estamos produzindo formas de habitar o mundo, por isso é tão importante observar e analisar criticamente os conhecimentos produzidos e os usos que lhes são dados.

No presente trabalho, busco demonstrar *como* nas questões jurídicas das pessoas trans¹ os discursos jurídicos e científicos, especialmente aqueles das ciências médicas e psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), se articulam. Argumentarei que não existe um sentido correto segundo o qual cada uma dessas engrenagens gira e que os efeitos produzidos vão depender dos diversos encaixes possíveis dessas peças. Ou seja, o que me interessa observar é a forma como empiricamente os/as profissionais do direito vão fazer usos estratégicos de discursos científicos para negar ou conceder determinados pedidos jurídicos e quais os efeitos possíveis que isso pode ter. Para tanto, analiso alguns julgamentos de tribunais de justiça brasileiros, ocorridos no período de 1970 a 2018. A escolha dos casos não foi aleatória e buscou representar a pluralidade dos encaixes através do tempo e do território brasileiro. Além disso, busquei incluir na análise tanto casos paradigmáticos quanto casos corriqueiros. Dessa maneira, é possível perceber que esses encaixes ocorrem em todos os níveis de justiça e de maneira independente da relevância do caso.

De certa maneira, muitos trabalhos (Ventura 2010; Coacci 2013a; Teixeira 2013; Lima 2015; Lopes 2015; Freire 2016), mesmo que tangencialmente, já abordam os encaixes dessas engrenagens, no entanto, o enfoque aqui se diferencia por tentar ver os múltiplos encaixes na chave de uma dualidade risco/potência. Acredito que é justamente essa possibilidade de múltiplos encaixes que produz um risco de normalização, mas também cria a potência de aberturas mais democráti-

Opto aqui por utilizar o termo pessoas trans como um termo guarda-chuva que abarque homens e mulheres transexuais, travestis, transgêneros e outras identidades trans possíveis. Utilizarei outros termos de forma êmica, isto é, quando dialogando com um texto que utiliza outro termo ou ao referir a alguma pessoa que se identifica de forma diversa.

cas, o que se concretizará depende do encaixe específico – e sempre provisório – entre as engrenagens jurídicas e científicas em cada situação.

Ao longo do texto, o direito é tratado de forma distinta das outras ciências, e existem duas razões para isso. A primeira razão é de natureza metodológica, a forma como a análise é realizada parte do campo jurídico para o dos outros saberes: os textos e discursos fontes de minha análise são nativos a esse campo, os outros saberes emergem, no meu campo de pesquisa, à medida que são convocados para compor o campo jurídico. A segunda razão é de natureza prática, como será demonstrado adiante, existem conexões entre os campos jurídico e científico, e esses se retroalimentam, mas não é possível considerá-los como idênticos ou a mesma coisa. Cada campo possui uma série de mecanismos internos e regras próprias, bem como funções razoavelmente distintas na sociedade. A ciência jurídica, isto é, o campo de saber do direito, é um ser híbrido que habita a fronteira de ambos os campos.

Da eterna incompletude do direito

De uma forma geral, as pessoas têm a ideia de que ao se chegar para uma advogada com uma determinada demanda, ela abrirá um desses livros enormes que possuem inúmeras leis e encontrará ali, em alguma lei, a resposta para o problema. Para um determinado senso comum sobre o direito, na multidão de leis brasileiras se encontraria tudo o que é permitido e proibido e esse senso comum é, de alguma maneira, suportado pelo facto facto de que o Brasil adota o sistema de *civil law*, em que há uma centralidade da lei escrita para o direito.

Essa noção opera com, pelo menos, dois erros. Primeiro, o de que tudo está previsto nas leis. Apesar do número grande de leis existentes e em vigor no país, há uma série de questões que não estão previstas, ao menos de forma explícita, em nenhuma lei escrita. Segundo erro, o de que o direito brasileiro – mesmo sob o sistema de *civil law* – se reduziria à lei. Essa é uma noção reducionista, que é compartilhada não apenas pelo senso comum, mas inclusive por alguns/algumas juristas, até mesmo juízes(as) e desembargadores(as). No entanto, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,² em seu artigo 4.º, prevê como fontes do direito os princípios jurídicos, a analogia e os costumes. Isto é, a própria lei prevê que algumas respostas jurídicas *possam* derivar de outros lugares que não seja de uma lei escrita, nos casos em que a lei é omissa.

Além disso, nos primeiros contatos com o direito, nos livros de Introdução ao Estudo do Direito (ou da Ciência Jurídica, como querem alguns), é comum encontrar uma divisão entre disciplinas jurídicas e disciplinas auxiliares/afins ou ainda entre Dogmática e Zetética. Do lado jurídico (dogmático), geralmente são coloca-

Decreto-Lei 4657/1942.

das disciplinas como Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, enquanto no lado «auxiliar» (Zetética) surgem disciplinas como Sociologia, Filosofia, Psicologia, Medicina Legal dentre outras. Esse rol pode variar a depender do autor ou do currículo da faculdade, e a forma como essas disciplinas são incorporadas ao direito também é muito variada (Jasanoff 1995; Ferraz Junior 2003; Reale 2012). Essa divisão é um tanto ou quanto curiosa e demonstra uma compreensão muito disciplinar dos saberes, mas o que me interessa aqui é apenas apontar para o facto de que o estudo das leis (e até mesmo do direito) não é suficiente para o jurista.

O direito contemporâneo é um fenômeno político e linguístico complexo e peculiar. Os enunciados jurídicos têm um poder de se fazer cumprir (o que de facto nem sempre ocorre), e o Estado possui mecanismos para garantir esse cumprimento, mesmo que para isso seja necessário o uso da força. No entanto, os significados desses signos linguísticos com os quais trabalhamos e que regulam a vida de cada um de nós não estão dados. Além disso, o direito não dá conta de saber sobre todas as realidades que regula. Sendo assim, precisamos convocar outros saberes para auxiliar no uso mais adequado do direito, para preencher de significado aquele conteúdo abstrato das regras jurídicas.

Não existem regras muito explícitas que orientem o funcionamento desse «preenchimento», podendo ser importados os saberes das disciplinas consideradas auxiliares ou ainda de outras que sejam consideradas relevantes para o caso em discussão, como a biologia, a sociologia ou derivados de potencialmente qualquer outro campo do saber. O uso desses saberes é quase sempre estratégico e, como mostra Jasanoff (1995), muitas vezes não preza pelo rigor científico próprio ao campo acionado. É o embate entre os diferentes atores na prática jurídica que controlará as fronteiras do campo jurídico, regulando o que pode ser ou não importado.

É justamente por esse caráter aberto do direito que é importante atentarmos para a forma como se dá, na prática jurídica, a convocação de outros saberes, nos perguntando sempre: quais saberes são convocados e como estes são acionados na prática jurídica? Especificamente para o caso em análise, isso significa tentar entender *como* os discursos jurídicos acionam os discursos médicos e psi e para que finalidades. Podemos, então, prosseguir para a análise desses encaixes.

Um passado contemporâneo

Antes de entrar na análise propriamente dita dos encaixes entre direito, ciências e transexualidades, tenho que fazer um pequeno adendo. Analisarei aqui demandas jurídicas de pessoas trans, mas na realidade essa categoria é bastante diversa. Algumas pessoas desejarão se hormonizar, outras não; algumas desejarão se submeter a cirurgias, outras não; algumas querem retificar seu nome e sexo nos documentos, outras não. Essas demandas não são universais para toda as pessoas

trans, mas são aquelas que encontrei nos julgamentos que analisei e nos livros e artigos jurídicos que tratam sobre o tema. Além disso, é importante mencionar que as pesquisas de Coacci (2013b, 86) e Lima (2015, 1) não encontraram um único caso de retificação de nome e/ou gênero em que as demandantes fossem identificadas como travestis ou outras identidades no processo. Isso não quer dizer que a demanda de retificação de nome e/ou gênero é exclusiva de pessoas transexuais, mas diz da lógica como o discurso jurídico homogeneiza essa coletividade de pessoas. Pessoas identificadas como travestis aparecem mais comumente em processos criminais, como pode ser visto na pesquisa de Simone Becker e Hisadora Lemes (2015).

O direito brasileiro tem se baseado na concepção da patologia para reconhecer as demandas das pessoas trans (Coacci 2013b; Ventura 2010), tanto o acesso à saúde, quanto o direito à mudança de nome e sexo nos registros foram acessados por essa via até 2018. Em relação aos direitos das pessoas trans, Berenice Bento (2008) divide os países em dois grupos: aqueles que se orientam pela lógica do reconhecimento e aqueles da autorização. No primeiro grupo, se encontram países como a Argentina, Espanha e Malta que possuem legislações específicas que reconhecem as demandas jurídicas de pessoas trans, criando canais no próprio Estado para que elas sejam diretamente solucionadas. Atualmente, a Lei de Identidade de Gênero da Argentina³ e a de Malta⁴ são consideradas as que melhor atendem as demandas das pessoas trans, garantindo uma proteção ampla, e o tratamento digno em todas as esferas do Estado e da sociedade em função do gênero com o qual a pessoa se reconhece. Ambas as leis permitem, também, a alteração do prenome e do sexo das pessoas trans maiores de 18 anos, bastando a requisição. Não há, nesses países, a necessidade de a pessoa ter realizado qualquer cirurgia, intervenção corporal ou possuir diagnóstico médico de qualquer patologia para que esse direito seja concedido. Recentemente, o Brasil ingressou nesse rol de países por meio da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275.

O segundo grupo abarca países em que a história é completamente diferente. Por não possuírem legislações específicas, submetem cada demanda individual ao poder judiciário, ficando à mercê dos/das magistrados/as o reconhecimento ou não dos direitos reivindicados. Há no Brasil alguns projetos de lei que reconhecem alguns direitos de pessoas trans, sendo o mais importante o PL 5002/2013, chamado de Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero (Brasil – Câmara dos Deputados 2013), de autoria de Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF). Esse projeto é muito similar ao já existente na Argentina, basicamente uma adaptação daquele para o nosso direito.

³ Ley 26.743 de 2012.

⁴ Act. N.° XI de 2015.

Enquanto não houve a aprovação de legislação específica ou de uma decisão judicial com caráter vinculante, alguns direitos foram e ainda são garantidos às pessoas trans por meio de portarias de órgãos da administração direta e indireta brasileira, como é o caso do direito ao uso do nome social nos atendimentos do sistema único de saúde. Essas portarias muitas vezes são insuficientes ou ainda são frágeis, tendo sua eficácia limitada por desconhecimento dos funcionários do serviço público ou inclusive por preconceito. Um claro exemplo da fragilidade das portarias é o caso da PRT SAS/MS 859 de 30 de julho de 2013, do Ministério da Saúde. Tal portaria reduziria a idade necessária para o início do processo transexualizador de 18 para 16 anos, mas foi revogada em menos de 24 horas pela PRT GM/MS N.º 1.579, de 31 de julho de 2013.

Se é verdade que o Legislativo Federal permanece silente em relação aos direitos das pessoas trans, esse não é um tema novo para os estudos jurídicos, nem para o Judiciário. Hoje surpreende, mas pouco tempo atrás o direito discutia se as cirurgias de transgenitalização configurariam um crime. Um dos primeiros médicos a realizar as cirurgias no Brasil, o dr. Roberto Farina, após apresentar um trabalho no XV Congresso Brasileiro de Urologia (em 1975), no qual descrevia a técnica de algumas cirurgias que tinha realizado, recebeu uma ingrata surpresa: uma denúncia do Ministério Público por lesão corporal, na qual foi condenado em primeira instância e posteriormente absolvido no recurso (Tribunal de Alçada de São Paulo 1979).

Nesse momento, a justiça e a doutrina do direito discutiam: será que as cirurgias de transgenitalização são legais? Começam, então, lá na década de 1970, as articulações entre os discursos jurídicos, médicos e psi que vão influenciar até hoje nas questões sobre direitos das pessoas trans no Brasil. Para responder sobre a legalidade ou não dessa cirurgia realizada por Farina, o direito acionou os saberes médicos e psi, mas não quaisquer deles. Dentre as estratégias utilizadas pela defesa, optou-se por trazer ao processo dois pareceres de especialistas: um de Hilário Veiga de Carvalho, professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e outro do criminalista Heleno Fragoso.

Foram propostas perguntas distintas para cada especialista, focando em seu campo de atuação. Para o prof. Hilário de Carvalho, o parecer requisitado era focado na literatura médica, assim, três foram as perguntas que se desejava ver respondidas: «1.°) Pode-se considerar cientificamente definida uma síndrome denominada de 'transexualismo'? 2.°) Em caso positivo, qual a conduta médica a adotar? 3.°) No evento constante dos autos, foi a conduta médica ética e cientificamente correta?» (Carvalho 1981, 289). Para Fragoso, focou-se no Direito Penal e a consulta buscava que respondesse «se realmente o acusado praticou o crime que a ele foi atribuído» (Fragoso 1981, 299).

Apesar das diferenças nos pareceres, ambos operam um encaixe similar entre as engrenagens dos discursos jurídicos e médicos. A estratégia discursiva do Professor Hilário de Carvalho faz com que a ciência médica seja a responsável por

traçar os limites da lei (Carvalho 1981, 294). É mais interessante observar a forma como Fragoso opera, uma vez que a esse foi questionado especificamente sobre a questão jurídica. Vejamos.

5. Não será possível decidir com exatidão o caso submetido a julgamento, sem que se tenha clara idéia do que constitui o transexualismo. Trata-se de uma questão nova, de que não tratam os livros de medicina legal ao estudar a sexologia forense. [...]

7. Trata-se de anomalia hoje bem caracterizada e conhecida, claramente distinta de outros fenômenos de intersexualidade, como o homossexualismo e o transvestismo. Entende-se por transexualismo uma inversão da identidade psico-social, que conduz a uma neurose reacional obsessivo-compulsiva, que se manifesta pelo desejo de reversão sexual integral. A etiologia do transexualismo (que é fenômeno relativamente raro) é basicamente desconhecida, embora existam várias hipóteses especulativas. [...] O desconhecimento das causas levou à formulação de definições fenomenológicas, com as quais se descreve o fenômeno. Assim, o professor JOHN MONEY, uma das maiores autoridades na matéria, entende que o transexualismo constitui um distúrbio na identidade do próprio gênero, no qual a pessoa manifesta, com persistente e constante convicção, o desejo de viver como membro do sexo oposto integralmente. (Fragoso 1981, 299)

A estratégia de Fragoso é clara: afirmar que o direito não pode agir no caso sem levar em conta a produção científica sobre a transexualidade, daí importa para o caso toda uma literatura médico-psiquiátrica que apontava a pessoa transexual como doente. A decisão dependeria menos do conteúdo específico do art. 129 do Código Penal e mais do conteúdo científico. Nas passagens seguintes, Fragoso argumentou que os estudos demonstravam que terapias de conversão não seriam eficientes para curar a pessoa transexual, sendo, então, a cirurgia indicada como a terapêutica para o caso. Apesar dessas considerações extremamente patologizantes, Fragoso, na seção seguinte de seu parecer, dá uma ênfase grande ao consentimento da pessoa que levaria à exclusão da ilicitude e poderia, nesse caminho, apontar para uma outra forma das engrenagens girarem e se encaixarem, mas termina retornando à patologia para afirmar que o médico não possuía dolo, agia com a intenção de curar e não de lesar.

O acórdão que inocentou Roberto Farina seguiu muito dos pareceres. O texto trouxe o histórico dos diversos diagnósticos que uma das pacientes de Farina foi submetida para comprovar a existência da doença do *transexualismo*,⁵ e argumentou, ainda, que a paciente não obteve melhoras por via de tratamentos psicoterápicos e psiquiátricos, restando, então, a cirurgia como uma única alternativa terapêutica (Tribunal de Alçada de São Paulo 1979, 357).

⁵ Utilizo aqui transexualismo como termo êmico para me referir à forma de patologização dos gêneros criada pelos discursos médicos e psi.

O Tribunal confirmou a posição apontada por Fragoso: foi o facto de o Dr. Roberto Farina agir com uma finalidade terapêutica, para curar uma suposta doença, que permitiu que o caso fosse decidido absolvendo o médico. A psicologia e a psiquiatria foram utilizadas para diagnosticar uma doença, o *transexualismo*, mas se mostraram incapazes de solucionar o problema – isto é, converter a pessoa de volta ao suposto normal – com seu arcabouço terapêutico, passando, dessa maneira, a competência para outra área da medicina, a cirurgia plástica, que ao menos ajudaria a aliviar o sofrimento da pessoa. Por esse encaixe de saberes, a engrenagem do direito não deveria girar no sentido da proibição da cirurgia e o encaixe foi feito.

É interessante perceber que esse caso, de grande repercussão midiática na época, produziu o PL 1909/1979 que modificava o código penal, inserindo um parágrafo no art. 129 em que afirmava que as cirurgias de ablação de órgãos e partes do corpo não seriam crimes em caso de necessidade médica e com a autorização do paciente. A justificativa do projeto trazia explicitamente menção ao caso Farina (Brasil – Câmara dos Deputados 1979).

Estranhamente, esse projeto de lei chegou a ser aprovado, mas no dia 4 de junho de 1984 foi vetado pelo presidente Figueiredo. A justificativa do veto também acionou o discurso da medicina. Se a certeza da medicina foi o que inocentou Farina, aqui já aparece um outro encaixe dessas engrenagens, é a incerteza da ciência que é acionada para legitimar o veto. Segundo o presidente:

observa o Ministério da Saúde que os trabalhos científicos sobre o transexualismo, quando não tendenciosos, são polêmicos e limitam-se a registrar casos isolados sem tecer quaisquer considerações de caráter teórico. A literatura própria menciona complicações pós-operatórias, morbidade, mortalidade e perturbações psíquicas dos pacientes. As estatísticas são omissas quanto aos percentuais de êxito do tratamento [...]. Fundado nessas razões, resolvi vetar, integralmente, por contrário ao interesse público, o projeto em causa. (Figueiredo 1984, 1-2 [40-41])

O debate relatado até agora ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Desde então muita coisa mudou e, em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu a Resolução 1482/1997, em que autorizou a realização das cirurgias de transgenitalização em caráter experimental. Mesmo com essa resolução, que pacificou o debate sobre a cirurgia ser ou não crime, encontrei em um julgamento do TJMG, de 2004, um desembargador que teceu comentários sobre a legalidade de se realizarem tais procedimentos. O desembargador defendia a tese de que o CFM teria competência apenas para regular no âmbito da ética médica, mas que no âmbito jurídico tal cirurgia ainda seria criminalizada e dependeria de autorização judicial caso a caso (Tribunal de Justiça de Minas Gerais 2004).

É interessante notar que tal afirmação da transexualidade como crime foi realizada em recurso civil e não criminal; não encontrei julgamento criminal algum em razão da cirurgia após a década de 1980. O questionamento da legalidade da

cirurgia bem como da validade jurídica das normas que regulamentam a cirurgia pelo SUS⁶ é uma questão clara de conflito entre as engrenagens do direito e da ciência sobre quem é competente para regular o caso. Como já afirmado antes, a produção de conhecimento influencia as nossas formas de vida – e é curioso notar que o desembargador do caso afirme que faz esse debate apenas «a título meramente acadêmico» (Tribunal de Justiça de Minas Gerais 2004) – e esse conflito, em última instância, é sobre a distribuição seletiva de acesso à saúde e à cidadania. Dizer que essas normas não possuem validade jurídica é afirmar quem tem o direito de acessar um sistema de saúde que se pretende universal, é negar a cidadania a certos sujeitos e dizer que sua forma de vida não é legitimada pelo Estado. O esforço *meramente* acadêmico do desembargador, se seguido por outros, pode ter efeitos muito concretos na vida de diversas pessoas.

Essa retomada histórica, mesmo que pouco sistemática, é importante. Muita da forma como o discurso jurídico sobre as pessoas trans aciona o discurso médico e psi, e ainda quais discursos médicos e psi são acionados, está presente até hoje e teve sua origem ali. Como já demonstrado por outras pesquisas empíricas (Coacci 2013a; Lima 2015) que analisaram de forma mais sistemática as decisões sobre demandas das pessoas trans, grande parte dos votos, desfavoráveis e até mesmo os favoráveis, recorrem à classificação da transexualidade como uma patologia e recorrem ao CID-10 para justificar suas decisões.

Diversas decisões contemporâneas argumentam, de forma similar ao acórdão da década de 1970, que, na ausência de um tratamento psiquiátrico ou farmacológico eficiente para adequar o psíquico ao biológico, a cirurgia seria necessária para apaziguar o sofrimento desses sujeitos, configurando-se numa espécie de cura. Além disso, não há uma padronização na forma como os/as desembargadores(as) se referem à transexualidade como uma doença: síndrome do transexualismo, distúrbio de identidade de gênero, disforia de gênero, anomalia, neurodiscordância de gênero, desvio psicológico de identidade sexual. Todos esses termos são usados indistintamente, ocorrendo o uso de mais de uma terminologia no mesmo voto. Todavia, as terminologias têm diferentes origens e significados, não podendo ser tomadas como sinônimos indistintamente (Barbosa 2015). Isso demonstra que esses/essas desembargadores(as) não estão propriamente preocupados com a correção no uso dessa literatura, e esse é um uso estratégico, uma espécie de pedágio pago para a concessão ou negação dos direitos das pessoas trans.

Quando alguém deseja negar o direito, o discurso médico e psi sobre o sexo é acionado para apontar a fixidez do sexo e a mentira gerada pela cirurgia de transgenitalização. Vejamos:

⁶ Atualmente em vigor trata-se da Portaria GM/MS N.º 2.803, de 19 de novembro de 2013, e da Resolução CFM N.º 1.652/02. No caso das decisões anteriores a esse período, pode referir-se a Portaria n.º 1.707, de 18 de agosto de 2008, e a já referida Resolução CFM n.º 1.482/97, dentre outras.

Outrossim, levando em consideração que o registro de nascimento deve conter a realidade, não considero possível a retificação do sexo no registro civil. Isso porque, apesar da intervenção cirúrgica e da alteração de nome, o autor ainda é, geneticamente, do sexo masculino, o que pôde ser constatado através do exame acostado às f. 60, onde se constatou a presença de cromossomos XY, pertinentes exclusivamente ao sexo masculino (Tribunal de Justiça de Minas Gerais 2006).

De outra maneira, quando alguém deseja conceder o direito à mudança do nome ou do gênero, a patologia surge para demonstrar uma certa naturalidade do fenômeno e a ausência de vontade/liberdade do sujeito sobre o gênero (Tribunal de Justiça de Minas Gerais 2010). A mudança não seria, então, uma decisão e desejo do sujeito, mas uma necessidade decorrente da patologia.

A verdade construída no processo é baseada em grande medida nos saberes médicos e psi. É frequente que os votos apresentem longa teorização acerca da transexualidade, com grande presença de literatura médica específica sobre a transexualidade, inclusive literatura internacional, como é o caso dos textos de Harry Benjamin, Robert Stoller e John Money, autores que já estavam mencionados no acórdão do caso Farina. Estranha a ausência de literatura das ciências sociais, que tanto têm produzido sobre o assunto, estranha também a ausência do discurso da própria pessoa. A autonomia da pessoa sobre seu próprio corpo e identidade não parece existir se não mediado pelo discurso dos outros.

A forma como as engrenagens dos discursos jurídicos e científicos se encaixaram nas últimas décadas, fez com que, para o ingresso da ação de retificação de nome e gênero de pessoas trans, fosse frequentemente exigido: i) um diagnóstico de *transexualismo*, preferencialmente emitido por equipe multidisciplinar conforme prevista nas portarias do processo transexualizador; ii) que a pessoa esteja passando pelo processo transexualizador, se hormonizando e realizando intervenções corporais para deixar seu gênero mais supostamente real; iii) que a cirurgia de transgenitalização já tenha sido realizada, no caso de mulheres transexuais (Coacci 2013a; Lentz 2013; Freire 2016). Podiam pedir ainda a realização de perícia especializada durante o processo, a juntada de outros documentos, como fotos do dia a dia e a indicação de testemunhas, tudo para demonstrar, contra uma paranoica suspeita, que a pessoa é transexual *de verdade* e não havia má-fé por trás do desejo de *mudar* de nome e gênero. Por não existir regulamentação explícita sobre o tema, cada juiz apresentava exigências diferentes, abrindo mão de algum dos itens acima ou acrescentando outros, o que de facto já aconteceu com frequência.

Um futuro em construção

Nos últimos anos, é possível observar uma mudança gradual. A resistência micropolítica que as pessoas trans fazem em seu cotidiano ao acessar os serviços

de saúde e de atendimento jurídico, a pressão dos movimentos sociais LGBT e Trans e a enorme produção acadêmica têm gerado algumas mudanças nos discursos científicos e jurídicos sobre as pessoas trans (Coacci 2018). A despatologização da transexualidade tornou-se o elefante na sala, é preciso discuti-la seja para suportar essa causa ou ainda discordar estrategicamente, como é feito por algumas ativistas que temem a perda de direitos pela despatologização. Exemplo disso, é a publicação da Resolução 01/2018 pelo Conselho Federal de Psicologia, que proíbe as terapias de conversão de pessoas transexuais. Devido a essas pressões e aos novos discursos, tem sido possível ver reflexos no atual processo de revisão da CID, que, ao que tudo indica, deve retirar as experiências trans do rol de patologias mentais ainda em 2018.

Essas mudanças nos discursos médicos e psi têm sido incorporadas pelo discurso jurídico. Mais recentemente, houve uma mudança radical nesse cenário jurídico brasileiro, a partir da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 pelo STF⁷. Tal ação originalmente discutia apenas a possibilidade de retificação de nome e gênero sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização. Assim, o voto do ministro relator, Marco Aurélio Mello, primeiro a analisar e votar sobre o caso, inicialmente reconheceu a desnecessidade dessas cirurgias. O que permitiu essa forma de decisão foi um encaixe das engrenagens que separa sexo e gênero numa forma de oposição entre corpo e mente; mas diferentemente daqueles que negam o direito, Marco Aurélio dá uma preponderância para o gênero como fonte de direito, principalmente por esse expor as pessoas trans ao sofrimento. Além disso, o ministro defendeu que, na ausência da cirurgia, ainda era preciso comprovar a transexualidade de outras maneiras e se remeteu aos critérios utilizados pelo Conselho Federal de Medicina, na Portaria 1955/2010, que atualmente regulamenta as cirurgias de transgenitalização (Mello 2018). Isso por si só já é uma mudança em relação ao estado das coisas e um novo encaixe das engrenagens, mas o julgamento não se encerrou aí.

O voto do ministro Edson Fachin (2018) alterou ainda mais a situação. Além das cirurgias, o ministro divergiu do Relator e dispensou qualquer tipo de alteração física, laudo e parecer médico ou psicológico que comprovem a transexualidade, até mesmo as ações judiciais foram dispensadas. O procedimento, nos termos do voto do ministro, deveria ser realizado diretamente em cartório e ter como condicionante apenas a declaração da vontade da pessoa de retificar. É importante perceber a diferença de estratégia argumentativa entre Fachin e Marco Aurélio. Diferentemente da maioria dos juristas analisados até aqui, Fachin não conceitua a transexualidade, seu caminho argumentativo é outro e passa pela defi-

A íntegra do acórdão não se encontrava publicada até o fechamento do texto. Todavia, os votos do relator e do ministro Edson Fachin se encontravam publicados pelo próprio STF, o que permitiu a análise aqui. É possível que venham a sofrer pequenas alterações na versão final para o acórdão, todavia a análise se mantém, por ter sido essa a versão lida no plenário no dia do julgamento.

nição de *identidade de gênero*. Tal termo surge nos estudos sobre intersexualidade e transexualidade, mas da forma como utilizado, a partir do conceito previsto nos Princípios de Yogyakarta e replicado na OC 14/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), permite outra entrada para o debate, sem passar pela literatura médica patologizante. Essa estratégia argumentativa não coloca um valor *a priori* para as experiências trans, como o caminho que inicia pagando o *pedágio da natureza* da transexualidade. Identidade de gênero, da forma como manejada, é um conceito amplo e que coloca em par de igualdade múltiplas formas de identificação que podem ou não corresponder com o sexo atribuído no nascimento. Essa compreensão permite que as engrenagens girem de outra maneira e tanto na referida OC 14/2017 quanto no voto de Fachin se conectem a identidade de gênero aos princípios jurídicos de liberdade e da dignidade da pessoa humana. O ministro cita longa passagem da opinião consultiva nesse sentido da Corte Interamericana:

Sobre esse ponto, deve-se recordar que a identidade de gênero foi definida nesta opinião como a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, o qual pode ou não corresponder com o sexo assinalado no momento do nascimento. (...) o reconhecimento da identidade de gênero encontra-se ligada necessariamente à ideia segundo a qual o sexo e o gênero devem ser percebidos como parte de uma construção identitária que resulta da decisão livre e autônoma de cada pessoa, sem que se deve estar sujeita à sua genitália. (CIDH *apud* Fachin 2018, 12)

É essa conexão que vai abrir as portas para se compreender as exigências de processo judicial, cirurgia de transgenitalização, laudo ou qualquer prova da real transexualidade da pessoa como uma forma de discriminação que deve ser vedada. O voto do ministro Edson Fachin foi seguido pela maioria dos outros ministros, se tornando vencedor. A decisão do STF nesse julgamento tem efeito vinculante e garante em todo o Brasil o direito à retificação de nome e gênero administrativamente, sem a necessidade de cirurgia, laudos ou qualquer outro tipo de comprovação da transexualidade. Essa decisão marca uma importante virada nas formas de conexão entre as diversas engrenagens jurídicas e científicas.

Conclusões

Demonstrei que há uma pluralidade interna tanto ao discurso jurídico quanto aos discursos científicos, bem como diversos encaixes possíveis. A compreensão das experiências trans como patológicas serviu para negar e conceder direitos, o preço desses encaixes foi um reforço mútuo entre direito e discursos patológicos, que selecionava apenas um rol limitado de formas consideradas legítimas a serem trans para obter o reconhecimento jurídico. Ficando excluídas, assim, as pessoas

que por qualquer razão não podiam ou não desejavam se submeter às condições muito específicas que eram exigidas por esses encaixes. Mais recentemente, as engrenagens giraram e parecem consolidar um encaixe que dispensa os saberes patológicos para a concessão de direitos, apontando para um reconhecimento da autonomia dos sujeitos para decidirem sobre si. Essa é uma forma mais democrática, por incluir uma gama mais ampla de sujeitos que buscam o reconhecimento de seu gênero, sem obrigar que se submetam a um processo que, muitas vezes, reatualiza normas de gênero muito rígidas e provoca sofrimento.

Se, no momento, foi possível observar a consolidação temporária de um encaixe mais democrático, isso já pode estar ameaçado. Muitos dos saberes que sustentaram esse novo encaixe estão sob ataque em uma cruzada contra a famigerada «ideologia de gênero» (Miskolci e Camapana 2017). Nada impede que outros encaixes venham a ocorrer no futuro que incorporem esses novos saberes aversos aos direitos sexuais e não há como saber de antemão quais serão esses encaixes futuros, nem quais seus possíveis efeitos. É a partir dos encaixes que se define, afinal, em que medida o risco de normalização e a potência de abertura democrática se concretizarão. A busca por um direito mais democrático implica necessariamente em uma reflexão profunda não apenas sobre se concederemos ou não um direito, mas também sobre quais enquadramentos e articulações discursivas utilizaremos para fazer essa concessão, pois isso terá efeitos práticos nas vidas das pessoas.

Referências bibliográficas

- Barbosa, Bruno Cesar. 2015. *Imaginando Trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Becker, Simone, e Hisadora Beatriz G. Lemes. 2015. «Vidas vivas inviáveis: Etnografia sobre os homicídios de travestis no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul». *Revista Ártemis* 18 (1). Disponível em http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/22545
- Bento, Berenice. 2008. O que é Transexualidade? São Paulo: Brasiliense.
- Brasil Câmara dos Deputados. 1979. «Projeto de Lei 1909 de 1979». Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1180106&filename=Dossie+-PL+1909/1979
- . 2013. «Lei João W. Nery». Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoes-Web/fichadetramitacao?idProposicao=565315
- Carvalho, Hilário V. de. 1981. «Transexualismo. Diagnóstico Conduta médica a ser adotada». *Revista dos Tribunais* 545 (março): 289-298.
- Coacci, Thiago. 2013a. «'Eu tenho um amo implacável: a natureza das coisas': discursos jurídicos acerca das transexualidades no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1989-2010)». *Diálogo* 24 (dezembro): 45-62.
- 2013b. «A transexualidade no/pelo judiciário mineiro: um estudo dos julgados do TJMG correlatos à transexualidade no período 2008 a 2010». Revista Três [...] Pontos 2: 81-92.

— . 2018. Conhecimento Precário e Conhecimento Contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

- Fachin, Edson. 2018. «Voto-vogal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275». Brasília: Supremo Tribunal Federal. Disponível em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoEF.pdf
- Ferraz Júnior, e Tércio Sampaio. 2003. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Figueiredo, João. 1984. «Mensagem 171», 4 de junho de 1984. http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1180106&filename=Dossie+PL+1909/1979
- Fragoso, Heleno. 1981. «Transexualismo. Conceito Distinção do homossexualismo». Revista dos Tribunais 545: 298-304.
- Freire, Lucas. 2016. «Sujeitos de Papel: Sobre a Materialização de Pessoas Transexuais e a Regulação do Acesso a Direitos». *Cadernos Pagu* 48. DOI: https://doi.org/10.1590/18094 449201600480013
- Jasanoff, Sheila. 1995. Science at the bar: law, science, and technology in America. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- 2004. «Ordering Knowledge, Ordering Society». In States of knowledge: the co-production of science and social order, organizado por Sheila Jasanoff, 13-45. London; New York: Routledge.
- Lentz, Luisa Helena Stern. 2013. «Direito à identidade: viva seu nome. A retificação do registro civil como meio de conquista da cidadania para travestis e transexuais». In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos). Florianópolis: UFSC.
- Lima, Luiza Ferreira. 2015. «A 'verdade' produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros». Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Lopes, Laís. 2015. «Corpos e práticas da pessoalidade: a emergência e a desconstrução da identidade de gênero». Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito e Ciências do Estado.
- Mello, Marco Aurélio. 2018. «Voto. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275». Brasília: Supremo Tribunal Federal. Disponível em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticia-NoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoEF.pdf
- Miskolci, Richard, e Maximiliano Campana. 2017. «'Ideologia de gênero': notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo». *Sociedade e Estado* 32 (3): 725-748. DOI: https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008
- Reale, Miguel. 2012. Lições preliminares de direito. 27.ª ed., 11.ª tiragem. São Paulo: Saraiva.
- Teixeira, Flavia do Bonsucesso. 2013. *Dispositivos de dor: saberes poderes que (con)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- Tribunal de Alçada de São Paulo. 1979. «Apelação Criminal 201.999». Relator: Des. Denser de Sá. Apelado: Roberto Farina. Vítima: Waldirene Nogueira. São Paulo: Tribunal de Alçada de São Paulo.
- Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 2004. «Embargos Infringentes 1.0000.00.296076-3/001». Relator: Des. Carreira Machado. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

- 2006. «Apelação Cível 1.0543.04.9105116-001». Relator: Des. Roney Oliveira. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
 2010. «Apelação Cível 1.0024.09.672096-6-001». Relator: Des. Alvim Soares. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
- Ventura, Miriam. 2010. A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Thiago Coacci. Advogado, mestre e doutor em Ciência Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Endereço eletrónico: thiagocoacci@gmail.com

Artigo recebido a 3 de maio de 2018 e aceite para publicação a 3 de agosto de 2018.

HERÓIS NO ARMÁRIO: HOMENS TRANS* E PESSOAS NÃO BINÁRIAS PRESTADORAS DE CUIDADO*

Ana Cristina Santos

Resumo

Este artigo centra-se em narrativas de homens trans* e pessoas não binárias acerca das suas práticas de prestação de cuidados nos universos íntimos da amizade, da família e da conjugalidade. Reconhecendo formas de resistência à adversidade através da prestação de auxílio, sugere-se conceptualizar o cuidado enquanto ato heroico. Esta reconceptualização do cuidado revela-se significativa em contextos onde, por razões de transfobia e de crescente precariedade, tanto o Estado social quanto as famílias falham na sua função de proteção. As experiências de pessoas trans* e não binárias constituem uma plataforma política fundamental para repensar sociologicamente os conceitos de cuidado, masculinidade e dissidência corporal no marco da cidadania íntima na Europa do Sul.

Palavras chave: Trans* e não binárias, cuidado, heroicidade, amizade, Europa do Sul.

Abstract

Heroes in the closet: care provider trans* men and non-binary people

This article is focused on narratives produced by trans* men and non-binary people about their practices of care provision in the intimate worlds of friendship, family and coupledom. Recognizing the resistance against adversity through care provision, it is suggested that care can be considered a heroic act. Such reconceptualization of care is particularly significant in contexts in which, due to transphobia and the increasing precariousness, both the state and families fail in their protective role. The experiences of trans* and non-binary people offer a crucial political platform to sociologically rethink care, masculinity and corporeal dissidence in the framework of intimate citizenship in Southern Europe.

Keywords: Trans* and non-binary people, care, heroism, friendship, Southern Europe.

Resumen

Héroes en el armario: hombres trans* y personas no binarias prestadoras de cuidado

Este artículo se centra en las narrativas de hombres trans* y personas no binarias acerca de sus prácticas de prestación de cuidados en los universos íntimos de la amistad, la familia y la conyugalidad. Reconociendo prácticas de resistencia a la adversidad a través de la prestación de auxilio, se sugiere conceptualizar el cuidado en cuanto acto heroico. Esta reconceptualización del cuidado se revela como significativa en contextos donde, por

^{*} Este artigo resulta de investigação financiada pelo European Research Council no âmbito do 7.º Programa-Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement «INTIMATE – Citizenship, Care and Choice: The Micropolitics of Intimacy in Southern Europe» [338452].

^{**} Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal. Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Endereço eletrónico: cristina@ces.uc.pt

34 Ana Cristina Santos

razones de transfobia y de precariedad creciente, tanto el Estado social como las familias fallan en su función de protección. Las experiencias de personas trans* y no binarias constituyen una plataforma política fundamental para repensar sociológicamente los conceptos de cuidado, masculinidad y disidencia corporal en el marco de la ciudadanía íntima en Europa del Sur.

Palabras-clave: Trans* y no binarias, cuidado, heroicidad, amistad, Europa del Sur.

Introdução

Apesar de mudanças significativas em anos recentes, há um défice de visibilidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexo e queer (LGBTIQ) ao longo da história. Essa falta de visibilidade traduz-se na fraca expressão de representações empoderadoras das pessoas LGBTIQ. Consequentemente, e como reconhecem Myrte Dierckx e Lucas Platero (2018), assiste-se ao domínio de uma narrativa sobre pessoas LGBTIQ que coloca a tónica na vitimização, na violência e nos problemas de saúde, com domínio dos estudos quantitativos sobre bullying, tentativas de suicídio e incidência de depressão. Apesar de centrais para processos de sensibilização sociocultural e mudança jurídica, o enfoque primordial em narrativas sobre violência e vitimização dificulta o reconhecimento de modelos proativos e empoderadores que constituem também a experiência de pessoas LGBTIQ. Este enviesamento na representação sociocultural que confere maior peso à violência e exclusão, silenciando a agência e a capacitação, encontra na população trans* e não binária um poderoso exemplo (Stryker e Whittle 2006; Richards, Bouman e Barker 2017).¹

Neste artigo, procura-se responder parcialmente a esse défice, colocando no centro o papel de homens trans* e pessoas não binárias enquanto agentes – e não objetos – na prestação de cuidados a outras pessoas. Desta forma, o artigo propõe que viremos do avesso o imaginário dominante em torno das pessoas trans* enquanto vítimas e pessoas com necessidade de cuidados (materiais, emocionais e de saúde, entre outros), para que sejam reconhecidas enquanto elementos fundamentais na rede de prestação de apoio num contexto de crescente precariedade e de retração do Estado Social na Europa do Sul. Esta inversão do paradigma analítico sobre pessoas trans* e não binárias será feita através da atenção ao tema do cuidado, utilizando-o como ponto de partida para propor o cuidado como um ato

Os usos diversos da terminologia no espetro trans* refletem a ampla diversidade de identidades, experiências incorporadas e expressões de género que habitam o próprio conceito. O recurso ao asterisco visa refletir justamente a diversidade da comunidade trans*, permitindo antecipar experiências por nomear, sem ceder à pretensão de imaginar que tudo quanto pode existir já é. Há um porvir contido na designação trans*. Acresce que esta escolha conceptual está em consonância com os padrões internacionais mais atualizados sobre esta matéria (Halberstam 2018; Hines *et al.* 2018).

heroico no quotidiano e para indagar acerca da cisnormatividade subjacente ao imaginário de herói. Desta feita, as experiências individuais de homens trans* e pessoas não binárias permite-nos reter a importância da transformação sociocultural operada a nível micro, paralelemente aos avanços jurídicos e políticos de pendor macro já amplamente estudados (Cascais 2004; Carneiro 2009; Saleiro 2013; Santos 2013). Por fim, ao articular os conceitos de cuidado e heroicidade, neste artigo, pretende-se consolidar as insuficientes narrativas de influência (Meyer 2006) relativamente a pessoas LGBTIQ, ou seja, contribuir especificamente para uma história que reconhece o impacto da ação de pessoas trans* e não binárias na vida de outras pessoas.

1. O que faz de um herói um herói?

A figura do herói tem acompanhado o imaginário cultural produzido em contextos variados, dialogando de forma mais imediata com arenas de produção cultural – destacando-se aqui a banda desenhada, a literatura e o cinema (Shyminsky 2011). As ciências sociais definem heroicidade de formas também diversas e transversais (Kinsella *et al.* 2017). Um denominador comum parece ser a identificação de um comportamento de pendor altruístico revelador de coragem excecional e proatividade ao serviço de outras pessoas apesar de condições de adversidade (Becker e Eagly 2004).

Inserindo-se no campo mais amplo dos estudos sobre heroicidade, a figura do herói nacional tem sido analisada enquanto parte do discurso que (re)constrói a nação enquanto realidade e mito, definindo-se a partir de valores como a valentia, a determinação e a pujança física (Lobban 2015; Frisk 2018). Por outras palavras, o herói nacional emerge então como uma figura salvífica, que convoca o imaginário da proteção contra um mal maior ou um perigo eminente (Kinsella *et al.* 2015).

Uma lente de género a partir dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género (EMFG) (Pereira 2017) permite deslindar o papel desempenhado por estes atributos na manutenção do paradigma dominante de masculinidade (Connell 1995; Whitehead e Barrett 2001). Mas, além da associação a atributos culturalmente masculinizados, um aspeto pouco abordado nos estudos sobre heroicidade é o da homogeneidade da figura do herói. Com efeito, apesar de se autoconstituir enquanto elite figurativa de um coletivo – representando alegadamente o melhor que a nação viu nascer –, os heróis nacionais são frequentemente iguais entre si, surpreendentemente homogéneos, de uma forma objetivamente impossível (Lobban 2015). No contexto da Europa do Sul, todos os heróis que não constituem a exceção que confirma a regra,² são homens cisgénero, brancos, jovens, heterosse-

Ocorre citar a construção de Ricardo Quaresma enquanto herói do futebol nacional e o modo complexo como a sua múltipla pertença identitária é silenciada ou realçada pelos discursos cul-

36 Ana Cristina Santos

xuais, com demonstrada força física e psicológica, e sem deficiência ou doença crónica ou mental. Poder-se-ia sugerir que o imaginário em torno do herói é devedor de uma missão eugenista de seleção entre humanos, que assenta na sobreposição capacitista dos estereótipos de beleza e desempenho físico. De acordo com esta linha de argumentação, para cumprir a narrativa que assim o designa, um herói nacional tem de encaixar no estereótipo de herói nacional de forma a cumprir a expetativa. Como tal, com exceção de casos raros – e devidamente assinalados como tal na literatura científica³ –, a figura de herói nacional é incompatível com a figura de *misfit* (Garland-Thomson 2011).

Em suma, a representação em torno do herói nacional não acolhe a possibilidade de diversidade que subjaz a uma nação feita de pessoas heterogéneas. Muitas questões poder-se-iam colocar neste momento: como pode a nação aceitar representar-se a partir de uma imagem tão redutora? Em que medida a representação do herói nacional contribui para uma forma excludente de cidadania que remete para um não-lugar tudo o que lhe é externo? Como são os heróis e as heroínas de que não falamos? Onde estão, como se autorrepresentam, quem os silencia? Podemos pensar uma reapropriação diversa da figura heroica, na linha do conceito shero que, de modo autoevidente, coloca a tónica nas heroínas? Haverá espaço para reconhecer as micropolíticas do heroísmo no quotidiano? Que mecanismos operam para que alguns modelos de heroísmo sejam autorizados a representar legitimamente uma comunidade, enquanto outros são descartados como anormais, perigosos, desprestigiantes, estranhos, monstruosos? E onde se encontram os homens trans* e pessoas não binárias nesta encruzilhada entre heroísmo, corpo e diversidade? Em que medida constituem as pessoas trans* e não binárias exemplos de heroísmo?

2. De vilão (misfit) a herói (cuidador)

Resumindo, por via do modo como o corpo heroico é construído, pessoas trans* e não binárias parecem estar excluídas da representação do heroísmo. Já Caterina Nirta alertara: «A crescente popularidade das narrativas trans não libertou os seus corpos da acusação de monstruosidade» (Nirta 2018, 136), afastando-os da possibilidade de ascender ao imaginário heroico caracterizado, entre outros atributos, por uma acentuada cisnormatividade. E, no entanto, por via da transfobia dominante, são justamente as pessoas trans* e não binárias que, no quotidiano, enfrentam fortes ameaças à sua integridade (Rodrigues *et al.* 2017; Saleiro 2017), cometendo microatos de resistência que, por si só, poderiam constituir atos heroicos. Bastaria, para tal, rever o conceito de heroicidade.

turais dominantes. Ver, a propósito, https://www.dn.pt/desporto/interior/portugues-quando-acerta-cigano-quando-falha-9512342.html?utm_source=Push&utm_medium=Web

³ Ver, por exemplo, estudos em torno do conceito de *supercrip* (Schalk 2016).

A capacidade de prestar auxílio em situações de adversidade constitui um elemento central do que se define por ato heroico. ⁴ Na verdade, a origem etimológica de heroicidade decorre da palavra grega *heros*, que significa protetor ou defensor. Neste artigo, recuperando o significado original da palavra, sugiro que pensemos no cuidado como ato heroico, em especial em contextos onde, por via da crescente precariedade, tanto o Estado quanto as famílias falham na sua função de proteção social. Nesse sentido, na Europa do Sul, a sociedade providência revelase fortemente ancorada em redes de amizade constituídas, também, por pessoas trans* e não binárias, para quem as relações de amizade representaram muitas vezes a única corda de salvação que permitiu, antes de tudo, sobreviver.

O ponto de partida empírico para este artigo é o projeto INTIMATE: Cidadania, Cuidado e Escolha – As micropolíticas da cidadania íntima na Europa do Sul, financiado pelo European Research Council entre 2014 e 2019 e desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. No âmbito do INTIMATE foram conduzidos 18 estudos aprofundados em Portugal, Espanha e Itália, recolhendo-se narrativas por parte de 90 participantes que se autodefinem como LGBTQ. Com um enfoque analítico tripartido sobre cidadania, cuidado e escolha, os estudos estruturaram-se em torno dos temas conjugalidade, parentalidade e amizade enquanto eixos fundamentais das práticas de cidadania íntima. Neste artigo, assim como no projeto de pesquisa que o sustém, seguimos de perto a definição de cidadania íntima cunhada por Ken Plummer em 2003:

A cidadania íntima tem que ver com as decisões que as pessoas têm de tomar acerca do controlo (ou não) do seu corpo, sentimentos e relações; do acesso (ou não) a representações, relações, espaços públicos, etc.; e com escolhas de cariz social (ou não) acerca de identidades, experiências de género e experiências eróticas. Não implica um modelo, um padrão, uma forma. (Plummer 2003, 14)

As entrevistas incluídas neste artigo foram realizadas em Lisboa a homens trans* e pessoas não binárias. Todas as pessoas entrevistadas tinham entre os 25 e os 45 anos, e configuravam um quadro de pertença socioeconómica misto que conjugava um elevado nível educacional (todas as pessoas tinham mestrado) com rendimentos mensais inferiores a 500 euros. O método seguido foi o método interpretativo narrativo biográfico (BNIM) (Wengraf 2007). A decisão de incidir esta reflexão na narrativa de homens trans* e pessoas não binárias é política e visa compensar o peso que a feminização do cuidado apresenta na literatura socioló-

Com efeito, a prestação de cuidados em situações-limite tem permitido a criação de heróis contemporâneos, designados invariavelmente no masculino, com exemplos recentes que incluem a campanha que descreve os bombeiros como heróis sem capa (https://www.alvesbandeira.pt/campanhas/herois-sem-capa/) ou Arnaud Bertrane, o polícia francês que trocou de lugar com uma refém sequestrada (https://www.publico.pt/2018/03/24/mundo/noticia/morreu-o-policia-frances-que-se-ofereceu-para-ser-trocado-por-uma-refem-1807916).

38 Ana Cristina Santos

gica, permitindo estudar a interseção entre masculinidades não normativas e prestação de cuidado.

Acresce mencionar que as entrevistas utilizadas tiveram lugar no estudo sobre a centralidade da amizade para pessoas trans*. Como explica uma das pessoas entrevistadas,

Acho que uma das especificidades da opressão trans é o nosso isolamento. [...] Quando és trans e começas a falar disto podes perder tudo, a tua família, os teus amigos existentes, e é superassustador. E é por isto que faço este esforço por todas as pessoas trans ainda no armário, ou no início da transição, com que me cruzo, para dizer qualquer coisa, «estou aqui». [Mika, não binári@, 30-34 anos]

Este excerto vai ao encontro de resultados em estudos anteriores acerca das relações de amizade enquanto fonte de intimidade e segurança emocional, particularmente importante em contextos de vulnerabilidade decorrente do preconceito (Roseneil e Budgeon 2004; Roseneil 2006). Por esta razão, a amizade configura uma área indispensável de investigação em matéria de cidadania íntima e prestação de cuidado (Roseneil 2004).

Da análise efetuada no estudo sobre o papel da amizade para pessoas trans* resultou evidente a relevância de práticas informais de prestação de cuidados, mais ou menos continuados no tempo, e que envolviam pessoas familiares mas também amigos ou amigas independentemente do seu estatuto trans*, cisgénero ou não binário. Foram então identificados três tipos principais de cuidado que foram designados por: cuidado intersubjetivo; cuidado corpóreo e clínico; e cuidado logístico.

2.1. Cuidado intersubjetivo

A intersubjetividade é umas das áreas que envolve a vida do ser humano e pode definir-se como a capacidade de se relacionar. Nas entrevistas, o cuidado intersubjetivo assumiu frequentemente a forma do acolhimento, do ato de não julgar, de colocar as pessoas à vontade, de se solidarizar. Os seguintes excertos são ilustrativos desta componente da prestação de cuidados na vida das pessoas participantes:

Tenho outra amiga que é cis e hétero, mas as pessoas estão sempre a chateá-la com o seu penteado e ela é alcoólica e tem vergonha, mas não tem vergonha comigo. Ela sabe que eu não julgo, são essas coisas que são muito importantes para mim. [...] Sinto que é da minha responsabilidade ajudar como puder. [Mika, não binári@, 30-34 anos] A minha avó foi para o hospital e estava muito mal, hum..., e eu fui lá visitá-la e acho que lhe perguntei se ela queria rezar. Então ela dá-me as mãos e perguntei-lhe se ela queria rezar, porque eu sei que é uma coisa importante para ela. [...] Estivemos a rezar

o anjo da guarda. Anjo da guarda, minha companhia, guarda-me a mim e à minha avó de noite e de dia. E pronto. E depois ensinou-me outra vez, há muito tempo que já não me lembrava do pai-nosso, pronto, e ficámos só um bocadinho a rezar e depois começa a fazer as coisas e depois às vezes esquece-se e depois lembramo-nos as duas juntas e eu estou lá. [Ricardo, 25-29 anos, não binári@]

Nestes exemplos, o cuidado intersubjetivo incide sobre a capacidade de prestar apoio em situações de vulnerabilidade suspendendo julgamentos de valor. Tal capacidade de não julgar pode ser interpretada como uma aprendizagem decorrente da incorporação de experiências de discriminação e que, em vez de gerar um fechamento face à diversidade, conduz a um posicionamento empático – por exemplo, acolher a amiga com consumos elevados de álcool ou rezar com a avó, não obstante o legado opressor do judaico-cristianismo relativamente a pessoas LGBTIQ (Toldy e Santos 2016).

Através do cuidado intersubjetivo podemos regressar à definição de transgénero proposta por Jack Halberstam que sugere a identidade trans* enquanto forma relacional: «transgénero pode ser considerado um conceito de relacionalidade; descreve não apenas uma identidade mas uma relação entre pessoas, dentro de uma comunidade, ou dentro de laços de intimidade» (Halberstam 2005, 49).

A relacionalidade que um corpo trans* convoca remete então para a ideia de aliança com outras existências precárias a partir de um corpo que é afinal todo um coletivo, um corpo em aliança, como bem aponta Judith Butler (2015). Nessa linha, a relacionalidade enquanto marcador de uma identidade coletiva trans* estende-se ao entendimento do cuidado como prática relacional, uma prática relacional feita de «corpos na rua na luta, o corpo da multitude» (Oliveira 2017, 135), sem vestígio de essencialismo identitário. E, com efeito, esse cuidado-relação envolve agentes que não habitam necessariamente o círculo da intimidade mais próxima, como se verá no caso do cuidado corpóreo e clínico.

2.2. Cuidado corpóreo e clínico

Sob a designação cuidado corpóreo e clínico estão agrupadas práticas de apoio a outras pessoas trans* e não binárias relativamente a conhecimentos técnicos sobre corpo, tratamento hormonal e cuidados de saúde variados. Aprender a enfaixar o peito ou a usar maquilhagem que facilite a alteração da expressão de género através de oficinas sobre *drag*, por exemplo, são formas de ajuda prestadas *por* pessoas trans* a outras pessoas trans*. As redes sociais e outras formas de comunicação online são meios citados para a partilha deste tipo de conhecimento enquanto forma de apoio a pessoas que estão no início de um processo de autoidentificação trans*. Paralelamente, a prestação de cuidados a este nível dá-se de forma presencial, e é relatada enquanto forma de ativismo e de resistência ao isolamento social que a transfobia provoca. No campo da saúde, informação acerca

40 Ana Cristina Santos

de profissionais que facilitam um diagnóstico e o acesso ao tratamento hormonal, ou conhecimento detalhado acerca do impacto da medicação na líbido, por exemplo, são áreas de intervenção descritas pelas pessoas entrevistadas:

Esta pessoa estava-me a dizer que na sua região é superdifícil encontrar psis que dessem um diagnóstico para depois obter hormonas, então eu disse-lhe «em XXXX é fácil e rápido, eu tenho um amigo que fez. Posso-te dar o contacto». São essas coisas. Posso perguntar-lhe, «mas conheces outras pessoas trans? Precisas de...?» Qualquer coisa que me diga que precisava, eu podia encontrar. Não sei tudo, mas sei onde procurar informações. E eu disse «Para qualquer coisa, estou disponível». Isto faço muitas vezes. [Mika, não binári@, 30-34 anos]

O cuidado corpóreo e clínico inclui ainda a prestação de ajuda a profissionais de saúde cujas práticas e afirmações em contexto de consulta traduzem desconhecimento relativamente ao espetro transgénero, mas que, não obstante, demonstram disponibilidade para aprender:

Senti que comecei a ser também um apoio para outras pessoas porque o que uma pessoa faz desde o início é procurar muita informação, hum..., em sítios muito, muito diferentes e muitos tipos de informações diferentes. Hum, um apoio curiosamente que eu sinto que acabo por dar quase sempre é o próprio apoio que se dá aos médicos. Hum, sentindo eles ou não que estão a ser apoiados. [Hugo, trans, 40-44 anos]

Também para estas/es profissionais de saúde, as pessoas trans* constituem fontes de informação fundamentais e insubstituíveis, por terem um conhecimento especializado e aprofundado acerca das experiências que incorporam (Davy 2011; Platero 2014). Como sublinhava Susan Stryker em 2006, reportandose a temas relacionados com o modo como funcionam os corpos e as representações acerca deles, e com aquilo que conta ou não enquanto conhecimento, «todas estas questões filosóficas têm consequências materiais na qualidade das vidas transgénero» (Stryker 2006, 9). Mais uma vez se aplica a máxima «nada sobre nós sem nós», celebrizada internacionalmente pelo movimento das pessoas com deficiência, revestindo-se da maior importância relativamente a públicos historicamente silenciados.

2.3. Cuidado logístico

Aquilo que sugiro designar por cuidado logístico visa em larga medida o apoio na gestão da vida quotidiana. A gestão da vida quotidiana é feita com recurso a redes de apoio constituídas muitas vezes no contexto da amizade, sobretudo junto de pessoas para quem outras redes falham por via da transfobia ou

outras formas de desresponsabilização social e familiar. Neste âmbito, realça-se o apoio logístico que inclui preparar refeições para outra pessoa, pagar contas em situação de desemprego, cuidar dos animais, arrumar a casa, fazer as compras de supermercado ou levar uma pessoa idosa a uma consulta, entre outros exemplos.

Como o meu colega de casa teve problemas financeiros, paguei tudo [renda, contas] durante seis meses. [...] Ele tinha caído no alcoolismo e estava a separar-se da sua esposa, que é uma amiga minha também. [...] E vi uma pessoa que era..., que tinha muitas dificuldades em sair de casa, que tinha muita ansiedade, fazia crises de pânico [...]. Quando ir às compras é demasiado difícil, eu vou, quer dizer, eu vou. [...] Um dia ele [pausa, suspiro] hum, assustou-me, começava a ter ideias suicidas e pouco depois decidiu entrar voluntariamente no hospital duas semanas e eu tratei do seu trabalho. Ele tem um trabalho independente, fiz o seu trabalho, tratei dos gatos, fiz tudo em casa. [...] Era bastante deprimente, mas ele sabia que podia apoiar-se em mim para cuidar da casa, por exemplo. [Mika, não binári@, 30-34 anos]

Tudo o que foi preciso em termos de levar os meus pais aqui e ali e ajudar, estar presente antes e depois das cirurgias, quer dizer, tudo o que era necessário. [...] No caso dessa minha tia, tenho sido um apoio permanente a vários níveis, desde tratar da medicação, fazer aquelas coisas que quando eu vejo os anúncios de emprego para auxiliar de geriatria perguntam se a pessoa sabe fazer ou se fez ou que aprende a fazer, basicamente essas coisas, organizar medicação, ir à farmácia, e fazer uma coisa aqui e ali, ir com ela ao médico, também a levo à hidroginástica quando ela precisa. [Hugo, trans, 40-44 anos]

Nestes excertos, é notória a importância de conhecimentos adquiridos aquando do processo de socialização e que são em larga medida incompatíveis com o universo da masculinidade dominante, fortemente ancorada na divisão sexual do trabalho doméstico que alimenta o próprio sistema cis-heteropatriarcal. Por outras palavras, as masculinidades dominantes estão afastadas do conhecimento adquirido por via de processos de socialização que atribuem às mulheres cisgénero funções culturalmente naturalizadas na esfera doméstica, com aprendizagens que começam de forma precoce no cuidado aos irmãos e irmãs mais novas, no apoio a tarefas como limpar e cozinhar, e no incentivo à expressão dos afetos.

Mais tarde, ao longo do processo de construção da transmasculinidade, a pressão para cumprir uma expetativa social dominante em torno dos papéis atribuídos aos homens constitui um fator adicional de complexidade nesse percurso. Pontes e Silva refletem acerca dessa complexidade no seu trabalho acerca de homens trans* no contexto brasileiro: «Negociar com a masculinidade, ou seja, produzir um corpo no registro do masculino, envolve, dentre outros fatores, mobilizar valores e códigos de gênero partilhados dentro dos grupos, entre os sujeitos situados no tempo» (Pontes e Silva 2017, 414). No limite, um papel mais ativo na prestação de cuidado poderia colocar entraves ao reconhecimento de uma mascu-

42 Ana Cristina Santos

linidade num sistema cis-heteropatriarcal em que, tradicionalmente, os homens se encontram arredados dessa responsabilidade.

Todos estes fatores concorrem para a riqueza de experiências acerca do cuidado prestado por homens trans* e pessoas não binárias que desafiam a norma em múltiplas frentes.

3. Transgenderizando o cuidado: notas conclusivas

Em 2007, Sally Hines publicava o artigo «Transgendering care: Practices of care within transgender communities», um dos primeiros a considerar as práticas de pessoas trans na rede de prestação de cuidados. Centrando-se na relação desenvolvida com associações e a comunidade trans*, o que Hines (2007) defendia então encontra respaldo no trabalho realizado agora no contexto da Europa do Sul.

Neste artigo, incidiu-se sobre aquilo que se pode designar por micropolíticas do heroísmo no quotidiano e, mais especificamente, sobre o estatuto de herói-cuidador, entendido como alguém que presta cuidados fundamentais ao bem-estar de outras pessoas. Como se viu, a figura do herói corresponde frequentemente a homens cisgénero que cumprem o imaginário de masculinidade dominante, conferindo valor sociocultural a elementos como valentia, determinação e pujança física. Um traço comum é a representação dos heróis enquanto figuras transcendentes, por oposição ao ser humano comum. Por outras palavras, os heróis pertencem ao campo da anormalidade e, não obstante, são celebrados pela cultura dominante — encaixam. O outro lado desta narrativa é ocupado por experiências igualmente atípicas mas não celebradas, materializadas em biografias produzidas por corpos dissidentes, que não encaixam (*misfits*) — os corpos de pessoas trans* ou não binárias prestadoras de cuidado, por exemplo.

Ao reconhecer práticas altruísticas de resistência à adversidade através da prestação de auxílio conquista-se espaço para aceitar o cuidado enquanto ato heroico. A decisão hermenêutica de colocar o cuidado no mesmo plano simbólico da heroicidade revela-se particularmente significativa em contextos onde, por razões de transfobia e de crescente precariedade, tanto o Estado social quanto as famílias falham na sua função de proteção. Cabe, contudo, salientar que esta decisão não visa contribuir para uma visão simplista das pessoas trans* ou não binárias que seriam então posicionadas num de dois polos opostos no espetro que vai de vítima a herói. As experiências relatadas e as vidas vividas são amplamente complexas e dinâmicas, sendo abundantes exemplos de resistência ao lugar de vítima que não passam necessariamente por uma busca de lugar heroico.

Com base nas entrevistas realizadas a homens trans* e pessoas não binárias, foram propostos três tipos de cuidado: cuidado intersubjetivo, cuidado corpóreo e clínico, e o cuidado logístico. As experiências reportadas neste artigo assumem particular relevo na interseção entre estudos transgénero e estudos sobre o cui-

dado por duas razões fundamentais. Por um lado, o cuidado tem sido desde sempre um conceito central para os Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género (Portugal 1998; Lister et al. 2007). Passando por temas como a ética do cuidado ou a reivindicação do cuidado enquanto trabalho não remunerado, os EMFG acabaram por contribuir, involuntariamente, para a cristalização da figura da cuidadora enquanto mulher cisgénero, frequentemente dentro de um quadro heteronormativo e reprodutor, falhando em considerar a transformação do tecido íntimo na contemporaneidade (Roseneil 2004). Tal sucede por via da predominância da visibilidade cultural das mulheres que cuidam das crianças (como irmãs, mães e/ou educadoras) para algumas décadas depois (ou em simultâneo) cuidarem das pessoas mais velhas da família (mães, pais, sogras, sogros). Mas a desatenção face a temas trans* dentro dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género tem sido também uma característica reconhecida (Hines et al. 2018) e que importa contrariar. As experiências de homens trans* e pessoas não binárias no que se reporta à prestação de cuidados interrompe esta narrativa dominante produzida a partir de um modelo longitudinal de prestação de cuidados e convida a repensar as ligações tácitas ou explícitas entre género, domesticidade e cuidado.

Por outro lado, ao aproximar a reflexão sobre prestação de cuidados das vivências de pessoas trans e não binárias, esta pesquisa contribui para um novo paradigma de reconhecimento face ao papel de pessoas tradicionalmente descritas como objetos de cuidado e não sujeitos fundamentais na rede de apoio a outras pessoas. Partindo da análise de entrevistas narrativas biográficas, neste artigo, permite-se regressar aos sujeitos trans* enquanto fonte de autoridade simbólica. Allison Rooke lembra a relevância de narrar o self-trans* e de como o resultado decorrente de processos de partilha de história de vida é relacional: «A experiência de uma pessoa converte-se em autoridade através da interação social com outras pessoas» (Rooke 2010, 70). Neste sentido, recupero as palavras de Isaac West, acerca da importância de assumir uma perspetiva afirmativa no que concerne a investigação com e sobre pessoas trans*:

Contrariamente às representações medicalizadas e patologizantes acerca de pessoas trans, nas quais lhes é subtraída agência e se pressupõe que não sejam iguais a quaisquer cidadãos e cidadãs numa dada comunidade, adoto uma abordagem afirmativa, enfatizando os modos como as pessoas trans se movimentam no mundo e constroem vidas significativas. (West 2014, 9)

Com efeito, a ausência de narrativas de influência, em que pessoas trans* são reconhecidas – e se autorreconhecem – enquanto agentes sociais com papel de relevo é um traço predominante nos estudos LGBTIQ. A decisão de adotar uma abordagem afirmativa na análise realizada visou contribuir para colmatar esse défice. Ao longo de toda a pesquisa realizada nos cinco anos do projeto INTI-

44 Ana Cristina Santos

MATE, apenas nos estudos sobre a centralidade da amizade e das redes de cuidado para pessoas trans* foi possível identificar autonarrativas de reconhecimento e valorização do papel da pessoa LGBTIQ, ou seja, colocando no centro da análise a agência individual enquanto geradora de bem-estar e fonte de empoderamento no sentido de autodeterminação e capacitação.

Em Portugal, como nos contextos espanhol e italiano, recolheram-se histórias de cuidado a pessoas idosas, sobretudo familiares (pais, mães, tias, avós), mas também cuidado a outras pessoas trans* e pessoas cisgénero em situação de precariedade laboral, económica e emocional. As histórias de vida que foram partilhadas connosco no contexto português não podem deixar de ser interpretadas à luz de uma Europa do Sul fortemente familista, na qual a rede informal de prestação de cuidados visa colmatar as falhas de um Estado-providência tardio e, mais recentemente, de um Estado social em retração. Entre as entrevistas realizadas, houve também exemplos de auxílio prestado por pessoas trans* a profissionais de saúde que desconheciam muitos dos aspetos importantes para o apoio clínico e/ou psicológico a pessoas trans*.

Mas, paralelamente às narrativas biográficas que se registaram, importa reconhecer as histórias que não se recolheram e que poderiam igualmente conter exemplos de prestação de cuidados em outras frentes, incluindo no apoio a filhos e filhas de pessoas trans* e não binárias, por exemplo. As histórias recolhidas e as que ficaram por contar provam a relevância conceptual e política de continuar o trabalho sobre este tema, colocando a tónica analítica na agência de pessoas trans* e não binárias. Como defende Hines, «a análise de práticas de cuidado transgénero [...] é fundamental para o entendimento sociológico acerca da diversidade de práticas de identidade, intimidade e cuidado em mudança nas sociedades contemporâneas» (Hines 2007, 1).

No ano em que, fruto do trabalho concertado entre agentes políticos, académicos e ativistas (Hines e Santos 2018), Portugal aprovou uma notável lei de identidade de género respeitadora da autodeterminação, as pessoas que participaram neste estudo são representativas de heróis e heroínas no armário do silêncio pela transfobia que caracteriza muitas das nossas práticas políticas e socioculturais. E, também por isso, as experiências de homens trans* e pessoas não binárias constituem uma plataforma política fundamental para repensar sociologicamente os conceitos de cuidado, masculinidade, heroicidade e dissidência corporal no marco da cidadania íntima na Europa do Sul.

Referências bibliográficas

Becker, Selwyn W, and Alice H. Eagly. 2004. «The heroism of women and men». *American Psychologist* 59(3): 163-178. DOI: 10.1037/0003-066X.59.3.163

Butler, Judith. 2015. Notes Toward a Performative Theory of Assembly. Cambridge, MA: Harvard University Press. DOI: https://doi.org/10.4159/9780674495548

- Cascais, Fernando (org.). 2004. *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda.
- Carneiro, Nuno Santos. 2009. *Homossexualidades: Uma Psicologia Entre Ser, Pertencer e Partici-* par. Porto: Livpsic.
- Connell, Raewyn W. 1995. Masculinities. Cambridge: Polity.
- Davy, Zowie. 2011. Recognizing Transsexuals. Personal, Political and Medicolegal Embodiment. Farnham: Ashgate.
- Dierckx, Myrte, e R. Lucas Platero. 2018. «The meaning of trans* in a family context». *Critical Social Policy* 38 (1): 79-98. DOI: https://doi.org/10.1177/0261018317731953
- Frisk, Kristian. 2018. «What Makes a Hero? Theorising the Social Structuring of Heroism». *Sociology* (April 2018). DOI: https://doi.org/10.1177/0038038518764568
- Garland-Thomson, Rosemarie. 2011. «Misfits: A Feminist Materialist Disability Concept». Hypatia 26 (3): 591-609. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2011.01206.x
- Halberstam, Jack. 2005. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. Nova Iorque: New York University Press.
- Halberstam, Jack. 2018. *Trans**. A quick and quirky account of gender variability. Oakland, CA: University of California Press.
- Hines, Sally 2007. «Transgendering care: Practices of care within transgender communities». Critical Social Policy 27 (4): 462-486. DOI: https://doi.org/10.1177/0261018307081808
- Hines, Sally, e Ana Cristina Santos. 2018. «Trans* policy, politics and research: The UK and Portugal». *Critical Social Policy* 38 (1): 35-56. DOI: https://doi.org/10.1177/02610183177 32880
- Hines, Sally, Zowie Davy, Surya Monro, Joz Motmans, Ana Cristina Santos, e Janneke Van Der Ros. 2018. «Introduction to the themed issue: Trans* policy, practice and lived experience within a European context». *Critical Social Policy* 38 (1): 5-12. DOI: https://doi.org/10.1177/0261018317732879
- Kinsella, Elaine, Timothy Ritchie, e Eric Igou. 2015. «Lay perspectives on the social and psychological functions of heroes». *Frontiers in Psychology* 6, 130. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00130
- Kinsella, Elaine, Timothy D Ritchie, e Eric Igou. 2017. «Attributes and Applications of Heroes: A Brief History of Lay and Academic Perspectives». In *Handbook of Heroism and Heroic Leadership*, organizado por Scott T. Allison, George R. Goethals, e Roderick M. Kramer, 19-35. Nova Iorque: Routledge.
- Lister, Ruth, Fiona Williams, Anneli Anttonen, Jet Bussemaker, Ute Gerhard, Jacqueline Heinen, Stina Johansson, Arnlaug Leira, Birte Siim, e Constanza Tobío. 2007. *Gendering Citizenship in Western Europe: new challenges for citizenship research in a cross-national context*. Bristol: The Policy Press. DOI: https://doi.org/10.2307/j.ctt9qgzcn
- Lobban, Jackie. 2015. «Homogenous Heroes: selective memory and exclusive myth». *History in the Making* 4 (1): 44-53.
- Meyer, David S. 2006. «Claiming credit: stories of movement influence as outcomes». *Mobilization* 11 (3): 281-298. Disponível em http://mobilizationjournal.org/doi/abs/10.17813/maiq.11.3.952k5670640t253u
- Nirta, Caterina 2018. Marginal Bodies, Trans Utopias. Abingdon: Routledge.
- Oliveira, João Manuel. 2017. «Trânsitos de Género: leituras queer/trans* da potência do rizoma género». In Géneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes, organizado por João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio, 115-138. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL).
- Pereira, Maria do Mar. 2017. Power, Knowledge and Feminist Scholarship. An Ethnography of Academia. Londres: Routledge. DOI: https://doi.org/10.4324/9781315692623

46 Ana Cristina Santos

Platero, R. Lucas. 2014. *Trans*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Bellaterra.

- Plummer, Ken. 2003. *Intimate citizenship: Private discussions and public dialogues*. Seattle e Londres: University of Toronto Press.
- Pontes, Júlia Clara, e Cristiane Gonçalves da Silva. 2017. «Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans», *Periódicus* 1 (8): 396-417. DOI: https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211
- Portugal, Sílvia. 1998. «Women, Childcare and Social Networks». In *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, organizado por Virgínia Ferreira, Teresa Tavares e Sílvia Portugal, 345-355. Oeiras: Celta.
- Richards, Christina, Walter Pierre Bouman, e Meg-Jon Barker. 2017. *Genderqueer and Non-binary Genders*. Londres: Palgrave. DOI: https://doi.org/10.1057/978-1-137-51053-2
- Rodrigues, Liliana, Nuno Santos Carneiro, e Conceição Nogueira. 2017. «Violência transfóbica: aproximações críticas e horizontes de resistência». In *Intervenção psicológica e social com vítimas. Vol. 2 Adultos*, organizado por Sofia Neves, 167-192. Coimbra: Almedina.
- Rooke, Allison, 2010. «Telling Trans Stories: (Un)doing the science of sex». In *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, organizado por Sally Hines, e Tam Sanger, 64-83. Londres: Routledge.
- Roseneil, Sasha, e Shelley Budgeon. 2004. «Cultures of intimacy and care beyond the 'family': personal life and social change in the early twenty-first century». *Current Sociology* 52 (2): 135-159. DOI: https://doi.org/10.1177/0011392104041798
- Roseneil, Sasha. 2004. «Why we should Care about Friends: An Argument for Queering the Care Imaginary in Social Policy». *Social Policy and Society* 3 (4): 409-419. DOI: https://doi.org/10.1017/S1474746404002039
- Roseneil, Sasha. 2006. «Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 76: 33-51. DOI: https://doi.org/10.4000/rccs.818
- Saleiro, Sandra Palma. 2013. *Trans* Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Saleiro, Sandra Palma. 2017. «Diversidade de género na infância e educação: Contributos para uma escola sensível ao (trans)género». *Ex* æquo 36: 149-165. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.09
- Santos, Ana Cristina. 2013. Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe. Basingstoke: Palgrave. DOI: https://doi.org/10.1057/9781137296405
- Schalk, Sami. 2016. «Reevaluating the Supercrip». *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*, 10 (1): 71-86. DOI: https://doi.org/10.3828/jlcds.2016.5
- Shyminsky, Neil. 2011. «'Gay' sidekicks: queer anxiety and the narrative straightening of the superhero». *Men and Masculinities* 14 (3): 288-308. DOI: https://doi.org/10.1177/109 7184X10368787
- Stryker, Susan. 2006. «(de)Subjugated knowledges: an introduction to transgender studies». In *The Transgender Studies Reader*, organizado por Susan Stryker e Stephen Whittle, 1-18. Nova Iorque: Routledge.
- Stryker, Susan, e Stephen Whittle (orgs). 2006. *The Transgender Studies Reader*. Nova Iorque: Routledge.
- Toldy, Teresa, e Ana Cristina Santos, orgs. 2016. «Religião, género e cidadania sexual», número semitemático da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 110. Disponível em https://journals.openedition.org/rccs/6342
- Wengraf, Tom. 2007. «Guide to BNIM Biographic-Narrative Interpretive Method: Intervie-

wing for Life-Histories, Lived Situations and Ongoing Personal Experience». Version 7.11e, 26 November. Disponível em tom@tomwengraf.com.

West, Isaac. 2014. *Transforming Citizenships. Transgender Articulations of the Law.* Nova Iorque: New York University Press.

Whitehead, Stephen. M., e Frank J. Barrett. 2001. *The Masculinities Reader*. Cambridge: Polity Press.

Ana Cristina Santos. Socióloga. Doutorada em Estudos de Género pela Universidade de Leeds, Reino Unido, e Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal, é Investigadora no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, e Honorary Research Fellow no Birkbeck Institute for Social Research, Universidade de Londres. Tem trabalhado em projetos de investigação sobre género, sexualidade, corpo, LGBTQI+, movimentos sociais, cidadania e direitos humanos. Vice-presidente da Sexuality Research Network da Associação Europeia de Sociologia entre 2012 e 2016, é Cocoordenadora desde 2013 do programa de doutoramento internacional Human Rights in Contemporary Societies do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Endereço eletrónico: cristina@ces.uc.pt

Artigo recebido a 3 de agosto de 2018 e aceite para publicação a 25 de setembro de 2018.

MEMORIAS POSIBLES PARA EL MOVIMIENTO TRANS* EN ECUADOR

Fernando I. Sancho Ordoñez* R. Lucas Platero*

Resumen

En los últimos veinte años, Ecuador ha experimentado una serie de transformaciones en materia de derechos sociales que incluye a las personas trans*. En 1997, la homosexualidad dejó de ser un delito y a partir de ese momento quienes fueron consideradas personas delincuentes y enfermas pasaron a convertirse en ciudadanas y sujetos de derechos. El movimiento travesti, transgénero y transexual ha devenido en un sujeto político que ha resistido las más crueles represiones para alcanzar una vida más vivible (Butler 2017). Mediante una metodología cualitativa que incluye entrevistas a activistas, relatos de prensa, documentos bibliográficos y experiencias compartidas del activismo LGBTI+, proponemos un ejercicio de construcción de memoria trans*.

Palabras clave: Activismo, Estado, memoria, trans*, Ecuador.

Abstract

Possible memories for the Ecuador trans* movement

In the last twenty years, Ecuador has experimented a number of transformations in social rights that include trans* people. In 1997, homosexuality was no longer considered a crime. From then on, those who were once considered criminals and disturbed individuals became citizens and subjects of rights. Travestites, transgender and transsexual movements have evolved into political subjects that have resisted the cruelest repressions in order to achieve a more livable life (Butler 2017). Using a qualitative methodology grounded in interviews with activists, press articles, biographical documents and LGBTI+ activist shared experiences, we present an exercise of trans* memory construction.

Keywords: Activism, state, memory, trans*, Ecuador.

^{*} Doctorando del Programa de Doctorado Interuniversitario en Estudios de Género: Culturas, Sociedades y Políticas de la Universidad de Girona, Departamento de Psicología, Instituto de Investigación sobre Calidad de Vida. Becario de la Secretaría Nacional de Educación, Ciencia Tecnología e Innovación de Ecuador Senescyt.

Dirección postal: C/ M. Aurèlia Capmany, 38, Campus Montilivi, 17003 Girona. España. Correo eletrónico: sancho.ole78@gmail.com

^{**} Investigador Juan de la Cierva, Departamento de Psicología de la Universidad Autónoma de Barcelona. También es investigador del Proyecto i+d VOSATEC, MINECO (2016–18), ref. FFI-2015-65947-C2-1-P; y del Proyecto Europeo Cruisingthe 1970s CRUSEV' (2016–19), European Science Foundation, ref. CRP 5087-00242^a

Dirección postal: Dep. de Psicologia Social, Fac. de Psicologia, Edifici B, Campus de Bellaterra 08193 Bellaterra. España.

Correo electrónico: r.l.platero@gmail.com

Resumo

Memórias possíveis para o movimento trans* no Equador

Nos últimos vinte anos, o Equador passou por uma série de transformações em matéria de direitos sociais que incluiu as pessoas trans*. Em 1997, a homossexualidade deixou de ser um crime e, a partir daquele momento, aqueles que eram considerados delinquentes e doentes tornaram-se cidadãos e sujeitos de direitos. O movimento travesti, transgénero e transexual tornou-se um sujeito político que resistiu às mais cruéis repressões para alcançar uma vida mais vivível (Butler 2017). Através de uma metodologia qualitativa que inclui entrevistas com ativistas, recolha de imprensa, documentos bibliográficos e experiências compartilhadas do ativismo LGBTI+, propomos um exercício de construção da memória trans*.

Palavras-chave: Ativismo, Estado, memória, Trans *, Equador.

Introducción

Durante los últimos veinte años en Ecuador se han producido transformaciones y movilizaciones desde diferentes ámbitos sociales, provocando la emergencia de sujetos políticos cuyas vidas fueron criminalizadas por su orientación sexual, expresión e identidad de género. Eran vidas que estaban despojadas de la noción de lo humano (Stryker 2017), condenadas a la clandestinidad y persecución; por ende, recuperar su historia constituye un desafío necesario.

Hablar de una memoria trans*1 puede ser complejo en un país donde la homosexualidad fue considerada un delito hasta hace apenas veinte años; sin embargo, cabe preguntarse; ¿Por qué hablar de una memoria del movimiento trans* en Ecuador? ¿Cómo construir tal memoria? Para responder, proponemos un itinerario político de quienes experimentaron cruentas represiones para alcanzar una vida más habitable (Butler 2017), pasando de ser consideradas delincuentes, enfermas, y más tarde, ciudadanas.

Entendemos la memoria «como un proceso social de reconstrucción de un pasado significativo para un grupo, colectivo o sociedad» (Mendoza García 2017, 19). Recurrimos a testimonios que generan cierta «temporalidad trans*» (Valentine 2007), con relatos que implican «experiencias subjetivas situadas históricamente» (Pons Rabasa y Garosí 2016, 307), pero sin ser un relato oficial de las luchas trans*, sino un aporte colectivo de algunas de sus protagonistas.

Utilizando la despenalización de la homosexualidad en 1997, articulamos tres momentos posibles para una temporalidad trans*. El primero expone las vivencias de travestis que vivieron la represión cuando la homosexualidad era considerada delito; el segundo, explica la politización del activismo trans* hasta la

Utilizamos trans* con asterisco, siguiendo a Cabral (2009) y Tompkins (2014), para dar cuenta de la multitud de posibilidades a la hora de concebir el cuerpo, la identidad y las vivencias que van más allá de las normas sociales binarias impuestas.

conformación de la Asamblea Nacional Constituyente y la elección de Rafael Correa como presidente. El tercer período analiza los activismos trans* a partir de la expedición de la Constitución hasta la actualidad.

El estudio de este contexto no sólo es una descripción histórica dentro de una narrativa global que se repite, sino que es un esfuerzo político por construir una historia con matices vernáculos y un valor político propio (Lister 2011). Proponemos finalmente algunas conclusiones que remarcan la necesidad de aportar «genealogías críticas de lo trans*» desde otros espacios de resistencia (Pons Rabasa y Garosi 2016, 309).

El delito de homosexualismo

Desde 1972, estaba vigente una legislación que sancionaba el delito de homosexualismo (Caicedo y Porras 2010, 560), señalando en el art. 516 inciso primero del Código Penal: «En los casos de homosexualismo, que no constituyan violación, los dos correos serán reprimidos con reclusión mayor de cuatro a ocho años». Castigaba las relaciones entre varones, pero no se tipificaba sanción directa al homosexual, ni se hablaba de transexualidad o lesbianismo.² En la práctica, la policía detenía arbitrariamente a personas trans* y homosexuales afeminados cuya identidad de género no correspondía con su sexo asignado al nacer, cebándose con las personas trans* que se dedicaban a la prostitución callejera. De acuerdo a este testimonio:

Los escuadrones volantes nos metían en el camión y nos llevaban al Centro de Detención Provisional CDP de Guayaquil. Allí ocurrían los atropellos más horribles que te puedas imaginar. Obligaban a las chicas travestis a servir sexualmente a los presos y a los policías, nos violaban, nos pegaban y si intentábamos reclamar nos amenazaban con dejarnos presas más tiempo. Muchas chicas trans aparecían muertas en la Perimetral con cortes, mutilaciones y nadie podía reclamar nada. (Entrevista a Alondra,³ realizada en 2015)

En el contexto histórico ecuatoriano de las décadas de 1980 y 1990 no se establecía una diferenciación tácita entre homosexualidad, transexualidad y travestismo. Como en otros lugares, la transexualidad y el travestismo eran concebidas socialmente como prácticas extremas de homosexuales afeminados que decidían «vestirse de mujer» para saciar sus perversiones fetichistas. Estos criterios respondían a la tradición del saber psiquiátrico que mantenían a la homosexualidad y la transexualidad como patologías en el DSM III y IV, un ámbito que generó el concepto de transexualidad en las décadas de 1950 y 1960 y que ha ido transformándose en una categoría social, no sólo en una categoría psiquiátrica. En este artículo no pretendemos hacer una discusión genealógica de los usos de las categorías de homosexualidad, travestismo y transexualidad ya que esto podría explicarse en otra investigación.

³ Los nombres reales de las entrevistadas han sido modificados para proteger su identidad personal.

El cuerpo travesti callejero visible en Quito y Guayaquil interpelaba el ordenamiento moral de estas urbes y escandalizaba a la burguesía. Alberto Cabral (Purita Pelayo),⁴ militante travesti y líder de Coccinelle, narra la dura represión:

Cuando algún patrullero de la policía nacional o vehículo con agentes del SIC rodaban durante el día por la ciudad y tropezaban con algún homosexual visible, travesti o transexual, siempre había la intención de detenerlos por el simple hecho, según ellos, de ser «maricones». Muchas veces fueron detenidos sin mostrar formalmente documento alguno que justifique la detención. Eran días de zozobra, se reactualizaba con indignación la época de la Gestapo de los años treinta y cuarenta de la Alemania nazi, cuando realizaban redadas a judíos y homosexuales. (Cabral 2017, 45)

En este escenario represivo, se generó «una inicial articulación de demandas por parte de actores dispersos, en donde se comienzan a formular marcos de injusticia que activan la acción colectiva» (Argüello 2013, 141). Las travestis realizaban acciones solidarias para sacar de la cárcel a sus compañeras, contexto en el que surge un motor para futuras movilizaciones amparado en la frase «hay que hacer algo» (Cabral 2017).

Desde las décadas de 1980 y 1990, se conformaron varias organizaciones, como la agrupación Sociedad Gay (SOGA) en Quito y Guayaquil, la Fundación Ecuatoriana de Ayuda, Educación y Prevención del Sida en Quito, dedicadas a promover la salud sexual. A pesar de su acción, las travestis percibían que este trabajo les era ajeno (Cabral 2017, 167-168).

La lucha travesti callejera

Durante las décadas de 1980 y 1990, el travestismo se asoció a una perversión fetichista de homosexuales que se vestían de mujer para saciar sus deseos sexuales con hombres y la prensa sensacionalista representaba a las travestis como *mecos*, desviados sexuales, enfermos y sodomitas.⁵ A pesar de esta hostilidad, en Ecuador y muchos países de América Latina, se generó una forma de resistencia a partir de la apropiación de la categoría travesti, a diferencia de Estados Unidos y Europa,

Se utiliza el nombre masculino de esta activista respetando su decisión de mantenerlo y visibilizar su militancia histórica tanto como Alberto como Purita. Sus memorias personales están recogidas en el libro *Los fantasmas se cabrearon. Crónicas de la despenalización de la homosexualidad en el Ecuador* donde narra su tránsito en el activismo.

Ver el Informe hemerográfico correlacionado con los cambios legales relativos a la orientación sexual y la identidad de género en Ecuador, del Banco Interamericano de Desarrollo, disponible en .

donde fue rechazada por su tradición patológica. Lo travesti en Latinoamérica posee trayectorias propias, como señala Lohana Berkins:

El travestismo irrumpió en el espacio público de la mano de discursos biomédicos, policiales, sociológicos, jurídicos, políticos y periodísticos que funcionaron como disparadores en algunas ocasiones para discutir y en otras oportunidades para reforzar las dinámicas desiguales relacionadas con la identidad de género, la sexualidad, la raza, la clase social, la etnia, la religión, la edad, la ideología en diferentes contextos. De modo que cuando pensamos en el travestismo latinoamericano pensamos en un fenómeno complejo y dinámico y nos referimos a sujetas atravesadas por relaciones de privilegio y opresión propias de cada sociedad y de cada momento histórico particular. (Berkins 2010, 4)

La categoría travesti «refleja la particularidad de un tipo de identidad de género que debe ser pensada siguiendo el contexto social, cultural e histórico en el que es creada» (Vartabedian 2014, 307). Respecto a las formas locales de entender lo travesti, se refiere a personas que hacen una «reflexión diversa sobre su subjetividad, corporalidad y forma de hacer política» (Platero 2017,409). El travestismo ha «hecho referencia preferentemente a personas que llevan ropa atípica de su género pero que no emprenden ningún tipo de proceso de modificación corporal. [...] Suele hacer alusión a hombres más que a mujeres» (Stryker 2017, 71).

Retomando el itinerario trans*, las primeras movilizaciones fueron protagonizadas por trabajadoras sexuales travestis en Quito y Guayaquil. La calle era un entorno de violencia policial, pero también un espacio de resistencia. Algunas travestis denunciaron los atropellos que sufrían ante organizaciones de derechos humanos, pero no trascendían «más allá de las formalidades, no había seguimiento por parte de algún organismo interesado en tratar y defender los derechos de la comunidad GLBTI» (Cabral 2017, 165).

Las travestis crearon alianzas en la cárcel y en las calles para organizarse contra la violencia (Cabral 2017, 165) y enmarcaron su lucha en términos de derechos humanos. Parte de la resistencia travesti tomó formas lúdicas, como los reinados de belleza clandestinos en Quito, Guayaquil y Cuenca, y, como veremos, fue precisamente en un reinado travesti donde se generó una revuelta que hizo detonar una lucha más articulada.

Delincuentes, enfermas y ahora ciudadanas

La primera asociación de travestis y transexuales fue Coccinelle, que surgió en 1997 en Quito (Cabral 2017, 175), un año marcado por el descontento social, el deterioro de la institucionalidad del Estado y la corrupción. También se produjo

un acontecimiento que marcó un nuevo rumbo para el activismo LGBTI+,⁶ el 18 de junio de 1997, mientras se celebraba un reinado travesti en el Bar Abanicos de la ciudad de Cuenca, la policía irrumpió violentamente y capturó aproximadamente a cien personas. La ganadora del reinado experimentó las más crueles vejaciones:

En uno de los dos únicos bares que existía en aquel entonces en Cuenca, se realizó una elección para reina de la comunidad; yo concursé y gané. Mientras me premiaban con el reinado, el Intendente de Policía llegó para hacer una «batida»; solo al bar [...]. El Intendente entró al bar y me pilló con la corona, el vestido, la banda y todo; entonces, me dijo a mí primero: ¡sal tú al carro! Al salir, me doy cuenta que me seguían atrás más de 60 chicos que estaban en el bar. Nos llevaron presos. En aquel entonces existía el CDP que eran unos cuartos nada más, uno de mujeres y otro de hombres. En ese cuarto estábamos más de 150 personas. Allí, los mismos delincuentes procedieron a violarme. Mientras eso sucedía, los policías se pusieron a vender preservativos a 5.000 sucres. El Intendente no me quería dar mi boleta de libertad y quería juzgarme él personalmente por como yo andaba vestido. [...] Un amigo llamado Patricio Santa Cruz que ya había salido, viendo el infierno donde estaba yo, se fue directamente a la oficina de los Derechos Humanos y ellos inmediatamente fueron a la Intendencia; allí no les quisieron dar información. Como mi hermana estaba ahí, hablaron con ella y fueron a verme. Cuando el abogado de los derechos humanos se acerca a mi hermana al CDP, no dan explicaciones de nada; regresan a la Intendencia y les obligan a darle a mi hermana la boleta de libertad (Patricio Cuéllar, citado en CNIG 2014, 33-34).

Esta agresión fue la «gota que derramó el vaso»,⁷ y su denuncia generó la movilización colectiva para exigir al Tribunal Constitucional la despenalización de la homosexualidad. Dicho Tribunal requería mil firmas con el respectivo número de cédula, un reto para las organizaciones de homosexuales ya que cumplir con este requisito implicaba dar la cara públicamente.

La alianza travesti fue nuevamente necesaria ya que «ellas ganaban más recolectando las firmas y reivindicando la lucha antipenalización que seguir viviendo rutinariamente estas marcas de discriminación» (Argüello 2013,132). Coccinelle cumplió un papel fundamental para convencer a la ciudadanía que diera su firma para despenalizar la homosexualidad y el 27 de noviembre de 1997 el Tribunal Constitucional declaraba inconstitucional el artículo 516 inciso primero del Código Penal.

Empleamos la sigla LGBTI+ para indicar una forma abierta de identificaciones políticas respecto al género y la sexualidad, que en el caso ecuatoriano ha experimentado una evolución de acuerdo a las agendas de los colectivos.

Entrevista a Brigith, realizada en 2016.



Figura 1. *Diario El Universo*, 18 de septiembre de 1997, cortesía de Gonzalo Abarca.

La despenalización de la homosexualidad se dio bajo un argumento desagradable del Tribunal Constitucional: «el homosexualismo era una enfermedad, que la condición de enfermedad eximía de responsabilidad delictiva y que despenalizar esta enfermedad evitaría que se propagara en las cárceles» (Almeida y Vásquez 2010, 30-31). Esta argumentación colocó «a la homosexualidad en el espacio de la anormalidad, a pesar de sostener que no debería ser punible en el ámbito del Derecho Penal» (Salgado 2008, 31).

Conseguida la despenalización de la homosexualidad, se pronuncia la frase que forma parte de la memoria LGBTI+: «Pasamos de delincuentes, a sujetos de derechos, de maricones y tortilleras a ciudadanos». Cabe preguntarse, ¿cómo fue posible la construcción de nuevos sujetos políticos que antes habían sido criminalizados? El activismo trans ya había generado pequeños procesos de politización en su lucha callejera como lo hemos visto, así «la necesidad de 'transformar esos delincuentes en ciudadanos' no debe ser entendida como una casualidad» (Argüello 2013, 128).

La movilización de disidentes sexuales incide entonces en la inclusión de la no discriminación por orientación sexual en el artículo 23 numeral 3 de la Constitución de la República (1998) y en 1999 se creó el Plan Nacional de Derechos Humanos, que incluía un Plan Operativo de Diversidad Sexual, cuya base legal

Esta frase fue atribuida al activista Patricio Bravomalo(+), sin embargo, se volvió un relato oral colectivo para el activismo LGBTI+.

era la igualdad y no discriminación (Almeida y Vásquez 2010, 28). Estas iniciativas no necesariamente implicaron la transformación de las prácticas de odio a las personas trans* (Spade 2015).

Coccinelle pasó a ser la Fundación de Minorías Sexuales (FEMIS) en 1999; sin embargo, las disputas internas entre sus integrantes hicieron que se desintegrase (Cabral 2017). Entre 2000 y 2006 se conformaron colectivos trans* con diversas agendas, como el Proyecto Trvnsgén3ro en Quito (Almeida y Vásquez 2010, 12), la Fundación Jem Rodríguez en Guayaquil y la Asociación Alfil en Quito .En la Provincia de Santa Elena, surgió la Fundación de Transgéneros Peninsulares (FUTPEN); en la ciudad de Manta, se constituyó la Agrupación Luchando por la Vida (LUVID). También surgieron iniciativas en Machala, Portoviejo, Santo Domingo y Esmeraldas.

Estas organizaciones posicionaron en sus agendas el concepto trans*como una identidad estratégica más abarcadora, adoptando una política transnacional del género, el cuerpo y la sexualidad. La globalización de lo trans* se dio en el marco de una militancia norteamericana que cobró fuerza en la década de 1990 y posicionó «el concepto transgénero como un paraguas para indicar la pluralidad de experiencias que cuestionaban la coherencia, la estabilidad y la correspondencia entre género, cuerpo y deseo» (Pons Rabasa y Garosi 2016, 313).En Ecuador, el aterrizaje de lo trans* desde el Norte global se da a través de un activismo que formó a otras agrupaciones:

Me acuerdo cuando me gané la beca que fui la única de aquí de Manabí que fui a la Casa Trans en Quito. Cuando comenzaron a hablar de trans, decían las chicas de Guayaquil: ¡Ah! pero yo no estoy trastornada, decía la de Esmeraldas, pero, ¿qué es trans? Me van a trazar o qué, ¿qué será? Era un vocabulario que no entendíamos. Al otro día vino el transgénero, pero decíamos, ¿y ahora que nos van a enseñar? Ese era el vocabulario que se hablaba en ese entonces, ya en el 2004, 2005, 2006 cuando empezó el Proyecto Trvnsgén3ro. En la capacitación nos sacaron adelante a poner dos diferencias: una chica biológicamente mujer que era trans masculino y una chica trans que era biológicamente masculino. Y así fue donde comenzaron a identificarnos realmente que éramos y que no éramos (Entrevista a Sheila, realizada en 2016).

Este testimonio evidencia la acogida de lo trans* a través de la formación política de agrupaciones que desconocían tal concepto. Cabe resaltar que en la Costa ecuatoriana han existido desde la época prehispánica personas que no se han identificado con el género asignado al nacer, como «los enchaquirados» (Benavides2006, 2017). Las maneras de asumir lo trans* en un mismo espacio geográfico son variables, así en entornos urbanos de Quito y Guayaquil permitió politizar una «identidad estratégica para promover el reconocimiento de derechos para las personas trans» (Pons Rabasa y Garosí 2016, 320). En contextos rurales, lo trans* adquiere otro sentido:

Yo le digo a las chicas, hablando de la comunidad transgénero, la que cree que por vestirse de mujer, ponerse blusa, pintarse, ya son mujeres, entonces le digo, la importancia para mi radica en esto de enseñarnos que es ser una persona transgénero y que es un travestí. Empiezas a crear una cultura dentro de tú persona, empiezas a entender que quieres y qué quieres que la gente vea de ti, es lo que yo le digo a los chicos que me conocen: el ser mujer es un conjunto de muchas cosas de querer ser una mujer; es tratar de que esa identidad que hemos adoptado tenga lo más parecido a lo que una mujer biológica es. Jamás nos vamos a igualar cien por ciento por más que queramos a una mujer (Entrevista a Alba, realizada en 2016).

Las trayectorias de lo travesti a lo trans* encierran múltiples subjetividades que podrían denotar una higienización del género asumido. Durante el trabajo de campo en distintas ciudades, se evidenció que no todas las personas quieren ser identificadas como trans*; se precisa entonces analizar críticamente los desplazamientos de categorías que pueden implicar una violencia epistémica que anule el entramado vernáculo de las construcciones socioculturales del género y la sexualidad. En este sentido, existe un esfuerzo por respetar formas «criollas» de asumir lo trans* como los términos «macha» y «hembro» asumidos políticamente por el Proyecto Trvansg3nero.

Activismos trans* en la era de la Revolución Ciudadana9

En 2007, el presidente Rafael Correa Delgado convocó un referéndum sobre la adopción de una Asamblea Constituyente con plenos poderes y elaborar una nueva Constitución (Argüello 2013, 136), consulta que fue aprobada por el 82% de la ciudadanía. El liderazgo de Correa simboliza la confluencia del populismo de izquierdas, un neoliberalismo adaptativo y un conservadurismo social que se suele identificar con la aparición de nuevos regímenes de seguridad en el Sur global (Amar 2013). Su gobierno también generó oportunidades para activistas LGBTI+ que postularon sus candidaturas en la Asamblea Constituyente. Sin embargo, la agenda LGBTI+ no fue unificada: el activismo lésbico se alió a la agenda del movimiento de mujeres y los gais se centraron en la unión de hecho y el matrimonio civil igualitario.

La militancia trans* encabezada por asociaciones como Alfil, Red Trans de El Oro, FUTPEN y Silueta X asumieron la identidad de género como derecho prioritario para la nueva Constitución. Por su parte, el Proyecto Trvnsgén3ro decidió articularse en la «Alianza Transfeminista de Presencias Incómodas» y el «Movimiento Ecuatoriano de Diversidades Sexuales» (Entrevista a Elizabeth Vásquez,

Revolución Ciudadana es el eslogan que utilizó el partido Alianza País, y fue la base del discurso político de Rafael Correa entre 2007 y 2015.

2015) en «una agenda con colectivos feministas, el movimiento de migrantes, indígenas y rockeros con quienes trabajamos los temas de las estéticas y el aborto» (Vásquez citada en CNIG 2014, 56).

En la Asamblea Nacional Constituyente se produjeron intensos debates sobre la identidad de género, la unión de hecho entre parejas del mismo sexo y el aborto. A pesar de las tensiones conservadoras, se aprobó la Constitución de la República mediante referéndum el 28 de septiembre de 2008, con un 64% de votos a favor. En este escenario se conformaron agrupaciones trans* como Silueta X, liderada por Diane Rodríguez. Desde el 2008, se visibilizaron activismos trans* masculinos impulsados desde el Proyecto Trvnsgén3ro, que cofundó la Confederación Ecuatoriana de Comunidades Trans e Intersex, cohesionando agrupaciones trans* en distintas provincias.

Los activismos trans* se centraron en el principio de igualdad y no discriminación consagrado en la Constitución, concretamente en el derecho a la identidad de género (art. 11 numeral 2) y el derecho a la libertad de estética (art. 21), así como enla aprobación de una legislación penal que sancione la discriminación y los delitos de odio por razones de orientación sexual e identidad de género. Este marco jurídico podría ser identificado como beneficioso para las personas trans*; no obstante, su aplicación genera discusiones respecto al alcance de una justicia sexual real especialmente en ámbitos como la salud, la educación, el trabajo y la familia (Spade 2015). 11

A pesar de los límites del derecho, se idearon varias estrategias para la protección jurídica de las personas trans*. Por ejemplo, en 2007, el Proyecto Trvnsgén3ro demandó al Registro Civil por negarse a cedular a la ciudadana Luis Enrique Salazar (Gabriela Salazar) de acuerdo a su identidad de género. Obtuvo una demanda favorable y sentó un precedente que posibilitó: «a) mostrar las prácticas discriminatorias del Registro Civil, b) permitir la cedulación de las personas trans con la estética que poseen, c) permitir la cedulación por cambio de sexo» (Argüello 2014,136).

Otro caso paradigmático fue el de Estrella Estévez, quién en 2009 presentó una solicitud al Registro Civil para que se reconociera su identidad de género femenina en la cédula de ciudadanía. La Dirección de Registro Civil, Identificación

El Código Orgánico Integral Penal del Ecuador (2014) tipifica, en el art. 176, penas de privación de la libertad de uno a tres años a quién cometa el delito de discriminación por motivos de orientación sexual e identidad de género. El art. 177 prescribe pena privativa de la libertad de 22 a 27 años a quién cometiera un delito de odio que produjera la muerte de una persona en razón de su orientación sexual e identidad de género. La actual legislación penal superó la reforma que se realizó al Código Penal en 2009 añadiendo la identidad de género en la prescripción de los delitos de odio.

Sobre situación de las personas trans*, véase: *Una Aproximación a la Situación de los Derechos Huma*nos de las Personas Trans en Ecuador, publicado en 2017 por el Consejo Nacional para la Igualdad de Género y disponible en https://www.igualdadgenero.gob.ec/genero-y-diversidades/>.

y Cedulación negó su petición y Estévez presentó un recurso de apelación ante la Corte Provincial de Justicia de Pichincha, que emitió un fallo favorable basado en el reconocimiento de la identidad como derecho humano consagrado en la Constitución. Fue la primera persona trans* que logró el reconocimiento legal coherente de sus nombres y su sexo legal femenino en su cédula,¹² pero no sentó una base jurisprudencial vinculante. La Ley del Registro Civil vigente permitía el cambio de nombre legal, pero mantenía en la cédula de ciudadanía la categoría sexo (femenino o masculino), creando una incongruencia legal de identificación.

Entonces el Proyecto Trvnsgén3ro presentó la «Propuesta de Reforma a la Ley de Registro Civil, Identificación y Cedulación en materia de Identidad de Género» (R/LRCIC-IG), conocida como «Mi género en Mi Cédula» (Vásquez 2016, 197). Esta propuesta concebía que «la consecución de ciudadanía se daría si el Estado hiciera efectivo el reconocimiento de la identidad de género por sobre el sexo: dejar de registrar el sexo de las personas para empezar a reconocer su género» (Argüello 2014, 118). Esta campaña «formó parte de un proceso social y político de más de diez años de trabajo sostenido tanto con la población trans (in situ) como con la producción de estructuras de sentido que han posicionado la temática en la esfera pública» (Argüello 2014, 125).

Sin detenernos a analizar el significado jurídico de esta propuesta, posibilitaría una inclusión plena de las personas trans* asumiendo el género como categoría universal. Independientemente del sexo o la orientación sexual, prevalecería la categoría identificativa del género, que corresponde a la presentación corporal de su masculinidad o feminidad. Lo que se ponía bajo reserva, era el sexo de un individuo entendido como el dato concerniente a su genitalidad; así, al constar en la cédula la categoría género y no sexo, se lo preservaría como dato íntimo.

En términos prácticos, las personas trans* no tendrían la necesidad constante de «dar cuenta de sí mismas» (Butler 2009) para que se compruebe su inteligibilidad corporal, sexual y genérica. La propuesta fue aprobada en la Asamblea Nacional en 2013; sin embargo, el gobierno desplegó una campaña contra la llamada «ideología de género». En el Enlace Ciudadano 354 del 28 de diciembre de 2013, el presidente Correa se refirió a la ideología de género como algo que no «resiste el menor análisis» y «una barbaridad que atenta contra todo», «leyes naturales... contra todo». Añadió: «Porque somos, gracias a Dios, hombres y mujeres diferentes, complementarios; y no es que se trate de imponer estereotipos, pero ¡qué bueno que una mujer guarde sus rasgos femeninos! ¡Qué bueno que un hombre guarde sus rasgos masculinos!»

Correa aludía a una verdad natural sobre el sexo, descartando la posibilidad de construcción social de la feminidad o la masculinidad producida por el género. Paradójicamente, este mismo presidente se reunía en diciembre de 2013 con colec-

La Cédula de Ciudanía vigente en el momento de aceptarse la demanda de Estrella Estévez contenía el dato relativo al Sexo de la persona y no el Género.

tivos como Silueta X, para establecer un acuerdo de políticas públicas para la población LGBTI+ (Compromiso Presidencial 21525), delegando al Ministerio Coordinador de Desarrollo Social la elaboración de una Política Pública Nacional e Intersectorial donde participarían otros ministerios.

A partir de esta reunión y el nombramiento de Diane Rodríguez como vocera ante el gobiernose produjo una polarización y atomización de los activismos LGBTI+, frente a la arrogación de representatividady los personalismos. Pese a las tensiones, el movimiento trans* coincidió en que la garantía integral de sus derechos solo sería posible si se reconocía plenamente sus identidades. Como ya se ha mencionado, los colectivos trans* emprendieron desde el año 2012 una campaña para la aprobación del género como categoría universal en la Ley de Gestión de la Identidad y Datos Civiles.

Mientras un sector del movimiento trans* estaba implicado en hacer efectivo el reconocimiento del género, se creó en 2015 la Federación Ecuatoriana de Organizaciones LGBTI con Diane Rodríguez como presidenta, articulando agrupaciones que se aliaron al partido de gobierno (Ministerio de Justicia, Derechos Humanos y Cultos 2015). La creación de esta instancia no fue casual, permitiendo la cooptación de un sector del movimiento LGBTI+ alineado a su postura política populista.

En este escenario, la Asamblea Nacional aprobó en 2015 la Ley Orgánica de Gestión de la Identidad y Datos Civiles, permitiendo el veto parcial de la Presidencia de la República, y su objeción a la constancia del género como dato civil universal en lugar del sexo en la cédula de ciudadanía. El artículo 94 de esta ley contempla el sexo como uno de los datos obligatorios de la cédula de ciudadanía y permite el cambio de sexo por género bajo las siguientes condiciones:

Voluntariamente, al cumplir la mayoría de edad y por una sola vez, la persona por autodeterminación podrá sustituir el campo sexo por el de género que puede ser: masculino o femenino. El acto se realizará en presencia de dos testigos que acrediten una autodeterminación contraria al sexo del solicitante y por al menos dos años, de acuerdo con los requisitos que para el efecto se determinen en esta Ley y su reglamento. Este cambio no afectará los datos del registro personal único de la persona relativos al sexo. De darse esta situación, el peticionario podrá solicitar el cambio en los nombres a causa de la sustitución del campo sexo por el de género (Ley Orgánica de Gestión de la Identidad y Datos Civiles)¹³.

Esta decisión trastocó el planteamiento original del género como categoría universal, ya que el sexo como categoría biológica en lugar del género como un elemento social de identidad continuaría siendo la categoría predeterminada en la

Disponible en https://www.registrocivil.gob.ec/ley-organica-de-gestion-de-la-identidad-y-da-tos-civiles.

cédula de ciudadanía (Garriga-López 2016, 113). La plataforma Pacto Trans¹⁴ tildó la aprobación de esta ley como una «conquista agridulce y contradictoria», en tanto

crea una lamentable jerarquía [...] ya que por un lado tenemos la cédula correspondiente al grueso de la población con las opciones de «sexo»: «hombre» o «mujer» y, por otro lado, tenemos una cédula «minoritaria», que se vuelve exclusiva para nosotras las personas trans, y por ello nos estigmatiza, con las opciones de «género»: «femenino» o «masculino»(Pacto Trans 2017).

Se cuestionó también la tutela innecesaria de probar el género de una persona con dos testigos, en tanto constituía una «tecnología del género» (De Lauretis 2010).

Las contradicciones de un gobierno que se define progresista en lo económico pero conservador en asuntos relacionados con el aborto, el matrimonio igualitario y la «ideología de género» nos lleva a pensar en cómo el movimiento trans* produce un *transwashing* institucional, un lavado de cara a través de leyes que terminan siendo excluyentes. Las paradojas de las luchas trans* en la era de la Revolución Ciudadana se evidencian en las demandas continuas a un Estado que disciplina la autodeterminación individual de quienes deciden vivir fuera de las normas dominantes del género binario y cuyas leyes sobre delitos de odio no ha resuelto los asesinatos a personas trans*.¹⁵

El movimiento trans* sigue reivindicando el derecho a una asistencia de salud libre de discriminación y respetuosa de sus corporalidades distintas, denunciando la insuficiente respuesta estatal. El Ministerio de Salud Pública elaboró en 2016 un Manual de Atención en salud LGBTI, con recomendaciones sobre la atención sanitaria trans* y que fue criticado por no contemplar pautas sobre la autodeterminación corporal. Frente a los límites de las políticas sanitarias, los activismos trans* idearon estrategias que van más allá de la interlocución con las instituciones, desarrollando pequeñas iniciativas de capacitación al personal de proximidad.

Para el movimiento trans*, el período entre 2007 y 2017 ha significado un desafío permanente. Las dinámicas asociativas tienen diversos matices que no siempre responden a la lógica institucional de las ONG; el cruce de «raza», clase, género y sexualidad se evidencia en las formas en que los activismos trans* se movilizan en cada localidad, desde el activismo urbano hasta las formas organizativas de trabajo comunitario en sectores rurales de la Costa y el Oriente del país.

En estos últimos años, el movimiento trans* ha enfrentado tensiones con sectores feministas esencialistas que ven con desconfianza sus agendas; sin embargo, la violencia de género articuló a feministas y personas trans* principalmente en

Ver http://pactotransecuador.blogspot.com.es.

Ver el Informe Runa Sipiy. Asesinatos a personas TILGB 2015, disponible en https://siluetax.org/estudios.).

Quito, donde se ha venido realizando la Marcha de las Putas. El posicionamiento transfeminista del Proyecto Trvnsgén3ro establecía simetrías subyacentes de las mujeres trans* con otros sujetos excluidos, como trabajadoras del sexo, punks o vendedores callejeros (Almeida y Vázquez 2010, 9), cohesionando los grupos trans* que no siempre contemplaron en sus agendas una perspectiva feminista.

Conclusiones

Hicimos un breve repaso de las luchas trans* en Ecuador durante los últimos treinta años y planteamos la necesidad de «recuperar la historia trans* como un acto político» (Platero 2015, 169), una memoria difícil de rastrear sin hacer un relato situado con matices propios. Es importante explicar con cautela cómo ha evolucionado el activismo trans* en Latinoamérica, donde las luchas por la supervivencia se tornan más complejas en un territorio de extrema desigualdad social. La crítica a las formas convencionales de activismo trans* enmarcadas en la retórica de exigencia de derechos al Estado puede resultar reduccionista sino se examinan los detalles de estas luchas. Paradójicamente a lo que ocurre en Estados Unidos o Europa, donde las identidades trans* han sido patologizadas, en Argentina, Colombia y Ecuador se ha reformulado «la cuestión de la ciudanía trans desde el paradigma de derechos humanos y la despatologización» (Pons Rabasa y Garosí 2016, 321).

Recuperar la memoria trans* supone analizar las cuestiones ético-políticas de la producción del conocimiento, para no incurrir en una repetición de un marco epistémico del Norte global para explicar historias que han tenido un tránsito distinto. Más allá de describir situaciones que podrían calificarse de anecdóticas, mostramos las subjetividades de cuerpos en resistencia que lideran cambios sociales importantes al tiempo que están marcados por las intersecciones de sus vivencias como personas que rompen las normas de género y la sexualidad pero que también son racializadas y precarizadas económicamente, entre otros marcadores sociales. Es una memoria que no se desprende de los afectos en aras de una racionalización continua de cada acto de las personas trans* para lograr una mejor vida. Estos testimonios replantean la idea, quizás utópica, de que otro mundo es posible y que «cada bocanada de aire que una persona transexual toma es un acto revolucionario» (Stryker 2016).

Las luchas trans* en un territorio compuesto por población indígena, afrodescendiente y mestiza nos interroga sobre la diferencia de cada itinerario de resistencia en un sistema de múltiples opresiones. La memoria no debe obviar aquellas vidas que no se consideran importantes, por ello son necesarios trabajos histórico-antropológicos de mayor profundidad que recuperen la riqueza ancestral de las personas no binarias en la Costa, Sierra y Oriente del país.

Agradecimientos

A todas las personas trans* de Quito, Guayaquil, Portoviejo y Manta que aportaron sus valiosos relatos para construir esta memoria posible.

Referencias bibliográficas

- Almeida, Ana, y Elizabeth Vásquez. 2010. *Cuerpos distintos: Ocho años de activismo transfeminista en Ecuador*. Quito: Comisión de Transición hacia el Consejo Nacional de Mujeres y la Igualdad de Género.
- Amar, Paul. 2013. The Security Archipelago: Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism. Durham, NC: Duke University Press.
- Argüello, Sofía. 2013. *Un fantasma ha salido del closet. Los procesos de politización de las identidades sexuales en Ecuador y México, 1968-2010*. México: El Colegio de México.
- Argüello, Sofía. 2014. «¿Tiene sexo el Estado? Imbricaciones entre las luchas políticas transgénero y el Estado en Ecuador, 2002-2013». En Formas reales de dominación del Estado: perspectivas interdisciplinarias del poder y la política, coordinado por Alejandro Agudo Sanchíz y Marco Estrada Saavedra, 111-149. México DF: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos,
- Benavides, O. Hugo. 2006. «La representación del pasado sexual de Guayaquil: historizando los enchaquirados». *Iconos. Revista de Ciencias Sociales* 24, 145-160.
- Benavides, O. Hugo. 2017. «Transgéneros» en la costa ecuatoriana: una historia del presente evanescente. En *Trans**. *Diversidad de identidades y roles de género*, coordinado por Andrés Gutiérrez Usillos, 119-123. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Museo de América.
- Berkins, Lohana. 2010. «Travestis: Una identidad política». En *Putos Peronistas. Material de Formación*. Buenos Aires.
- Butler, Judith. 2009. Dar cuenta de sí mismo. Violencia, ética y responsabilidad. Buenos Aires:
- Butler, Judith. 2017. Marcos de guerra: Las vidas lloradas. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Cabral, Mauro. 2009. Interdicciones. Escrituras de la intersexualidad en castellano. Córdoba: Anarrés Editorial.
- Cabral, Alberto. 2017. Los fantasmas se cabrearon. Crónicas de la despenalización de la homosexualidad en el Ecuador. Quito: Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos INREDH.
- Caicedo Tapia, Danilo, y Angélica Porras Velasco. 2010. «Igualdad y diversidad sexual. La hegemonía de la heterosexualidad en el derecho ecuatoriano». En *Igualdad y no discriminación. El reto de la diversidad*, editado por Danilo Caicedo Tapia y Angélica Porras Velasco, 547-573. Quito: Ministerio de Justicia, Derechos Humanos y Cultos del Ecuador.
- CNIG Consejo Nacional para la Igualdad de Género. 2014. Balance y perspectivas de los derechos humanos de las personas LGBTI en el Ecuador a partir de la despenalización de la homosexualidad en el Ecuador. Quito: CNIG. Disponible en http://biblioteca.igualdadgenero.gob.ec/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=7255
- De Lauretis, Teresa. 2010. *Diferencias. Etapas de un camino a través del feminismo*. Madrid, Horas y horas, Cuadernos inacabados n.º 35.

- Garriga-López, y Claudia Sofía. 2016. «Transfeminist Crossroads. Reimagining the Educadorian State». Transgender Studies Quarterly 3(1-2):104-119. DOI: https://doi.org/10.12 15/23289252-3334271
- Lister, Ruth. 2011. «From the Intimate to the Global: Reflections on Gendered Citizenship.» En *The Limits of Gendered Citizenship*, edited by Elżbieta Oleksy, Jeff Hearn y Dorota Golańska, 27-41. Nueva York: Routledge.
- Mendoza García, Jorge. 2017. «Lenguaje y memoria colectiva, silencio y olvido social». En *Memoria colectiva de América Latina*, coordinado por Manuel González Navarro y Jorge Mendoza García, 17-42. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Ministerio de Justicia Derechos Humanos y Cultos. 2015. «Tras Diálogo Nacional se conforma la Federación Ecuatoriana de Organizaciones LGBT». Disponible enhttps://www.justicia.gob.ec/tras-dialogo-nacional-se-conforma-la-federacion-ecuatoriana-de-organizaciones-lgbt [consultado el 15 de noviembre de 2018].
- Pacto Trans Ecuador. 2017. Blog Pacto Trans Ecuador. Disponible enhttp://pactotransecuador.blogspot.com.es/ [consultado el 10 de noviembre de 2018].
- Platero, R. Lucas. 2015. «Recuperar la historia trans como acto político». En *Memorias, identidades y experiencias trans. (In)visibilidades entre Argentina y España,* editado por Jorge Luis Peralta y Rafael Mérida Jiménez, 169-192. Buenos Aires: Biblos.
- Platero, R. Lucas. 2017. «Trans* (con asterisco)». En *Barbarismos queer y otras esdrújulas*, editado por R. Lucas Platero, María Rosón y Esther Ortega, 409-415. Barcelona: Bellaterra.
- Pons Rabasa, Alba, y Eleonora Garosi. 2016. «Trans». En *Conceptos clave en los estudios de género Volumen 1*, coordinado por Hortensia Moreno y Eva Alcántara, 307-325. México: Universidad Nacional Autónoma de México-Centro de Investigaciones y Estudios de Género.
- Salgado, Judith. 2008. La Reapropiación del Cuerpo: Derechos Sexuales en el Ecuador. Quito: Abya-Yala, UASB, Colección Magíster.
- Spade, Dean. 2015. Una vida normal. La violencia administrativa, la política trans crítica y los límites del derecho. Barcelona: Bellaterra.
- Stryker, Susan. 2016. «Coged aire: Las políticas de vida transactuales». *Ciclo de Conferencias Perspectivas Trans Críticas, Cultura Trans,* Barcelona, 31 de mayo a 17 de junio.
- Stryker, Susan. 2017. *Historia de lo Trans. Las raíces de la revolución de hoy*. Madrid: Continta Me Tienes.
- Tompkins, Ivery. 2014. «Asterisk». *Transgender Studies Quarterly* 1(1-2): 26-27. DOI: https://doi.org/10.1215/23289252-2399497
- Valentine, David. 2007. *Imagining Transgender: An Ethnography of a Category*. Durham: Duke University Press. DOI: https://doi.org/10.1215/9780822390213
- Vartabedian, Julieta. 2014. «El alcance político de las travestilidades: acerca del potencial transgresor de las travestis». *Annual review of critical psychology* 11: 299-317.
- Vásquez, Elizabeth. 2016. «Mi género en mi cédula: Un concepto nuevo por una puerta vieja». En *Queering Narratives of Modernity*, editado por Maria Amelia Viteri y Manuela Picq, 197-214. Bern: Peter Lang.

Fernando I. Sancho Ordoñez. Doctorando del Programa de Doctorado Interuniversitario en Estudios de Género: Culturas, Sociedades y Políticas, de la Universidad de Girona, Departamento de Psicología-Instituto de Investigación sobre Calidad de Vida. Becario de la Secretaría Nacional de Educación, Ciencia Tecnología e Innovación de Ecuador Senescyt.

Correo eletrónico: sancho.ole78@gmail.com

R. Lucas Platero. Doctor en Sociología y Ciencias Políticas por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED); Investigador Postdoctoral Juan de la Cierva, Dpto. Psicología Social, Universidad Autónoma de Barcelona, así como de los proyectos: VOSATEC (Ref. FFI2015-65947-C2-1-PDpto). Ciencia, Tecnología y Sociedad, Instituto de Filosofía del CSIC y del proyecto europeo CRUSEV (HERA.15.099, Horizon 2020), (Ref. 5087-00242ª). Últimos libros son: *Trans*exualidades. Acompañamientos, factores de salud y recursos educativos* (2014); *Por un chato de vino* (2015) y *Barbarismos queer y otras esdrújulas* (2017).

Correo electrónico: r.l.platero@gmail.com

Artículo recibido el 30 de abril y aceptado el 22 de agosto de 2018.

LA VOLUNTAD DE EXISTIR: HISTORIAS DE VIOLENCIA EN UNA COLECTIVIDAD DE MUJERES TRANS

Mar Fournier Pereira

Resumen

En este artículo, se analizan diferentes formas de violencia que enfrenta una comunidad de mujeres trans (trabajadoras y extrabajadoras sexuales), en San José, Costa Rica; así como sus estrategias colectivas de resistencia en la defensa de sus vidas y su identidad. El texto se construye con la metodología de narrativas discontinuas, a partir de los registros recabados durante tres años de investigación militante y proceso etnográfico que desarrollé junto a esta comunidad. La metodología busca tejer los relatos múltiples de las participantes para formar una narrativa en la que se reconstruye la historia desde la perspectiva de las protagonistas: las sobrevivientes, las víctimas, las rebeldes insumisas.

Palabras clave: Mujeres trans, violencia, trabajo sexual, biopolítica, resistencia.

Resumo

A vontade de existir: Histórias de violência e resistência numa comunidade de mulheres trans

Neste artigo, analisam-se diferentes formas de violência que uma comunidade de mulheres trans (trabalhadoras e ex trabalhadoras sexuais) enfrenta, em San José, Costa Rica; além das suas estratégias coletivas de resistência na defesa das suas vidas e das suas identidades. No texto, utiliza-se a metodologia das narrativas descontinuas, a partir dos registos recolhidos durante os três anos de investigação militante e de processo etnográfico que desenvolvi com esta comunidade. A metodologia procura tecer os relatos diversos das participantes para formar uma narrativa que reconstrua a história a partir da perspectiva das protagonistas: as sobreviventes, as vítimas, as rebeldes insubmissas.

Palavras-chave: Mulheres trans, violência, trabalho sexual, biopolítica, resistência.

Abstract

The will to exist: Stories of violence and resistance in a community of trans women

This article analyzes different forms of violence faced by a community of trans women (sex workers and former sex workers), in the city of San José, Costa Rica; as well as their collective strategies for resisting and defending their lives and their identities. Using a discontinuous narratives technique, in this text, I seek to interconnect stories registered during the three years of militant research and ethnographical process I developed with this community. This approach pursues to knit the narrations of multiple participants, in order to reconstruct the history of this community from their own perspective: as survivals, as victims, as rebels.

Keywords: Trans women, violence, sex work, biopolitics, resistance.

^{*} Escuela de Psicología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Costa Rica, San Pedro de Montes de Oca, 2060 San José, Costa Rica.

Dirección postal: 23 Avenue du Docteur Antoine Lacroix, 94270, Le Kremlin-Bicêtre, Francia. Correo electrónico: mar.fournierp@gmail.com

68 Mar Fournier Pereira

Introducción

Este texto es producto de las reflexiones colectivas de un grupo de mujeres trans con quienes me involucré en un intenso proceso de investigación afectiva y militante que comenzó en 2014 y continua sin miras a terminar.¹

Como parte de esto, surgió la tesis titulada *Género*, *Clase y Afectividad: vínculos y comunicación en una comunidad de trans* (Fournier 2017), que recorre estas y otras narrativas alrededor de la historia de luchas, gloria, afectos, sororidad y resistencias que han gestado las mujeres trans trabajadoras y extrabajadoras sexuales de la ciudad de San José durante las últimas décadas.

En este artículo, se recogen los principales resultados alrededor de la pregunta sobre cuáles son las formas particulares de violencia que han sufrido las mujeres trans en la ciudad de San José. Se construye con relatos de quienes han logrado sobrevivir algunas de las peores formas de violencia y tortura que ha conocido la democracia costarricense.

Los testimonios que aquí se exponen fueron registrados a través de observación participante y algunas entrevistas abiertas, durante las «tardes de café». Se trata de un espacio informal e íntimo, donde un grupo de alrededor de 25 mujeres trans entre los 25 y los 64 años que ejercen o ejercieron el trabajo sexual se reúnen en el local que les facilita la organización Transvida,² a conversar, mirar fotografías y recordar tiempos pasados y hermanas caídas. Se trata de un espacio que Segato (2016) describiría como política vincular femenina:

Hay que hacer la política del día a día, por fuera del Estado: retejer el tejido comunitario, derrumbar los muros que encapsulan los espacios domésticos y restaurar la politicidad de lo doméstico propia de la vida comunal. Es de esta politicidad y de esas tecnologías vinculares que surgirá el formato de la acción política capaz de reorientar la historia en la dirección de una felicidad mayor, pautada por el fin de la prehistoria patriarcal de la humanidad. Es la política de las mujeres la que ahora tiene su vez. (Segato 2016, 106)

A mediados de 2017 fui invitadx a participar en este espacio. Ellas manifestaron interés en escribir su historia, por lo que entre julio y setiembre de 2017 las acompañé todos los viernes por la tarde para escucharlas recordar y celebrar su

Durante estos años, he desarrollado cualquier trabajo de apoyo que necesiten las mujeres de esta comunidad, desde conducir un auto para llevarlas a actividades, digitar datos y redactar cartas e informes, hasta patrullar las calles en momentos de crisis de violencia. Ha sido un proceso largo que nos permitió desarrollar relaciones de confianza, que se desmarcan de los contratos verticales de investigación, y posibilitan hoy una etnografía de la vida cotidiana. Para una descripción detallada sobre el complejo proceso en el que construimos nuestros acuerdos políticos, afectivos y de investigación, ver el capítulo 8 en Fournier (2017).

Organización de base de mujeres trans.

existencia. Aceptaron que grabara las conversaciones: diálogos desordenados y múltiples, donde mis intervenciones se limitaban a algunas preguntas puntuales cuando era necesario, o bien, a brindar palabras de apoyo y agradecimiento a quienes me estaban compartiendo sus recuerdos de dolor, miedo o ternura.

Para la sistematización, opté por la metodología de narraciones discontinuas³ para evitar traducir o interpretar sus vivencias, y dar lugar a sus palabras y sus diálogos coloquiales, que la historia tantas veces ha querido silenciar. Mi función es también dialógica, busco tejer (sin jerarquizar) algunos de sus testimonios y reflexiones con referentes de teorías sobre el poder (como Foucault 2008) y la violencia (como Segato 2003), desde un enfoque transfeminista e interseccional.⁴ En este artículo que se inscribe dentro del campo de los estudios trans*, no pretendo establecer la verdad unívoca y categórica sobre las formas de violencia que enfrenta esta población, sino dar lugar a la memoria colectiva, a los afectos y a los saberes localizados de esta comunidad sobre su propia historia.

Narrativas de la violencia

Costa Rica ha logrado posicionar, tanto dentro como fuera de sus fronteras, el imaginario de un país pacífico con una larga y profunda tradición democrática. El mito de la excepcionalidad hace pensar que Costa Rica está lejos de los conflictos sociales que enfrentan los pueblos hermanos de la región Centroamericana. Es una peligrosa paradoja. Por un lado, es cierto que en Costa Rica no sufrimos los niveles y las formas complejas de violencia que enfrentan otros países donde las políticas neoliberales, la corrupción estatal, el narcotráfico, las masculinidades tóxicas, el racismo y la colonialidad han formado un coctel letal. Incluso dentro de la colectividad de mujeres trans podemos constatar esta realidad: San José recibe cada año varias migrantes que vienen huyendo de las realidades cruentas de sus países (OIM 2016), y aunque Costa Rica está lejos de ser un paraíso trans, las condiciones son considerablemente menos inseguras que en otros países vecinos.

Metodología que «se ha implementado sin construir un texto único y continuo sino dejando que las diferentes voces que aparecen en él mantengan su autonomía. De esta manera se intenta no homogeneizar las propuestas realizadas, no tratarlas como expresión de un pensamiento único sino mostrar que se puede ser incoherente o expresar puntos de vistas diferentes en un mismo discurso» (Biglia y Bonet 2009, 13). En este sentido, transcribo sus expresiones tal como fueron registradas, sin «correcciones» de estilo ni censura, con el fin de que sean sus palabras las que irrumpan en nuestros espacios académicos, y no la academia la que las modere o edulcore.

⁴ El concepto de interseccionalidad, posicionado por feministas como Kimberlé Crenshaw (1989) propone una lectura sobre la forma en que los sistemas de dominación oprimen de formas distintas, simultáneas y combinadas a una misma persona. En este caso, género, clase, sexualidad y, en algunos casos, raza se entretejen para crear condiciones de opresión profundamente violentas para las participantes.

70 Mar Fournier Pereira

Sin embargo, en los relatos de estas mujeres pude identificar distintas formas de violencia, con algunas de las expresiones más crueles que he conocido en el país. Los modos han ido transformándose con el tiempo, pero todas guardan en común una raíz que se ancla en el potente nudo de la clase, el género y la sexualidad. Capitalismo y patriarcado se funden en amalgama letal contra esta colectividad de mujeres trans.

Por décadas, la violencia que estas mujeres enfrentan ha sido legitimada y hasta institucionalizada en manos de autoridades policiales y del sistema de salud costarricense. Con los años, estas prácticas han dejado de ser prescritas por la ley, pero la violencia sigue siendo estructural. Aun cuando ya no existen motivos legales para detener y castigar a una mujer trans, el sistema sigue permitiendo la impunidad judicial y social de los abusos policiales y las torturas que sufren en la calle a manos de desconocidos que atienden el mandato masculino.

La violencia que sufren las mujeres trans empobrecidas en la ciudad de San José, como en tantas otras, es una violencia estructural que busca el control de sus cuerpos, la aniquilación de sus subjetividades y la desaparición de sus identidades.

Disciplina: el castigo de lo abyecto

La forma más antigua y persistente que ha tomado la violencia contra esta colectividad es lo que Foucault (2002) denomina dispositivo disciplinario, una forma de ejercer el poder donde el castigo juega un doble rol disciplinar: sancionar a quien se sale de la norma y aleccionar a la sociedad como público general.

La historia que narran estas mujeres comienza en la década de 1970, no porque antes no existieran mujeres trans – tenemos incluso registros en la prensa de principios de siglo XX de existencias que hoy llamaríamos trans (Fournier 2017) –, sino porque las que sobreviven para contar su historia empezaron a afirmar su existencia en esta década. Fueron tiempos de crueldad disciplinaria, donde la criminalización, el encierro y el castigo físico marcaban las formas en que el Estado lidiaba con las existencias trans.

MF: ¿Y se las cargaban por estar vestidas?

Alexa: Por todo: sodomía, escandalosas, irrespeto a la autoridad, faltas a la moral.

MF: Ellos se inventaban lo que fuera...

Rosario: Cualquier cosa le ponían a uno.

Aun cuando el modelo criminológico dominante era el disuasorio y en los centros penitenciarios se confundía la penitencia con la justicia, para encerrar a las mujeres trans era necesario primero hacer de su existencia un motivo de detención. Las autoridades se ampararon en la Ley contra la Vagancia, la Mendicidad y

el Abandono (derogada finalmente el 1994) para justificar la detención y encarcelamiento de las mujeres trans. Una mujer con pene no podía ser vista a plena luz del día en un espacio público, porque su existencia misma era considerada motivo de castigo y detención.

De la calle a la corte, de la corte a la cárcel, de la cárcel a la calle, y otra vez. Estas mujeres cumplían días de prisión en un centro penitenciario para hombres, en espacios especialmente designados para estas, con condiciones aún más insalubres que las del resto de la prisión (Fournier 2017).

Sandra: No, pero para la información de ustedes: yo tengo en la Corte 139 pasadas. ¿Creen ustedes que eso tiene sentido? Era en base a esos partes infundados que hacían ellos. Que faltas a la moral, vagancia...

Laura: Vestir prendas femeninas.

Sandra: Según ellos, para ellos eso era inmoral, era anti... ético, ¿no?

Las detenciones en nombre de la moral y las buenas costumbres iban siempre acompañadas de una dosis de humillación. Es el componente comunicativo del poder disciplinario, ese que adiestra tanto el cuerpo que castiga como el que observa.

Laura: Hasta nos daban «paseos». Paseos por el parque donde está la biblioteca que tiene una gran pendiente. Y se venían desde arriba como la montaña rusa. Y todas pegábamos en el techo del cajón,⁵ para golpearnos, para agredirnos.

Adriana: Sí, muy duro.

Sonia: Lo dejaban botado allá por el culo del mundo.6

Laura: ¡Horrible!

Alexa: [...] Una detención exclusiva para nosotras. [...] Yo me acuerdo que pasaban los carros viejos. Y nos cargaban, nos llevaban a Coronado,⁷ digamos a las 9 de la noche y nos soltaban a las 2 de la mañana, 3 de la mañana.

Julieta: Se las llevaban a chancheras⁸ en Coronado. A las chancheras las llevaban y las tiraban ahí. Las desnudaban y las mojaban con barro. Y después las tiraban a las 6 de la mañana. Burlada y todo, y cuando se montaban en los buses aquellos monstruos, porque todas llenas de barro y todo. ¡Uy no, qué fuerte!

Una vez en el centro penitenciario, la humillación continuaba haciendo uso del asco como castigo, al que le sumaba el despojo de su feminidad:

Sandra: Lo metían a uno y le ponían un buzo. Lleno de piojos.

⁵ El «cajón» se refiere a la parte trasera de la patrulla donde llevan a las personas detenidas.

⁶ Expresión que refiere un lugar muy lejano.

⁷ Cantón que se ubica en la cima de una montaña a unos 10 km del centro de la ciudad.

Chancera: porqueriza.

72 Mar Fournier Pereira

Sofía: También a muchas las dejaron pelonas. Yo fui la única que no me dejé cortar el pelo. Me agarré como con 20. Y me hicieron así papilla en el suelo. Con un ojo morado y todo, pero no me lo dejé cortar.

Y a todo esto le seguían las torturas:

Victoria: Los policías nos violaban. Nos agarraban y nos secuestraban, nos tiraban orines, miados, allá en los calabozos. [...] Sí, me llevaron a la Peni. Tenía 13 primaveras. Y me llevaron ahí a la Peni y en la Peni estaban los llamados Hijos del Diablo. Hicieron fila india donde mí.

Con apenas trece años, esta mujer sufrió una violación en grupo con la total complicidad de los guardias penitenciarios y del sistema judicial. Cuentan que los mismos guardias aprovechan para hacer negocio con sus cuerpos:

Cecilia: A mí me compraron por 50 colones, 11 el Negro Chita en la Peni.

Rosa: A mí también. MF: ¿Cómo, cómo?

Rosa: 50 colones pa rajala.¹²

Cecilia: Es que, cuando uno llegaba a la Peni, los maleantes de ahí nos compraban.

Entonces el Negro Chita pagó 50 colones por mí.

MF: ¿Pero a quién se los pagó? ¿A usted?

Cecilia: Al guarda.

MF: ¡Al guarda! O sea, el guarda la vendía como si usted fuera un chunche.¹³ ¿Así? Cecilia: Entoes, el Negro Chita, yo estuve presa 3 días y los 3 días fueron 3 veces diarias que...

Cuando no las vendían, jugaban al boxeo o al tiro al blanco con ellas. Despojadas de su estatus de humanidad, sus cuerpos eran objetos despreciables con los que estos hombres afirmaban su hombría (Segato, 2003) mientras mataban el aburrimiento adentro de la prisión.

Biopolítica: control de la vida

La ciencia, la estadística y la medicina empujan hacia un giro discursivo en el ejercicio del poder. Al lado de la vigilancia y el castigo, el control de los cuerpos comienza a planificarse, justificarse e implementarse por otros medios. En Costa

⁹ Penitenciaría Central

Pandilla que se caracterizó por sus formas violentas y cruentas de accionar.

En la década de 1970, 50 colones equivalían a 0,17 dólares.

Expresión que refiere a las violaciones que sufrían, específicamente a la penetración anal.

¹³ «Chunche»: costarriqueñismo que quiere decir cosa.

Rica, el auge de la biopolítica golpea con fuerza a esta y otras poblaciones en las décadas de 1980 y 1990.

La biopolítica busca regular la vida bajo los parámetros de la normalidad. Más que normar, pretende normalizar. No busca «obtener la obediencia de los súbditos a la voluntad del soberano, sino influir sobre cosas aparentemente alejadas de la población, pero que, según hacen saber el cálculo, el análisis y la reflexión, pueden actuar en concreto sobre ella» (Foucault 2008, 95).

La corporalidad es el sustrato para el biopoder, desde una racionalidad política que administra la vida a través de la gestión de los cuerpos. Si el dispositivo disciplinario se caracteriza por su potencial letalidad, la biopolítica busca más bien mantener la vida, preservarla, en tanto es la condición necesaria para el ejercicio del poder (Foucault 2008).

En este caso, encontramos al menos dos grandes vertientes por las que se encausan las corrientes del biopoder: el discurso que plantea la existencia trans como una amenaza para la salud pública y la vida (sintetizada en una política higienista), y el control mismo de los cuerpos trans, a través de la medicina y la industria farmacéutica – eso que Paul B. Preciado (2008) llamaría farmacopornopoder.

El higienismo social volvió con fuerza a Costa Rica en la década de 1980, nutrido por la moral conservadora característica de la idiosincrasia costarricense y su Estado confesional. Sobre estas mujeres trans se depositaban los peores estereotipos alrededor de la sexualidad como suciedad: se les consideraba homosexuales (en un contexto en que la homosexualidad era entendida como perversión, patología y pecado), eran trabajadoras sexuales (en una sociedad que todavía hoy es profundamente misógina y patriarcal), y se presumía (sin que existiesen estudios epidemiológicos para sustentarlo) que sus cuerpos albergaban todo tipo de infección de transmisión sexual (ITS) y posteriormente también el VIH.

Se les señalaba como foco de infección. A la persecución policial ahora se sumaba el Ministerio de Salud que acechaba y hostigaba su existencia. Como a las trabajadoras sexuales cisgénero, se les impuso el deber de portar un carnet de dispensario. «Era como un permiso para putear», dice Alexa. Podríamos decir que era un permiso para existir, un documento que debían validar cada 15 días, donde certificaba que se encontraban libres de ITS. La que fuera encontrada sin carnet o con el carnet vencido, era detenida y procesada, por lo que debían someterse a este estricto control para poder circular por la ciudad.

Sofía: No pero cuando salió la enfermedad del SIDA no se acuerda que traían ese montón de portones para llevarnos a todas a... a la Sabana. A la Sabana que había una rueda así de pacos, 5 yo no sé si usted se acuerda.

Parque metropolitano.

Pacos: forma despectiva de nombrar a la policía.

74 Mar Fournier Pereira

Alexa: Era como para hacer un tamizaje.

MF: ¿Pero las llevaban obligadas?

Alexa: ¡Sí, claro! Sofía: A la fuerza.

Sonia: Todo mundo corría por San José.

Sofía: Inclusive, brincándose los techos y todo porque...

Se las cargaban en grupos grandes y las llevaban a una especie de corral humano en el parque metropolitano, donde las obligaban a tomarse muestras de sangre y a someterse a un examen físico de boca, ano y genitales. Esta inspección no iba dirigida a promover la salud en la población de mujeres trans, sino a cuidar a la ciudadanía de la cual ellas estaban excluidas. Su existencia era más bien despreciada, y no dudan que el deseo de muchos era exterminarlas.

Laura: Porque eras un foco de contagio. Y cuando empezó el VIH a aflorar, aquello era... Era algo tremendo, de verdad. Si hubieran tenido la oportunidad como fue las cámaras de gas, lo hubieran hecho.

Adriana: Ah sí.

Sofía: ¡Ah sí! Nos vieramos ido más de una.

Llegamos a la otra vertiente, donde la medicina no persigue, sino que seduce. En manos de profesionales inescrupulosos, docenas de mujeres trans han sufrido una estafa mortífera. Ante la negativa que algunos médicos conservadores sostienen de poner implantes de seno a una mujer trans, otros encontraron un negocio fácil. En un contexto donde la mayoría de estas mujeres viven bajo la línea de pobreza, un procedimiento que promete en un par de horas unos senos a bajo costo, es una oferta que resulta un sueño hecho realidad.

Elena: Este Joaquín era un señor que vivía frente al Líbano, el que se encargaba de ponernos aceite.

Rosa: Muchas se pusieron, verdad.

Elena: A muchas se les fue a otras partes del cuerpo y fallecieron. Pero otras aún lo

conservan y se ven bonitas.

MF: ¿Y eran caros esos tratamientos?

Varias: No, no.

Rosa: Diay, ¿cuánto cuesta el aceite de la cocina?

Andrea: El aceite mineral era barato.

Daniela: No, pero al viejo Quincho uno le daba dos pesos y ya le salía con unas tetas

así.

Rosa: Claro, de la noche a la mañana salías bien bella, así.

Daniela: Cuál de la noche a la mañana: dos horas, tres horas, ya.

Elena: Las más osadas recurrimos también a inyecciones de aceite mineral. Y el famoso, hubo tiempo en el 70, otras también, se inyectaban para tener más fuerza con las hormonas. También unas decían por ahí que se inyectaban aceite hasta de avión.

Lo que no les explicaron es que el aceite no estaba contenido como estaría el silicón en un implante, y por ende con el tiempo la fuerza de gravedad provoca que comiencen a derramarse por el cuerpo y estancarse en las caderas, testículos, tobillos y pies.

Rosa: Unas se murieron de cáncer, en el cuerpo. Como la Samantha, y Estela también se murió de eso.

Con dolor, vergüenza y rabia lamentan hoy la estafa que les deja marcas irreparables. En diálogo con Preciado (2008), en los cuerpos trans podríamos hablar de un panóptico inyectable. La aguja que penetra sus carnes inocula en sus cuerpos el aceite que es a la vez recompensa y castigo, vida elegida y sentencia muerte. En la miseria, el «panóptico que se inyecta» es a la vez biopoder y disciplina, ortopedia y condena.

Cristina: Todas manchadas del aceite y la vara.16

Julieta: Amiga, eso como que usted diga: me inyecté el veneno de la vida. Me lo comí. Y lo tengo.

Cristina: Es más, hubiera sido mejor otro veneno que este veneno. Porque con el otro no se ve, dice una... Diay, el venenazo, el bebe, ¹⁷ dice una. ¿Me entendés?

Julieta: Ah sí.

Cristina: O sea que mucha gente se asusta con ese tema. Pero nadie te lo ve, ¿dónde está?

MF: ¿Pero fue el mismo mae¹8 que le hizo la vara a las dos?

Cristina: A todas. Silvia: ¿A todas?

Julieta: Amiga, a todas. El mismo mae nos dañó a todas.

Es cierto que, en diálogo con Preciado (2008), diríamos que los cuerpos que estas mujeres desean no son producto exclusivo de su imaginación y de su individualidad; son el resultado de la historia, de siglos de intercambio de mujeres y dominación patriarcal, de la imposición de la heteronormatividad, de la voracidad de la estética capitalista, de la racionalidad biopolítica de la modernidad. Pero en aras del respeto a la autodeterminación de los cuerpos, en modo alguno podríamos por esto responsabilizarlas de las atrocidades que les infringieron sobre sus cuerpos.

Durante la observación etnográfica, acompañé a algunas compañeras a buscar atención en salud cuando sufrían complicaciones por los aceites en sus cuerpos. Con frecuencia escuché frases como: «eso que usted se puso», «el aceite

Vara: costarriqueñismo para decir cosa.

Expresiones coloquiales para referirse al VIH.

Mae: costarriqueñismo para nombrar a un fulano.

76 Mar Fournier Pereira

que usted se inyectó», etc. Es un problema gramatical, un problema de la gramática de la violencia. Las mujeres trans, atrapadas en la manipulación mezquina de su deseo, son además culpabilizadas como si ellas fuesen las autoras intelectuales y materiales del biopoder.

MF: Pero eso se los ponía un médico, no ustedes...

Cristina: Igual no, no es ni culpa de ese mae, es culpa de las mismas chicas, de nosotras mismas.

Julieta: No hermana, pero es que es una necesidad. Es una necesidad. Amiga, eso no fue culpa de nosotras, porque fue una necesidad mental. Una necesidad mental que una persona...

Cristina: Fue una necesidad mental que nadie nos iba a llenarlo.

Los responsables directos de todas las muertes, y de que las sobrevivientes carguen hoy bombas de tiempo en sus cuerpos, son los médicos inescrupulosos y su mezquindad, y de forma indirecta la sociedad que alberga las condiciones para que estas atrocidades sean posibles y gocen de impunidad.

Pedagogía de la crueldad sobre los cuerpos trans

Fuera de la cárcel y el consultorio, la violencia alcanza a estas mujeres en la calle. La disciplina como dispositivo de poder no cesó en la década de 1970. Conforme avanzaron los años, las formas de control se fueron complejizando, nutridas por otros discursos de saber/poder. En las zonas de trabajo sexual los ataques son cosa de todas las noches. Cuando no es la policía, son hombres que utilizan los cuerpos de las mujeres trans para afirmar su masculinidad.

Mientras acompañaba los abordajes callejeros de la organización Transvida entre 2014 y 2017, escuché relatos de los abusos que sufrían por parte de la policía. Además de la burla constante de sus nombres registrales, la alusión a sus genitales, y la negación de su identidad femenina, registramos patadas, escupitajos, macanazos, sacudidas y abuso sexual. A algunas les rompían la cédula, y en seguida aducían que andaban indocumentadas para poder detenerlas. A una migrante le retuvieron por meses el pasaporte, dejándola sin el único documento que tenía para hacerle frente a la extrema vulnerabilidad. Una de ellas narró una perversa experiencia de tortura: mojaron con agua el cajón metálico de la patrulla y pusieron ahí el «chuzo eléctrico» para provocarle descargas sin dejar marcas. Estas y otras formas de violencia siguen marcando la cotidianidad de estas mujeres, mientras autoridades, transeúntes y vecindades voltean la mirada hacia otro costado de la ciudad.

Rita Laura Segato (2003) identifica la demonstración de fuerza y virilidad ante una comunidad de pares, como una de las expresiones dentro del carácter

responsivo de la violación y sus interpelaciones. El estatus masculino exige la demostración constante de pruebas de potencia, la afirmación reiterada del poder y la dominación. Dice Segato:

«Masculinidad» representa aquí una identidad dependiente de un estatus que engloba, sintetiza y confunde poder sexual, poder social y poder de muerte [...]. No se trata de que el hombre puede *violar*, sino de una inversión de esta hipótesis: debe violar, si no por las vías del hecho, sí al menos de manera alegórica, metafórica o en la fantasía. (Segato 2003, 37-38)

Para entender la crueldad de los ataques que sufren las mujeres trans trabajadoras sexuales de San José, es necesaria una lectura desde la interseccionalidad. Las formas de violencia que enfrenta una mujer en este contexto son distintas a las que puede enfrentar una mujer trans con una condición de clase más privilegiada. Ni qué decir de las diferencias con la transfobia que puede enfrentar un hombre trans. Sin afán alguno de jerarquizar las opresiones, es necesario reconocer que existen diferencias abismales en las condiciones de posibilidad entre quienes habitan en el despojo material y quienes habitamos en zonas un poco menos hostiles.

Los sistemas de clase, género, sexualidad, edad y, en muchos casos, raza se amalgaman en los cuerpos de estas mujeres que siguen resistiendo a la tiranía de la opresión. Estamos ante lo que Sagot (2013) denomina un contexto de necropolítica, ¹⁹ donde las mujeres (en este caso las mujeres trans) enfrentan formas extremas de violencia que resultan legitimadas por el sistema que se nutre de estas. En este sentido, señala que la calle en el contexto del trabajo sexual es uno de los escenarios del femicidio en la región:

aquí las víctimas son mujeres que se dedican al trabajo sexual y sus asesinos son generalmente clientes o proxenetas. También, algunas de estas mujeres pueden morir como blanco de acciones de exterminio o de «limpieza social». Este escenario tiene sus características particulares ya que las mujeres involucradas son altamente estigmatizadas y fácilmente cosificadas e incluso desechadas por una sociedad que ha construido un doble estándar en relación con el trabajo sexual. Asimismo, dado que en este escenario median transacciones comerciales, la posibilidad de que estas mujeres sean asumidas como propiedad de los hombres que se relacionan con ellas es muy alta, por lo que se incrementa el riesgo de femicidio. (Sagot 2013, 12)

[«]Los sistemas de estratificación, sus discursos y sus prácticas generan esta política letal en la que algunos cuerpos son vulnerables a la marginación, a la instrumentalización e incluso a la muerte. Un elemento central de la necropolítica es que los sistemas de estratificación también generan un biopoder basado en la noción de soberanía; es decir, en la capacidad de definir quién importa y quién no, quién es desechable y quién no» (Sagot 2013, 4).

78 Mar Fournier Pereira

Violaciones, lanzamiento de objetos, secuestros, ataques, torturas, intentos de homicidio y trans-feminicidios se siguen registrando cada año (REDLACTRANS 2014). En marzo de 2016, las mujeres de esta comunidad lloraron el asesinato de Michelle, a quien dos hombres abordaron en la esquina en la que trabaja desde hacía varios años y la llevaron a un cuarto donde le propinaron 25 balazos. En 2017, el cuerpo de Kenisha de 15 años aparece en un matorral, a una cuadra de los Tribunales de Justicia en su pueblo natal.

Dice Segato sobre la pedagogía de la crueldad:

Toda violencia tiene una dimensión instrumental y otra expresiva. En la violación, toda violación, no es una anomalía de un sujeto solitario, es un mensaje de poder y apropiación pronunciado en sociedad. La finalidad de esa crueldad no es instrumental. Esos cuerpos vulnerables en el nuevo escenario bélico no están siendo forzados para la entrega de un servicio, sino que hay una estrategia dirigida a algo mucho más central, una pedagogía de la crueldad en torno a la cual gravita todo el edificio del poder. (Segato 2016, 79)

Desde la lógica de muchas leyes, la mayoría de las mujeres trans, en tanto no tienen una vagina ni pueden quedar embarazadas, ni siquiera serían susceptibles de ser violadas (Guillaumin 2005). Pero las mujeres trans, en Costa Rica como en todos países, son violadas cotidianamente. Sus cuerpos son penetrados: a veces por penes, a veces por piedras, a veces por balines. A veces las desvisten, las tocan, y no falta el policía que con la excusa de una requisa les corre el calzón y les saca el pene en una calle oscura.

Selina: Cuando una escuchaba venir las motos corríamos a escondernos. Una temblaba. Es que eran muchos, y pasaban y nos desvestían, los desgraciados, nos arrancaban la ropa. ¿Se acuerda cuando le arrancaron el brasier a usted, amiga, que la dejaron chinga²⁰ y usted lloraba? Pasan y nos tocan, nos empujan, nos arrastran.

Los ataques con un rifle de balines se han vuelto una problemática tristemente frecuente. Decenas de mujeres trans cargan en sus cuerpos balines incrustados tras alguno de estos ataques. En 2016, la situación llegó a un clímax preocupante, donde se presentaron cuatro ataques en un mes.

Ariela: De repente noté un carro Susuki color blanco que se acercó, y noté que el conductor del carro bajó su ventana a la mitad, alcancé a ver que me apuntaba con una arma. Al percatarme, reaccioné volteándome de espaldas al tipo y segundos después, seguido de escuchar el grito de odio del sujeto: ¡Playo hijueputa!, sentí un balín en la nalga izquierda. Enseguida el tipo huyó.

²⁰ Chinga: desnuda.

Tania: El mae pasó y me descargó toda la pistola a mí. Me dio en las nalgas, en la espalda, en el brazo... Y después a mi amiga. Le disparó en todas las piernas, en la mano le metió uno.

Gabriela: Me ha pasado como 6, 7 veces. La última vez me pegó como unos 20 balines, calculo. Es que antes no se bajaba del carro, el mae solo tiraba los balines y si te lograba pescar te pegaba, pero ahora no, ahora tiene otras formas [...] se baja del carro y la persigue a una.

En la pedagogía de la crueldad el poder se ejerce tanto en el eje vertical de la violencia como en el horizontal, tanto en la dominación de un sujeto sobre otro, como en carácter expresivo y aleccionador que esto tiene para toda la sociedad.

Gabriela: La persona se baja del carro y tira los balines, me descarga toda la pistola, el magasín²¹ completo. Venía de tirarle balines a las otras chicas. [...] Anda siempre acompañado, andaba con otras dos personas, dos hombres.

Ariela: Después de disparar, dan vueltas para burlarse de nosotras y la policía no está.

Los agresores actúan siempre frente a un público, aun cuando anden solos. Su acción es una puesta en escena que ofrecen en el teatro de la masculinidad. Aun en las narrativas de quienes estaban solos en el momento de la agresión, puede leerse la interlocución con esos otros imaginados (Segato 2003). Los ataques que estas mujeres sufren no pueden entenderse solo como producto de la locura o la crueldad de unos cuantos hombres, sino como la expresión de la crueldad estructural, de la locura de una sociedad que se forja sobre la base de la dominación patriarcal y la exclusión social.

La voluntad de existir

Es indudable que estas mujeres fueron y siguen siendo víctimas de algunas de las prácticas más crueles del sistema penitenciario costarricense, del costado más mezquino de la medicina, de la furia rabiosa de las masculinidades tóxicas y del despojo carnicero del capitalismo neoliberal. Sin embargo, tampoco sería justo pensar que son víctimas pasivas. Guerreras incansables, ellas resistieron con ardiente valentía e insolencia los más fuertes castigos. Su mayor victoria es la persistencia. Hoy honran a sus muertas y celebran con orgullo la supervivencia de su estirpe que mantienen viva con sus cuerpos. Sonríen con complicidad cuando recuerdan los mecanismos que fueron ideando juntas para hacer frente a tanta letalidad. Humor, irreverencia, astucia, autodefensa y sororidad: fibras que tejen las redes de esas familias que germinan como hierbas en las grietas de la calle.

Magasín: cargador de las municiones del arma.

80 Mar Fournier Pereira

¿Cuáles son sus estrategias y tácticas para escabullirse a la disciplina patriarcal, para desobedecerla? El arte de «paquetear» fue siempre una estrategia de resistencia. *Paquetear* es el nombre que se le da en la jerga trans costarricense al acto de pasar desapercibida como una persona cisgénero.²² Es un vocablo que proviene del contexto penitenciario, donde se utilizaba para nombrar algo falso.

Paquetear sigue siendo hoy una estrategia para alivianar el tránsito por los espacios públicos hostiles, aunque cada vez más mujeres trans cuestionan la imposición del paqueteo y señalan que termina convirtiéndose en un segundo closet, la cárcel de la existencia en el propio cuerpo. Sin embargo, entre las décadas de 1970 y el 2000, era una herramienta fundamental para escapar de la violencia policial:

Victoria: Yo pasaba desapercibida, entonces a mí no me cargaban, porque yo paquetaba. ¿Entiende la jugada? Yo pasaba así desapercibida. Cuerpo de mujer y femenina.

En aquellos tiempos tenían que *paquetear* hasta para comprar un almuerzo en la capital. Las esquinas, las casas de algunas que excepcionalmente contaban con apoyo familiar, y hasta un pequeño local que la primera organización trans del país, la Casa de las Orquídeas de la Noche, había logrado costear con apoyo de la cooperación internacional, se convirtieron en trincheras, en verdaderas escuelas autónomas, pedagogías intergeneracionales donde las que llevaban más tiempo «vestidas» compartían con las más «nuevas» sus saberes corporales sobre cómo vestirse, cómo modular la voz, cómo simular curvas y cómo caminar. En la actualidad, en los pasillos de la organización Transvida habita esta tradición, y es posible escucharlas compartiendo experiencias de maquillaje, consejos para cuidar el cabello y hasta recomendaciones de tiendas donde no las van a discriminar.

A pesar de estos esfuerzos colectivos de supervivencia, no todas logran paquetear. La violencia estructural se ensaña con más fuerza contra aquellos cuerpos a los que «se les nota», contra quienes hacen visible la transgresión a una masculinidad impuesta e indeseada, y evidencian que existe la vida más allá de las fronteras del género binario. A ellas especialmente les tocó defender su existencia con orgullo, irreverencia y ferocidad:

Alexa: Un paco un día me dijo a mí: está detenida. Le digo yo: ¿por qué? Y me dice: Porque me hizo esto. Y se reventó la camisa. Entonces yo agarré una botella y le dije: póngale eso al parte. [hace gesto de quebrarle la botella en la cabeza]. Porque llegó un momento que nosotras nos volvíamos agresivas con los mismos pacos. Y cuando los veíamos ya nos les cagábamos en la madre, pa que nos cargaran por algo, ya, legalmente.

Lo que en inglés suele nombrarse como «passing».

En la cárcel intentaron despojarlas de su feminidad, les rapaban el pelo, las vestían con ropas anchas y hediondas, pero ellas resistieron. Cortaron las ropas para hacer prendas sensuales, idearon formas de obtener pelucas, hicieron trajes de gala con harapos, maquillajes artesanales. Adentro de la cárcel, organizaron certámenes de belleza, que si bien no eran iguales a los que organizaban afuera (que constituían una verdadera oda a la feminidad, en espacios seguros de ellas para ellas, donde eran a la vez concursantes, jurado y público), dentro del centro penitenciario se convertían en una defensa colectiva, irreverente y pomposa de su identidad. Los certámenes culminaban con un gran baile, al ritmo de basureros convertidos en tambores y maracas, donde las chicas festejaban su derecho a la alegría y a la feminidad elegida que nadie lograría arrancarles.

A pesar de estas conquistas en la batalla por la defensa de su existencia, la prisión seguía siendo un espacio hostil que buscaban evitar. Entre sonrisas y tazas de café comparten recuerdos de complicidad y resistencia: cómo escondían entre varias a las compañeras perseguidas, cómo juntaban dinero para pagarle la fianza a alguna de sus amigas, o hasta cómo le entregaban un porro y el plato que llevaban para cenar ese día a una compañera que estaba a punto de ser detenida, para que sobreviviera la noche en el calabozo. Algunas comenzaron a utilizar la seducción como estrategia, no solo para salvarse a sí mismas, sino en clave sororaria, para liberar a sus compañeras. Cuenta una veterana que ella la apodaban la «paquera»:

Sandra: La paquera. Me encantaban los pacos. Entoes, a ellas, a todo el resto las detenían, y a mí me dejaban suelta. Entoes, yo aprovechaba el momento en que ellos se iban por allá a detener a alguna, y abría el cajón.

Aprendieron a abrir el cajón de la patrulla con una gasilla, y a leer el movimiento del motor en el momento exacto en que se detenía en un semáforo en rojo, para abrir de par en par las puertas y salir corriendo todas en múltiples direcciones buscando camuflarse entre las sombras de la ciudad.

«Tocan a una y reaccionamos todas»: una consigna feminista que estas mujeres trans han practicado con cariño y valentía. Esta es sin duda la clave de su supervivencia, de su voluntad de existir, de su persistencia contra un sistema letal que ha buscado por décadas aniquilarlas. Hoy, las herederas de esta colectividad de mujeres trans están organizadas, informadas, empoderadas y hartas. No les asusta luchar por sus derechos y han ido perdiendo el miedo de enfrentar a sus agresores. Están decididas a señalarlos, denunciarlos, confrontarlos y descolocarlos, y a acompañarse unas a otras en el proceso. Como una red que sostiene la existencia, esta jauría desjaulada busca colectivizar sus resistencias siguiendo la enseñanza de sus madres y sus abuelas de calle: juntas son más fuertes. El miedo ha disminuido hoy su efecto disciplinar, y estas mujeres insumisas e insurrectas, se organizan para sumarse a las luchas feministas poniendo sus cuerpos, sus voces y sus saberes para desmontar la misoginia, el clasismo, la transfobia y la pedagogía de la crueldad.

82 Mar Fournier Pereira

Referencias bibliográficas

Biglia, Barbara, y Bonet-Martí, Jordi. 2009. «La construcción de narrativas como método de investigación psico-social. Prácticas de escritura compartida». Forum Qualitative Socialforschung / Forum: Qualitative Social Research, 10(1), Recuperado de: http://nbnresolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs090183

- Crenshaw, Kimberle. 1989. «Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics». *University of Chicago Legal Forum*. Volumen 1989. Número 1, Artículo 8. Recuperado de: http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8
- Foucault, Michel. 2002. Vigilar y castigar. Argentina: Siglo XXI.
- Foucault, Michel. 2003. *El poder psiquiátrico, Curso 1973-1974*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Foucault, Michel. 2008. *Seguridad, territorio, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Fournier, Mar. 2017. *Género, Clase y Afectividad: vínculos y comunicación en una comunidad de trans*. Tesis para optar por el grado de Maestría Académica en Comunicación y Desarrollo. Universidad de Costa Rica.
- Guillaumin, Colette. 2005. «Práctica del poder e idea de Naturaleza». In *El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas*, editado por Ochy Curiel y Jules Falquet, 19-56. (Comp). (2005). Buenos Aires: Brecha Lésbica.
- OIM Organización Internacional para las Migraciones. 2016. Migración y poblaciones lesbianas, gais, bisexuales, trans e intersexuales (LGBTI): módulo para la capacitación y sensibilización de instituciones públicas, organizaciones sociales, colectivos y activistas LGBTI en la región mesoamericana. San José, C.R.: OIM.
- Preciado, Paul [Beatriz]. 2008. Testo Yonqui. España: Espasa-Calpe.
- REDLACTRANS. 2014. Informe sobre el acceso a los derechos económicos, sociales y culturales de la población trans en Latinoamérica y el Caribe. Recuperado de: http://redlactrans.org.ar/site/wp-content/uploads/2015/03/Informe%20DESC%20trans.pdf
- Sagot, Montserrat. 2013. «El femicidio como necropolítica en Centroamérica». *LABRYS, Études Féministes/ Estudos Feministas,* (24). Recuperado de: https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm
- Segato, Rita Laura. 2003. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- Segato, Rita Laura. 2016. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de sueños.

Mar Fournier Pereira. Activista transfeminista. Licenciatura en Psicología, Maestría Académica en Comunicación y Desarrollo por la Universidad de Costa Rica. Docente en la Universidad de Costa Rica (UCR). Doctorante en Filosofía, Université Lille 3, CECILLE (59653 Lille, Francia). En diálogo con la actividad militante, ha trabajado en docencia e investigación en la Universidad de Costa Rica desde 2010, en el área de psicología social, investigación, género y sexualidades.

Correo electrónico: mar.fournierp@gmail.com

Artículo recibido en 15 de mayo de 2018 y aprobado para publicación en 4 de septiembre de 2018.

TECNOLOGIAS DE GÊNERO E MAGIA: HORMONIOTERAPIA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE MULHERES TRANS*

André Filipe dos Santos Leite* e Claudiene Santos*

Resumo

Analisamos a relação entre os hormônios e as experiências de vida de mulheres trans* como um aspecto simbólico do caráter místico que o aparato da saúde pode assumir, especialmente quando suas projeções políticas apontam para uma perspectiva despatologizante dessas experiências. Por meio de uma perspectiva metodológica *queer* alinhada a elementos da analítica do discurso foucaultiana, argumentamos, a partir de entrevistas e observação de cinco mulheres trans*, que o hormônio, através de uma narrativa mitológica, torna-se um agente social e político que, mesmo inumano, inventa possibilidades de humanidade ao instaurar tecnologias de gênero particulares no processo de cuidado em saúde das mulheres trans*. Observamos, deste modo, como as mulheres trans* se inventam nessa relação com os hormônios e como os processos de subjetivação ocorrem.

Palavras-chave: Saúde, hormônios, trans*, tecnologias de gênero

Abstract

Gender Technologies and magic: hormonotherapy and trans* women's life experiences

We analyzed the relation between the hormones and the life experiences of trans* women as a symbolic aspect of the mystique character that the health system can assume, specially when its political projections signal a possible depathologization of life experiences. Through a queer methodological perspective, aligned with elements from the Foucauldian discourse analysis, we suggest, based on the interviews and the observation of five trans* women, that the hormone, with its mythic surrounding narrative, becomes a social and political agent that, notwithstanding being nonhuman, creates possibilities of humanity by instituting unusual gender technologies while providing health care services to trans* women. In this way, in this relation with the hormones, we observe how trans* women recreate themselves and how the subjectivation processes happen.

Keywords: Health, hormones, trans*, gender technologies

Departamento de Biologia/DBI da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 49100--000. Brasil.

Endereço postal: Departamento de Biologia/DBI. Universidade Federal de Sergipe. Av. Marechal Rondon, s/n – Jd. Rosa Elze, São Cristóvão – SE, 49100-000, Brasil.

Endereço eletrônico: andrefsleite@yahoo.com.br

^{**} Departamento de Biologia/DBI da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 49100--000. Brasil.

Endereço postal: Departamento de Biologia/DBI. Universidade Federal de Sergipe. Av. Marechal Rondon, s/n – Jd. Rosa Elze, São Cristóvão – SE, 49100-000, Brasil.

Endereço eletrônico: claudienesan@gmail.com

Resumen

Tecnologías de género y la magia: la terapia hormonal y las experiencias de vida de las mujeres trans*

Analizamos la relación entre las hormonas y las experiencias de vida de mujeres trans* como un aspecto simbólico del carácter místico que el aparato de la salud puede asumir, especialmente cuando sus proyecciones políticas apuntan hacia una perspectiva de despatologización de esas experiencias. Por medio de una perspectiva metodológica que se alinea a elementos de la analítica del discurso foucaultiana, argumentamos, a partir de entrevistas y observación de cinco mujeres trans*, que la hormona, a través de toda una narrativa mitológica a su alrededor, se convierte en un agente social y político que, a pesar de inhumano, inventa posibilidades de humanidad al instaurar tecnologías de género particulares en el proceso de cuidado en salud de las mujeres trans*. En este sentido, observamos como las mujeres trans* se inventan en esa relación con las hormonas y como los procesos de subjetivación ocurren.

Palabras clave: Salud, hormonas, trans*, tecnologías de género

Notas introdutórias

Antiandrógenos, estrógenos e progestógenos. Perlutan, ciproterona e gestadinona. Cicloprimogyna, estradiol e depoprovera. Vistas assim, desprovidas de contexto parecem até palavras aleatórias que não revelam muita coisa. Talvez signifiquem um pouco mais quando citadas em congressos de endocrinologia, ao serem manipuladas em laboratórios químicos ou quando manuseadas pela indústria farmacêutica. Contudo, quando essas palavras circulam para além desses espaços, habitando esquinas, adentrando fóruns de discussão pela Internet, constituindo parte do repertório de vida de determinadas pessoas, muito da sua higiene é deixada para trás. Quando suturadas às experiências de vida de mulheres trans*, essas simples palavras tomam uma outra materialidade e cria-se um contexto que coloca o próprio estatuto de significação da saúde em disputa.

Utilizamos o termo trans* com um asterisco para, dessa forma, torná-lo mais abrangente, incluindo múltiplas expressões e identidades de gênero, como: trans, transexual, transgênero, travesti, etc. (Platero 2014; Tompkins 2014). O que o asterisco aporta é assinalar a heterogeneidade, ao conceber o corpo, a identidade e as vivências que vão além das normas binárias impostas. Trans*, trans e transgênero são termos que têm em comum serem eleitos pel*s própri*s protagonistas, diante daqueles que provêm do âmbito médico e que assinalam uma patologia. O asterisco quer especificar que podem existir lutas comuns e, ao mesmo tempo, reconhecer que há muitas outras questões nas quais não há um consenso ou uma visão única do que se supõe ser trans, trans*, transexual ou transgênero (Platero 2014; Tompkins 2014), além de incluir identidades como gêneros neutros, intersexuais, agênero, dois-espíritos, travestis e gêneros fluidos (Kilerman 2012 citado por Tompkins 2014). A forma trans* possibilita também o significado mais profundo do

que poderia sugerir o próprio prefixo e se opondo a uma única forma legítima de referir-se às identidades e comunidades trans* (Tompkins 2014: 27).

Assim, neste artigo, analisamos a relação entre os hormônios e as experiências de vida trans*, entendendo o processo da hormonioterapia como um tipo particular de tecnologia de gênero (Lauretis 1994), ou seja, um aparato material e simbólico que constrói determinadas imagens de «homens» e «mulheres», e que atua na produção do que é culturalmente entendido como masculino e feminino. Para Lauretis (1994), o gênero não é uma propriedade dos corpos nem algo que existe *a priori* nos seres humanos, mas é um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais. De tal modo, investigamos como essa relação das mulheres trans* com o uso dos hormônios pode inclusive ilustrar um aspecto simbólico de um debate mais amplo do campo da saúde, o caráter místico, que a própria saúde assume em alguns contextos, e suas possibilidades de desterritorialização, quando pensamos alternativas de se fazer um cuidado em saúde que preze a despatologização das experiências trans*.

Entendendo os processos metodológicos como «uma certa forma de interrogação e um conjunto de estratégias analíticas de descrição» (Larrosa 1994, 37), que se referem a um «como fazer» (Reis 2012), a um como fazemos nossas pesquisas; tomamos como base um projeto metodológico que alberga uma perspectiva queer (Browne e Nash 2010) suturada a elementos inspirados na analítica do discurso de Michel Foucault (1996, 2005, 2009). Afinal, se o queer se propõe a pensar os sujeitos e as subjetividades como projetos fluidos, instáveis, inacabados e que se fazem continuamente e indefinidamente em movimento, é por intermédio de uma analítica do discurso de inspiração foucaultiana que podemos pensar criticamente sobre as construções históricas, culturais e sociais estabelecidas nas relações de saber-poder que construíram a ideia dessas pessoas e subjetividades como estáveis e imutáveis.

Assim, a partir de cinco entrevistadas¹ que se autodenominaram mulheres trans* e de observação acompanhante de suas trajetórias de vida, argumentamos que o hormônio torna-se um agente social e político que, mesmo inumano, inventa possibilidades de humanidade ao instaurar tecnologias de gênero particulares no processo de cuidado em saúde. A aproximação com as entrevistadas deu-se inicialmente a partir do contato com uma organização não-governamental, e posteriormente por meio de indicações umas das outras (bola de neve), tendo todas as participantes assinado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) autorizando a utilização das informações para a pesquisa.

Observamos, no transcorrer das entrevistas, como as mulheres trans* se inventam na relação com os hormônios e como os processos de subjetivação ocor-

Trata-se de um desdobramento da pesquisa intitulada «Mulheres transexuais: vivências, histórias e narrativas de vida na transexualidade», com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/CNPq.

rem, tanto na ordem da transformação física, quanto produzindo novos contextos discursivos e práticos sobre o que insistimos em chamar de saúde. Nesse ponto, a digressão apresentada pelas mulheres trans* quanto a relação que estabelecem com os hormônios permite-nos pensar em contextos que tomam essas experiências em outros espaços, que se opõem ao território da patologia.

Dessa forma, evidenciamos que as demandas e litígios pelo acesso aos hormônios não representam apenas um desejo de transformação do corpo, mas que esse processo de disputa coloca todo um projeto hegemônico de saúde em jogo, que envolve (re)pensar o estatuto de patologia a que essas pessoas são remetidas quando não só pervertem e subvertem o uso dos hormônios, mas, especialmente, quando lhes endereçam esse caráter mágico de produção corporal.

Corpos hormonais e a produção do feminino

Dentre as várias substâncias que percorrem isso que chamamos de corpo, os hormônios parecem assumir um aspecto bastante singular. Inicialmente, descritos pela fisiologia como mensageiros químicos responsáveis pela regulação da atividade de diversos tecidos. Depois, apropriados pela farmacologia na forma de cápsulas, comprimidos, pílulas, soluções injetáveis, emplastros, géis, etc. E assim, portanto, passíveis de serem utilizados pela clínica na transformação física dos corpos, seja o GH no nanismo, o T4 nas tireoidites, o estradiol na menopausa, a insulina no diabetes e assim por diante. Os hormônios, contudo, guardam endereçamentos outros, que vão além da regulação das funções fisiológicas de um pretenso maquinário humano e que prescindem os compostos estabilizados da farmacologia, utilizados pela clínica em suas prescrições terapêuticas de transformações morfológicas. Os hormônios também circulam em nossos imaginários, endereçam condutas, atravessam subjetividades, formatam ficções e constroem sonhos, que a todo custo se procura serem vividos.

Assim, ao acessarmos uma receita médica que prescreve: «1 comprimido de 1 mg de estradiol associado a 1 comprimido de 50 mg de acetato de ciproterona por dia», para Sara, uma de nossas entrevistadas – sob a indicação de que com seu uso ela conseguiria as transformações físicas que tanto almejava –, parece que estamos diante desses outros endereçamentos dos hormônios, que prescindem a higiene médica e a *expertise* clínica. Tais transformações físicas, tão desejadas por Sara, e que motivam a prescrição médica dos referidos compostos hormonais, visam à construção de um corpo marcado por signos próprios daquilo que, historicamente, vem sendo entendido como feminino. De tal modo, os hormônios prescritos figuram como possibilitadores de uma materialidade do próprio feminino e, é como se essa feminilidade almejada por Sara, estivesse disponível naquelas pílulas brancas, cuidadosamente protegidas por cartelas de plástico e disponíveis em largos e envidraçados balcões farmacêuticos.

Dessa forma, é como se gestadinona, perlutan, estradiol, ciproterona, espironolactona e toda uma série de hormônios distribuídos nas mais diversas apresentações funcionassem como «milagrosos», guardando em sua composição química a «capacidade mágica» de fazer brotar seios, desenvolver quadris, tornear os corpos, aveludar a pele, fazendo surgir tudo aquilo que, cultural e discursivamente, aprendemos como performatividades do feminino (Butler 2003). Diante desse quadro de pensamentos, observamos claramente o quanto os hormônios, ao viabilizar essa aproximação com um suposto universo feminino, funcionam na verdade como agentes sociais e políticos que inventam possibilidades de humanidade por intermédio de tecnologias de gênero (Lauretis 1994) particulares. Os hormônios, quando inseridos no cotidiano das mulheres trans*, podem ser conceituados como fluxos que fazem parte da constituição de modos de viver particulares, vide, por exemplo, o que Leda nos conta:

Na época, era uma injeção de gestadinona que eu tomava toda semana. Com um mês, meus seios já começaram a desenvolver, e pra mim aquilo era um... ahhh... quando eu vi os seios realmente surgindo eu pensei: «realmente é isso que eu quero». (Leda)

Parece-nos que a construção dessa identidade feminina, a partir das tecnologias médicas, sejam cirúrgicas ou, nesse caso, químico-hormonais, retoma aquilo que Preciado (2008) outrora nomeou de biocapitalismo farmacopornográfico, ou seja, uma produção de corpos como interfaces tecnorgânicas, reguladas por grandes corporações em fluxos mundializados de capital, nesse caso, as próprias indústrias farmacêuticas. Nesse quadro, em que os hormônios são um importante vetor de regime de governo dos corpos, pessoas e populações, esse corpo feminino desejado acaba sendo mobilizado como mercadoria que, em sua dimensão pornográfica capitalista, age na intensificação dos prazeres pela gestão de imagens de um corpo desejável. Assim, para Preciado (2008), na atuação crescente das indústrias farmacêuticas, esses corpos declinados ao feminino são capitalizados em fluxos globais, em que o medicamento – ou mais propriamente sua magia – passa a ser vetor estruturante não só de sua feminilidade mas, inclusive, de sua viabilidade como pessoa.

Tomar o hormônio torna-se então condição para ser reconhecida como mulher trans*, especialmente no contexto das entrevistadas, em que o acesso às próteses e transformações físicas de ordem cirúrgica é mais limitado, tanto em termos financeiros, quanto em termos de mercado disponível, reclamação constante de nossas interlocutoras sobre o mercado de cirurgias estéticas em Aracaju. Assim, as experiências com os hormônios aparecem em todos os relatos como um dos primeiros passos no caminho do processo transexualizador:

Eu comecei a me hormonizar logo que eu fui expulsa de casa, aos 15 anos. Precisava trabalhar e o único caminho era a prostituição, mas aí eu precisava de um corpo mais feminino, né? (Ana)

Eu comprava os hormônios na farmácia com minha amiga, logo no início, e até hoje, quem aplica em mim é minha mãe. (Clara)

O que abre espaço para pensar como modalidades de subjetivação, que encontram nos fármacos um dos seus vetores mais importantes, produzem sujeitos a partir de efeitos da linguagem, do imaginário, da cultura, enfim, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas e de gênero. Esses corpos hormonais e hormonizados funcionam agenciando subjetividades e modos de relacionamento consigo e com os outros, mediante fluxos que vão de técnicas biomoleculares, nos termos de Rose (2013) – a própria administração dos compostos hormonais via oral, intramuscular, transdérmica –, às imagens sensuais e pornográficas, nos termos de Preciado (2008) – a produção, mediante a agência dos hormônios, de um tipo específico de corporeidade.

Meus primeiros hormônios eu comecei a tomar com 18 anos, a partir de Catarina e Daniela, na época era gestadinona. Como não tinha médico pra atender a gente, quem orientava eram as mais antigas, né. Elas que diziam o que podia tomar, misturado com o quê. E hoje em dia tem também a Internet, que ajuda horrores. (Márcia)

Apesar da existência de alguns poucos ambulatórios especializados em hormonioterapia para pessoas trans* em cidades brasileiras e do significativo marco legal² que garante o acesso à hormonioterapia na rede de saúde, «os conselhos das mais antigas» e a Internet aparecem como espaços privilegiados para a troca e composição do que se nomeia de «regimes hormonais», isto é, conjuntos de combinações e dosagens de fármacos, que visam produzir novos contornos corporais e intensificar fluxos desejantes (Galindo *et al.* 2013). Essas redes outras constituídas, que prescindem da atuação médica formal nos consultórios, parecem funcionar como importante elemento constitutivo de um projeto de saúde despatologizante, que leva em consideração os saberes adquiridos pelas próprias pessoas demandantes dos cuidados em saúde. Há uma reconfiguração do saber médico, que é assimilado pelas «mais velhas» e então transmutado e repassado às «mais jovens» via fóruns de Internet ou os conselhos dados pelas «mais velhas» às «mais jovens», numa espécie de «rito de passagem», ou iniciação ao processo de feminilização.

Essas trocas cibernéticas de conhecimento e saberes agem na produção de corporeidades que se dão especialmente nesses ambientes digitais (Braidotti 1996). De acordo com Braidotti (1996), em contextos de intensos fluxos de informações como na Internet, as vivências de gênero se tornam diferenciadas, especialmente na medida em que, como aponta o exemplo apresentado, abre-se espaço para uma

Vide portaria n.º 2.803, de 2013, do Ministério da Saúde do Brasil, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

transgressão – ou, pelo menos, um deslocamento – do saber/poder (Foucault 2012). Se a medicina tradicional aponta para um «sujeito trans» único, delimitado, circunscrito e homogêneo, com um sistema de comportamento catalogável, uma existência passível de ser taxonomizada e demandante de uma terapêutica cirúrgico-hormonal (Leite e Santos 2015), as entrevistas com essas pessoas colocam em xeque o saber/poder médico em definir suas existências. Questionam os rígidos protocolos cirúrgicos e hormonais que, necessitantes de um aval psiquiátrico, enrijecem e linearizam as possibilidades de alterações corporais demandadas pelas pessoas trans*. Desconstroem a ideia de que as experiências trans* precisam ser enquadradas em uma nosografia, capturadas por um código ou encerradas em diagnósticos para que então suas vidas adquiram inteligibilidade.

Contudo, por mais que esse processo de relação das mulheres trans* entrevistadas com a hormonioterapia encene possibilidades de um projeto de saúde pautado numa retórica despatologizante, vale ressaltar que mesmo nesse contexto a medicina não deixa de expressar seu caráter regulatório. Por mais que a medicina apareça desterritorializada nesse contexto, habitando não mais os consultórios, seus sistemas de controle não deixam de existir, só porque o discurso médico toma agora outras ambiências como os fóruns de Internet. Afinal, as trocas informais, os conselhos, as informações virtuais, se constituem como uma maneira de materialização desse discurso que circula e é apropriado pelas mulheres trans* e assim funcionam também alastrando e espraiando, mesmo que de algum modo subvertido, o próprio discurso médico, que *a priori* pareceria abstraído.

Exemplo desse alastramento do discurso médico, que é representado com outras cores, é a produção deste «saber hereditário» que é passado de geração em geração, pelas «mais antigas» às «mais novinhas». O que, no mesmo movimento, tanto desterritorializa a endocrinologia como única produtora dos saberes sobre os hormônios, como também reitera o saber médico, absorvendo e transformando muito do que lhe é endereçado. Assim, receptores celulares, interações medicamentosas, efeitos colaterais, povoam também o vocabulário dessas mulheres trans*, só que sob outros matizes. Mesmo porque, ainda que essas relações atuem como espaços para hormonização, com tessitura «por fora» dos circuitos formais de adstrição médica, a busca por profissionais médicos não é considerada totalmente dispensável pelas entrevistadas, conforme observa Márcia:

Mas é importante a gente se cuidar, né mona, ir no médico. Claro que algumas vezes a gente não é bem atendida, muitos deles dizem que não sabem, que não podem atender; mas a gente tem que se cuidar, eu mesma faço sempre a mamografia. (Márcia)

Por fim, seja na produção desse feminino almejado, seja nas relações particulares que cada entrevistada tece com relação a esses circuitos, o que observamos é o quanto essas substâncias e seus efeitos agenciam os corpos e os modos dessas pessoas se relacionarem com os outros. O quanto os hormônios estabelecem fluxos que, atravessados por todo um investimento do capitalismo industrial – notavelmente na forma das indústrias farmacêuticas, observadas por Preciado (2008) – que transformou o gênero num objeto privilegiado de gestão pública, movimentam novos tipos de governabilidade dos seres vivos, convertendo corpos e gêneros, constituídos quimicamente, no centro da atividade política e econômica.

Mitos, misticismos, magias, alquimias e bruxarias

Dizem que, na França medieval, um médico chamado Paracelso – discípulo direto do grande alquimista Nicolas Flamel – já propunha o uso de alguns elementos químicos para produzir medicamentos. Diferente de seu mestre, que passou a maior parte de sua vida preocupado com a pedra filosofal, com o elixir da longa vida e com a transmutação de metais em ouro, Paracelso postulava que a Alquimia tinha como intuito real servir como instrumento auxiliar no restabelecimento da saúde, sendo utilizada como base para o preparo dos medicamentos minerais, por meio de técnicas alquímicas de separação e purificação. Assim, antecipou muito dos princípios da homeostasia, da farmacologia e das propriedades físico-químicas de muitas substâncias (Hutin 2010).

Parece-nos, sem espanto, que os hormônios revisitam esse universo da magia, da alquimia e do misticismo. Seja pelas alterações visíveis que provocam, seja por uma série de discursos e fábulas que atravessam o seu uso. Afinal, uma substância que tem a capacidade quase mágica de transformar o corpo e borrar as fronteiras de algo que construímos com tanto cuidado e esforço – no caso, as fronteiras de gênero –, não poderia fugir dessas fabulações que lhes são endereçadas. Uma delas é a figura do «nervoso» mostrada por Ana:

Os hormônios eu compro, normalmente, na farmácia, só que tem uns que dá muita reação no psicológico, fica suando as mãos e os pés, fico muito nervosa. Eu até cheguei a ir ao médico, aí eu fiz os exames, perguntei se tinha problema. Eu já fui muito mais hormonizada, mas como eu trabalho com as anatomias humanas, tem que usar o pênis, né, e eles fazem questão de pegar uma mulher com o pênis duro. (Ana)

A ideia do «nervoso» causado pelo uso dos hormônios, expressa por Ana, foi unanimidade entre as entrevistadas e também pode ser observado nos trabalhos de Pelúcio (2005) com as travestis paulistas. Contudo, muito mais do que um pretenso efeito colateral secundário ao (ab)uso dos hormônios, esse «nervoso» funciona não só atualizando a aura mágica que atravessa o uso dos hormônios – afinal toda magia tem um pouco de consequência – mas também funciona como engrenagem dessa tecnologia químico-corporal que materializa uma rede de discursos sobre esses corpos, constituindo-se, assim, como mito estruturante e constitutivo da própria experiência como mulher trans*. Afinal, não se tem acesso ao sentido atribuído

a ele sem que antes haja uma significação cultural da própria ideia do que é esse «nervoso» e que, portanto, torne esse mito possível. Essa significação cultural revisita a ideia de irritabilidade e de instabilidade atribuída à relação «própria do feminino» com os hormônios, mais especialmente à figura da mulher histérica, constituída pela psicanálise freudiana do início do século xx. Dessa forma, tornar-se mulher associa-se a essa ideia de «nervoso», de instabilidade emocional, oriunda dos processos fisiológicos hormonais de seus corpos, conectando assim fisiologia e endocrinologia ao mundo do simbólico, da cultura e da política.

Processo esse de contaminação, que não se interdita aí. Outro dos «poderes mágicos» dos hormônios, além de mexer com a estrutura física e psicológica das mulheres trans*, é aquele que atravessa as construções sobre seus prazeres. Um exemplo claro é a reclamação de Ana sobre a diminuição de sua libido com o uso dos antiandrogénos, o que inclusive chega a atrapalhar seu trabalho na prostituição. Mais uma vez, não são só supostos efeitos colaterais químicos que estão em jogo, não é simplesmente uma diminuição da libido, como se isso encerrasse em si um mero fenômeno orgânico. O que está em jogo é um gerenciamento e uma construção do corpo das mulheres trans* como se a elas não fosse possível o direito de sentir prazer. Historicamente, a medicina estabeleceu, desde os tratados de Harry Benjamin (1966) sobre o «fenômeno transexual», que uma característica marcante das experiências de mulheres trans* seria justamente o sentimento de desprazer e repulsa sobre seus corpos. Contudo, fissuras despontam nesses corpos dissidentes, seja quando elas precisam do pênis para trabalhar, como enuncia Ana, ou porque elas requerem o direito de usá-lo e de sentir prazer, como Leda assinala, ao dizer que, quando um homem lhe está fazendo sexo oral, ela imagina que ele está chupando seu «clitóris de 20 cm».

Todavia, a magia é algo da ordem do imaterial e que, muitas vezes, escorre pelos dedos, quando os rituais não são devidamente representados. Nesse sentido, Clara aponta que:

Tem um tabu entre nós transexuais de que quando nós tomamos hormônios e ejaculamos, o hormônio sai todo na ejaculação. Se eu ejaculo hoje, eu já olho pra minha mão e vejo um monte de veia, aí me dá uma agonia, vixe! Tô precisando de hormônio urgente. (Clara)

Da mesma forma que os hormônios trans*formam e fazem pessoas, eles também, dado seu caráter mágico, vão embora, caso o encanto se quebre. A fala de Clara mostra o quanto essas tecnologias químico-corporais atuam na produção de um feminino idealizado, por meio de rituais tanto mágicos, quanto (al)químicos, seja na produção de um feminino através da alteração física, seja através das interdições colocadas pelos mitos e simbologias em torno da correta utilização e gerenciamento desses hormônios. Esse exemplo trazido por Clara se conecta ao que foi trazido por Ana e refere-se, sobretudo, a uma regulação dos prazeres e dos desejos

das mulheres trans* que, mesmo que se queiram estabilizar quimicamente, estão em constante fluxo e deslocamento, sendo definidos e redefinidos ao longo do processo de hormonização. Assim, como a magia do hormônio, o gênero parece ser sintético, maleável, variável e suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido (Lauretis 1994).

Para além desses efeitos particulares e desses mitos construídos acerca do uso dos hormônios, parece-nos que a estrutura mágica é algo que não apenas perpassa essa relação das mulheres trans* com os hormônios, mas que permeia todo o aparato da saúde. Os discursos, endereçamentos, rituais e mitologias que atravessam o uso dos hormônios e suas consequências também podem ser encontrados em outros âmbitos da saúde. Os pânicos que cercam algumas doenças, os temores que se têm sobre a anestesia, os mitos construídos sobre um potencial salvador das cirurgias, as fábulas que se constroem em torno da alimentação, etc. De tal modo, a própria relação de desterritorialização que as mulheres trans* estabelecem com o aparato médico parece não só apontar as fragilidades desse modelo, pautado no paradigma biologicista (Camargo Jr 2005), mas também oferece pistas para se pensar uma prática médica não apenas centrada no diagnóstico de patologias e na prescrição de condutas, na maioria das vezes, medicamentosas. Ao contrário, apresenta possibilidades de um fazer que contemple o outro no processo decisório e que prescinda da hegemonia do estatuto da patologia para pensar suas experiências como agentes e não meramente pacientes (e, portanto, sujeitas aos regimes de verdade da medicina).

Para pensar outros modos possíveis em saúde

Não é de todo estranha essa relação da saúde com o universo do místico. Basta que revisitemos as linhas da medicina chinesa, as agulhas da acupuntura, os rituais xamânicos das regiões africanas, etc. Entretanto, por mais que esses exemplos se mostrem tão claros, parece que a Norte e a Oeste essa saúde se transforma e, para representar fidedignamente o espírito ocidental, se despoja de tudo aquilo que pode parecer pouco científico. Daí extirpar – ou pelo menos tentar – todo e qualquer resquício de magia de seus fazeres.

Contudo, de modo algum, essa relação da saúde com o universo do místico habita apenas uma parte do orbe terrestre; ela atravessa também isso que se tem chamado de medicina ocidental contemporânea. A relação das mulheres trans* com os hormônios funciona como uma alegoria simbólica deste misticismo, apontando o quanto o aparato médico é regulado e perpassado pelo insondável. Possibilitando que, assim, pensemos outras formas de contaminação da saúde pela magia ou, dito de uma melhor forma, evidenciando o quanto, desde sempre, já é a própria saúde em sua relação com o outro atravessada por alquimias, misticismos e bruxarias.

Ao propor essa contaminação mística, possibilitando pensar temas como desterritorialização de posições de poder, mitos que atravessam os cuidados em saúde e a produção de subjetividades por meio de tecnologias farmacológicas, podemos ampliar essas possibilidades para outros espaços que, assim como as experiências trans*, se encontram resumidos a protocolos clínicos, orientações epidemiológicas e formatações patológicas. Desta forma, o fazer do campo da saúde pode criar novos campos de inteligibilidade, novas narrativas possíveis, ao abrir espaço para se pensar o outro também como agente nos cuidados em saúde, borrando as fronteiras de gênero ao despatologizar e pluralizar as existências trans*.

Desse modo, o exercício que aqui encenamos pode facilmente ser transposto para outras esferas de atuação médica, revelando outros modos possíveis dos fazeres em saúde. Podemos, a partir desses marcos, pensar o pânico moral sobre as pessoas em (ab)uso de drogas, os estigmas às pessoas em situação de prostituição, a infantilização dos considerados «enfermos mentais», a prática de culpabilização de pessoas acima de um determinado padrão de peso, a violência obstétrica a que muitas gestantes são submetidas e, de um modo geral, a falta de autonomia e protagonismo de diversos «pacientes» e sua cooptação pelo mercado farmacêutico.

Em suma, o que propomos é um olhar da saúde que desmitifique, conheça e reconheça as múltiplas formas de existir e resistir das pessoas trans* e, como afirmou Butler, em entrevista à Revista Têtu:

A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia de identidade. É necessário admitir a ambiguidade. Frequentemente, a identidade pode ser vital para enfrentar uma situação de opressão, mas seria um erro utilizá-la para não afrontar a complexidade. Não podes saturar a vida com a identidade. (Butler 2008)

Referências bibliográficas

Benjamin, Harry. 1966. The Transsexual Phenomenon. New York: Julian Press.

Braidotti, Rosi. 1996. «Cyberfeminism with a Difference». Disponível em http://www.let. uu.nl/womens_studies/rosi/cyberfem.htm [Consultado em 8 de março de 2018].

Browne, Kath, e Catherine Nash. 2010. «Queer Methods and Methodologies: An Introduction». In *Queer Methods and Methodologies: Intersecting Queer Theories and Social Science Research*, editado por Kath Browne e Catherine Nash, 1-24. Surrey: Ashgate.

Butler, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, Judith. 2008. «Entrevista a Butler y Beatriz Preciado». Entrevista realizada por Ursula Del Aguila». *Têtu* 138. Disponível em: https://artilleriainmanente.noblogs.org/post/2016/04/15/judith-butler-y-beatriz-preciado-en-entrevista-con-la-revista-tetu/ [Consultado em 8 de março de 2018].

Camargo Jr, Kenneth Rochel. 2005. «A Biomedicina», *Physis* 15: 177-201. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000300009

Foucault, Michel. 1996. A ordem do discurso. São Paulo: Loiola.

Foucault, Michel. 2005. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel. 2009. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, Michel. 2012. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Galindo, Dolores, Ricardo Méllo, e Renata Vilela. 2013. «Modos de Viver Pulsáteis: navegando nas comunidades Trans sobre hormônios». *Revista Polis e Psique* 3(2): 19-42. Disponível em https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/42290

Hutin, Serge. 2010. História Geral da Alquimia. São Paulo: Editora Pensamento.

Larrosa, Jorge. 1994. «Tecnologias do eu e educação». In *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*, organizado por Tomaz Tadeu Silva, 35-86. Petrópolis: Vozes.

Lauretis, Teresa. 1994. «A tecnologia do gênero». In *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, organizado por Heloisa Hollanda, 206-242. Rio de Janeiro: Rocco.

Leite, André, e Claudiene Santos. 2015. «Taxonomizando sujeitos: notas sobre os investimentos dos sistemas classificatórios psiquiátricos na regulação das transexualidades e travestilidades». *Interfaces Científicas* 4(1): 88-99. DOI: https://doi.org/10.17564/2316-3801.2015v4n1p88-99

Pelúcio, Larissa. 2005. «Toda Quebrada na Plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas». *Campos* 6: 97-112. DOI: https://doi.org/10.5380/cam.v6i0.4509

Platero, Raquel Lucas. 2014. *Trans*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Bellaterra.

Preciado, Beatriz. 2008. Testo yonki. Madrid: Espasa.

Reis, Cristina. 2012. «O uso da metodologia *queer* em pesquisas no campo do currículo». In *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*, organizado por Dagmar Meyer e Marlucy Paraíso, 49-69. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Rose, Nikolas. 2013. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI.* São Paulo: Paulus.

Tompkins, Avery. 2014. Asterisk. Transgender Studies Quaterly 1, pp. 26-27.

André Filipe dos Santos Leite. Médico pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduando em Psiquiatria pela Universidade Estácio de Sá. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/UFS/CNPq) e Clínica Psicanalítica e Cultura Contemporânea (GPCPCC/UFS/CNPq).

Endereço eletrônico: andrefsleite@yahoo.com.br

Claudiene Santos. Doutorada em Psicologia pela FFCLRP/USP. Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais (PPGCINE) e do Curso de Biologia da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa: Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/UFS/CNPq). Integrante dos Grupos de Pesquisa Salud, Inclusión y Pedagogía (SIP/UAM); Xique-Xique: Grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades (UFS/CNPq) e Sexualidade Vida (USP/CNPq). Endereço eletrônico: claudienesan@gmail.com

Artigo recebido em 17 de maio de 2018 e aprovado para publicação em 30 de junho de 2018.

RESISTÊNCIAS E REJEIÇÕES NAS VIVÊNCIAS DE PESSOAS TRANS NO CANDOMBLÉ DA BAHIA

Claudenilson Dias* e Leandro Colling*

Resumo

Neste artigo, analisam-se as experiências de três pessoas trans em terreiros de Candomblé localizados na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Através de entrevistas em profundidade, elas relataram como as suas identidades de gênero não foram respeitadas (no tocante a interdições de vestuário, nas relações interpessoais e na organização do trabalho ritual) e quais estratégias elas desenvolveram para continuar praticando a religião afro-brasileira e terem as suas identidades respeitadas.

Palavras-chave: Candomblé, transexualidades, gênero, teoria queer.

Abstract

Resistances and rejections in the experiences of transsexual people in Candomblé of Bahia

The article analyzes the experiences of three trans persons in Candomblé's *terreiros* in the city of Salvador, Bahia, Brazil. Through in-depth interviews, these people report on how their gender identities were not respected (interdictions on clothing, interpersonal relations and the organization of ritual work) and what strategies they developed to continue practicing the Afro-Brazilian religion and have their identities respected.

Keywords: Candomblé, transsexualities, gender, queer theory.

Resumen

Resistencias y rechazos en las experiencias de personas trans en el Candomblé de Bahía

En el artículo, se analizan las experiencias de tres personas trans en *terreiros* de Candomblé situados en la ciudad de Salvador, Bahía, Brasil. Desde entrevistas en profundidad, ellas relataron cómo sus identidades de género no fueron respetadas (en cuanto a prohibiciones de ropa, en las relaciones interpersonales y en la organización del trabajo ritual) y qué estrategias desarrollaron para seguir practicando la religión afrobrasileña y tener sus identidades respetadas.

Palabras clave: Candomblé, transexualidades, género, teoría queer.

^{*} Coordenador Executivo do Grupo Homossexual da Periferia – GHP. Bacharel Interdisciplinar em Humanidades IHAC/UFBA, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/FFCH/UFBA.

Endereço postal: Rua Elísio Medrado, 2, Conjunto Cajazeiras III, Bloco 28, Apt.º 102, Quadra C. Águas Claras, Salvador, Bahia, Brasil. CEP: 41.311-296.

Correio eletrónico: diasghp@gmail.com

^{**} Professor Associado I IHAC/UFBA.

Endereço postal: Rua Barão de Geremoabo, s/n, Ondina. Pavilhão de Aulas V, sala 307, Salvador, Bahia, Brasil. CEP: 40.170-155.

Correio eletrónico: leandro.colling@gmail.com

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa que analisou as trajetórias de três pessoas, que se identificam como transexuais,¹ em terreiros de Candomblé situados em comunidades periféricas na região metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil. O trabalho teve o propósito de analisar, em diálogo com a perspectiva das pessoas trans, como as comunidades-terreiro lidam com as identidades de gênero não cisgêneros. A motivação desta investigação surgiu diante da observação dos autores deste trabalho, que frequentam terreiros em Salvador, acerca da invisibilização de transexuais e travestis nesses espaços. É importante pensar como essa religião afro-brasileira constrói discursividades que empoderam uma parte de seus adeptos, ao passo que torna invisível outros corpos, no caso deste estudo, especificamente, sujeitos que destoam das normas de gênero atribuídas social, cultural e historicamente.

Descrever exaustivamente o Candomblé e a sua história não é a finalidade deste texto. O Candomblé, baseado na crença na ancestralidade africana, diviniza forças da natureza e busca reconectar os seus adeptos às suas origens ancestrais. Trazido ao Brasil pelas pessoas negras escravizadas, se expandiu em parte do território brasileiro, se reconfigurou e é constituído por uma diversidade de cultos, assim como ocorre no continente africano, onde é realizado em regiões específicas, em geral, a partir de clãs, como afirma Roger Bastide (2001, 78).

Iremos evidenciar que essa religião afro-brasileira, embora se anuncie como acolhedora de todas as pessoas, possui restrições a certas identidades. Como sugere Vuola (2015, 43), «não se pode negar o sexismo das religiões» e no Candomblé não seria diferente. Mas como se manifesta a transfobia nessas comunidades religiosas? Para responder essa questão, entrevistámos em profundidade três pessoas trans. No curso das entrevistas, utilizámos o método das «histórias de vida», que consiste em um modelo no qual as pessoas colaboradoras passam a ser vistas enquanto sujeitas produtoras de suas realidades, com o objetivo de atribuir sentidos às suas vivências (Laville e Dionne 1999, 158). Na tentativa de promover ainda mais a autonomia das pessoas interlocutoras deste estudo, utilizámos as «produções narrativas» (Goikoetxea e Fernández 2014, 97), que promovem a interferência das pessoas entrevistadas no processo criativo da pesquisa. As entrevistas se deram em dois momentos distintos.

Em relação a nossa posição, enquanto pesquisadores, enfatizamos a atuação política que nos aproxima das pessoas interlocutoras desta pesquisa. Elas não se caracterizam como «meros objetos de pesquisa», mas produtoras de conhecimento situado e engajado a partir de suas vivências. E as nossas vivências de terreiro são,

No início das entrevistas, as três pessoas se identificaram como transexuais. No entanto, ao longo das conversas, elas também utilizavam a categoria trans para se identificar. Por isso, ora utilizaremos a categoria transexual, oriunda do saber médico, ora a categoria êmica «trans», que é resultado de uma construção política do movimento transfeminista.

em boa medida, alguns dos fatores que nos aproximam. Para além da nossa condição de parceiros do movimento transfeminista, trans*aliados, somos também iniciados² no Candomblé, o que nos torna sujeitos implicados, diretamente, com as nossas interlocutoras.

A bibliografia acionada sobre a interface entre as religiosidades e as identidades trans e travestis (Bomfim 2009; Ribeiro 2009; Jesus 2012; Santos 2013; Romba 2015) ainda é muito pequena e pouco difundida. Contudo, dialoga, de maneira intensa, com a perspectiva das dissidências sexuais e de gênero, e suas autorias também podem ser consideradas como mais vozes trans*aliadas. Entretanto, algumas questões devem ser pensadas para lançar novas problematizações sobre o lugar que devem ocupar as identidades transexuais e travestis nos espaços religiosos do Candomblé.

Sugerimos que as pessoas adeptas das religiões de matriz africana e as pessoas trans devem pensar sobre quais são as possibilidades de as transexualidades existirem nas comunidades-terreiro. O Candomblé, sendo uma das religiões de matriz africana, tem uma organização social e política própria, um contexto específico e, como não poderia ser diferente, também sofre os impactos das normas de gênero e sexualidade que vigoram na sociedade.

As religiões, em geral, têm negado às pessoas transexuais e travestis o direito de existir nas comunidades religiosas. Os espaços religiosos, que deveriam acolher indistintamente as pessoas que os procuram para um bem-estar espiritual, têm afastado determinadas pessoas do convívio e da afetividade religiosa. Em algumas igrejas católicas e evangélicas, no espiritismo e em algumas outras denominações religiosas cristãs, existe uma pseudoaceitação das pessoas LGBT, desde que elas tenham posturas e comportamentos aceitáveis para a convivência junto às suas comunidades religiosas. Essas «posturas», em geral, significam uma adesão às normas sociais de gênero e sexualidade, o que doravante denominamos, a partir de Viviane Vergueiro (2015), de cis-heteronormatividade.³ O problema se agrava ainda mais em relação às identidades transexuais e travestis, em geral porque as suas próprias histórias, estigmas socioculturalmente construídos, existências e seus corpos já contestam e evidenciam pressupostos heteronormativos (Colling e Nogueira 2014) e cisgêneros (Vergueiro 2015).

Como enfatiza Bonfim (2009, 104), as travestis saem dos cultos antes que eles sejam finalizados por medo de represálias pela sua presença no espaço religioso das igrejas, o que talvez não ocorra em uma casa de Candomblé. Entretanto, os

² Uma pessoa ingressa oficialmente no Candomblé após passar por um rito iniciático que varia muito entre as diversas casas e nações e a depender do orixá e do cargo ou posição que ela terá naquela comunidade-terreiro.

Viviane Vergueiro (2015, 57) sugeriu a junção entre os conceitos de heteronormatividade e cisgeneridade. Enquanto a heteronorma exige que todas as pessoas se enquadrem em um modo de vida heterossexual, a cisgeneridade exige que todas as pessoas se identifiquem com o gênero atribuído em seu nascimento.

lugares que as mulheres trans precisam ocupar nos terreiros quase sempre estão ligados ao universo masculino. Um dos autores deste artigo presenciou, em vários momentos, em um terreiro tradicional de Salvador, algumas meninas trans e travestis serem ridicularizadas na arquibancada dos homens, embora a atual dirigente da casa, no documentário *Cidade das Mulheres* (2005), afirme que o terreiro acolhe todas as pessoas sem preconceitos.

Nos terreiros de Candomblé, muito embora as «suas portas» estejam sempre abertas para todas as pessoas, algumas restrições são mantidas em favor da manutenção da tradição religiosa. As pessoas que dirigem as casas de Candomblé, em geral, conduzem seus terreiros à luz dos ensinamentos das pessoas mais velhas e, justo por isso, temas como a transexualidade ainda não se tornaram caros para essas comunidades. O que há, nos parece, são acordos de aceitação nos moldes de outras expressões religiosas: aceitar desde que as pessoas se adequem às normas de gênero e sexualidade vigentes nas comunidades-terreiro, que são aquelas pautadas pela perspectiva heteronormativa e cisgênero. Nos terreiros de Candomblé existem funções específicas para homens e mulheres, identidades que quase sempre são pensadas dentro de uma perspectiva cisgênero. Mas as entrevistas que realizámos com pessoas trans também revelam que homens e mulheres trans resistem nessas comunidades religiosas.

Aproximação com as pessoas participantes da pesquisa

As interlocutoras deste trabalho se autodeclararam pessoas transexuais, negras e oriundas de comunidades periféricas de Salvador. Luana é esteticista, 37 anos, nascida em Cuiabá, Mato Grosso, filha de *Oxum*, foi iniciada no *Ile Ase Ya Omin Lonan*, uma casa filiada à Casa Branca, um tradicional terreiro de Candomblé da Bahia. A sua aproximação com a religiosidade se deu desde cedo, quando ela frequentava centros de Umbanda, nos quais desenvolveu a sua mediunidade, o que a levou ao rito iniciático no Candomblé.



Imagem 1. Luana e o amor pelo sagrado. Foto: Andrea Magnoni

O Candomblé possui diversas divindades, chamadas de orixás nos terreiros da nação ketu e nkisis (ou inquices) na nação angola. Essas nações correspondem aos territórios africanos de onde vieram essas práticas religiosas. A nação ketu corresponderia a Nigéria e a nação angola ao Congo e Angola. Outra nação do Candomblé é o jeje, que cultua voduns que vieram do reino de Daomé, onde hoje se situa o Benim.

Mauro é artesão, 34 anos, filho de *Ossain*, foi iniciado no *Ile Ase Filandereir*. Seu primeiro contato com a religião foi traumático porque ele era considerado como mulher no terreiro e já se percebia como um homem trans. Contudo, a convivência diária com as pessoas do terreiro fez com que ele passasse a se sentir parte daquela comunidade. Ele acredita que ocorreu um direcionamento dado pelo Orixá para sua aproximação com o seu terreiro.



Imagem 2. Mauro é filho de *Ossain,* divindade das folhas. Foto: Andrea Magnoni

Alana é ativista LGBT, luta contra a epidemia de HIV/AIDS e é educadora social. Tem 35 anos, é filha de Dandalunda,⁵ e foi iniciada no Terreiro Azê de Obaluae. Atualmente, ela é Nengua Nkisi (mãe de santo) em seu próprio terreiro, o Unzo de Ungunzo Kissimbe Amazi, localizado na região do Calabar, um bairro popular localizado na região central de Salvador. Também chegou ao Candomblé ainda criança, já que sua mãe foi iniciada na religião, embora não



Imagem 3. Alana é ativista LGBT e filha de *Dandalunda*. Foto: Zazo Guerra

mais participe das liturgias do Candomblé. Alana tinha muitos problemas de saúde e disse que esse foi um dos fatores que a levou a procurar o terreiro de Pai Everaldo.

As vivências dessas três pessoas trans nas suas comunidades-terreiros foram bastante tensas desde a sua aproximação aos ritos iniciáticos e no decorrer de suas vidas nas casas de Candomblé. Até se constituir como uma líder religiosa — e ser respeitada como tal —, Alana passou por diversas situações que a levaram a afastamentos sistemáticos de sua primeira casa de Axé. Ao contrário de Mauro e Luana, que se afastaram de modo definitivo de suas raízes religiosas, Alana trilhou a sua

⁵ Divindade (*Nkisis*) da nação angola.

vivência religiosa perseguindo o seu objetivo de galgar o posto de *Nengua Nkisi*. Contudo, vivenciou momentos de indecisão diante dos risos sarcásticos direcionados para ela.

O amor de Luana por suas divindades não fez com que ela esquecesse os processos de exotificação que foi obrigada a suportar durante o curto período em que esteve vinculada à sua casa raiz. Embora mantivesse certa regularidade e frequência na sua comunidade-religiosa, ela não se sentia pertencente àquele espaço em razão do sofrimento que enfrentava a cada vez que precisava se transfigurar em uma pessoa que não dialogava com a sua identidade de gênero.

Mauro constitui uma incógnita para alguns membros de sua comunidade religiosa. Embora houvesse um acordo de respeito à sua identidade trans, entre os adeptos daquela comunidade e seu líder religioso, várias questões de ordem pessoal impediam que tal acordo fosse efetivado. As agressões reportadas variavam do simples xingamento até à deslegitimação de sua identidade de gênero.

Essas três pessoas possuem muito de seus *Orixás/Nkisis*. A docilidade aliada à astúcia de *Oxum/Dandalunda* é comum entre Luana e Alana, bem como é possível reconhecer em Mauro a exuberância e o potencial criativo de *Ossain*. É também notável, na condução de suas buscas, os caminhos trilhados por *Exu*, além da presença de sua desenvoltura para se proteger nos momentos necessários e externar alegrias nos momentos mais adversos.

Traçaremos, nas próximas seções, algumas das principais problemáticas enfrentadas por essas pessoas nas suas comunidades-terreiro, com o objetivo de buscar alternativas de desconstrução das normas de gênero que ainda existem nas religiões de matriz africana. Desse modo, como pensar em uma aceitação indistinta dessas pessoas nas casas de culto, uma vez que muitas delas não respeitam as identidades de gênero de seus filhos e filhas?

Vivências e interdições

Mauro relatou várias formas de falta de respeito e discriminação para com ele no terreiro onde foi iniciado e enfatizou que as agressões verbais eram comuns no cotidiano. Sobre isso, ele entende:

que os pais de santo heteronormativos e as mães de santo são mais difíceis de aceitar. [...] A questão não é a tolerância, é o respeito, foi o que eu falei para o meu vizinho, eu não quero que vocês me tolerem, eu quero que vocês me respeitem. (Mauro, entrevistado em 7 de abril de 2016)

A falta de informação das comunidades religiosas é um fator preponderante para a não aceitação de identidades trans. Como afirma Judith Butler (2008, 38), o que não segue a lógica coerente entre «sexo-gênero-prática sexual-desejo» será

visto e tratado como ininteligível ou ainda abjeto. Assim, a postura dos sujeitos, diante de situações não habituais à sua realidade, é fruto do desconhecimento sobre as outras possibilidades de vivências.

Mauro relata ainda que sofreu com a distância de sua família «biológica» e considera que sua família de Axé, em alguma medida, também reproduziu problemáticas vivenciadas no seio de sua família «original». O que é mais significativo desses relatos é a solicitação de um respeito independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Viviane Vergueiro demonstra como a família pode ser um vetor de silenciamento das identidades trans e travestis, além de potencializar sentimentos de culpa por promover lugares subalternizados a corpos que destoam da ordem hegemônica (Vergueiro 2014, 176).

É notória a ausência de pessoas trans e travestis em muitos terreiros que têm como cerne de orientação a tradição. Luana foi iniciada em uma casa filiada ao Candomblé do Engenho Velho, a Casa Branca, uma das casas mais tradicionais da Bahia. Mesmo depois de uma relação pautada na verdade (e até na sua exposição pessoal ao dirigente), ela não foi reconhecida pela sua identidade de gênero e, em especial, pelo seu nome social, o que causou o sentimento de desvinculação e certa antipatia àquele espaço religioso. O que ela diz demonstra, dentre outras questões, o despreparo das pessoas dirigentes para lidar com temas como a transexualidade. Alana, por sua vez, do lugar de militante política, aponta:

A transfobia está aí, a homofobia está aí. Está sendo trazida para dentro dos terreiros de Candomblé. E isso é preocupante. Da homofobia se gera a violência, agressão e até o assassinato. Imagine? Diz que teve, em São Paulo, uma transexual Ialorixá que foi assassinada. Em Recife teve uma outra que também foi assassinada. Imagine se isso chega na Bahia? São dados preocupantes que a sociedade tem que se alertar para esse tipo de coisa. Principalmente, a sociedade dos terreiros que são massacrados o tempo todo pelo cristianismo, pelos evangélicos, pela sociedade hétero, pela sociedade cristã. E para você vê que o povo de *Axé* é tão desunido que existem 17 cadeiras na bancada e em nenhuma dessas 17 cadeiras existe um *Babalorixá*, uma *Ialorixá*, uma *Makota*, um *Cambando*, um *Pejigan*. ⁶ Mas existem 17 evangélicos sentados e assumindo essas cadeiras. (Alana, entrevistada em 1 de fevereiro de 2017)

O facto de termos líderes *religiosas*/os LGBT e sensíveis às causas trans e travestis não impede que condutas cis-heteronormativas sejam percebidas nas relações das comunidades-terreiro. São processos violentos de negação de identidades que foram conquistadas com muita luta por reconhecimento e respeito. Luana e Alana têm uma história com a religiosidade afro-brasileira desde sua tenra

Alana evoca aqui alguns dos cargos existentes dentro dos terreiros. Esses são títulos honoríficos daquelas/es que cuidam dos Orixás e de seus locais de culto. *Babalorixás* e *Yalorixás* são os dirigentes das casas de nação *Ketu*.

idade e o sentimento de pertencimento já se desenhava quando suas famílias possibilitavam o acesso ao mundo dos *Orixás/Nkisis*. Mauro, por sua vez, conheceu o Candomblé em sua fase adulta, o que lhe permitiu determinadas escolhas, ter a oportunidade de reivindicar uma identidade de gênero distinta e assumir uma personagem (por ter trajado vestes lidas como femininas em seu rito de iniciação).

Vestuário religioso e os corpos trans

Uma problemática comum a muitas pessoas trans e travestis nos espaços religiosos do Candomblé é a questão de vestuário, sobretudo para mulheres. Os/as dirigentes tendem a negar que elas usem roupas tidas como do gênero feminino porque entendem que elas são, na verdade, homens, uma vez que possuem pênis. Na visão das mulheres trans, ao menos as que foram entrevistadas neste estudo, o facto de elas não serem autorizadas a usar roupas tidas como compatíveis com a sua identidade feminina se constitui em uma relação abusiva de poder reproduzida pelas pessoas que dirigem as casas. Isso mostra como a relação hierárquica instituída espiritualmente nos terreiros de Candomblé pode se tornar abusiva quando o controle acaba por negar a existência das outras pessoas.

Enquanto para Luana ocorreu um choque de realidade quando ela foi obrigada a se vestir como uma pessoa que ela não é, Mauro experimentou uma relação de cordialidade no momento de sua iniciação. Ele relatou que, na sua iniciação, vestiu roupas tidas como femininas, mas que isso não foi um problema, pois assegurou, naquele momento, uma nova vivência na sua comunidade e com a sua espiritualidade. Ele interpretou essa experiência como mais um dos diversos trânsitos pelos quais passou em sua vida.

Luana, oriunda de uma casa filiada ao terreiro da Casa Branca, que tem uma arraigada tradição matrilinear, expôs as suas mais íntimas questões ao dirigente que a acolheu como filha, mas viu a sua identidade de gênero ser vilipendiada, o que a tornou retraída em relação ao convívio na sua casa de origem. Atribuímos o desrespeito à identidade de gênero de Luana ao facto de sua casa matriz cultivar valores tradicionais, que perseguem um ideal de «pureza» no Candomblé que, como já apontou Beatriz Gois (Dantas 1988, 148), «não faz sentido», uma vez que os traços de africanidade da religião afro-brasileira são distintos de sua concepção africana, para além de o nosso Candomblé ser, primordial e genuinamente, brasileiro.

Por sua vez, Mauro não se prendeu ao vestuário, uma vez que entrou em acordo com a comunidade religiosa, de modo que fosse sempre reconhecido e respeitado como um homem trans, mesmo diante do modo como foi iniciado naquela comunidade (usando roupas tidas como próprias da identidade feminina). Sobre os seus modos de vestir e sentir a comunidade, ele afirmou: «eu não sofro mais. Eu

nunca sofri dentro do *Ilê Axé*, não. A única vez foi no rito de iniciação, por uma opção minha. Não foi uma opção nem do meu pai de santo» (Mauro, entrevistado em 7 de abril de 2016).

Embora o vestuário não seja um problema para Mauro, outras formas de violência apareceram e, em boa medida, o caminho utilizado por ele, em vários momentos, foi o de se afastar do terreiro. As relações entre ele e alguns irmãos de $Ax\acute{e}$ tornaram-se tensas em meios a insultos e posturas arredias, xingamentos e deslegitimação da sua identidade trans. Isso o levou ao afastamento definitivo da casa onde ele foi iniciado. Luana, por sua vez, vivenciou o primeiro ano de iniciação com a sua identidade de gênero negada e por isso foi à procura de um espaço religioso que a respeitasse. Ela encontrou apoio indistinto em uma nova comunidade religiosa que compreende as suas especificidades e respeita a sua identidade.

Por causa dessas experiências, entendemos que as identidades transexuais e travestis constituem um novo lugar de resistência na religião afro-brasileira da atualidade. Dizemos isso pensando na resistência registrada no início do culto em terras brasileiras, quando as pessoas negras encontraram no sincretismo religioso o modo de continuar a reverenciar os/as deuses/as africanos/as ou, ainda, quando a polícia impedia ou controlava os cultos e rituais dos terreiros, dentre outros tantos exemplos.⁷ Para Luana, o despreparo de algumas autoridades religiosas ao lidar com a transexualidade é um facto e, como ela afirmou, existe uma política de exclusão nas comunidades-terreiro que está camuflada na teia das «boas relações».

Alana, por sua vez, mesmo sem conhecer, potencializou o discurso de Luana. Quando questionada sobre possíveis traumas na condução de sua vida no seu terreiro de origem, falou sobre a postura de alguns homossexuais nas comunidades-terreiro. Ela disse que não podia utilizar adornos que coadunam com sua identidade de gênero feminina, mas os membros homossexuais (ou não) de sua comunidade religiosa, que negavam a ela a vivência plena de sua feminilidade, exibiam altos turbantes e outros adornos que poderiam ser lidos como demasiadamente exagerados ou até femininos. Ela era considerada «criativa» por sua *Yalorixá* por compor figurinos litúrgicos possíveis de serem utilizados nas cerimônias públicas e privadas do terreiro, mas em que medida tal criatividade fez com que Alana se sentisse realizada diante da impossibilidade de vivenciar, no seu espaço religioso, a sua identidade de gênero?

Relações interpessoais

As relações nas comunidades-terreiro deveriam ser baseadas no respeito mútuo entre os adeptos da religião. Luana, Mauro e Alana tratam sempre de rea-

Sobre esses temas, ler Júlio Braga (1995).

firmar que suas comunidades foram acolhedoras para com elas/ele, entretanto, diversas situações de violência ocorreram no cotidiano. Agressões verbais, olhares e risos sarcásticos são alguns dos exemplos dessas violências. Vejamos como as pessoas interlocutoras se sentem em relação ao seu convívio religioso nos terreiros.

Eu não tenho o que falar, eu fui uma pessoa assim abençoada e meus irmãos, naquela época que eu fiquei na casa, que hoje eu não frequento, me receberam, me respeitaram, sempre. Nunca me senti excluída, entendeu? Sempre dormia junto com as mulheres, não dormia perto dos meninos. O banheiro eu sempre usava junto com as mulheres. Eu me sentia em casa. (Luana, entrevistada em 17 de maio de 2016)

Segundo Luana, existia uma relação de cordialidade entre os adeptos do terreiro onde ela foi iniciada. Entretanto, poderíamos perguntar: o facto de ela dormir nos dormitórios femininos não seria uma medida protetiva da moral da comunidade-terreiro, uma vez que o dirigente se preocupa com a organização do terreiro bem como com os olhares dispensados sobre sua casa de culto por suas mais velhas?⁸

Mauro, por sua vez, fala dessas relações do lugar de uma autoridade religiosa, afinal foi iniciado na religião com um cargo que lhe coloca na hierarquia da casa, 9 ao lado do *Babalorixá*, o que não impediu seus frequentes afastamentos do $Ax\acute{e}$. Os afastamentos resultaram da intromissão de adeptos da comunidade na vida pessoal dele. No entendimento de Mauro, isso ocorre com todos os adeptos.

Para Alana, a presença das pessoas transexuais cria um impasse nos terreiros.

Enquanto eu me via enquanto ela, eles me viam enquanto ele. Eu era o veadinho que tinha que acordar cedo, que tinha que arrumar o barracão, que tinha que fazer tudo e não era vista como aquela menina delicada que tinha seus momentos de dormir, de acordar. Então, era uma relação difícil e cruel. (Alana, entrevistada em 1 de fevereiro de 2017)

Embora na sua comunidade-religiosa de origem Alana vivesse processos de negação de sua identidade de gênero, em se tratando da comunidade-terreiro *Unzo* de *Ungunzo Kissimbe Amazi*, gerida por ela, a relação está em um outro pata-

A questão da idade é central para pensar as relações dentro do Candomblé. As pessoas mais velhas são aquelas com mais anos de santo, ou seja, aquelas que foram iniciadas há mais tempo.

Mauro foi iniciado no Candomblé como Equéde, um cargo honorífico concedido para mulheres e que possui uma certa posição na hierarquia do Candomblé. Equédes, via de regra, não entram em transe. O mesmo não aconteceu com Alana e Luana, que foram iniciadas como Ìyàwó (ou iyawô, yao e iaô), pessoas que entram em transe para incorporar os Orixás. Iaôs, em geral, só receberão algum cargo no Axé depois de cumprirem as obrigações de sete anos de iniciação.

mar de respeito às identidades trans e travestis, ainda que ela enfrente alguns percalços, como em toda comunidade-terreiro.

Ela sugere que as pessoas adeptas do Candomblé repensem o modo como têm tratado suas/seus irmãs/irmãos trans. As relações entre adeptos/as (sejam dirigentes ou não) são organizadas a partir da falta de informação/conscientização citadas por Luana e Mauro. Consideramos que pessoas adeptas das religiões de matriz africana (e outros segmentos religiosos) são passíveis de transformação através das micropolíticas de afeto. O respeito à identidade da outra pessoa é requisito principal para a humanização de espaços como os terreiros de Candomblé.

Divisão no trabalho litúrgico

Os afazeres nos rituais¹⁰ são outros momentos cruciais para verificar como as identidades transexuais são tratadas nos terreiros. A divisão do trabalho litúrgico no Candomblé obedece a uma tradição instituída pelas convicções de algumas/alguns líderes religiosas/os. Para as nossas pessoas interlocutoras, nesses momentos rituais elas são novamente subalternizadas. Para Alana, por exemplo, foram os momentos de divisão de tarefas que a colocaram na condição de «veadinho» e negaram sua feminilidade. Em suas palavras:

Assim, quando eu fui iniciada, eu era aquele garotinho fragilizado que não podia pegar peso, mas podia lavar uma pilha de prato, podia limpar o barracão todo, podia limpar a casa do pai de santo. Estas funções mais pesadas de homens eu não tinha, mas eu era tratada enquanto menino dentro do terreiro por não aceitarem a minha identidade de gênero. A minha identidade de transexual, que sou. Então, eu tinha que vestir batinha quadrada, calça. Não podia usar sapatinho de salto, era chagrim ou babucha. Eu tinha que me comportar como eles queriam e não como eu me aceitava, como me via dentro daquele lugar. Onde eu fui escolhida para nascer. Eu não caí ali de paraquedas nem fui empurrada. Eu caí ali porque o santo¹¹ escolheu aquele lugar para nascer, não é? E que os próprios adeptos do Candomblé acabam trazendo isso para dentro da própria religião de matriz africana. Só mulher pode dançar em certos lugares, só mulher não pode fazer certas coisas. É homem que veste azul, é a mulher que veste rosa. É *Oxum* que veste amarelo, mas é *Ogum* que veste cinza. Eu acho que

O Candomblé possui uma grande variedade de rituais, alguns privados, dos quais só podem participar pessoas iniciadas, e outros públicos, como as festas, realizadas anualmente em homenagem aos *orixás* ou sempre que alguém é iniciado na religião. Em alguns desses rituais existem coisas que só homens ou mulheres podem fazer.

[&]quot;Cair no santo" ou "bolar" é uma expressão utilizada no Candomblé para se referir ao momento em que uma pessoa que ainda não faz parte daquela casa ou da religião perde os sentidos e cai no chão. Isso significa, para as pessoas do Candomblé, que o Orixá daquela pessoa quer ser cultuado naquela casa de Candomblé.

o mundo de Orixá é um mundo diverso. Quem disse que *Ogum* na África veste cinza ou azul? Quem disse que *Oxum* na África veste rosa ou amarelo? Então, é essa desconstrução que vem tendo dentro da religião. Eu vejo isso muito além. Nesse povo antigo, arcaico, lá da época da escravidão, que foram massacrados, as três princesas que trouxeram o Candomblé aqui para a Bahia. Então, isso vem de culturas dos nossos antepassados que é difícil de quebrar, mas não é difícil de lidar. Se for construído, você consegue adentrar o *Ilê Axé Opô Afonjá* para falar de mulheres trans. Vai conseguir entrar no *Oxumaré*, o *Cobre*, o *Gantois*. (Alana, entrevistada em 1 de fevereiro de 2017)

Alana implica a comunidade religiosa a se posicionar sobre as práticas litúrgicas nas comunidades-terreiro. As normas de gênero destinadas a homens e a mulheres são construções sociais que edificam práticas seculares de divisão social (e sexual) do trabalho religioso. Enquanto isso, para alguns dirigentes, tais papéis emanam da energia do Orixá para o qual as pessoas tenham sido iniciadas e não do sexo/gênero da pessoa.

A *Nengua Nkisi* Alana enfatiza que quando algum homem cisgênero não pode realizar uma função considerada do universo masculino (como a sacralização de determinadas oferendas, encorar atabaques, organizar previamente a casa nos períodos festivo-religiosos), as mulheres assumem tais funções. No entanto, para o *Babalorixá* de Luana, as atividades litúrgicas às quais ela (ou, ainda, uma mulher cisgênero) estaria apta a realizar são tarefas que passam pelo universo feminino como, por exemplo, bater *ijé*, ¹³ rituais internos para Orixás como *Nanã* e *Obá*, que prescindem da presença masculina em todos os seus ritos, dentre outras funções.

O que nos parece é que novas configurações se vão constituindo a partir das necessidades reais das casas de culto e assim a tradição vai perdendo campo para os processos relacionais diante das emergências cotidianas. As/os interlocutoras/es desse estudo são compreendidas/os pelos olhares de seus dirigentes e irmãos/ãs mais velhos/as como corpos que desestabilizam as normas hegemônicas de gênero no contexto sociopolítico das comunidades-terreiro.

E muitas pessoas trans deixam de fazer seu orixá, deixam de cuidar [do seu santo]. De filha de santo, ela passa a ser uma cliente da casa. Porque muitas não querem se envolver por causa desses motivos. Se você for olhar, tem muitas travestis que trabalham. Hoje vivem da vida noturna. É seu trabalho. Tem as transexuais também que têm uma vida normal, comum, que trabalham. E deixam de ser filha para poder ser cliente. O

Refere-se às casas matriz do Candomblé na Bahia.

Esse é um rito específico realizado no momento da divisão do *Axé* pelos assentamentos dos Orixás que estão recebendo as oferendas nos períodos/momentos de função religiosa. Em determinadas casas em especial, pessoas de *Yemonja* e *Oxum* são requisitadas para esse rito.

certo era ser cliente e passar a ser filha. Mas devido a essas coisas que acontece acaba se afastando, porque você quer ser respeitada lá dentro. Você quer usar uma roupa. Poxa, você tem vontade. Você passa na rua, você vê um tecido bonito que você quer levar para o seu Orixá, ou senão você quer fazer uma roupa para você mesmo, uma saia e você não pode levar. Fica ali naquele padrão. É frustrante isso. Complicado [...]. Sabe o que eu penso? Para eu discutir sexualidade, discutir o que passa na nossa cabeça trans, de homossexual, de bissexual. São coisas que a gente vai se entender porque a gente passa por esse processo. Eu queria ter uma palestra, eu queria estar em um grupo onde outras pessoas estivessem junto para poder eles entenderem o que a gente pensa e aí ouvir a ideia deles também. (Luana, entrevistada em 17 de maio de 2016)

Para Luana, a saída seria a conscientização. Já para Mauro, informação é fundamental.

Mauro é homem e a forma como Mauro se traja é indiferente para o Orixá. Esse bloqueio está na cabeça das pessoas. Nós trans não temos problemas com os Orixás. Se o que vale ali é o que eles acham certo. Se os princípios que valem são os princípios ensinados pelos Orixás, eu percebo a cada dia e a cada local que eu me vejo que os mesmos estão evoluindo junto com a humanidade. Mas a humanidade que os representa não está fazendo questão de evoluir para que nos aceitem de uma forma tranquila e confortável. Porque eles (os Orixás) nos agregam, eles nos aceitam, mas essas pessoas nos bloqueiam. Então, eu acho que esse é o trabalho que tem que ser feito em cada casa que não tivemos acesso. De alguma forma levar essas informações para aqueles *Babalorixás*, *Yalorixás*. A existência de pessoas trans dentro do Candomblé, a cada dia, está aumentando. E eles precisam evoluir junto com essas pessoas. Imagina se todo mundo virasse trans? O que seria do *Axé*? (Mauro, entrevistado em 4 de abril de 2016)

Mauro se reporta ao *Orixá* como a força que o aceita (a ele e a todas as pessoas indistintamente) e propõe intervenções mais pontuais para que as comunidades religiosas do Candomblé tenham mais informações sobre temas como a transexualidade. Mas o Candomblé deixaria de existir se todas as pessoas fossem trans? Eis a resposta dele:

Não, não deixaria. Porque a pessoa não se define pelo que ela representa. Não dentro. Não o espiritual. Não o emocional. Não o caráter. Isso daqui é só como a gente se sente confortável. É simples. É fácil de aceitar. Basta você botar na sua cabeça. Uma palavra-chave: respeito. Respeite a minha opinião. Respeite a minha vontade. (Mauro, entrevistado em 7 de abril de 2016)

Conclusões

Cada filha/o tem suas ligações com seus *Orixás*. Luana, Mauro e Alana possuem relações de aproximação, amor, respeito, admiração e, sobretudo, obediência aos Orixás que regem as suas vidas. *Oxum* representa a fértil promessa de uma relação cordial entre Luana com suas lideranças religiosas bem como suas/seus irmãs/irmãos de *Axé*. *Ossain* promove a cura pelas folhas que agenciam o bem-estar entre Mauro e suas novas relações em uma casa onde rege o seu *Orixá* de cabeça. *Dandalunda* traz a paz das águas doces, mas com a astúcia de uma guerreira que não mede esforços em trilhar batalhas junto com sua filha Alana, que está sempre disposta a um bom debate.

Nos Candomblés de Salvador há uma ambiguidade. De um lado, muitas casas acolhem e enaltecem a presença de pessoas transexuais e travestis quando permitem a presença delas em suas dependências e, de outro, ancoram-se na tradicionalidade, construída na/pela busca de um ideal de «pureza» que as religiosidades afro-brasileiras nunca possuíram em sua totalidade. E, assim, acabam por corroborar com a perpetuação de uma sociedade patriarcal, heteronormativa e cisgênero.

A pequena presença de pessoas transexuais e travestis nos cultos públicos da maioria das casas de Candomblé reflete o projeto silencioso e bem orquestrado de apagamento dessas identidades. Mas isso não quer dizer que em muitas casas elas não se façam presentes. No entanto, muitas vezes elas precisam abdicar de uma parte primordial de suas vidas: a sua identidade de gênero. E assim o acolhimento nunca será completo. As pessoas interlocutoras deste trabalho tendem a pensar que as suas comunidades-terreiro possuem algum diferencial em relação ao grande número de casas de Candomblé para as quais as pessoas transexuais e travestis são apenas motivos para risos sarcásticos, chacotas ou ainda falas que deslegitimem as suas identidades. A invisibilidade é um reflexo do modo como muitas/os dirigentes religiosas/os tratam o tema da transexualidade.

Desse modo, uma estratégia para sair do campo da invisibilidade é galgar o posto hierárquico de maior representatividade no Candomblé, como fez Alana, que vem potencializando a desconstrução do preconceito contra pessoas trans como líder religiosa a partir de micropolíticas em sua casa de Candomblé (e fora dela). Outra possibilidade é um processo de sensibilização de outras lideranças religiosas do Candomblé, no sentido de possibilitar diálogos sobre essas identidades.

Referências bibliográficas

- Bastide, Roger. 2001. O Candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bomfim, Patrick Thiago dos Santos. 2009. *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação de mestrado Faculdade de Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília. Disponível em: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1939/1/Texto%20completo%20Patrick%20 Thiago%20Bomfim%20-%202009.pdf [Consultado em 21 de dezembro de 2015].
- Braga, Júlio. 1995. Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA.
- Butler, Judith. 2008. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Colling, Leandro, e Gilmaro Nogueira. 2014. «Relacionados, mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade». In *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*, organizado por Alexsandro Rodrigues, Catarina Dallapicula, e Sérgio Rodrigo da S. Ferreira, 171-184 Vitória: EDUFES.
- Dantas, Beatriz Góis. 1988. Vovó Nagô, Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal.
- Goikoetxea, Itziar Gandarias, e Nagore García Fernández. 2014. «Producciones narrativas: una propuesta metodológica para la investigación feminista». In *Otras formas de (re) conocer: reflexiones, herramientas y aplicacionais desde la investigación feminista,* organizado por Irantzu Mendia Azkue *et al.*, 97-110. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Jesus, Fátima Weiss. 2012. *Unindo a cruz e o arco-íris: vivência religiosa, homossexualidade e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: http://nigs.ufsc.br/files/2012/01/TESE-FATIMA-WEISS--FINAL.pdf [Consultado em 21 de dezembro de 2015].
- Laville, Christian, e Jean Dionne. 1999. A construção do saber manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ribeiro, Luiz Alberto Faria. 2009. *Deus é para todos?* Travestis, inclusão social e religião. Dissertação de mestrado Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15055/15055_1.PDF [Consultado em 21 de dezembro de 2015].
- Romba, Rui Martins. 2015. O *Candomblé no Terreiro de Pilão Branco em São Paulo: estudo de caso sobre o impacto da religião no quotidiano de praticantes pessoas trans*. Dissertação de mestrado Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/4463 [Consultado em 21 de dezembro de 2015].
- Santos, Ailton da Silva. 2013. «O gênero na berlinda: reflexões sobre a presença de travestis e mulheres transexuais nos terreiros de Candomblé». Comunicação apresentada no *III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, Salvador. Disponível em: http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/2013/06/13/1735 [Consultado em 21 de dezembro de 2015].
- Vergueiro, Viviane. 2014. «Trans*Sexualidade: reflexões sobre a mercantilização do sexo desde a perspectiva transgênera». *Periódicus* 1(1): 174-190. Disponível em: https://portal seer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10154 [Consultado em 20 de dezembro de 2015].
- Vergueiro, Viviane. 2015. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado

– Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685 [Consultado em 10 de dezembro de 2016].

Vuola, Elina. 2015. «Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião». In *Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição*, organizado por Maria José Rosado, 39-57. Rio de Janeiro: Garamond.

Claudenilson Dias. Bacharel em Humanidades (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos/Universidade Federal da Bahia – IHAC/UFBA). Mestre e Doutorando pelo PPGNEIM, Departamento de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador permanente do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Cultura e Sexualidade – NUCUS (IHAC/CULT/UFBA). Correio eletrónico: diasghp@gmail.com

Leandro Colling. Professor Associado I do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos/Universidade Federal da Bahia – IHAC/UFBA. Coordenador do NUCUS e autor de livros como *Stonewall 40 + o que no Brasil?* (2011); *Estudos e políticas do CUS: Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade* (2013) e *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* (2015).

Correio eletrónico: leandro.colling@gmail.com

Artigo recebido a 25 de junho de 2018 e aceite para publicação a 9 de agosto de 2018.

¡FALTAN PALABRAS! LAS PERSONAS TRANS* NO BINARIAS EN EL ESTADO ESPAÑOL

Isabel López Gómez* y R. Lucas Platero*

Resumen

Algunas personas sienten que su identidad sexual o de género no encaja en las categorías binarias disponibles, sus vidas están invisibilizadas y sus necesidades no están suficientemente exploradas. A través de entrevistas semiestructuradas con diez personas, abordamos sus experiencias y referentes, su orientación sexual, la percepción de la atracción y el deseo. En su búsqueda de una vida vivible y de poder dar significado a esa falta de identificación con el sexo y género asignado, generan estrategias creativas que les permiten habitar mejor el propio cuerpo, la identidad y el mundo a su alrededor. Además de sus necesidades, tratamos de evidenciar aquellas normas hegemónicas que generan patrones de exclusión y facilitamos algunas recomendaciones para profesionales y activistas.

Palabras clave: Binarismo, género, sexualidad, trans*, España.

Resumo

Faltam Palavras! As pessoas trans* não binárias no Estado espanhol

Algumas pessoas sentem que a sua identidade sexual ou de género não se encaixa nas categorias binárias disponíveis, as suas vidas são invisibilizadas e as suas necessidades não são suficientemente exploradas. Através de entrevistas semiestruturadas com dez pessoas, exploramos as suas experiências e os seus referentes, a sua orientação sexual, a perceção da atração e o desejo. Na sua busca por uma vida vivível e capaz de dar sentido à falta de identificação com o sexo e género atribuídos, encontram estratégias criativas que lhes permitem habitar melhor o próprio corpo, a identidade e o mundo ao seu redor. Além das suas necessidades, procurámos destacar as normas hegemónicas que geram padrões de exclusão e fornecemos algumas recomendações para profissionais e ativistas.

Palavras-chave: Binarismo, género, sexualidade, trans*, Espanha.

 ⁴motion Systemic & People.

Dirección postal: 4motion Systemic & People, Camino de Valladolid 1, local 4, 28250 Torrelodones, Madrid, España.

Correo electrónico: ilg@4motionsystemic.com

^{**} Investigador Juan de la Cierva, Departamento de Psicología de la Universidad Autónoma de Barcelona. También es investigador del Proyecto i+d VOSATEC, MINECO (2016-18), ref. FFI-2015-65947-C2-1-P; y del Proyecto Europeo Cruisingthe 1970s CRUSEV' (2016-19), European Science Foundation, ref. CRP 5087-00242^a

Dirección postal: Dep. de Psicologia Social, Fac. de Psicologia, Edifici B, Campus de Bellaterra 08193 Bellaterra. España.

Correo eletrónico: r.l.platero@gmail.com

Abstract

Lacking words! Trans* non-binary people in Spain

Some people feel that their sexual or gender identity does not fit into the available binary categories; their lives are invisible and their needs are not sufficiently explored. Through ten semi-structured interviews with non-binary people, we explore their experiences and referents, as well as their sexual orientation, their perception of desire and attraction. Searching for a liveable life, and for being able to give meaning to the lack of identification with the assigned sex and gender, they come up with creative strategies. These strategies allow them to best inhabit their bodies, identities and the world around them. In addition to describing their needs, we try to make explicit the hegemonic norms that generate patterns of exclusion and we also offer some recommendations for professionals and activists.

Keywords: Binarism, gender, sexuality, trans*, Spain.

Introducción

A pesar de que en la actualidad nuestra sociedad no es siempre consciente del espacio cultural o identitario posible de quienes se autodenominan como personas no binarias, *genderqueer, genderfuck,* tercer género, agénero o de género neutro, entre otras posibilidades, a lo largo de la historia y de las diferentes culturas siempre han existido personas que rompen con las normas que delimitan lo que es propio de hombres y mujeres (Herdt 1996).

Durante la última década y desde el norte global asistimos a una presencia creciente en los medios de comunicación de algunas personas que desestabilizan profundamente las ideas más arraigadas sobre qué es la masculinidad y la feminidad. Por ejemplo, pensemos en los hombres trans* gestantes y el caso del norteamericano Thomas Beaty en 2008, o las personas que reclaman el reconocimiento legal de una identidad de género distinta a hombres y mujeres, como es Alex McFarlane en Australia, que consiguió que su documentación dijera «sexo indeterminado». También ha sido especialmente visible el cuestionamiento del género y la ventaja competitiva de atletas racializadas como Caster Semenya desde 2008, planteando los límites de la feminidad y el efecto de las hormonas, así como el papel de las instituciones que regulan dichos límites (García Dauder 2011). Ha sido actualidad el debate sobre el uso en diferentes idiomas, como el inglés y el sueco, de expresiones que permiten evitar la generización para referirse a las personas; y en español se está proponiendo el uso de la «e» para evitar usar el masculino o femenino. Sin embargo, esta hipervisibilidad de personas señaladas como excepciones o las propuestas en el uso del idioma no hacen sino actualizar la vigencia de modelos extremadamente binarios, haciéndose aún más complejas las formas en las que se articula dicha delimitación binaria (Stryker 2013).

Por otra parte, desde Latinoamérica surgen otras lógicas que ponen en valor la diversidad de género, como es el movimiento travesti y transgénero, luchando por la despatologización de la transexualidad (Berkins 2006). Como resultado, en

2011 consiguieron la aprobación de la Ley de identidad de género 26.743 en Argentina, que permite cambiar el nombre y sexo sin necesidad de nombrar ni justificar documentalmente la transexualidad, basándose de «la identidad de género autopercibida». Este movimiento social utiliza la noción de autodeterminación trans* en las políticas públicas y ha inspirado nuevas formas de activismo, que han tenido eco en el Estado español.

A pesar de estos avances, para buena parte de la sociedad, que es ajena a estos debates, las personas no binarias no existen. No poder concebir a las personas cuya identidad excede el modelo binario hegemónico implica un estado de vulnerabilidad social. Evidencia de esto es la inexistencia de estudios en el Estado español y que los hagan desde una mirada interseccional; desde esta carencia hacemos una aproximación con el objetivo principal de identificar necesidades y posibilidades de investigación específicas.

Nuestro propósito es poner a las identidades trans* no binarias en el mapa de lo posible, a sabiendas de que se trata de un término paraguas que puede encerrar una gran diversidad (Richards *et al.* 2016, 95-96) y que entronca con experiencias que tienen una historia propia. Somos conscientes de la importancia que tienen las narrativas de personas disidentes de este binarismo de sexo y género para la actividad científica, y los estudios críticos de género en concreto. Acceder a dichas narrativas permite aproximarnos críticamente al funcionamiento del modelo binario y descubrir cómo se articulan los procesos de modelado de la identidad y cómo construimos nuestra comprensión del mundo. Queremos contribuir a problematizar algunos de los efectos del modelo hegemónico de sexo y género, algo imprescindible para impulsar cambios transformadores.

En cuanto a su estructura, este artículo comienza con el estado de la cuestión en la investigación sobre las identidades no binarias. Seguidamente, describimos la metodología para acceder a las narrativas. Continuamos presentando el contenido de las mismas, acompañando a las descripciones de las experiencias personales que han formado parte del estudio, y cómo afectan al modelado que hacen del mundo y de sus propias identidades. Por último, compartimos algunas de las conclusiones.

¿Qué sabemos sobre las personas no binarias?

Aparentemente, en la academia sabemos poco sobre las personas no binarias y lo que sabemos se refiere principalmente al contexto, y desde investigaciones muy recientes, del norte global. Este borrado de la historia de la pluralidad de expresiones de género y sexuales, que han existido a lo largo del tiempo y en diferentes culturas, convierte a las personas no binarias en una «novedad», un artefacto causado por el desconocimiento de una historia no eurocéntrica o de las prácticas coloniales que han invisibilizado activamente este pasado.

Aun así, encontramos un interés creciente de la comunidad científica por acercarse a estas realidades, como evidencia el número de revistas académicas que publican artículos sobre personas no binarias o *genderqueer*. Sin embargo, a menudo los estudios realizados sobre personas con sexualidades e identidades no normativas no han reconocido las identidades no binarias, borrándose de la producción del conocimiento (Richards *et al.* 2016).

Sin ser exhaustivos, revisaremos brevemente la literatura académica apoyándonos en el trabajo de Christina Richards y colaboradores (2016), referidos a Holanda, Bélgica, Reino Unido, Escocia, Estados Unidos e Israel. Indican que, aunque se desconoce la proporción de personas no binarias que buscan tratamientos de modificación corporal, es probable que el número vaya en aumento. Y que la ausencia de pautas de intervención indica la pertinencia de estudios para obtener resultados prospectivos.

Algunos estudios se fijan en la prevalencia en la población general; para Lisette Kuyper y Ciel Wijsen (2014), de una muestra de 8064 personas holandesas entre 15 y 70 años, el 4,6% de personas asignadas hombres en el nacimiento y el 3,2% de personas asignadas mujeres se identifican como «ambivalentes con su identidad de género», así como un 1,1% de quienes fueron asignados hombres y un 0,8% de personas asignadas mujeres afirman tener «una identidad de género incongruente». En un estudio hecho en Flandes (Bélgica), Van Caenegem *et al.* (2015) encontraban una prevalencia de ambivalencia de género, o género no binario, de un 1,8% de personas asignadas como varones en el nacimiento y de un 4,1% de personas asignadas como mujeres.

Otros trabajos se fijan en la diferencia entre personas trans* binarias y no binarias; este es el caso del estudio norteamericano *National Transgender Discrimination Survey* (Harrison, Grant y Herman 2012). Con una muestra de 6456 personas, el 67% eran personas binarias y el 33% personas no binarias, evidenciando la mayor probabilidad para las personas no binarias a ser discriminadas, sufrir acoso policial y rechazar tratamientos médicos debido a la discriminación. En el estudio realizado en Reino Unido sobre gente joven lesbiana, gay, bisexual, trans y en cuestionamiento, más de un 5% no se identificaba ni como hombre ni mujer (METRO Youth Chances 2014); y el estudio realizado en Escocia sobre salud mental encontraba que una cuarta parte eran personas no binarias (McNeil *et al.* 2012). Esta pregunta sobre la salud mental es un tema frecuente en la literatura sobre las personas trans*; también hay estudios con interés por la relación entre el apoyo recibido y la salud mental (Thorne *et al.* 2018).

Por su parte, Sue Ranking y Genny Beemyn (2012) realizaron 3500 encuestas y 400 entrevistas sobre la identidad de personas trans* de diferentes edades, especialmente de quienes se identifican fuera del género binario. Este estudio revela un aumento de la diversidad de género, especialmente entre la gente joven, e identificaba más de cien maneras diferentes para describir su identidad (Ranking y Beemyn 2012). Finalmente, nos gustaría señalar aquellos estudios que inciden en

que las bases biológicas de la cognición genérica, identidad de género y preferencias sexuales imponen límites a nuestra capacidad de comunicarnos, en la comprensión y empatía intersubjetiva (Geary 2006).

Por tanto, la academia que produce conocimiento en el norte global aún no ha abordado suficientemente estas experiencias, que se expresan mejor en otros espacios y desde otros lugares. Esto no es distinto en el Estado español, donde no existen estudios amplios sobre estas realidades, más allá de primeras aproximaciones en trabajos de fin de máster (López 2017; Márquez 2018, entre otros). Hay algunas investigaciones sobre infancia y juventud trans* que recogen la diversidad que abarca el término (Platero 2014), pero ninguna que ponga el foco específico en las identidades trans* no binarias. Así son más prolíficos otros soportes, como artículos de prensa, obras artísticas o vídeos con experiencias de personas no binarias.

En el ámbito legal, una persona de género no binario no existe, ya que, en cualquier relación jurídica, todas las personas tendrán la consideración de hombre o mujer. Según la Ley 3/2007, sigue vigente la necesidad de un diagnóstico de disforia de género y la exigencia (con algunas excepciones) de dos años de tratamiento hormonal para que la identidad sentida por una persona española y mayor de edad sea legalmente reconocida en todos los documentos. Aunque se han aprobado leyes autonómicas posteriores que incorporan los principios de autodeterminación, despatologización y no discriminación, no dejan de ser normas de alcance limitado, que no permiten modificar el documento nacional de identidad o eliminar el requisito del informe de disforia de género. Además, algunas personas que son trans*, como la infancia y juventud, las personas migrantes o con diversidad funcional, siguen siendo especialmente vulnerables.

Así la emergencia de identidades no binarias en el Estado español se puede entender como producto de un contexto en el que se han conseguido algunos derechos para grupos sociales minorizados, tras movilizaciones que han conseguido transformar la percepción social sobre sus necesidades e incluir en la agenda de los partidos políticos sus demandas. Desde los 1990 y la primera década de los 2000 se han ido creando espacios activistas, políticos, artísticos y de debate críticos, como ha sido el movimiento por la despatologización de la transexualidad (Missé y Coll Planas 2010). También es relevante la recepción y debates autóctonos sobre teoría queer que desafía la naturalización de las identidades (Córdoba, Sáez y Vidarte 2005), y que propone conceptos como heteronormatividad (Warner 1991), la performatividad de género (Butler [1990] 2007) o la epistemología del armario (Sedgwick [1990] 1998), señalando la importancia de cómo se construye la historia de la sexualidad (Foucault [1976] 2005). Son debates y prácticas que no sólo se localizan en pequeños grupos activistas, sino que generan una literatura especializada y que incluyen la academia, los museos o los sindicatos. Debates que tienen una interlocución con las realidades que tienen lugar en Latinoamérica, en viajes de ida y vuelta, por ejemplo, con el propio concepto «queer» y «cuir» (Platero, Rosón y Ortega 2017). Otros espacios fructíferos son eventos como el Orgullo Crítico, el Octubre Trans o el Cabaret Trans en diferentes ciudades, que han generado experiencias colectivas críticas con el género binario. Por último, señalar el impacto de intelectuales como Paul B. Preciado, Javier Sáez o Paco Vidarte, entre otros.

Aunque son debates que surgen en espacios minoritarios, han tenido éxito al movilizar a grupos sociales más amplios, con propuestas más transformadoras (como la propia despatologización de la transexualidad, o la alianza con otros movimientos sociales) que las demandas que estaban proponiendo las organizaciones LGTB hasta el momento, más dispuestas a aceptar políticas públicas que señalaban la transexualidad como disforia de género (como fue la Ley de identidad de género 13/2007) o hacer del matrimonio entre parejas del mismo sexo su principal demanda.

Metodología

Nuestra aproximación cualitativa se basa en el análisis de las narrativas que emergieron en diez entrevistas con personas trans* no binarias. La propia recogida de estos datos es en sí misma una forma de análisis e implica algún tipo de elaboración sobre el mundo (Angulo 1990, 41). Elegimos realizar entrevistas semiestructuradas que fueron transcritas, analizadas y codificadas sistemáticamente a partir de una recogida de información amplia y un análisis comparativo de la misma, pretendiendo seguir un modelo de investigación que describa el mundo sin perder el sentido de continuidad (McWhirter 2000).

Las personas que participaron en nuestro estudio fueron jóvenes de edades comprendidas entre los 18 y los 32 años (6 asignadas mujeres y 4 varones al nacer) procedentes de diferentes comunidades autónomas del Estado español, sin diversidad funcional, no racializadas y con nacionalidad española. Todas estas personas tienen estudios superiores, y la mayoría ha hecho estudios universitarios; son activas en la red, conocen el activismo y todas reconocen sus identidades bajo el paraguas de la no binariedad (tabla 1).

 Tabla 1.

 Personas entrevistadas sobre el no binarismo de género (nombres autoelegidos)

Nombre	Edad	Lugar de procedencia	Sexo de asignación	Sexo sentido/ elegido	Estudios en el momento de la entrevista
Pau	26	Madrid	Mujer	No binario	Universitarios
Mai	23	Elche	Mujer	Neutro	Secundaria
Josito	30	Santa Cruz de Tenerife	Hombre	No binario	Universitarios
Vicky	32	Madrid	Hombre	No binario	Universitarios

Nombre	Edad	Lugar de procedencia	Sexo de asignación	Sexo sentido/ elegido	Estudios en el momento de la entrevista
Raquel	29	Madrid	Mujer	Sin definir	Universitarios
Adrik	18	Murcia	Mujer	No binario	Secundaria
Ezra	23	Elche	Mujer	Agénero	Universitarios
Vicki Elis	19	Madrid	Hombre	Chica género fluido	Secundaria
Martín	23	Vigo	Mujer	Chico/chique transmasculino no binario	Universitarios
Silvia	22	Guadalajara	Hombre	Mujer no binaria	Universitarios

Las entrevistas contenían cinco bloques de preguntas: 1) Conceptos identitarios; 2) Información biográfica que posibilita ir coproduciendo una narración con perspectiva temporal; 3) Experiencia con la identidad sexual y los referentes binarios disponibles; 4) Identidad de género y los referentes binarios disponibles: la feminidad y la masculinidad; 5) Orientación y deseo. Esta estructura es el resultado de reformular el guion inicial a partir de incluir el conocimiento que fuimos generando al hacer las entrevistas.

Para analizar los datos obtenidos de manera comparativa y abarcable, seleccionamos contenidos, categorizando y codificándolos (Kvale 2011), atendiendo a lo más significativo (McWhirter 2000, 14). Nos fijamos en su comprensión básica del mundo, en un sentido ontológico, teniendo en cuenta nuestras razones epistemológicas para llevar a cabo esta investigación. Así, hemos seguido criterios metodológicos, desde un punto de vista ético y político, de respeto a las personas entrevistadas y sus procesos.

El propósito principal era llevar a cabo una exploración más experiencial que intelectual, facilitando que la persona conectara con su experiencia frente al modelo binario sexo-género y explorar sus límites. Para ello aplicamos la metodología *Developmental Behavioural Modelling* (DBM® 1986-2018) desarrollada por John McWhrirter, que se basa en el estudio formal del modelado, incluyendo la estructura y la función de los modelos, cómo se construyen y se aplican formal e informalmente. Además, nuestra entrevista perseguía ser comprensible, cómoda y respetuosa, y fue testeada previamente con tres personas.

Resultados

Los resultados de las entrevistas están organizados en cinco bloques ya mencionados.

Identidad sexual y de género

Al preguntar sobre los conceptos identidad sexual y de género, más de la mitad de las personas distinguían entre lo biológico o anatómico, frente a lo político y construido socialmente. Dos casos que se desmarcaron de esta distinción entendían que sexo y género aludían al mismo contenido, si bien cada cual organizaba esta relación de manera diferente. Eran personas formadas en entornos activistas feministas y LGBTIQ.

Otra persona vinculaba la identidad sexual con la orientación del deseo, y la identidad de género con la identidad personal. En todos los casos, experimentaban más comodidad con el concepto de identidad de género, más presente en movimientos sociales y que permite más fluidez, mientras que la polisemia que encierra la palabra «sexual» genera confusión y es más común en ámbitos médicos patologizantes.

Narrativas autobiográficas

Buscamos identificar en sus narrativas autobiográficas experiencias relevantes con las categorías del modelo binario de sexo y género. Comprobamos que los primeros encuentros con estos límites se construyen a partir de lo que se les dejaba o no hacer, así como de las expectativas impuestas sobre su apariencia, actitudes y gestos por parte de la familia, la escuela, los grupos de iguales y «la gente de la calle». Recuerdan sus primeros sentimientos de disconformidad con la identidad de género asignada, a menudo ligada a dificultades para identificarse con los atuendos, peinados *apropiados* para el género asignado, grupo de iguales, algunas actividades y juegos, etc. Aludieron frecuentemente a las madres como principal *agente regulador del género*, y hubo un énfasis especial en la monitorización del pelo en su infancia. Vicky lo narra así:

Me acuerdo de los momentos en los que te dicen «esto no lo puedes hacer, esto es de niñas» o «¿qué haces haciendo eso? Eso es de mariquitas». Yo tenía el pelo largo y veía a las niñas con coletas y le decía a mi madre «mamá, quiero llevar coletas». Ella me decía «no, eso es de niñas, tú una». (Vicky)

En relación con la indumentaria, las personas asignadas mujer al nacer tenían más dificultad con los atuendos «apropiados», que rechazaban, más que querer vestirse con la ropa asignada a los niños; mientras que las asignadas varón no mostraban rechazo a su ropa, y sí añoranza por vestir la «adecuada» a la feminidad. Este rechazo o incomodidad adquiere más relevancia en eventos sociales, en los que parece que el atuendo se binariza y se diferencia más si cabe, como es el caso de los uniformes escolares. En la mayoría de los casos, instrumentalizan la indumentaria para *desestabilizar* la lectura binaria del sexo asignado. En este sentido, se hicieron alusiones al gusto por la androginia, que apareció varias veces como modelo con el que identificarse.

Todas las personas participantes asociaban las primeras sensaciones de «no encajar» con las dificultades para situarse en una de las dos categorías de género disponibles; primero con respecto a las implicaciones de la identidad asignada, y después, con las de la otra opción disponible. Estas dificultades se fueron convirtiendo en problema cuando se hacía más evidente la imposibilidad de construir una imagen propia en torno a una sola de esas categorías. A veces, esta imposibilidad se expresó como una experiencia de «falta de palabras», de no disponer de los conceptos para explicarse. Ezra y Mai lo describen así:

Me miraba en el espejo y decía «yo no quiero ser un chico». Miraba a otros chicos y sabía que yo no era eso. Al final acepté que si tenía cuerpo de chica tenía que ser una chica. No tenía palabras para explicar cómo me sentía. (Ezra)

No has escuchado hablar a nadie más y entonces sientes que eres tú el problema. Por eso no tenía palabras para expresarlo porque, ¿qué digo? ¿quién me va a entender? ¿cómo voy a decir yo que no soy ni una cosa ni la otra? No podía, no tenía palabras. (Mai)

En ambos testimonios encontramos «la falta de palabras», que evidencia la relación entre el lenguaje y el sentido de realidad. Si no existe una categoría identitaria colectiva, no hay de espacio simbólico en el que nombrarse de forma comprensible para sí y para otras personas. Es una sensación recurrente que encontramos en las entrevistas y de ahí que lo hayamos elegido como título del artículo.

Al sentir que no encajaban, relatan que una manera de explicar su identidad discordante fue cuestionar su orientación sexual, como narran Josito, Mai y Raquel:

Primero entendí que lo que estaba descubriendo era una homosexualidad, eso de confundir la orientación con la identidad constantemente. [...] Me pasé años sin dar respuesta a esta confusión. (Josito)

Yo era una chica, y me decían que era marimacho y lesbiana. Pero a mí no me gustaban las chicas. (Mai)

Van pasando los años y todavía no sabría definirme. Me costaba considerarme lesbiana porque implicaba ser mujer. (Raquel)

En algunas entrevistas señalan sentir rechazo en el desarrollo de los caracteres sexuales secundarios, eligiendo identidades no normativas, casi siempre tran-

sexualidad binaria. Desde estos referentes volvieron a darse de bruces con los límites del binarismo: describen compartir ciertas inquietudes y procesos al alejarse del sexo de asignación, pero mientras la persona trans* binaria sigue su tránsito hacia la otra categoría de género disponible, las personas no binarias volvían a experimentar incomodidad con los límites binarios. Adrik sentía ansiedad al «empezar a reconciliarse con su parte femenina» cuando hacía su transición como chico trans*; no entendía por qué entonces le apetecía maquillarse o llevar falda.

Estas transgresiones generan conflictos familiares y sociales, o temor a que ocurran. El miedo está presente en todas las entrevistas, así como el *bullying* y el estrés asociado a la segregación sexual y binaria de espacios y actividades, especialmente en los centros escolares.

Ante el miedo al rechazo, todas describieron estrategias de supervivencia como el aislamiento, volver al armario o hacer uso instrumental *de* la identidad posible menos incómoda o más útil para cumplir con sus objetivos. Desde una mirada retrospectiva, identifican que en los momentos de mayor confusión valoraron que no encajaban en el mundo, y no tanto que el mundo no estuviera preparado para dar cabida a diversidad, como señalan Vicky, Josito y Pau:

Me volví a meter en el armario. Te haces una coraza, en la que te inventas que eres un chico, no le cuentas a nadie lo tuyo. Lo llevas en secreto y entonces encajas, y de repente hacen menos preguntas. Lo que hacía era inventarme ser quien no soy y eso agota y es muy frustrante. Pero al mismo tiempo es un privilegio, porque la gente transexual binaria no puede hacer esto. No puede decir «venga, hoy me disfrazo de chico y que no me peguen». En el trabajo, de hecho, llevo cierto disfraz. (Vicki)

Aprendí a ser masculino. A caminar y todo eso, porque me estaba preparando para ir al instituto, para no sufrir acoso. Me cambié el nombre en un intento de convertirme en un hombre en todos los sentidos. Pasan los años, y eso no se resuelve. [...] Valoraba que era yo el que no encajaba. Es muy típico entender que eres tú el error y que el cuerpo está mal y tiene que corregirse. (Josito)

Soy una persona no binaria, pero, para desenvolverme en el mundo, muchas veces utilizo el ser un hombre o un chico trans, porque es mucho más sencillo. Me evito explicaciones. (Pau)

La búsqueda de referentes, de manera más o menos consciente, es una cuestión fundamental y, casi siempre, los encuentros más efectivos se hicieron a través de internet. Una vez que empiezan a identificarse con iguales, sitúan la problematización en un mundo que limita la diversidad, no tanto en sí mismas.

En los procesos de tránsito aluden a la necesidad de identificación, pero también al reconocimiento de la familia y el entorno en general. Aunque hubo quien, como Raquel, valoró la no aceptación como elemento fundamental para su posicionamiento identitario, Raquel valoraba que el resto no identificara su identidad, influyendo para poder hacer lo mismo.

La mayoría remarcaba la necesidad impuesta de *educar* sobre la existencia de sus identidades, de tener que hacer pedagogía social, como se refleja en los siguientes extractos:

Tengo que explicarme muchas veces y la mayoría de las veces no me apetece. Estoy en el vestuario del gimnasio y no me apetece tener que explicarte que no me he equivocado... que sí o yo qué sé. Tampoco tengo otra alternativa, del de los hombres también me van a echar. (Raquel)

Ahora estoy en una posición de suficiente empoderamiento y de salud mental para hacerlo [explicar su identidad de género]. Pero no tengo por qué estarlo y no tengo por qué ser activista para que se respeten mis derechos. (Martín)

Aunque en el momento de las entrevistas la totalidad declaraba que ya disponía de referentes y tenía sus tránsitos en marcha, seguían sintiendo que no encajaban y acusaban la falta de recursos de apoyo e información especializados. Por otra parte, quienes se aproximaron al activismo feminista y/o LGTBIQ declararon haber sentido discriminación en algún momento, algo que también aparece en la investigación de Sue Ranking y Genny Beemyn (2012, 8).

Resumiendo, encontramos dos tipos de estrategias de afrontamiento; la primera es tratar de ser identificada como persona binaria, cis o trans*, por el miedo a perder relaciones o en situaciones vitales de «cansancio de tener que explicar continuamente», o por «cuestiones prácticas de supervivencia». La segunda estrategia consiste en evitar ser clasificada en cualquier de las categorías binarias, para reafirmar la identidad sentida como forma de alcanzar bienestar personal.

Identidad sexual y referentes

En todos los casos, carecían de una identificación completa con las categorías hombre/mujer; siempre *faltaba* o *sobraba* algo. Hicieron alusiones a ellas como «limitadas y limitantes». A veces, nombraron estas «identidades por negación», afirmando que no eran «chico chico» o «chica chica»; que «no terminan de ser chico, pero tampoco chica» y viceversa. Josito lo explica así:

Siempre me he explicado como que no me identifico como hombre, hay como una desidentificación, pero no por ello entro en la categoría mujer... Es como si la identidad fuera una negación. «¿Qué eres?, ¿hombre o mujer? soy un no hombre». Te sales de esa categoría, pero tú estás ahí. (Josito)

Pau dice que a lo largo de su vida ha cambiado de etiquetas para clasificar su identidad, pero permanecía la experiencia de no poder sentirse un hombre o una mujer. Sobre esta cuestión, Ezra afirma: «es lo único que tengo claro, lo único que

se mantiene». Estos testimonios son representativos de un sentir general; no obstante, reconocen que los efectos de ser socializada como mujer o como hombre, marcan una diferencia fundamental.

Al tratar de construir una definición de persona no binaria, se hizo evidente la diversidad de sentires incluidos bajo este término. Pero ¿cómo encuentran esta categoría? Nueve de las diez entrevistadas lo hicieron a través de internet, la otra a través del activismo. La red es un recurso rápido y eficaz y permite preservar la intimidad; es perfecta para investigar, resolver dudas, plantear inquietudes y como espacio de encuentro. Aludieron a referentes en videos en YouTube que relatan sus experiencias vitales, tránsitos, efectos de las hormonas, relaciones, activismo feminista, etc.

Respecto al ajuste de corporalidad e identidad, todas afirmaron estar conformes, satisfechas y preferir sus genitales, pero aparecen malestares respecto a los caracteres secundarios. Martín manifiesta sentirse «muy a gusto con los genitales que nací» y no cree que se sintiera así si fuesen distintos, pero no se siente tan cómodo con el pecho; afirma que sin él estaría «extremadamente cómodo». Ezra prefiere tener su vagina, se está hormonando, pero «si se ve muy chico, le entra disforia, igual que verse chica».

Josito nos aclaró que «tener pene y el resto de caracteres secundarios leídos en femenino, no te hace una persona trans* no binaria». En todas las entrevistas están de acuerdo en que «la identidad no la conforma una corporalidad concreta, sino una manera de leerla, de sentirla y de vivirla satisfactoriamente». Reconocen que es complicado mantener una identidad no binaria estable cuando se sale de un entorno de seguridad y, para evitar problemas, «reajustan» su identidad.

Masculinidad y feminidad

La totalidad coincide en su posición feminista y en el rechazo hacia los arquetipos tradicionales de la feminidad y la masculinidad, especialmente hacia ésta última, independientemente del sexo asignado y el sexo sentido. Raquel dice que «hay un montón de cosas que no me gustan nada de la masculinidad clásica, y de la feminidad estereotipada, no sé si me gusta algo». Frecuentemente aludían a la manera diferente de ocupar el espacio, rechazando explícitamente que las etiquetas masculino y femenino tuvieran una correspondencia «esencializada» con hombres o mujeres.

Orientación y deseo

En la mayoría de las entrevistas, manifiestan sentir atracción por ciertas corporalidades, con independencia de la identidad de género; en otras ocasiones, su atracción se da más hacia determinadas identidades y expresiones de género, con independencia de las corporalidades; y también hay quien prefiere unas corporalidades, identidades y expresiones de género concretas. En todos los casos, identifican a las personas que no entran dentro de los modelos arquetípicos de masculinidad y feminidad, como «las más deseables», y señalan no sentir deseo por las que cumplen con los mandatos hegemónicos de género. Valoran la facilidad para relacionarse con iguales en cuestiones de afectividad y deseo.

Expresan cierto malestar al sentir que generan deseo como personas de su sexo asignado; al tiempo, son conscientes de que el valor, expectativas o trato que reciben es diferente según se interprete que son mujeres u hombres. Así, cuando sienten que el deseo que generan está vinculado a una identidad no binaria expresan mayor satisfacción y comodidad, al tiempo que rechazan ser objeto de un deseo fetichizado, una experiencia que es frecuente.

Las expectativas sobre la identidad son clave; las personas asignadas varones en el nacimiento denuncian la cosificación y «la hipersexualización» del cuerpo de las mujeres. No obstante, la única de estas personas que se relaciona eróticamente con personas no binarias o femeninas y que estaba cómoda con ser «leída en femenino» no habló de sentirse fetichizada ni de notar que se hipersexualizaba su cuerpo, como era el caso del resto, que se relacionaban eróticamente con personas no binarias y con personas masculinas. Emergen diferencias en el deseo que posiblemente tengan que ver con la socialización en términos de feminidad o masculinidad y de la cultura binaria en general.

Por último, es relevante la frecuencia de prácticas sexuales no convencionales y de modelos afectivos no normativos; todas las personas entrevistadas tienen relaciones abiertas o practican el poliamor.

Más información

Señalan los privilegios según el género; afirman que «transitar de hombre a persona no binaria supone una pérdida de privilegios, mientras que hacerlo de mujer a identidad no binaria conlleva la adquisición de los mismos». El sexismo y la misoginia explican esta sensación de economía de privilegios. Hacen hincapié en el sufrimiento provocado por la segregación por género en la escuela, y afirman que los criterios de esta segregación de las actividades no siempre coinciden con sus preferencias y sus habilidades.

Denuncian la falta de implicación de los agentes sociales, poniendo el acento en la importancia de la educación, en la aplicación efectiva de las leyes que permitan el disfrute de los derechos adquiridos. Quienes forman parte de movimientos sociales subrayan la falta de protocolos jurídicos, sociales y médicos para la integración de las personas no binarias, que sí existen para las personas trans* binarias.

Conclusiones

La emergencia actual de las identidades no binarias se puede entender como resultado de la experiencia de los movimientos y luchas identitarias de los años 1990 y 2000 que, al buscar «normalizar» las identidades LGBT, han fracasado en cuestionar normas sociales como el binarismo, pero también otras como el sexismo, la misoginia o el racismo. El binarismo es una superestructura del poder (Mateos 2017, 46) que articula un modelado de los cuerpos, las identidades y la relación que establecemos con el mundo para poder habitarlo «normalmente». A través de la socialización e identificación con un sexo asignado, se relega a otras opciones a lugares de marginación y disidencia. No hay categorías disponibles, referentes, roles, ni lugar en la gramática para nombrarse ni para pensarse más allá de en femenino o en el masculino.

Para quien la lógica de «lo uno o lo otro» no sirve, nombrarse como persona «no binaria» implica la negación de lo disponible. Una persona no binaria es una persona trans* que transita a otro lugar que se está construyendo y que para muchas personas es ininteligible. Ser una persona no binaria implica no identificarse plena y satisfactoriamente, de forma consistente y estable en el tiempo, con ninguna de las categorías disponibles, ni con las expectativas sociales relacionadas con cada una de ellas. Es un término amplio o paraguas que recoge mucha diversidad de sensibilidades.

Los datos obtenidos aún son escasos, pero apuntan a la necesidad de reconocimiento de una generación de gente joven con estudios y que forma parte del activismo, está en las redes sociales y siente que los movimientos sociales y las instituciones les están fallando. Denuncian la relevancia de los lugares habituales de socialización, que habitualmente castigan sus rupturas a través de presiones emocionales, conflicto y abandono en casa, discriminación, acoso, violencia y abandono en la escuela, tratos inadecuados, discriminatorios por parte del personal administrativo y médico, discriminación en los centros de trabajo, insultos y malos tratos en los espacios públicos, especialmente si están segregados por sexo. Este maltrato cuestiona su identidad y su sentido de pertenencia social, como señalan Ranking y Beemyn (2011).

A pesar de su sentido de agencia para encontrar un espacio vital habitable, su capacidad para romper con múltiples normas, se enfrentan al miedo constante al rechazo y las consecuencias que tienen sus decisiones. Este miedo tiene efectos en la salud, terminar los estudios, encontrar un trabajo o simplemente tener un grupo de amistades. De modo que, es vital encontrar una identidad vivible a la que transitar socialmente o también médica y legalmente. Una vez que comienzan este proceso, pueden encontrar diferentes estrategias de afrontamiento.

Desde la investigación y la intervención profesional, nuestros datos nos llevan a recomendar el reconocimiento y acompañamiento de las personas no binarias, que suponen un cambio de ética profesional a la hora de apoyar y no de

diagnosticar una identidad. Facilitar el acceso a información sobre diversidad de las identidades de género y apoyo desde la infancia serían las condiciones necesarias para generar referentes y entornos más seguros que faciliten el acceso a derechos y oportunidades para alcanzar niveles de calidad de vida satisfactorios. Nadie puede vivir bien o desarrollarse fuera de un mundo social que aporte las condiciones de ese desarrollo (Butler 2010, 12). Finalmente, somos conscientes de las limitaciones de este estudio con un número tan pequeño de entrevistas, que mejoraría si contase con más personas no binarias en la coproducción de la investigación y si se vinculase con una historia más amplia de las rupturas de las normas de género en el Estado español.

Referencias bibliográficas

- Angulo, Felix. 1990. «Las posibilidades de la explicación interpretativa: un enfoque constitutivo». *Philosophica Malacitana* (3): 25-44.
- Berkins, Lohana. 2006. «Travestis: una identidad política», Panel Sexualidades contemporáneas en las VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres/ III Congreso Iberoamericano de Estudios de Genero Diferencia Desigualdad. Construirnos en la diversidad, Villa Giardino, Córdoba.
- Butler, Judith. (1990) 2007. El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós.
- Butler, Judith. 2010. «Transexualidad. Transformaciones». En *El género desordenado*, editado por Miquel Missé y Gerard Coll-Planas, 9-14. Madrid y Barcelona: Egales.
- Córdoba, David, Javier Sáez, y Paco Vidarte (eds.) 2005. *Teoría queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas.* Barcelona y Madrid: Egales.
- Foucault, Michel. (1976) 2005. Historia de la sexualidad. Madrid: Siglo XXI.
- García Dauder, S. (Dau). 2011. «Las fronteras del sexo en el deporte: tecnologías, cuerpos sexuados y diferencias». *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis* 8 (2): 1-19. DOI: https://doi.org/10.5007/1807-1384.2011v8n2p1
- Geary, David C. 2006. «Gender Differences in Mathematics: An Integrative Psychological Approach». *British Journal of Educational Studies* 54 (2): 245-246. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-8527.2006.339_1.x
- Harrison, Jack, Jaime Grant, y Jody L. Herman. 2012. «A Gender Not Listed Here: Gender-queers, Gender Rebels, and Otherwise in the National Transgender Discrimination Survey». Harvard Kennedy School. LGBTQ Policy Journal 2 (2011-2012): 13-24. Accesible en https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Harrison-Herman-Grant-AGender-Apr-2012.pdf
- Herdt, Gilbert. 1996. Third sex third gender. New York: Zone.
- Kuyper, Lisette, y Ciel Wijsen. 2014. «Gender identities and gender dysphoria in the Netherlands». *Archives of Sexual Behavior*, 43 (2): 377-385. DOI: https://doi.org/10.1007/s105 08-013-0140-y
- Kvale, Steinar. 2011. Las entrevistas en investigación cualitativa. Madrid: Morata.
- Ley 3/2007, de 15 de marzo, reguladora de la rectificación registral de la mención relativa al sexo de las personas. BOE 65, 16 de marzo, 11251-11253.

- López Gómez, Isabel. 2017. *Identidades no binarias. Una aproximación cualitativa a los límites del modelo tradicional de sexo hombre/mujer*. Máster en Sexología, Trabajo Fin de Máster inédito, Universidad Camilo José Cela.
- Márquez Martín, M. Teresa. 2018. *Educar sin género. Del binarismo a la libertad de ser.* Máster en Sexología, Trabajo Fin de Máster inédito, Universidad de Sevilla.
- Mateos Casado, Cristina. 2017. «Binarismo.» En *Barbarismos queer y otras esdrújulas*, editado por R. Lucas Platero, María Ronsón y Esther Ortega, 46-55. Barcelona: Bellaterra.
- McNeil, Jay, Louis Bailey, S. Ellis, J. Morton, y Maeve Regan. 2012. *Trans mental health study* 2012. Accesible en www.scottishtrans.org.
- McWhirter, John. 2000. *Re-Modelling NLP Part Six: Understanding Change*. Rapport, 50-62. Accesible en https://sensorysystems.co.uk/dbm-remodelled-nlp/part-six-understanding-change-2/
- METRO Youth Chances. 2014. Youth Chances summary of first findings: The experiences of LGBTQ young people in England. London.
- Missé, Miquel, y Gerard Coll-Planas (eds.) 2010. El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad. Barcelona: Egales.
- Platero, R. Lucas. 2014. *Transexualidades**. Barcelona: Bellaterra.
- Platero, R. Lucas, María Rosón, y Esther Ortega. 2017. Barbarismos queer y otras esdrújulas. Barcelona: Bellaterra.
- Ranking, Sue, y Beemyn, Genny. 2012. «Beyond a Binary: The Lives of Gender-non-conforming Youth». *About Campus* 17 (4): 2-10. DOI: https://doi.org/10.1002/abc.21086
- Richards, Christina, Walter Pierre Bouman, Leighton Seal, Meg John Barker, Timo O. Nieder, y Guy T'sjoen. 2016. «Non-binary or genderqueer genders». *International Review of Physchiatry* 28 (1): 95-102. DOI: https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1106446
- Sedgwick, Eva K. (1990) 1998. Epistemología del armario. Barcelona: La Tempestad.
- Stryker, Susan. 2013. «Prefacio». *TransrespeTo versus Transfobia en el Mundo: un estudio Comparativo de la situación de los derechos humanos de las personas Trans*, editado por Carsten Balzer y Jan Simon Hutta, 12-17. Berlín: Transgender Europe (TGEU). Accesible en https://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT_research-report_ES_.pdf
- Thorne, Nat, Gemma L. Witcomb, Timo Nieder, Elena Nixon, Andrew Yip, y Jon Arcelus. 2018. «A comparison of mental health symptomatology and levels of social support in young treatment seeking transgender individuals who identify as binary and non-binary». *International Journal of Transgenderism*. DOI: https://doi.org/10.1080/15532739. 2018.1452660
- Van Caenegem, Eva, Katrien Wierckx, Els Elaut, Ann Buysse, Alexis Dewaele, Filip Van Nieuwerburgh, Griet De Cuipere, y Guy T'Sjoen. 2015. «Prevalence of gender nonconformity in Flanders, Belgium». *Archives of Sexual Behavior* 44 (5): 1281-1287. Accesible en http://hdl.handle.net/1854/LU-5753078
- Warner, Michael. 1991. «Introduction: Fear of a Queer Planet». Social Text 9 (4): 3-17.

Isabel López Gómez. Licenciada en Sociología por la UCM, Master Training en terapia y consultoría con metodología DBM® por la Universidad de Alcalá de Henares y Máster en Educación Sexual y Asesoramiento Sexológico por la UCJC. Consultora y formadora en diversidad sexual e igualdad de género, facilitadora de cambio y desarrollo en relaciones afectivas y sexuales en 4motion Systemic & People.

Correo electrónico: ilg@4motionsystemic.com

R. Lucas Platero. Doctor en Sociología y Ciencias Políticas por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED); Investigador Postdoctoral Juan de la Cierva, Dpto. Psicología Social, Universidad Autónoma de Barcelona, así como de los proyectos: VOSATEC, Ref. FFI2015-65947-C2-1-P Dpto. Ciencia, Tecnología y Sociedad, Instituto de Filosofía del CSIC y del proyecto europeo CRUSEV (HERA.15.099, Horizon 2020), Ref. 5087-00242A. Últimos libros son: *Trans*exualidades. Acompañamientos, factores de salud y recursos educativos* (2014); *Por un chato de vino* (2015) y *Barbarismos queer y otras esdrújulas* (2017).

Correo electrónico: r.l.platero@gmail.com

Artículo recibido en 4 de julio y aceptado para publicación en 8 de agosto de 2018.

GOZAR OS GÉNEROS: PARA UMA ESCUTA QUEER DE NÃO-BINARISMOS DE GÉNERO

Teresa Teixeira* e Nuno Santos Carneiro**

Resumo

Neste artigo, pretende-se explorar as vivências subjetivas, relacionais e sociais de sujeitos questionantes do binarismo de género. Tendo por base os estudos *queer*, partimos à exploração e desconstrução de mecanismos sociais opressores neste binarismo. Foram entrevistadas oito pessoas questionantes do binarismo de género e procedeu-se à análise temática (Braun e Clarke 2006) dos dados recolhidos. Emergiram dois temas: (i) processos de subjetivação – ao nível do *self* e da alteridade retratando as diversas dificuldades e conquistas; e (ii) «*Sem um lugar que seja seu»* – caracterização da opressão da heteronormatividade nas posições de sujeito e nos processos de genderização de contextos; temas estes que elucidam a desumanização experienciada pelo choque entre a desidentificação face ao binarismo de género e a obrigatoriedade de cumprir normas.

Palavras-chave Géneros, não-binarismo, queer, humano.

Abstract

To Enjoy Genders: for a queer listening of gender non-binaries

The present work aims to explore the subjective, relational, and social experiences of individuals who question the gender binarism. From a queer standpoint, we start exploring and deconstructing the oppressive social mechanisms of this binarism. We interviewed eight people who question the gender binarism and proceeded to the thematic analysis to systemize the collected data (Braun e Clarke 2006). Two themes emerged from this analyse: (i) subjectivation processes – at the level of the self and of the otherness, portraying the hardships and achievements; (ii) *«Without a place of one's own»*- characterization of the oppression of hetereonormativity in the subject positions and in the processes of genderization of contexts. These themes shed light to the dehumanizing experience of the clash between non-identifying with the gender binarism and the demand to obey the norms.

Keywords Genders, non-binarism, queer, human.

Resumen

Gozar los Géneros: para una escucha queer de no-binarismos de género

En este artículo, se pretende explorar las vivencias subjetivas, relacionales y sociales de sujetos cuestionantes del binarismo de género. Con base en los estudios *queer*, partimos a la explotación y desconstrucción de mecanismos sociales opresores en este binarismo. Se

^{*} Centro de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: teresa.r.f.teixeira@gmail.com

^{**} Centro de Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

Endereço postal: R. Alfredo Allen, 4200-135 Porto.

Endereço eletrónico: nunoscarneiro@gmail.com

entrevistó a ocho personas cuestionantes del binarismo de género, y se procedió al análisis temático (Braun e Clarke 2006) de los datos recogidos. Se plantearon dos temas: (i) procesos de subjetivación – a nivel del *self* y de la alteridad, retratando las diversas dificultades y conquistas; y (ii) «sin un lugar que sea suyo» – caracterización de la opresión de la heteronormatividad en las posiciones de sujeto y en los procesos de genderización de contextos; temas que elucidan la deshumanización experimentada por el conflicto entre la desidentificación frente al binarismo de género y la obligatoriedad de cumplir normas.

Palabras clave: Géneros, no binarismo, queer, humano.

Gozar – verbo in/transitivo – desfrutar, usufruir, divertir-se, ter um orgasmo, vir-se.

Adaptado de https://www.priberam.pt/dlpo/gozar

Introdução

No ensejo de acolher as (desafiantes) propostas de pensamento e de produção lançadas neste número temático, no presente artigo debruçamo-nos sobre as experiências de pessoas não identificadas com os binarismos de género ou identificadas com formas vivenciais, localizações e temporalidades que escapam, e/ou se opõem de modo ativo, a estes binarismos. Para tal, consideramos como proposta epistémica adequada a esse propósito o recurso a uma analítica *queer*.

Analisando o terreno social, apercebemo-nos de uma tendência para a compulsiva classificação da vivência humana maioritariamente assente em categorias de pertença dicotómicas, que produzem e mantêm hierarquizações e assimetrias nocivas à riqueza da diversidade humana (Levy 2004). Uma dicotomia a problematizar em particular diz respeito às categorias de pertença transgénero/cisgénero. Os termos «cis-sexual» e «cisgénero» surgem com intento de descentralizar o grupo dominante, expondo-o apenas como uma alternativa, e não a norma através da qual as pessoas trans são definidas (Koyama 2002). Fazemos nossas as palavras de Amara Moira quando refere «Cis: [como] o contrário de trans, seja lá o que isso signifique» (2017, 369), expressões que apenas indicam experiências fronteiriças, não tradutoras das vivências de todas as pessoas e que, portanto, só existem por nomeação e oposição na vontade do mutuamente exclusivo.

A transcendência dos géneros é, por inerência, uma transcendência de nós, um fazer-se e dizer-se milhões de géneros, de incontáveis e inimagináveis possibilidades na teia do Humano. Trata-se de uma permanente ação de que só uma política da diferença e uma oposição epistémica, ontológica e vivencial à essencialização identitarista podem dar conta na inteligibilidade humanizada de tal transcendência (Miskolci 2009). O pensamento *queer* mantém-se crítico em relação às grandes dicotomias e ao modo como determinados discursos veiculam determinadas ideias que servem de «verdades» para as sociedades (Oliveira 2010). Estas posições normativas não são naturais nem fixas, advêm de longas histórias de relações de poder e da sua manutenção (Levy 2004).

GOZAR OS GÉNEROS 131

Um processo normalizador a que se pretende dar especial enfoque neste trabalho é a sequência sexo-género-sexualidade. Ora, essa sequência é afirmada e reiterada a partir do momento em que nos identificam como «menina» ou como «menino», instalando-se um processo que, supostamente, deve seguir determinada direção (Louro 2004). Sendo que o «sexo» ainda é concebido como anterior à cultura, continua a ser-lhe atribuído um caráter imutável, a-histórico e binário, e por isso capaz de determinar o género e induzir a uma única forma de desejo. A relação entre o sexo do corpo, os papéis de género e a identidade de género tem sido imaginada como sendo rígida, mecânica e imitativa (Stryker 2006). Contudo, são as práticas discursivas que fazem com que aspetos dos corpos se convertam em definidores de género e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores do sujeito (Louro 2004).

O corpo não é naturalmente «sexuado», ele torna-se o que dele se costuma dizer e fazer através de processos culturais que utilizam a produção da sexualidade para manter relações de poder específicas (Spargo 1999) em que as normas regulatórias vêm indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade e/ou de coerência (Louro 2004). A ideia do corpo como algo «totalitário» e a «uniformidade» do seu sexo revela-se socialmente construído (Stryker 2006), evidente pela desobediência e subversão desta sequência.

1. Movimentações de géneros

O conceito de género tem vindo a contribuir para a produção de novos objetos de estudo, dando lugar a uma perspetiva crítica sobre a produção dos saberes em diversas disciplinas das ciências sociais (Amâncio 2003). Torna-se crucial entender a multiplicidade conceptual que o acompanha, entendê-lo como «um rizoma, [que] pode ser desterritorializado e reterritorializado de múltiplas formas e com inúmeras invocações» (Oliveira 2012, 51). O género, assim entendido, promove a abertura de possibilidades de conceber a sociedade, os seus mecanismos opressores e as possibilidades de o reconhecimento de novas formas de existir.

Butler (1990) foi das primeiras autoras a defender que **não** existe nada de autêntico ou natural no género, sendo este uma ficção cultural. O género representa o contínuo discurso da prática estruturada atualmente em torno do conceito de heterossexualidade como a norma das relações humanas. Este sistema normativo de heterossexualidade compulsória (Rich 1980) determina uma supressão da homossexualidade e discriminação das pessoas homossexuais (Oliveira 2012) que se instala no género, resultando numa falsa coerência de géneros aparentemente estáveis e vinculados aos sexos biológicos «apropriados» (Spargo 1999). Os estudos *queer* mantêm uma postura de resistência a este modelo, demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade natural, colocando até em questão as categorias aparentemente não problemáticas como as de «homem» e «mulher» (Jagose 1996).

A construção da coerência – que oculta as descontinuidades do género que se difundem nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, ou na sexualidade em geral – não parece decorrer do género – no qual, a rigor, nenhuma dessas dimensões de corporeidade significante se expressa ou reflete (Butler 1990). Acreditamos que personagens que transgridem o género e a sexualidade podem ser emblemáticas da pós-modernidade, pois a visibilidade e a materialidade desses sujeitos evidencia o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades (Vilela 2010). São significativas, ainda, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de género e sexualidade (Louro 2004), constituindo assim essas multidões queer, como lhes chamou Paul B. Preciado (2011).

A coerência é desejada, anelada, idealizada, o que constitui um efeito da significação corporal (Butler 1990). Por outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas produzem-no na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa – são performativos (Butler 1990). O género pode ser assim concebido como um efeito performativo experienciado pelo indivíduo como a identidade natural, incitado pelas normas que nós materializamos, ou não, ou que materializamos de forma não expectável. Não nos comportamos de determinada forma por causa da nossa identidade de género, nós obtemos essa identidade através de padrões comportamentais, que sustentam as normas de género (Spargo 1999).

Encontramo-nos, assim, numa constante negociação com as normas e com o seu poder sobre nós. A teoria da performatividade do género constitui-se como uma teoria amoral, o seu propósito é enfraquecer a influência coerciva das normas na vivência de género, o que não se traduz em transcender todas essas normas, para a possibilidade de viver uma vida mais tolerável e autêntica (Butler 1990).

2. A excisão do humano: obstáculos para expressividades não-binárias de género

Podemos considerar que as propostas teóricas de Butler têm importantes implicações que contribuem para a formulação de novas perspetivas de ação política: «[por um lado,] usando as armas da teoria crítica, com a atenção focada nos discursos sociais; por outro lado, descentra[ndo] a política do *single issue*, pensando não num grupo específico [...] mas em coligações de que o *queer* é um exemplo» (Oliveira 2015, 12). A performatividade de género literalmente destrói o fundamento para movimentos políticos em que o objetivo é a liberação de naturezas reprimidas ou oprimidas, seja de género ou sexual, mas abre possibilidades de resistência e subversão encerradas pelas e nas políticas de identidade.

A determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de

um grupo é referencial aos seus corpos – através dos quais os sujeitos são indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos – a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura (Butler 2004; Louro 2004). Entendemos como a heteronormatividade, enquanto prática regulatória do sexo, do género, e do desejo, estabelece as condições para a inteligibilidade do género, constituindo uma política da verdade, imbuída nas relações de poder e que (pré-)define o que contará e o que não contará como verdade. Neste sentido, de acordo com as normas vigentes, certos humanos são reconhecidos como menos do que humanos, e essa forma de reconhecimento, ou de não reconhecimento, torna a vida intolerável (Butler 2004).

Nesta procura de reconhecimento, fica evidente a homonormatividade, ou seja, práticas e discursos perpetuados por *gays* e lésbicas que suportam, em vez de resistir, esta heteronormatividade, numa tentativa de assimilação e aceitação social (Duggan 1994). Percebemos como a heteronormatividade e a homonormatividade têm o poder de delimitar o que é inteligível da cidadania (sexual), fazendo da cidadania uma noção excludente. O próprio conceito de cidadania acaba por ser caracterizado pela exclusão baseada nas normas sexuais e de género (Oliveira, Costa e Carneiro 2014).

O desafio passa a ser o de compreender como se criam as diferenças e como elas atuam no presente, defendendo uma mais ampla mudança social, já não apenas no sentido de afirmar a «diferença» sexual, mas de lutar ativa e radicalmente contra qualquer forma de opressão (Carneiro 2009), difundindo o conhecimento necessário para fazer frente aos processos normalizadores que justificam o uso das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão (Miskolci 2009).

As categorias sexuais e de género existem e servem uma função na sociedade, ignorá-las seria ingénuo e perigoso, correndo-se mesmo o risco de deixar de saber distinguir e nomear grupos sociais discriminados (Maia, Louro e Vitorino 2009). Contudo, a sua desconstrução e relativização deve sempre acompanhá-las, pois desistir de fazer a sua crítica em nome de uma «visibilidade» aceitável (aos olhos estreitos e ofuscados da heteronormatividade), é derrotar à partida um projeto que poderia ser emancipatório (Maia, Louro e Vitorino 2009).

A teoria *queer* não é uma resposta rápida e concisa e, talvez por isso, ainda não estejamos preparadxs¹ para compreender as suas implicações, não como a solução final, mas como uma abertura para as possibilidades quase infinitas à disposição do ser humano. Acreditamos, pois, que é por ser distintivamente emancipadora e libertadora que a teoria *queer* concebe possibilidades políticas de dar visibilidade e protagonismo ao sujeito individual, promovendo deste modo a diversidade (Nogueira e Oliveira 2010).

Ao longo do presente trabalho, optámos pela utilização de «x», um recurso a um signo que tenta contornar o universal masculino, apenas uma das opções possíveis e mais contempladoras das possibilidades de diversificação designante de sujeitos, ainda que reconhecendo não haver um signo que satisfaça inteiramente tal intenção.

3. Método

No presente estudo, procura-se explorar como são as vidas de pessoas questionantes do binarismo de género, seja porque não se identificam com o binarismo de género, seja porque se identificam com o não-binarismo de género, tendo sido este o único critério para o recrutamento das pessoas a entrevistar. Pretende-se desvelar conceções discursivamente diferentes surgidas a propósito destes binarismos/normas (Objetivo 1), e tomar conhecimentos das diferentes produções discursivas por parte desta população desafiante a respeito das suas vivências (Objetivo 2), reconhecendo de forma mais compreensiva os constrangimentos e obstáculos, e benefícios e liberdades vivenciadas a diferentes níveis dos seus trajetos de vida (Objetivo 3).

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, durante 2016, a oito pessoas com idades compreendidas entre os 19 e os 51 anos.² O recrutamento foi realizado por conveniência e recorrendo, primeiro, a informantes privilegiadxs que indicaram as primeiras pessoas entrevistadas e, num momento seguinte, recorrendo ao método bola de neve. Estxs participantes expressam uma grande variabilidade de autoidentificações, por vezes optando por designações binárias e normativas, p. ex., «homem», outras desafiavam à partida estas designações, p. ex., «identifico-me com ter um útero porque o sinto todos os meses», «Pessoa não-binária, *demi-boy, whatever...*»

O procedimento utilizado na análise dos dados recolhidos foi a análise temática,³ por ser a abordagem mais congruente com os aspetos teóricos que constituem a deste trabalho, permitindo-nos analisar os discursos na lógica interseccional pretendida.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1. Processos de subjetivação

A presente análise permitiu compreender uma diversidade de posicionamentos que traduzem modos subjetiv(ad)os de experienciar a transgressão representada pela não-identificação com o binarismo de género, a que chamámos processos de subjetivação. Recorre-se à ideia butleriana (Butler 1997) que, tendo como pano de fundo o paradoxo sempre inerente à subjugação (constituímo-nos porque nos subjugamos e vice-versa), permite entender a subjetivação como processo. Entendem-se assim estes processos como essa genealogia, porque faz do sujeito uma

São utilizados nomes fictícios, que tentam ser neutros quanto ao género.

³ Ver a explicitação mais extensa destas fases segundo Braun e Clarke (2006), que aqui apenas nomeamos: familiarização com os dados; produção de códigos iniciais; pesquisa dos temas; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; e produção do relatório final.

categoria crítica e necessariamente linguística encerrando uma matriz identitária e em busca permanente de um lugar.

Nesta perspetiva, foi possível dar inteligibilidade a dois níveis experienciais que encontramos e designamos através da análise: *Self* e Alteridade. Se a subjetivação tal como antes apresentada remete para as estruturas de poder, o *Self* remete para a individualização da experiência nessas estruturas e a Alteridade remete para a não referencialidade do *self*, ou seja, a impossibilidade de identificação com tudo o que (ainda) não se experienciou (Butler 1997).

Self

Nos palcos da quebra das expectativas normativas de género, a reação subjetiva primária tende a ser a de uma negação imposta a si mesmx. Pela opressão que recai sobre quem desafie as normas de género, compreende-se que as experiências pessoais associadas a este desafio se desenhem numa vergonha que configura a subjetivação como efeito do regime da normatividade de género (Costa, Oliveira, e Nogueira 2010). Alguns discursos remetem também para um momento precoce em que se reconhece a vivência pessoal como fora da heteronormatividade e, com isto, uma crença na sua impossibilidade (Costa, Oliveira, e Nogueira 2010):

É melhor não pensar nisto, e não tentar resolver isto... como é que as pessoas vão reagir, e [...] essa necessidade de ser aceite e pertencer a um grupo e ter achado que por isso não poderia. (Mel)

Identificava-me com aquilo que via, que era um menino! Mas também tinha noção que não era bem isso, que havia coisas que me invalidavam nessa categoria. (Mizé)

Quando iniciam um caminho de procura e descoberta de novas possibilidades de existir, a maior parte dxs participantes relata a experiência de não-identificação/de desidentificação com as categorias de género socialmente disponíveis (Grave 2016). O esforço para viver de forma a manter uma relação crítica e transformativa com essas normas pode ser doloroso e até intolerável: o «eu» torna-se, até certo ponto, desconhecido, ameaçado de desintegração, por vezes com associação ao sentimento de se viver uma vida intolerável na ausência do reconhecimento social (Butler 2004).

Comecei a questionar seriamente [...] tinha uma noção muito a preto e branco das coisas, uma noção de que isto é que é ser homem e isto é que é ser mulher [...] e a dada altura foi eu não consigo, *I can't deal with this right now*. (Mel)

Outro subtema relevante no campo dos processos de subjetivação é a relação com o corpo. Esse corpo que continua sendo reiterado como norma e como verdade equívoca instaurada pela Modernidade (Vilela 1998). Aquilo a que normalmente chamamos o sexo do corpo, é revelado como consistindo de inúmeras

partes – cromossómico, anatómico, reprodutivo, morfológico –, como variabilidade de agregações viáveis e possíveis num muito mais além de dois polos (Stryker 2006; Fausto-Sterling 2012). Nesta linha de pensamento, algumas pessoas entrevistadas relatam diferentes experiências na re/significação dos (seus) corpos, experiências que emergem por vezes como principal contribuinte para o questionamento do binarismo de género, quando a considerada direção legítima de transformação do corpo não traduz a experiência pessoal. Leia-se este excerto:

[aos 8 anos] quero tirar a camisola, mas «não podes porque não és um menino», mas posso, porque é que não posso? O que é que distingue, não andamos aqui a baixar as calças uns aos outros para saber. (Mizé)

Há alguns discursos que frisam do modo ainda mais crítico as normas da corporalização, entendendo-as como não sendo naturais nem seguras e, portanto, sendo discutíveis através de constante desafio, subversão e ressignificação (Louro 2004):

muita gente que se vê como rapaz num corpo de rapariga vê-se como recipiente. Eu comecei a ver o meu corpo como uma coisa que eu tenho de gostar sem ser uma prisão, [...] o corpo deve ser a nossa proteção. (Noah)

Todos estes processos de subjetivação são fulcrais para que xs participantes alcancem e mantenham uma aceitação de si, em detrimento da assimilação na normatividade de género, o que passa pela procura de um lugar de reconhecimento da subjetividade. Esta aceitação pela distinção face à normatividade é sentida e relatada como uma conquista marcante:

para mim, a minha maior conquista foi poder perceber o que sou [...] a partir do momento que percebes aquilo que és e te aceitas como és, tu ficas muito relaxado, ficas em paz contigo próprio, e isso é muito bom. (Noah)

Importa refletir que esta aceitação pessoal da diferença, enquanto distinção processual face às categorias sociais disponíveis na trajetória vital destas pessoas, não configura uma afirmação identitária: mais do que isso, tal diferença é entendida por elas como mais fundamental do que a identidade (Butler 2009). Por isso se torna crucial interrogar os termos pelos quais a vida é constrangida e de que modo se pode fazer emergir e visibilizar modos de subjetivação que resistem ao assimilacionismo, ou seja, modos mais humanos de viver(-se) (Butler 2004).

Alteridade

Numa primeira abordagem, emergiu algum consenso sobre a angústia experienciada aquando da possibilidade de revelar os questionamentos de género aos

pares e familiares, angústia que pode adiar, senão impossibilitar, uma vivência de si sentida como autêntica. Um exemplo ilustrativo:

pensar que a minha família não me poderia aceitar como eu sou, eu acho que é uma coisa que mete medo, [...] é pensar que [...] as pessoas que consideras mais próximas nunca te poderão ver como tu és [...] e não como aquela pessoa que queriam que tu fosses. (Noah)

Este medo encontra, pelo discurso das pessoas entrevistadas, corroborações ao longo das suas vidas em relatos sobre inúmeros episódios de rejeição, que vão de uma não-legitimação das experiências de género até à sua ostracização direta:

eu era um bocado a aberração no liceu... e por me acharem um bocado efeminado e com todas as implicações que isso tinha num contexto de gozo adolescente. (Alex)

A possibilidade de viver autenticamente é acompanhada, nos discursos analisados, por um medo persistente de sofrer repercussões nocivas, muitas vezes acreditando e aceitando a impossibilidade de se conceber como sujeito para além das normatividades vigentes e sofrendo situações de rejeição, de violência, de negação e de invisibilidade. Trata-se, então, de ser sujeito de uma reiteração da alteridade, que emerge na análise das relacionalidades que os discursos veiculam.

Surge aqui a importância da existência de contacto com novos e diferentes tipos de vivência fora da normatividade. Esta contemplação surge como fulcral na experiência dxs participantes e no seu percurso de subjetivação no que diz respeito à sua identificação para além do binarismo de género, representando um momento de abertura para possibilidades múltiplas e por isso não binárias de vivência do género:

Fui começando a construir uma ideia um bocado diferente daquela que tinha, do preto e branco, ok [...] se calhar há aqui um espectro... e depois também entre nets e etecetera obviamente abro um bocado a cabecinha. (Mel)

Apesar desta abertura a outras possibilidades de se fazer sujeito, os processos de subjetivação não ocorrem num vácuo, mas antes em espaços de influências externas. Tais influências e pressões para o encontro consigo e com outrem conduzem a uma continua e recíproca didática de si, que xs participantes se sentem impelidxs a desenvolver como que justificando as configurações e os sentidos das suas vivências. Assim, começam por surgir reflexões sobre o impacto que múltiplas instâncias sociais e culturais têm na (re)afirmação das normas, postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelos meios de comunicação social, etc. (Foucault [1976] 1994; Louro 2004). Estas instâncias controlam e ditam, afinal, a construção subjetiva na saga opressiva e excludente da heteronormatividade, que se tornam geradoras de um marcado sofrimento psicológico:

estava habituada a poder ser eu [...] entro para a escola e eles instituem-me que eu tenho de ser uma rapariga, entre aspas, que tenho de agir de certa forma, ter certos comportamentos, que tenho de ser doce, tenho de ser carinhosa com as pessoas, mesmo que por dentro não me sinta assim. (Noah)

a definição que as pessoas têm de homem e de mulher tem muito que ver depois com aquilo que nos é transmitido pelos pais, principalmente, depois por aquilo que vivencias na escola e com os grupos com que te dás. [...] vamos absorvendo a sociedade à volta. (Eli)

As pessoas entrevistadas também caracterizaram outro passo importante que acaba por informar e impactar os seus processos de subjetivação e que passa pelo momento de partilha destes seus questionamentos com as pessoas mais próximas. Na sua maioria, relatam a necessidade de adotar uma espécie de papel de educação sobre essas pessoas. Para alguns e algumas participantes é até entusiasmante poderem promover a diversidade de conceções e vivências de género para pessoas que não o teriam considerado anteriormente:

falo destas questões sempre que é pertinente esclarecer uma existência que ainda não é assim tão óbvia para a maior parte. (Mizé)

esforcei-me bastante para tentar explicar às pessoas como é que funcionava [...] mudar a mentalidade de algumas pessoas, o que é muito bom, eu percebi que [...] estou a ajudar essas pessoas e as pessoas que essas pessoas possam encontrar no futuro. (Noah)

Por oposição a este «entusiasmo didático», outrxs participantes, apesar de compreenderem a grande falta de informação e discussão sobre géneros não-binários, consideram este papel como desmoralizante, pois continuam a sentir-se obrigadxs a legitimar a sua existência:

tu tens de fazer um bocado o papel de educador, e tens de explicar e ok se calhar eu vou-te mandar umas coisas, uns links e assim... e por um lado é assim, eu entendo, mas por outro eu gostava de não ter de fazer este trabalho! (Mel)

5. «Sem um Lugar que seja seu»⁴

O não-lugar a que são muitas vezes remetidas (Grave 2016; Rodrigues 2016) parece sensibilizar as pessoas entrevistadas para questões interseccionais, o que

O tema em análise é assim designado como alusão à conhecida obra A room of one's own, de Virgínia Woolf.

GOZAR OS GÉNEROS 139

lhes permite fugir à generalização abusiva do determinismo biológico e essencialismo, procurando expandir o pensamento acerca do género ao reafirmar a natureza «multiplicativa interseccional» e o impacto do contexto.

Seguidamente, são apresentados os subtemas: *posições dos sujeitos* e a *genderização de contextos*; que procuram caracterizar a experiência destes não-lugares.

5.1. Posições de Sujeito

A emergência e a fixação de lugares sociais dá-se a partir de padrões de referência normativos que intentam e produzem a classificação de subjetividades (Louro 2004), tendo por base operações de poder, que não são asseguradas pelo direito, pela lei, pela punição, mas pela normalização e pelo controlo que em nós atuam e que fixam ideias e representações sobre nós (Foucault 1975/1999). É assim que o enquadramento binário permite que grupos dominantes policiem categorias de forma a reificarem essa mesma dominação e, em complemento, a subordinação de modos e de posições de existência não-normativizáveis.

Quando se considera a existência de limites das políticas de verdade, percebemos como persistem dúvidas de como reconhecer sujeitos que fogem à heteronorma, e até de que forma este reconhecimento precisa de existir ao nível institucional, legal e cultural (Butler 2009). No âmbito social, permanece a suposição de que todxs temos que fazer as mesmas «escolhas», seguir trajetórias de vida preconcebidas – e.g., de casar, ter filhos – que se apresentam simultaneamente como ideias e ideologias que privilegiam a heterossexualidade em detrimento de todas as outras orientações sexuais. Este grau de institucionalização de expectativas continua a marcar pela impossibilidade as vivências fora da heteronorma (Costa, Oliveira, e Nogueira 2010).

Assim, xs participantes relatam uma presença quotidiana e constante da pressão de expectativas predeterminadas sobre o género e de uma inteligibilidade de e sobre si mesmxs, bem como o combate persistente a esta sujeição:

mas tu já sabes? que és homem, ou que és mulher, ou que és o quê? Porquê? E porque não? [...] Mas nunca foste assim? [...] querem logo uma definição logo à partida. (Mel)

Os sujeitos entrevistados relatam ter que lidar com ameaças à sua integridade física e psicológica, a tal ponto que por vezes optam por ceder às pressões, levando a um sentimento de que as suas experiências não têm valor e de invalidação destas experiências:

eventualmente criei uma ideia na minha cabeça de que quando crescer vou ser um homem, porque assim a minha mãe vai aceitar-me, toda a sociedade vai aceitar-me [...]. Apesar de eu continuar a gostar de me ver como rapariga. (Noah)

A análise das diferentes posições de sujeito deu a compreender que elas são muitas vezes des/construídas através de subjetivações transitórias.

Como temos vindo a refletir, instâncias como as ciências biomédicas e a psiquiatria, a escola e a família continuam a promover a negação de sexualidades e de géneros errantes (Foucault [1976] 1994). Apesar de parecer existir nestes discursos um prazer em exercer um poder que questiona e fiscaliza, também parece haver um prazer que se incandesce no escape a esse poder, contrapondo-o e travestindo-o. Algumas das pessoas participantes relataram o prazer da subversão de expectativas de género, quer pela «novidade», quer pelo «choque» provocado nas interações sociais:

eu costumo dizer que gosto tanto de mulheres que eu queria [...] vestir-me como elas. Mas só de vez em quando! Senão perde o encanto, no meu ponto de vista, perde o encanto. (Cris)

a ideia de estar a perverter uma expectativa também é minimamente interessante, [...] começa por ser uma questão pura e simplesmente de uma pessoa se embelezar, [...] se calhar é andar arranjado de uma maneira que ainda não é muito expectável que um homem ande. (Alex)

Contudo, muitos destes momentos de transgressão são circunscritos a lugares que xs participantes consideram seguros, sendo que a falta de reconhecimento relatada é sentida como uma forma de legitimação da violência contra expressividades não-normativas e que conduz ao *self-policing*, e a dissimulação destas expressividades:

[se] for dar aulas, claro que tiro o verniz das unhas, e não devia ter de tirar... ou se calhar não tenho, mas não devia achar que tenho de tirar, mas acho... até é uma autorrepressão. (Alex)

5.2. Genderização de Contextos

O segundo subtema é relativo à caraterização que xs participantes fazem do lugar social em que se encontram, problematizando o seu impacto para uma vivência autêntica e livre. Continuam a encontrar no dia-a-dia situações que negam a expressividade das suas vivências, numa dificuldade de apropriação de espaços públicos, assim como pela linguagem e pela terminologia dicotómica em que somos socializados (Costa, Oliveira, e Nogueira 2010):

por exemplo, casamentos, como é que tu vais? Como é que tu vais se não... se achas que as regras do ser homem e do ser mulher, como é suposto uma pessoa ir vestida? (Mel)

Com efeito, a reapropriação e a ressignificação do(s) espaço(s) público(s) surgem como ações necessárias à visibilidade de um pluralismo de vozes e singularidades que nos tornam a todxs pessoas (Costa, Oliveira, e Nogueira 2010; Butler 2015). O não reconhecimento de uma vivência do género para além do binarismo imposto faz com que a violência contra os sujeitos considerados transgressores seja legitimada e até defendida.

A sociedade em que vivemos, marcada pelo genderismo e pelas múltiplas e incessantes violências de género, de que a transfobia é particularmente elucidativa, sustenta-se em múltiplos procedimentos administrativos que dificultam, quando não negam e inviabilizam, as vidas de quem atravessa as fronteiras sociais da imposição de género atribuída à nascença com base no suposto «sexo» (Stryker 2008; Spade 2015). Ficou assim evidente que xs participantes continuam a sentir que não são reconhecidxs na sua cidadania, particularmente quando sofrem experiências de cis-sexismo/cisgenderismo:⁵

estou a fazer um questionário e chego à pergunta em que me perguntam se és um homem ou uma mulher, lol! Onde é que está a minha terceira opção? o facto de eu não ter uma pila é tão ou mais relevante que a necessidade de uma educação. [...] Acho que são barreiras de invalidação graves o suficiente. (Mizé)

Pessoas transgénero/questionantes do binarismo de género tipicamente têm falhas de suporte que membros da sociedade aceites usufruem automaticamente, e sem questionar a sua viabilidade (Stryker 2008). Todas estas experiências discriminatórias passam, acima de tudo, pela organização de uma sociedade onde o género é pensado de forma rígida e binária, e por isso excludente. Esta recusa de uma existência válida invisibiliza pessoas com identificações não-binárias; fazendo recair sobre elas essa violência maior, que é a «violência de inexistir» (Carneiro 2009, 2013):

eu diria que esta incompreensão do não-binarismo, [...] a heteronormatividade no geral é um grande problema [...] porque as pessoas esquecem-se que tudo o resto pode ser válido também... por estar a pôr em causa os privilégios delas enquanto pessoas validadas, pode torná-las muito violentas. (Mizé)

6. Reflexividades

A presente análise das diferentes conceções dxs participantes face ao binarismo de género e às suas vivências fora deste binarismo, revestida pelas propos-

⁵ Uma estrutura ideológica que marginaliza, desvaloriza e/ou anula as experiências das pessoas em que a designação do sexo aquando do nascimento não corresponde aquela a que a pessoa se sente pertencer (Rodrigues 2016).

tas conceptuais aqui acolhidas, deu a perceber que as pessoas que transcendem as normas de género são constantemente posicionadas fora da esfera da humanidade (Oliveira, Costa, e Carneiro 2014).

Eis-nos, penando neste não reconhecimento do humano, perante formas de um *não-pensamento em nome do normativo* (Butler 2009). As expressividades de género não conformes estão, assim, no constante limbo do limite de serem consideradas menos humanas ou mesmo não-humanas (Oliveira, Costa, e Carneiro 2014). Neste sentido, é necessário desenvolver ativamente a reflexão sobre a categoria «minoria» como algo que distingue entre quem tem ou não tem direito ao (re)conhecimento da cidadania, sob pena de permanecermos numa cidadania (sexual) sob suspeita (Oliveira 2013). Torna-se urgente formular novas conceções para pensar a normatividade que nos permitam apreciar compreensivamente o mundo em que vivemos (Butler 2009).

A partir de uma abordagem crítica *queer*, compreendemos como é crucial desconstruir discursos e transformá-los, tanto na esfera do social, quanto na esfera da instauração disciplinar e disciplinante de saberes (Parker 1999). A questão a suscitar em permanência é a de como o poder configura o campo em que alguns sujeitos se tornam possíveis, merecedores de existência, de proteção e passíveis de luto e outros não (Butler 2009), o que não pode ser reflexo de um problema de identidade, nem sequer um problema *do* sujeito. Defendemos assim uma prática de um descobrir desconstrutivo, que funcione opondo-se à definição e à prescrição, pois é urgente perceber como os problemas jogados sobre as expressividades não-normativas são produzidos, em vez de tentar encontrá-los (Parker 1999).

Assim, inscrever e libertar as expressividades múltiplas e ilimitadas de género implica necessariamente uma atenção crítica permanente às próprias operações de poder, incluindo os efeitos orquestrados pelos poderes inerentes à formação de sujeito (Butler 2009). Ao colocar em questão as classificações e seus enquadramentos, e ao examinar a transgressão e o atravessamento das fronteiras, podemos potenciar a exploração da ambiguidade e da fluidez (Louro 2001).

Num momento em que as certezas falham, em que os modelos se mostram limitados e em que as fórmulas são inoperantes e indesejáveis, num momento em que continua a ser impossível esgotar as questões, é relevante empreender esta «reviravolta epistemológica». Pretende-se promover novas formas de conhecer e aprender, em que a dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva; em que as questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspetivas. A teoria *queer*, acima de tudo, enaltece como podemos encontrar no questionamento, na desnaturalização e na incerteza estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência (Louro 2004).

Nisto residirá a possibilidade de gozar os géneros, de com eles brincar, de neles encontrar consolo e gozo, de neles e com eles gozar o que nos assiste em Humanidade.

Referências bibliográficas

Amâncio, Lígia. 2003. «O género no discurso das ciências sociais». *Análise Social* 38 (168): 687-714. Disponível em https://www.jstor.org/stable/41011822

- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2006. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2): 77-101. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa
- Butler, Judith. 1990. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*, ed. rev. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 1997. The Psychic Life of Power: Theories in Subjection. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Butler, Judith. 2004. Undoing gender. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 2009. *Frames of war: when is life grievable?* London: Verso.
- Butler, Judith. 2015. Notes Toward a Performative Theory of Assembly. Cambridge, MA: Harvard University Press. DOI: https://doi.org/10.4159/9780674495548
- Carneiro, Nuno Santos. 2009. «Homossexualidades» uma psicologia entre ser pertencer e participar. Porto: Livpsic.
- Carneiro, Nuno Santos. 2013. «Contra a 'violência de inexistir': psicologia crítica e diversidade humana». *Psicologia & Sociedade* 25 (1): 40-47. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100006
- Costa, Carlos Gonçalves, João Manuel Oliveira, e Conceição Nogueira. 2010. «Discursos das pessoas LGBT». In *Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, editado por Conceição Nogueira e João Manuel Oliveira, 211-242. Lisboa: CIG Comissão para a cidadania e igualde de género.
- Duggan, Lisa. 1994. «Queering the state». Social Text 39: 1-14. DOI: https://doi.org/10.2307/466361
- Koyama, Emi. 2002. «Cissexual/Cisgender: decentralizing the dominant group». *Eminism. org.* Disponível em http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html
- Fausto-Sterling, Anne. 2012. Sex/Gender: Biology in a social world. New York & London: Routledge.
- Foucault, Michel. (1975) 1999. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 20.ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, Michel. (1976) 1994. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Grave, Rita Guerra. 2016. «Desidentificações de género: discursos e práticas». Tese de mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Jagose, Annamarie. 1996. Queer Theory: an introduction. New York: New York University
- Levy, Teresa. 2004. «Crueldade e crueza do binarismo». In *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer*, editado por António Fernando Cascais, 183-214. Lisboa: Fenda.
- Louro, Guacira Lopes. 2001. «Teoria queer uma política pós-identitária para a educação». Estudos Feministas 2, 541-553. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012
- Louro, Guacira Lopes. 2004. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Autêntica: São Paulo.
- Maia, Bruno, Patrícia Louro, e Sérgio Vitorino. 2009. «Queer, ou a crítica da 'política do possível'». *ex aequo* 20: 133-136.
- Miskolci, Richard. 2009. «A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização». *Sociologias* 21: 150-182. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-4522200900010 0008

- Moira, Amara Rodovalho. 2017. «O cis pelo trans». *Estudos Feministas* 25 (1): 365-373. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365
- Nogueira, Conceição, e João Manuel Oliveira. 2010. «Desafiar o futuro». In *Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, editado por Conceição Nogueira e João Manuel Oliveira, 267-276. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Oliveira, João Manuel. 2010. «Orientação sexual e identidade de género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual trans e queer». In *Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, editado por Conceição Nogueira e João Manuel Oliveira, 19-44. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Oliveira, João Manuel. 2012. «O rizoma 'género': cartografia de três genealogias». *e-cadernos ces* 15: 33-54. DOI: https://doi.org/10.4000/eces.962
- Oliveira, João Manuel. 2013. «Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de 'consolação'». Psicologia & Sociedade 25 (1): 68-78. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009
- Oliveira, João Manuel. 2015. «Tumultos de género: os efeitos de Gender trouble em Portugal». *Periódicus* 3 (1): 6-18. DOI: https://doi.org/10.9771/peri.v1i3.12844
- Oliveira, João Manuel, Carlos Gonçalves Costa, e Nuno Santos Carneiro. 2014. «Problematizando a Humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer». *Annual Review of Critical Psychology* 11: 59-77. Disponível em https://discourseunit.com/annual-review/11-2014/
- Parker, Ian. 1999. «Deconstruction and Psychoterapy». In *Deconstructing psychotherapy*, editado por Ian Parker, 1-18. Sage: London.
- Preciado, Beatriz [Paul]. 2011. «Multidões *queer*: Notas para uma política dos 'anormais'». *Revista Estudos Feministas* 19 (1): 11-20. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011 000100002
- Rich, Adrienne. 1980. «Compulsory heterosexuality and lesbian existence». Signs 5(4): 631-660. DOI: https://doi.org/10.1086/493756
- Rodrigues, Liliana. 2016. «Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica». Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Spargo, Tamsin. 1999. Foucault y la teoria queer. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Spade, Den. 2015. Normal life: Administrative violence, critical trans politics, and the limits of law.

 Durham & London: Duke University Press. DOI: https://doi.org/10.1215/978082
 2374794
- Stryker, Susan. 2006. «(De)Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies». In *The Transgender Studies Reader*, editado por Susan Stryker e Stephen Whittle, 1-17. Routledge: New York.
- Stryker, Susan. 2008. «Transgender History, Homonormativity, and Disciplinarity». *Radical History Review* 100: 145-157. DOI: https://doi.org/10.1215/01636545-2007-026
- Vilela, Eugénia. 1998. Do corpo equívoco: reflexões sobre a verdade e a educação nas narrativas epistemológicas da Modernidade. Coimbra: Angelus Novus.
- Vilela, Eugénia. 2010. Silêncios tangíveis: Corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos de abandono. Porto: Afrontamento – Coleção Biblioteca de Filosofia, 20.

Teresa Teixeira. Mestre em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Gestora de formações no âmbito da Igualdade de Género, Educação, Cidadania, Orientação Sexual e Identidade de Género no projeto no quadro de financiamento Portugal 2020, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (3.15 – Formação de Públicos Estratégicos; eixo prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação), apoiado financeiramente pela União Europeia.

Endereço eletrónico: teresa.r.f.teixeira@gmail.com

Nuno Santos Carneiro. Doutorado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Investigador no Centro de Psicologia da Universidade do Porto, tendo inúmeros trabalhos publicados, nacional e internacionalmente, relacionados com estudos LGBT, perspetivas críticas, teoria *queer*, entre outros domínios de interesse. Psicoterapeuta com longa experiência junto de pessoas LGBTQ+ numa linha de intervenção culturalmente sensível.

Endereço eletrónico: nunoscarneiro@gmail.com

Artigo recebido a 15 de maio e aceite para publicação em 30 de agosto de 2018.

Estudos e Ensaios

QUANDO A MODA É POLÍTICA: AS MULHERES NEGRAS E A REVISTA AFRO BRASIL

Larissa Adams Braga*, Magna Lima Magalhães* e Claudia Schemes***

Resumo

Neste artigo realizam-se algumas reflexões acerca da mulher negra e sua relação com a moda como ferramenta de luta sociopolítica. Elegemos como campo de estudo a revista *Raça Brasil*, que teve seu nome alterado em meados do ano de 2016 para *Afro Brasil*. A partir do periódico e da seleção de alguns de seus exemplares e colunas, abordamos a presença e representação da mulher negra relacionando a mesma aos elementos culturais e políticos presentes na moda. A partir das colunas de moda e beleza, foi possível relacionar a luta do feminismo negro presente na sociedade brasileira através de um discurso de valorização étnico-racial que nos leva a pensar a moda como uma ferramenta de reivindicação social e, portanto, política.

Palavras-chave: Revista Afro Brasil, mulheres negras, moda, feminismo.

Abstract

When fashion is political: the black women and the Magazine Afro Brasil

This article discusses about black woman and the relationship with fashion as a tool for socio-political struggle. We chose as field of study the magazine *Raça Brasil*, that had its name changed in the middle of the year 2016 for *Afro Brazil*. From the periodical and the selection of some of its issues and columns, we address the presence and representation of the black woman relating it to the cultural and political elements present in fashion. From the columns of fashion and beauty, it was possible to relate the struggle of black feminism present in the Brazilian society through a discourse of ethnic-racial valorization that leads us to think of fashion as a tool of social and therefore political claim.

Key words: Magazine Afro Brasil, black women, fashion, feminism.

Resumen

Cuando la moda es política: las mujeres negras y la Revista Afro Brasil

En este artículo se realizan algunas reflexiones acerca de la mujer negra y su relación con la moda como herramienta de lucha sociopolítica. Elegimos como campo de estudio la revista *Raza Brasil*, que tuve su nombre alterado a mediados del año 2016 a *Afro Brasil*. A partir del periódico y la selección de algunos de sus ejemplares y columnas, abordamos

^{*} Universidade Feevale, CEP 93510.335 Novo Hamburgo, RS, Brasil. Endereço postal: Av. Mauricio Cardoso, 1429 apto. 902 CEP 93510.335 Novo Hamburgo, RS, Brasil. Endereço eletrónico: l.adamsbraga@gmail.com

^{**} Universidade Feevale, CEP 93510.335 Novo Hamburgo, RS, Brasil. Endereço eletrónico: magna@feevale.br

^{***} Universidade Feevale, CEP 93510.335 Novo Hamburgo, RS, Brasil. Endereço eletrónico: claudias@feevale.br

la presencia y representación de la mujer negra relacionándola a los elementos culturales y políticos presentes en la moda. A partir de las columnas de moda y belleza, fue posible relacionar la lucha del feminismo negro presente en la sociedad brasileña a través de un discurso de valoración étnico-racial que nos lleva a pensar la moda como una herramienta de reivindicación social y, por lo tanto, política.

Palabras clave: Revista Afro Brasil, mujeres negras, moda, feminismo.

Introdução

Sabemos que as mulheres brasileiras são diversas, posto que somos um país multirracial desde a sua formação. No entanto, ainda estamos presos a uma padronização no que tange às representações da beleza feminina. O que estamos falando aqui não é nenhuma novidade, pois um olhar mais atento para as campanhas publicitárias, periódicos e teledramaturgia é o suficiente para constatarmos que há uma norma de beleza vigente: mulheres brancas, magras, heterossexuais e jovens. O que isso acarreta, em uma sociedade desigual, é preocupante para todos aqueles que discutem e defendem a valorização e o respeito pela diversidade e pelos Direitos Humanos.

A partir deste cenário, consideramos relevante pensar acerca das mulheres negras, ¹ pois o facto de elas não aparecerem – ou aparecerem pouco e estereotipadas – na mídia é uma das tantas maneiras de inviabilizá-las na nossa sociedade.

No presente artigo, pretende-se refletir sobre como a moda, sendo uma manifestação cultural, tem o poder de quebra de silêncio e de visibilização, pois o corpo e as vestes estão em constante diálogo com o meio social. A moda fala e, nesse caso, tem falado em alto e em bom som sobre a importância e a presença das mulheres negras em meio à formação sociocultural e política do Brasil.

Oliveira (2011) informa que, no Brasil, mesmo com a presença significativa da população negra e sua forte influência cultural e nas decisões de consumo, pouco se pesquisa a seu respeito em relação à dinâmica mercadológica e o comportamento dos consumidores. Para a autora, o consumo para a população negra pode ressignificar suas representações culturais, já que expressam ascensão social de uma população comumente de baixa renda e pode ser uma estratégia para amenizar os efeitos da discriminação.

Os termos negra e negro estão sendo pensados a partir da perspectiva de ressignificação e de distanciamento da «carga pejorativa que envolvia a terminologia». A ressignificação do termo está em meio ao contexto de lutas e resistências dos movimentos negros contra o racismo e a exclusão social. Concomitante ao debate e lutas de afirmação de identidades étnicas, também o termo afro-brasileiro, afro-americanos e afrodescendentes ganham relevância e se tornam realidades denunciadoras dos processos de exclusões, ao mesmo tempo referência para se propor e buscar estratégias conjuntas de inclusão (Rocha 2010, 899-907).

Neste sentido, discutir sobre o tema elencado neste artigo passa por pensar um contexto socio-histórico permeado por hierarquias e relações de poder que se constituem em um sistema socioeconômico de exploração e exclusão racial que se «naturaliza» principalmente a partir de significantes corporais como cor da pele, características físicas do cabelo, as feições do rosto, entre outros (Hall 2003, 70).

A revista *Afro Brasil* é o periódico escolhido por nós para analisar como este grupo de mulheres brasileiras é representado. Este periódico era intitulado *Raça Brasil* e, no ano de 2016, alterou seu nome. A necessidade de um veículo segmentado para o negro brasileiro foi uma das principais justificativas dos criadores da revista, pois este grupo não tinha espaço nos principais veículos nacionais.

Para este artigo, optamos por trabalhar com os dois últimos exemplares da *Raça Brasil* e o segundo exemplar da *Afro Brasil*, edições dos números 197, 198 e 2, que circularam entre o final de 2015 e o início de 2016.

Ser mulher e ser negra

Os negros, as mulheres e demais grupos considerados minoritários foram negligenciados por muito tempo nas produções historiográficas. Somente em 1960, como pontuam Soihet e Pedro (2007), que o campo histórico voltou seu olhar para grupos antes excluídos, passando então a incluir mulheres, camponeses, operários, escravizados, etc. No entanto, ainda que as mulheres tenham começado a ser alvo de um olhar mais atento por parte de estudiosos, foi apenas por volta de 1970 que o discurso feminista começou a contestar a ideia da homogeneidade sobre mulheres que era, em geral, abordada pelos historiadores.

Firmou-se a ideia de reivindicar a «diferença dentro da diferença», pois as mulheres «não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gêneros se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso» (Carneiro 2003, 119).

Ao pensarmos as conquistas das mulheres na sociedade brasileira, necessitamos considerar percursos históricos diferentes, uma vez que as condições de vida femininas já partiam de patamares desiguais. Trata-se, porém, de considerar a interseccionalidade, ou seja, «a mulher negra continua vivendo em uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista» (Munanga e Gomes 2006, 133).

Para Crenshaw (2012), que sistematizou conceitualmente a categoria interseccionalidade na década de 1990, é fundamental que as experiências das mulheres negras sejam consideradas a partir das categorias da discriminação racial e de gênero, posto que as interseções de ambas compactam e impactam sobre elas.

De acordo com Santos (2016, 18),

o conceito de interseccionalidade, muito caro para a teoria do feminismo negro, recusa análises aritméticas sobre a articulação entre diferentes sistemas de opressão como gênero, classe e raça e busca compreender como a interação entre esses diferentes fatores particulariza a forma como determinados grupos vivenciam as desigualdades. (Santos 2016, 18)

Em concordância sobre a necessidade de especificar as diferenças entre mulheres, Rodrigues (2013) acrescenta a importância do termo interseccionalidade, que foi difundido por feministas negras na década de 1980² e buscava integrar justamente diversas categorias que unificam ou diferenciam os grupos de mulheres dentro do contexto social. O termo foi muito utilizado, por exemplo, para que se considerassem três categorias principais em conjunto: classe, gênero e raça. Antes disso, questões de raça e gênero eram tratadas separadamente. Foi necessário «enegrecer» a luta feminista e «sexualizar» a luta do movimento negro, ou, conforme Biroli e Miguel (2015), a noção de interseccionalidade permite compreender que os sistemas de dominação são múltiplos.³

Nepomuceno (2012) assevera que, na virada do século XIX para o XX, as mulheres de boa parte do mundo e também do Brasil alçaram voos antes não imaginados. Conseguiram cargos que eram unicamente masculinos, conquistaram o direito ao voto e obtenção de diplomas. No entanto, essa trajetória de aquisições não se aplicou da mesma maneira a todas as mulheres, como é o caso das mulheres negras.

A raiz dessa desigualdade já aparecia no Brasil pós-abolição, onde mulheres negras trabalhavam como pequenas sitiantes, agricultoras e ambulantes de rua. O espaço de atuação delas não era o privado como as «bem-nascidas» e brancas, pois precisavam trabalhar pesado, visto que não existiu uma política justa de inserção no mercado após a libertação da escravatura (Nepomuceno, 2012; Munanga e Gomes 2006).

As raízes da desigualdade, vistas já no período de pós-abolição, se perpetuam até os tempos atuais, tanto pela dominação simbólica que acabou sendo

Conforme Santos (2016, 17), a corrente teórica que discute a interseccionalidade não surge como muitos autores indicam nos anos de 1980, segundo a autora: »surgiu na metade do século XIX, quando Sojourner Truth (1797-1883), que é definida como a pioneira da teoria do feminismo negro norte-americano, proferiu o discurso Ain't I A Woman? na Conferência dos Direitos da Mulher de Ohio em 1852».

Raça é entendida como construção política e social. Uma categoria «discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo» (Hall 2003, 69). Cabe ressaltar que, conforme Gomes (2012), «a raça é ressignificada pelos sujeitos em suas experiências sociais. No Brasil, o movimento negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação e não como como uma regulação conservadora. [...] Ao ressignificar a raça o movimento negro indaga a própria história do Brasil» (Gomes 2012, 731).

naturalizada, como destaca Bourdieu (2002), como pelo facto de aumentar o distanciamento social entre mulheres negras e brancas.

Conforme Reichmann (1995), essas divisões foram mantidas na medida em que ocorreu uma separação até mesmo física desses núcleos, visto que os negros foram retirados das cidades para morar em regiões afastadas da área urbana. Logo, os negros, além de discriminação racial, sofreram pela pobreza que se estabeleceu a partir disso e pelo acesso escasso ao ensino, já que – separados por um abismo social – tinham mais dificuldades em manter os filhos em boas escolas ou precisavam, ainda jovens, abandonar os estudos para ajudar nas despesas da casa.

A autora ressalta ainda que apesar do discurso oficial defender uma «identidade brasileira suprarracial ignorando o status marginal da vasta população negra, os negros brasileiros [...] continuaram a sofrer discriminação» (Reichmann 1995, 496).

De acordo com a autora, as mulheres negras são marginalizadas duplamente, pois, embora a participação delas no emprego industrial no Brasil tenha mais do que triplicado desde 1970, sempre ganharam um salário menor do que o dos homens e do que o de outras mulheres não negras.

Com a discriminação racial e de gênero, as mulheres começaram a unir suas forças para reivindicar seus direitos na sociedade. Houve o ressurgimento de movimentos sociais na década de 1970, em plena ditadura civil-militar. Nesse período, os movimentos do feminismo e do negro ressurgem, tendo como eixos básicos a luta pela democracia e o fim da desigualdade. No entanto, nos dois campos as mulheres negras aparecem como sujeitos implícitos (Ribeiro 1995).

Ribeiro (1995) afirma que as mulheres negras participantes dos movimentos negros e feministas buscaram desmascarar as situações de conflito e exclusão que sofriam pelas suas condições de serem mulheres e negras. O movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu no bojo da luta feminista e antirracista da década de 1970. No entanto, foi constatada uma presença mais organizada das mulheres negras no movimento feminista em proporção nacional e continental apenas a partir de 1985.

Conforme Collins, «o termo Feminismo Negro desestabiliza o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para brancos» (2017, 12). Para a autora, é importante perceber que o uso do termo feminismo negro envolve «várias dificuldades», sendo uma delas «equilibrar as preocupações genuínas de mulheres negras contra as pressões contínuas para absorver e reformular interesses no âmbito das estruturas feministas brancas» (Collins 2017, 15).

No Brasil, registrou-se o surgimento do Instituto da Mulher Negra (Geledés), em 1988, que permanece até hoje como um dos grupos mais importantes no cenário nacional. O grupo vem consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade bra-

sileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos (Geledés 2016).

Nesse mesmo período, o movimento feminista traz para o campo político questões consideradas da vida particular e privada, como a sexualidade livre, orientação sexual, creches, relações familiares e também questões como igualdade salarial, acesso profissional, políticas públicas de gênero e representação no campo da política. Já o movimento negro reivindica melhores condições de vida e denuncia o racismo, protestando também contra a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a violência policial (Ribeiro 1995).

Segundo Ribeiro, «o racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira [...] sua articulação com o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra» (1995, 447). A autora conclui que as mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria e lamenta o facto de terem que, muitas vezes, lutar sozinhas, pois «até hoje entre nós feministas no Brasil a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas como se apenas elas fossem marcadas pela raça» (Ribeiro 1995, 448).

Caldwell assevera que o facto de as mulheres negras constituírem minoria nas universidades brasileiras tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra. Sendo assim, segundo a autora, «maior parte da pesquisa sobre mulher continua a retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos e não lida com o significado de raça na vida das mulheres, negras ou brancas» (2000, 5).

A autora destaca que no ano de 1975 o Manifesto das Mulheres Negras, apresentado no Congresso de Mulheres Brasileiras, foi marcado pelo «reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro» (Caldwell 2000, 7). O ano foi marcado pela mobilização do movimento feminista brasileiro, mas também pelo manifesto que colocou em relevo as especificidades das identidades sociais das mulheres negras, bem como a presença marcante da dominação racial (Caldwell 2000, 6).

Para Fernandes e Souza, «o racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas» (2016, 106), respaldando uma construção de oposição do ser branco e do ser negro, baseada em estereótipos positivos e negativos, respectivamente. Neste sentido, o racismo nega a alteridade da população negra, vinculando-a a inferioridade e maldade.

Considerando a intersecção de categorias – raça e gênero –, pontua-se que as mulheres negras brasileiras ainda ocupam um lugar de menor visibilidade na sociedade, não somente pelos factos mencionados até o momento, como salários menores e profissões de menos prestígio, mas também pelo poder simbólico constituído ao longo dos anos, os quais podemos ver na baixa representatividade midiática, por exemplo. Ademais, conforme demonstra o Mapa da Violência de

2015, são as mulheres negras as principais vítimas de violência contra a mulher, onde ocupam altos índices de abusos sexuais e violência física.⁴

Cabe ainda destacar, a partir do enfoque interseccional que as questões de raça e gênero e os conflitos latentes na formação social brasileira são expressas na figura da mulata, constituída no nível simbólico nacional como a dengosa, graciosa, sensual. A mulata é vista como a desejável que provoca descenso social, enquanto o mulato simboliza ascensão social ou desafio à ordem social. De acordo com Correa, a literatura nacional corrobora com a constituição de uma imagem positiva do homem mulato e negativa da mulher mulata. Para Caldwell, a «herança cruel que coube às negras do Brasil, lembrando o cruzamento das raças durante a época colonial resultou na mulata – considerada o único produto brasileiro que merece exportação» (Caldwell 2000, 8).

Conforme Giacomini,

a mulata se engaja em um tipo de mediação/comunicação bastante distante do modelo de mulher que viabiliza, como signo, através do casamento e das identidades de esposa e mãe, a aliança entre duas famílias. A mulata não se apresenta como um valor por referência ao grupo familiar – filha, irmã – que irá funcionar como valor-signo na mediação entre famílias, mas, ao contrário, como mulher sem família, exposta, disponível, cujo valor advém exclusivamente da sexualidade. (Giacomini 1994, 220)

A «harmonia racial» presente na construção simbólica da mulata irresistível a partir do olhar do homem branco «esconde e inverte a relação de dominação a que esteve submetida a mulher negra: enquanto escrava e enquanto mulher» (Giacomini 1994, 223). Nesta perspectiva, pensar acerca das mulheres negras é refletir sobre as relações de poder presentes nas relações raciais e de gênero constituídas em uma sociedade sexista e racista.

Moda, corpo e o espaço social

O corpo interfere no espaço social, uma vez que até mesmo o mercado de trabalho pode exigir certo «padrão de beleza». Isso diz muito sobre a importância do corpo na contemporaneidade: passa a ser um valor, um bem, no sentido de propriedade.

Para Rodrigues, «o corpo é sempre uma representação da sociedade» (1979, 129), já que como parte do comportamento social humano, o corpo é um facto social e um complexo de símbolos.

Todo o retrato da desigualdade por gênero e raça pode ser acessado em http://www.ipea.gov.br/retrato/>.

Ao falarmos de corpo como facto social e como representação, cabe lembrar que o corpo da mulher negra (assim como o da mulher indígena) foi alvo de «uma violência sexual sistemática durante o contexto colonial das Américas» (Santos 2016, 16). Neste sentido, ao pensarmos sobre o corpo negro, se faz necessário pensar na sua relação com a construção histórica racial e sexista, bem como de enfrentamentos de conflitos e abusos que permearam (e permeiam) as experiências das mulheres negras em seu cotidiano.

Não obstante, assim como o corpo, a moda faz parte da diferenciação social. Takahashi (2007) salienta que a indústria da moda se sustenta da imagem do corpo e, como imagem, a moda comunica. Na mesma perspectiva, Oliveira e Castilho (2008) defendem que a moda e o corpo são referenciais básicos do sujeito contemporâneo e participam das construções sociais e identitárias de indivíduos e grupos.

Gardin (2008) traz para discussão o corpo e a moda na mídia, uma vez que o corpo foi o primeiro veículo de comunicação e expressão utilizado pela humanidade. Hoje, segundo o pesquisador, isso é o que mais se explora nas representações midiáticas, uma vez que pela mídia se perpetuam os padrões «ideais». O autor ainda salienta que «criou-se o corpo perfeito para desfilar a roupa» (Gardin 2008, 75). Mas, antes que se tenha uma imagem da moda apenas como ditadora de beleza, o autor pondera que as roupas também servem para unir o sujeito à sua «tribo» – seja ela qual for –, pois, ao aderir a determinado código de vestimenta, ele «adere aos valores sociais, políticos, filosóficos e estéticos dessa classe» (*Idem*, 76).

Já se pode perceber o poder de coletividade da moda. Vestir ultrapassa a aparência e alcança valores culturais unificadores de grupos.

Nesse sentido, Crane (2006) aborda diversos momentos históricos em que a moda marcou mudanças mundiais em processos de unificações e diferenciações. Dentre as diferenças pontuadas pela autora, destaca-se a diferenciação por classe social e por gênero que nos séculos passados era muito definida pela indumentária. A autora ainda sublinha questões importantes como identidades regionais e religião, formas que também foram – e ainda são, em alguns locais – expressas a partir do vestuário.

A mesma autora assevera que «as roupas, como artefatos, criam comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem suas identidades sociais latentes» (Crane 2006, 22). Exemplo dessa afirmação é o facto da masculinização do feminino por mulheres que começaram a ocupar funções masculinas na sociedade em meados do século XIX, por exemplo. Já existiam comportamentos desviantes provenientes de mulheres que se apropriavam de artefatos como gravatas para a composição de suas vestes.

Crane (2006) sublinha que as diferenças por meio das vestes eram mais percebidas antes da revolução industrial. Hoje, segundo a autora, encontramo-nos no momento pós-industrial ou pós-moderno em que cada vez menos essas diferenças são percebidas a partir de classe e gênero, aparecendo muito mais questões identi-

tárias e unificações de grupos sociais. Passou-se, portanto, de uma moda regida pela classe para uma moda regida pelo consumo.

Dessa maneira, percebemos que a moda, em conjunto com o corpo – visto que pele e tecido podem ser vistas como extensões do sujeito –, há muito tem o papel de classificar, diferenciar e colocar os sujeitos em determinados lugares e condições.

Pensar corpo e moda é pensar, também, a sociedade e o percurso histórico da humanidade. Claro que os modos de classificação mudaram ao longo do tempo e hoje há muito mais liberdade para que o sujeito escolha e comunique seu estilo. Dessa maneira, fica ainda mais pertinente pensarmos a moda como uma ferramenta de ação e comunicação social. E um dos mecanismos que as mulheres negras utilizam para ressignificar suas representações culturais é a «manipulação do corpo, se constituindo como mecanismo de aceitação/rejeição individual (identidade interna), seja este estabelecido para expressão coletiva (identidade externa), seja este estabelecido para expressão coletiva (Oliveira 2011, 125).

A moda não apenas veste, mas fala, afirma e contesta. Moda e corpo são ferramentas de ação. E são essas ações que procuramos discutir nas páginas da Revista *Raça/Afro Brasil*.

A moda militante

A partir da leitura das revistas, organizamos as nossas análises em dois eixos temáticos: vestuário e editoriais de moda e cabelos. Neles priorizamos as falas e imagens de mulheres, procurando sempre relacionar com o percurso histórico e percebendo, nessas falas, desejos e reivindicações sociais e culturais, quer como mulheres, quer como negras.

Na temática sobre vestuário e editoriais de moda, destacamos algumas matérias pontuais de caráter afirmativo que apresentaram a cultura afro. Adornos como o turbante ganharam grande destaque na revista. Este acessório, comparado pela revista a uma coroa – em matéria intitulada «Meu turbante, minha coroa!», demonstra a importância cultural que ele tem.

Há nele um significado religioso e político relacionado à ancestralidade do povo negro. Usá-lo é uma ferramenta de afirmação étnica e política. Na edição com o número 2, aparece novamente uma matéria sobre o acessório, reiterando a peça como constituinte da identidade cultural de um povo. Conforme pode-se observar na figura a seguir:



Figura 1.

Fonte: Recortes de Raça Brasil, n.º 198 (2016), e Afro Brasil, n.º 2 (2016).

Souza dedicou-se a relatar os rituais, os mitos e a estética do candomblé, nesse sentido, aponta que «o torço, ou turbante, é uma peça muito importante do vestuário afro-brasileiro de origem árabe, como muitas outras do vestuário africano e afro-brasileiro, que originalmente tinha a função de proteger a cabeça do sol» (2007, 57).

Além do significado ritualístico, a peça é usada por homens e mulheres no dia a dia como utilitário para manter os cabelos presos. Seu uso ainda pode ser relacionado a um tempo em que o negro sentia a necessidade de esconder o «cabelo ruim» (Souza 2007), pois se sentia desprezado pela dominação dos brancos.

Dessa maneira, não há dúvida de que a peça tem uma íntima relação cultural aqui no Brasil, marcando a ancestralidade do povo africano e sendo utilizado até hoje nos rituais religiosos. Nesse sentido, a peça também causa preconceitos, como é o caso relatado por Silva (2007), que afirma que qualquer traço de herança africana ou que aluda às religiões afro-brasileiras é estigmatizado e combatido no meio social por algumas pessoas que não aceitam religiões fora da «normativa».

As imagens de mulheres nessas colunas que têm o turbante como foco, portanto, representam a articulação entre luta e afirmação política diante de uma sociedade que ainda condena elementos ritualísticos e símbolos da figura negra.

Nessa mesma perspectiva cultural, outras características foram percebidas nos vestuários. Culturas de rua e músicas populares como o *Hip Hop* e samba também aparecem como grandes influenciadores de moda. Conforme editoriais a seguir:



Figura 2. Editoriais de Moda

Fonte: Revista Afro Brasil, n.º 2 (2016)

À esquerda da figura 2, percebe-se forte influência da cantora Clara Nunes, famosa sambista nacional, bem como uma referência à Iemanjá, divindade de forte presença em religiões africanas. Segundo Souza (2007), representar a figura de Iemanjá requere conhecimento de causa, como por exemplo, saber que cores agradam a divindade.

Nesse sentido, a revista respeita o uso de cores claras, bem como os apetrechos ligados ao mar. A foto, de perto, faz jus aos detalhes: conchas, pedras na cor azul relacionada com a cor do mar estão presentes na tiara utilizada pela modelo. A pose, igualmente majestosa, pode remeter à divindade de uma mulher, a rainha das águas. Além disso, a modelo também lembra a figura de Clara Nunes, que além de figura importante na cena musical brasileira, possuía uma estreita ligação religiosa com a Umbanda (Bakke 2007).

Nessa mesma perspectiva de valorização cultural, percebemos frases com alto teor afirmativo que aparecem em diversos editoriais de moda, onde há um cruzamento de diversas fontes de inspiração étnica, como estampas de traços africanos e as belezas das modelos contemplando o *black-power*, assim como elementos do *hip hop* e outros.

À direita da figura 2, vemos a ordem «Afirme-se!», seguida de modelos com muitas cores e estampas. À extrema direita da figura, uma alusão ao gênero musical é destaque, pois, segundo Matsunaga (2006), passou a existir uma «estética do *hip hop*», basicamente montada por roupas mais largas, bonés, camisetas com frases e jaquetas grandes.

Outro fator de destaque que gostaríamos de trazer à tona é que a maioria das modelos, embora quebrem padrões da normatividade branca, ainda seguem alguns padrões estéticos bem específicos. Não vemos, por exemplo, pelo menos nessas colunas de editoriais de moda, mulheres mais velhas, gordas ou que fujam de características ditas «femininas». Não há sinais de quebra de padrões de gênero, de modo que mulheres negras que se enquadram na comunidade LGBTQ+5 podem não se encontrar contempladas.

Para não dizer que não há nenhuma quebra nesses padrões, há de se mencionar que a revista, com o novo nome *Afro Brasil*, traz uma coluna *plus size* – especial para mulheres que rompem os padrões de magreza. Consideramos um passo importante para a inclusão de corpos e mulheres reais, no entanto, ainda é uma coluna à parte, de modo que não vemos essas mulheres misturadas aos editoriais de moda praia, por exemplo.

O eixo temático intitulado «cabelos» talvez tenha sido o que mais nos chamou a atenção, por estar «em transição» junto com o nome da revista, ou seja, apareceu em praticamente todas as matérias analisadas o termo «transição capilar», isso é, a retomada dos cachos que foram durante anos alisados artificialmente. Gilliam e Gilliam (1995), ao mencionar a relação dos negros e negras com o cabelo, apontam seus diferentes significados, mas ressaltam que «décadas depois do fim do sistema escravagista a posição social e a mobilidade ficam presas ao sistema de códigos fisiológicos» (1995, 533).

No exemplar 197, nos deparamos com a seguinte frase: «Os fios encaracolados são uma realidade para a mulher brasileira, por isso, chegou a hora de assumir seus cachos» (*Raça Brasil* 2015, 60). Não por mera coincidência, mas as questões da estética dos fios têm sido vistas em gritos uníssonos do feminismo negro atual, tanto que há uma marcha recente chamada «Orgulho Crespo» (ver foto, Fig. 3).

Assim como o turbante tem se mostrado uma ferramenta de afirmação, o mesmo ocorre com o cabelo. Frisa-se, no entanto, que não é um movimento de transição homogêneo: há quem opte pela mudança e há quem opte pelo alisamento sob a justificativa de que é mais fácil de manter, de cuidar e de arrumar.

Entendemos a sociedade atual assim como Bauman (2013) e Hall (2006) pontuam: as identidades são transitórias e também somos influenciados por tendências globais. Logo, alisar o cabelo nem sempre é um ato de «negar» as origens e sim uma opção como qualquer outra, como pintar de rosa, de azul e ter a liberdade de se reinventar. Os cabelos crespos são marcadores étnicos muito significativos, e sua manipulação é um mecanismo pelo qual «as representações culturais das mulheres negras são reproduzidas ou mesmo ressignificadas» (Oliveira 2011, 117).

Sigla: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer e mais.



Figura 3. Marcha do orgulho crespo em São Paulo

Fonte: G1, 2016 6

Neste sentido, cabe destacar que a categoria negra (negro) e corpo negro não podem ser pensadas de forma homogênea, desconsiderando a diversidade e a complexidade social, histórica e cultural que envolve a construção de tais categorias. Assumir os cabelos crespos como um marcador social é uma forma de se contrapor ao paradigma da inferioridade, do ruim, do historicamente negativo constructo social no Brasil através de práticas discursivas de padrões culturais de superioridade e universalidade eurocêntricos (Fernandes e Souza 2016, 109).

No entanto, esse movimento de aceitação e transição existe porque boa parcela hoje – e cada vez mais – se dá conta dos padrões impostos. Xavier (2013) aponta questões sobre a noção construída da «boa aparência» negra. Para tanto, ela verifica o início dessa construção no período do pós-abolição, focando seus objetos de pesquisa no início do século XX. A autora traz um compilado de anúncios dos Estados Unidos e do Brasil e percebe um discurso muito similar, no qual eram incentivadas características do «meio negro». Ou seja: uma pele nem tão escura e um cabelo nem tão crespo.

Podemos perceber que os cosméticos vinham para «atenuar» as características africanas. As mulheres negras recorriam a essas estratégias porque quanto mais se assemelhassem às brancas mais respeito teriam no espaço público. Foi

Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/mulheres-participam-da-2-mar-cha-do-orgulho-crespo-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 20 dez. 2016

uma maneira de distinção, de deixar para trás os traços da escravidão em um processo longo que, aos poucos, foi se naturalizando e parecendo «errado» ou «feio» carregar suas origens africanas. O termo beleza cívica que a autora menciona é ainda mais forte, pois, se pararmos para pensar o contrário, a beleza originalmente negra seria entendida como algo a não ser aceito, logo contribui para o estigma negativo que se tem a partir dos traços negros. Justifica-se, assim, a estética como «capital social crucial» (Xavier 2013) para que as mulheres negras fossem respeitadas – ou se sentissem assim.

A partir daí uma ideia de «cabelo ruim» (relacionado aos crespos) ou «cabelo bom» (aos alisados) foi se constituindo no imaginário coletivo, o que imperou por muito tempo. Quem acabava assumindo seus cabelos podia passar por situações de discriminação e preconceito, afinal, o bonito e feio são ensinados e construídos como os demais julgamentos que se dão a partir de diferenças. Esse desejo de fazer com que mulheres negras, leitoras da revista se sintam bem com sua imagem fica bastante explícito na seguinte matéria:

TAMARA MORERA

**Contained or security design of the contained of the contained or security of the cont

Figura 4. De bem com o espelho

Fonte: Revista Raça Brasil, n.º 198 (2016).

Ao mencionar «de bem com o espelho» (figura 4), podemos ter uma ideia de convite a fazer as pazes consigo mesma. Aceitação e dicas para cuidados dos fios aparecem em todo o decorrer da matéria e as entrevistadas dizem que assumiram seus cachos e *dreads* por motivos de afirmação e orgulho da etnia, socializando com suas leitoras produtos preferidos para tratar dos fios e alguns segredos de beleza.

No entanto, embora a revista traga essa questão afirmativa e de orgulho dos cachos muito forte, não deixa de contemplar a liberdade de se fazer o que se quer com os cabelos. Há matérias que exploram tinturas, penteados como tranças, cortes bem curtinhos e, até, dicas para aquelas que optam por continuar com seus cabelos alisados – demonstrando que a revista se posiciona democrática e respeitosamente com suas leitoras que têm total liberdade com seus modos de expressão e suas aparências.

A revista, através das matérias e produtos ofertados, se inscreve em uma lógica capitalista, mas revestida de significados e representações culturais, as quais buscam estar em consonância com o debate das questões étnico-raciais dedicando um espaço midiático para negras e negros e corroborando em uma positivação da negritude com suas diferentes faces.

Considerações finais

O jornal *Folha de S. Paulo* apontava em 2007 que a revista *Raça Brasil* tinha tido um sucesso enorme no lançamento «mas que, com o tempo, acabou sendo exibida nas seções femininas das bancas de revista». Tal frase dá a entender que indo para uma seção feminina, a revista poderia perder seu prestígio inicial como aquilo que a deixou conhecida: a primeira revista dos negros brasileiros.

Gostaríamos de fazer uma provocação: não seria exatamente esse um caminho possível e efetivo de mudança? Ir para a seção feminina assuntos tão pertinentes à luta da mulher negra como autoafirmação, orgulho e superação talvez seja realmente um modo eficaz de ação política. Ou melhor, a revista se torna uma ferramenta para leitoras de diversas idades que podem incorporar um discurso por anos negligenciado pela mídia, rompendo padrões normativos que deixam de lado as múltiplas mulheres brasileiras. Talvez a seção feminina – de onde se espera futilidade e obediência já que historicamente é isso que atribuem insistentemente às mulheres –, tem se tornado política.

Mas como essas mulheres se colocam politicamente? Pois bem, o corpo também fala. A maneira como nos apresentamos para o mundo é um modo de comunicação e interação com o meio social. É estar, é ser e é falar, sem necessariamente usar a voz. Sim, queremos passar um recado com a nossa imagem, ainda que seja uma mensagem «inconsciente». Mas não aqui. Aqui o recado foi se mostrando claro e bastante consciente durante todo o percurso analítico. Não há nada de vazio no discurso das páginas da revista *Raça/Afro Brasil*. Pelo contrário, o

periódico se mostrou muito rico para se pensar na proximidade da moda com o feminismo negro.

Vimos que, ao longo do cenário histórico brasileiro, aos negros e às mulheres foram atribuídos valores negativos. Os negros, que sofreram as consequências de uma pós-abolição sem nenhuma estratégia de inserção justa na sociedade, já começaram sua história no Brasil em patamares desiguais. As mulheres também. Até alcançarem o espaço externo, foi preciso muita luta e empenho do feminismo, que buscava e ainda busca direitos igualitários e justos. A partir da linha teórica do feminismo interseccional, foi preciso pensar a mulher como uma categoria não homogênea. Ser mulher e negra é diferente de ser «simplesmente» mulher em diversos aspectos. Assim, estabelece-se uma dupla discriminação que resulta em mais desigualdades sociais.

As mulheres negras brasileiras ainda possuem menor média de renda, menor representatividade política e menor acesso ao ensino superior. Em contrapartida, ela ganha em disparada em outros aspectos, como é o caso da violência doméstica. Se não bastasse, além de todas essas desigualdades quantitativas, há o estigma com o qual essas mulheres têm de conviver ao longo dos anos. Como vimos, instalou-se uma normatividade excludente quando se trata da tal «boa aparência». Além, claro, de serem representadas ainda como mulheres de uma categoria inferior que as outras, basta olharmos filmes, novelas e campanhas publicitárias brasileiras, que deixam claro quais são as representações culturais das mulheres negras no Brasil.

Ainda que tenhamos uma legislação que criminaliza o racismo e o sexismo e leis de incentivo à cultura afro-brasileira, continuamos presenciando casos de racismo e casos de extrema violência contra mulheres negras, além do inegável abismo social que ainda separa sujeitos por raça e gênero.

Portanto, a revista, por meio das colunas de moda e beleza – assuntos relacionados insistentemente à figura feminina –, está indo a lugares aonde a lei não tem conseguido chegar: nas subjetividades. Não estamos dizendo que é a solução. Mas estamos afirmando que é uma forma de ação social. Trabalhar com representações positivas da mulher negra (em editoriais de moda, em afirmação de cabelos crespos, por exemplo) contribui para a desconstrução da imagem negativa que foi construída ao longo dos anos. Trabalhar com subjetividades é acionar intimamente a cultura de um povo. Ou seja, é questionar e desmistificar algumas «certezas».

Há, nesse sentido, uma mudança social, de comportamento, de combatividade e de aparências. Estão colocando de volta suas coroas (turbantes!), estão trazendo para a moda elementos do rap, *hip hop*, de religiões de vertente africana. Estão se apossando daquilo que lhes é de direito: suas manifestações culturais.

Acreditamos, nesse sentido, que a pauta do feminismo negro, que luta pelo reconhecimento e pelo protagonismo que há anos foi ignorado, é também falar sobre representações positivas. É falar de moda, é falar de estética. A moda, citando e concordando com o estilista Ronaldo Fraga, é política.

Referências bibliográficas

- Afro Brasil. 2016. Edição 2. Editora Minuano.
- Bakke, Rachel Rua Baptista. 2007. «Tem orixá no samba: Clara Nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira». *Religião & Sociedade* 27 (2): 85-113. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-85872007000200005
- Bauman, Zygmunt. 2013. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar.
- Biroli, Flávia, e Luis Felipe Miguel. 2015. «Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades». *Mediações* Revista de Ciências Sociais, v.20, n.2, jul/dez. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27
- Bourdieu, Pierre. 2002. A dominação masculina. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Caldwell, Kia Lilly. 2000. «Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil». *Estudos Feministas* 8 (2): 91-108. Disponível em https://www.jstor.org/stable/43596552
- Carneiro, Sueli. 2003. «Mulheres em movimento». *Estudos Avançados* 17 (49): 117-132. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008
- Crenshaw, Kimberlé. 2012. *A intersecionalidade na discriminação da raça e gênero. Painel I Cruzamento Raça e Gênero, 7-*16. Disponível em http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf
- Collins, Patricia Hill. 2017. «O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso». Cadernos Pagu 51: 1-24. DOI: https://doi.org/10.1590/18094449201700510018
- Crane, Diana. 2006. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas.* São Paulo: Senac.
- Fernandes, Viviane B., e Maria Celia Cortez C. Souza. 2016. «Identidade Negra entre exclusão e liberdade». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro* 63: 103-120. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120
- Gardin, Carlos. 2008. «O Corpo Mídia: Modos e Moda». In *Corpo e Moda: Por uma Compreensão Contemporânea*, organizado por Ana Claudia de Oliveira e Kathia Castilho. Barueri: Estação das Letras e Cores Editora, 75-83.
- Geledés. 2016. Disponível em http://www.geledes.org.br [Consultado em 21 de maio de 2016].
- Giacomini, Sonia Maria. 1994. «Beleza mulata e beleza negra». *Estudos Feministas* 94 (N.E.) 217-226. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16105
- Gilliam, Angela, e Onik'a Gilliam. 1995. Negociando a subjetividade de mulata no Brasil. Estudos Feministas 3 (2): 525-543. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16471
- Gomes, Nilma L. 2012. «Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça». *Educação & Sociedade* 33 (120): 727-744. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005
- Hall, Stuart. 2003. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas.
- Hall, Stuart. 2006. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.
- Matsunaga, Priscila Saemi. 2006. «Mulheres no *hip hop*: identidades e representações». Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Munanga, Kabengele, e Nilma Lino Gomes. 2006. *O negro do Brasil de hoje*. São Paulo: Global. Nepomuceno, Bebel. 2012. «Mulheres negras: Protagonismo ignorado». In *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizado por Carla B. Pinsky, e Joana Maria Pedro, 383-409. São Paulo: Contexto.
- Oliveira, Josiane Silva de. 2011. «As representações culturais das mulheres negras no mer-

cado consumidor brasileiro». Revista de Administração da UNIMEP. Piracicaba, v. 9, n. 2, mai/ago.

Oliveira, Ana Claudia, e Kathia Castilho. orgs. 2008. *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Raça Brasil. 2015. Edição 197. Editora Minuano.

Raça Brasil. 2016. Edição 198. Editora Minuano.

Reichmann, Rebecca. 1995. «Mulher negra brasileira um retrato». *Revista Estudos Feministas* 3 (2): 496-505. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16468

Ribeiro, Matilde. 1995. «Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing». *Revista Estudos Feministas* 3 (2): 446-457. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459

Rocha, José Geraldo. 2010. «De preto à afrodescendente: implicações terminológicas». *Cadernos do CNLF* XIV (4): 899-907. Disponível em http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/

Rodrigues, Cristiano. 2013. «Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil». Seminário Internacional *Fazendo Gênero* (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em: https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf [Consultado em 3 de maio de 2015].

Rodrigues, José Carlos. 1979. Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Achimé.

Santos, Giselle Cristina dos Anjos. 2016. «Os estudos feministas e o racismo epistêmico». *Revista Gênero* 16 (2): 7-32. Disponível em http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/812

Silva, Vagner Gonçalves. 2007. «Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo». *Mana* 13 (1): 207-236. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-93132007000100008

Soihet, Rachel, e Joana Maria Pedro. 2007. «A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero». *Revista Brasileira de História* 27 (54): 281-300. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015

Souza, Patricia Ricardo. 2007. «Axós e Ilequês. Rito, Mito e a Estética do Candomblé». Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Takahashi, Jo. 2007. «Dimensões do corpo contemporâneo». In *Leituras do corpo*, organizado por Christine Greiner, e Cláudia Amorim. São Paulo: Annablume.

Xavier, Giovana. 2013. «Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA». *Estudos históricos* 26 (52): 429-450. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200009

Larissa Adams Braga. Mestra em Processos e Manifestações Culturais, Bacharela em Moda pela Universidade Feevale, Brasil.

Endereço eletrónico: l.adamsbraga@gmail.com

Magna Lima Magalhães. Doutora e mestra em História, professora e pesquisadora da Universidade Feevale, Brasil.

Endereço eletrónico: magna@feevale.br

Claudia Schemes. Doutora e mestra em História, professora e pesquisadora da Universidade Feevale, Brasil.

Endereço eletrónico: claudias@feevale.br

Artigo recebido a 2 de junho de 2018 e aceite para publicação a 1 de setembro de 2018.

DINÂMICAS INTERACIONAIS DO BULLYING ENTRE MENINAS: EXPLORANDO AS TRAMAS DO APRENDIZADO DE GÊNERO

Iamile Guimarães

Resumo

Neste estudo, analisa-se como meninas entre 11 e 15 anos manejam o *bullying* como mecanismo socializador, que classifica os pares em um jogo de diferenças e oposições. Trata-se de uma pesquisa etnográfica realizada em duas escolas públicas das capitais dos Estados de São Paulo e Salvador, Brasil. Práticas de *bullying* configuram uma forma de interação que as ordena socialmente, por meio da regulação da sexualidade. Nesse contexto, as disputas por poder estruturam a prescrição de modos de ser menina e definem posições na hierarquia social. A micropolítica instaurada nessa disputa evidencia como controle e punição sociais conduzem ao aprendizado de representações convencionais de feminilidade.

Palavras-chave: Bullying, gênero, sexualidade, socialização, adolescência.

Abstract

Interactive Dynamics of Bullying Among Girls: Exploiting the Plots of Learning Gender

This study analyzes how girls between 11 and 15 years old manage bullying as a socializing mechanism, which classifies the peers into a game of differences and oppositions. It is an ethnographic research carried out in two public schools of the states of São Paulo and Salvador, Brazil. Bullying practices constitute a form of interaction that orders them socially, through the regulation of sexuality. In this context, disputes over power structure the prescription of ways of being girl and define positions in the social hierarchy. The micropolitics established in this dispute shows how social control and punishment lead to the learning of conventional representations of femininity.

Keywords: Bullying, gender, sexuality, socialization, adolescence.

Resumen

Dinámicas Interactivas del Acoso Escolar entre Chicas: Explorando las Tramas del Aprendizaje de Género

Este estudio analiza cómo las chicas entre 11 y 15 años operan el acoso escolar como mecanismo socializador, que clasifica a los pares en un juego de diferencias y oposiciones. La pesquisa etnográfica fue realizada en dos escuelas públicas de las capitales estaduales brasileñas São Paulo y Salvador. Las prácticas de acoso configuran una forma de interacción que las ordena socialmente, por medio de la regulación de la sexualidad. En

^{*} Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade, Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), Universidade de São Paulo, Brasil.

Endereço postal: Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade, Avenida Doutor Arnaldo, 715, 2.º andar, sala 203, São Paulo – SP – CEP: 01246-904, Brasil.

Endereço eletrónico: mile.guimaraes@gmail.com

168 Jamile Guimarães

ese contexto, las disputas por poder estructuran la prescripción de modos de ser chica y definen posiciones en la jerarquía social. La micropolítica instaurada en esa disputa evidencia como el control y castigo social conducen la introyección de representaciones convencionales de feminidad.

Palabras clave: Acoso escolar, género, sexualidad, socialización, adolescencia.

Introdução

Nas últimas décadas tem havido um interesse crescente em explorar e compreender as maneiras pelas quais as meninas se envolvem em atos violentos (Neves 2008; Simmons 2011). A discussão acerca de uma aparente escalada de agressividade constitui um terreno de representação complexo e contraditório, espaço de um novo pânico moral que gira em torno da demarcação dos limites e possibilidades do que significa ser menina.

A realização adequada da feminilidade envolve qualidades idealizadas de menina como boa, carinhosa, sexualmente inocente ou respeitável (Tolman 2005; Schalet 2009). Esta condição normativa desenvolve uma suposta naturalidade da afabilidade feminina, enquanto demanda para que debelem expressões de frustração, raiva e fúria. Como descrito no estudo de Ringrose (2008), as meninas que recorrem a violência física ou confrontos ostensivos estão sob o risco de serem constituídas como desviantes de seu gênero.

O bullying entre meninas tem sido referido como «agressão relacional», definida como uma manipulação feita com a intenção de prejudicar relacionamentos ou sentimentos de aceitação, amizade ou inclusão no grupo de pares (Simmons 2011). A agressão relacional¹ compreende práticas de estigmatização (maledicências, xingamentos) e de exclusão social fundamentadas no dano à reputação de outra pessoa. A reputação é sumamente relevante nas relações entre pares, pois constitui uma forma indireta de obter benefícios sociais tangíveis como status, popularidade e possibilidades românticas (Duncan 2004; Currie et al. 2007).

Como apresentado nos trabalhos de Miller (2016) e Miranda e Maia (2017), várias das agressões que ocorrem entre os estudantes estão associadas às relações de gênero e colocam em prática a forma de os envolvidos desempenharem a sua feminilidade ou masculinidade. Tal dinâmica de interações informa o funcionamento das relações e normas de gênero não apenas entre meninos e meninas, mas sobretudo nos momentos de homossociabilidade. A fase inicial da adolescência é marcada pela intensificação da construção da identidade de gênero e da iniciação da vida sexual, reforçando a atuação do *bullying* tanto como uma prática quanto um processo de gênero. Enquanto prática cultural juvenil, consti-

Neste estudo, me referirei a essa modalidade apenas como «bullying» ou «bullying relacional» por não considerar produtivo utilizar outro termo para nomear um subtipo desta violência.

tui uma importante ferramenta de negociação de papéis e *status* nos grupos de pares (Duncan 2004; Goodwin 2006), ao passo que, como processo, contribui na produção e regulação de significados sobre normas e expectativas de gênero (Ringrose 2008; Santos *et al.* 2017), informando aos jovens como o gênero deve – e não deve – ser desempenhado.

A sexualidade cumpre um papel significativo em experiências de *bullying*. Entre os meninos, a intersecção entre *bullying*, sexualidade e regulação de gênero tem sido amplamente documentada. Diversos estudos têm delineado o *bullying* homofóbico e misógino como mecanismo para a construção e o controle de masculinidades entre rapazes (Pascoe 2007; Santos *et al.* 2017). As práticas de intimidação entre meninas também são mediadas por discursos sobre sexualidade, majoritariamente relativos a condutas promíscuas (Armstrong *et al.* 2014; Miller 2016). Especialmente no contexto ibero-americano, as intersecções entre gênero e sexualidade nas experiências de meninas com *bullying* permanecem pouco exploradas.

Embora o *bullying* seja frequentemente interpretado como um «problema» de crianças e adolescentes, seu conteúdo reflete ideologias e códigos culturais hegemônicos. Há de se atentar a como ele reflete, reproduz e prepara os mais jovens para aceitar as desigualdades embutidas em estruturas sociais mais amplas. Afinal, ao negar a alteridade na relação entre pares, o *bullying* imputa a aproximação do alvo à normalidade. E é a partir desse conteúdo normativo compartilhado que a sexualidade é reivindicada e conformada dentro dos limites das normas tradicionais de gênero.

Para produzir uma análise que informe a complexidade social dos conflitos, parto do pressuposto de que as relações de conflito entre pares comporiam um mecanismo socializador assentado em um jogo de diferenças e oposições. Sob este enfoque, podemos conceber o *bullying* como uma expressão da violência de gênero situada em cenas rotineiras de assimetrias e desigualdades de poder entre mulheres e homens, estabelecidas nas relações entre adolescentes. De tal forma, analisarei as articulações entre violência e gênero a partir das dinâmicas que configuram posições de poder e negociações identitárias nas interações entre meninas na escola.

Como defendem Debert e Gregori (2008), trata-se de vislumbrar uma discussão sobre violência de gênero que problematize os aspectos que constituem as práticas sociais. Ou seja, *percorrer* as dinâmicas relacionais, discursos e estratégias por meio dos quais o gênero é construído nas tramas de uma violência generificada. Posto que, como coloca Vale de Almeida (1995), é ao nível da negociação cotidiana, das interações carregadas de poder, das reformulações das narrativas de vida – constituindo um campo de disputa – que o gênero como processo e prática pode ser apreendido e aprendido.

170 Jamile Guimarães

Notas metodológicas

Este estudo etnográfico foi realizado com meninas entre 11 e 15 anos, em duas escolas públicas brasileiras do segundo ciclo do ensino fundamental (6.º a 9.º anos), sendo uma localizada na cidade de São Paulo e a outra em Salvador, na Bahia.

O trabalho de campo foi empreendido entre fevereiro e junho de 2014, na escola localizada na região noroeste de São Paulo, onde havia um total de 285 discentes, sendo 149 meninas. No período de julho a dezembro de 2014, o cenário da pesquisa foi a escola situada em um bairro da orla marítima de Salvador. Na época da investigação, a instituição atendia um total de 422 discentes no turno matutino, sendo 238 meninas, e no turno vespertino com 289 estudantes, sendo 154 meninas.

A observação participante teve a frequência regular de três dias por semana, nas salas de aula, corredores, pátio e sala dos professores. A imersão mais abrangente em campo ensejou que a produção de dados ocorresse, sobretudo, no presenciar de diálogos e em conversas² com os sujeitos (discentes e agentes institucionais), às quais somam-se 5 entrevistas realizadas em São Paulo e 11 em Salvador, com vítimas e agressoras.

As várias conversas (CI) e entrevistas em profundidade (EP) seguiram um formato fluído, sendo conduzidas informalmente com perguntas abertas baseadas em um roteiro de tópicos relativos ao problema do estudo (Ferreira 2014). Também a confidencialidade contribuiu para que essas ocasiões fossem assimiladas pelas meninas (e meninos) como uma oportunidade de proferir apreciações mais críticas sobre episódios de *bullying* e temas relativos à sexualidade, além de abordar temas íntimos e delicados como automutilação, violência familiar, abandono paterno e depressão.

Os casos de *bullying* foram investigados como a montagem de uma colcha de retalhos: além dos registros de campo, importava a comparação e mútua corroboração das declarações de agressoras, vítimas e espectadoras relacionalmente próximas delas. Nesse sentido, a interlocução regular – em conversas e entrevistas semiestruturadas – com alguns professores e as inspetoras de disciplina também foi importante para complementar informações sobre os conflitos e melhor compreender agressoras e vítimas, de modo a ultrapassar respostas lacônicas e evasivas, incialmente fornecidas por algumas adolescentes.

Como estratégia de aproximação das alunas, adotou-se uma interação dialógica, sem censura a temas aventados ou experiências partilhadas. Tal posicionamento potencializou uma rede de colaboração com várias adolescentes, com o aco-

Os registros no diário de campo ocorriam em uma sala cedida pela direção das escolas, sempre em seguidas às observações. As conversas foram majoritariamente gravadas, assim como todas as entrevistas.

lhimento por seus grupos de amizade. A participação em reuniões no recreio e em praças após as aulas possibilitou, inclusive, presenciar práticas de *bullying*. O papel de observadora também trouxe o incômodo escrutínio, que veio a chancelar uma (necessária) imagem de confiança e credibilidade. O controle exercido pelas meninas consubstanciava-se nos comentários elogiosos/recriminatórios que proferiam sobre vestimentas e concepções sobre gênero e sexualidade enunciadas nas conversações.

Quanto ao método de análise, os dados foram organizados segundo temas, categorias e casos que refletissem padrões homólogos relativos ao *bullying* e à micropolítica de negociação de feminilidades. O acervo de notas de campo e de transcrições de conversas e entrevistas foi objeto de uma leitura global que gerou a identificação de temas predominantes emergentes do material, os quais, iterativamente, foram sendo consolidados em temas principais, organizados em subcategorias que definiam suas conceituações e elementos característicos (Minayo 2014). Foram definidos os seguintes tópicos: posições de sujeito e categorizações de menina; modos de sociabilidade; modos de organização e hierarquias sociais; relações inter e intragêneros; meios e escopos de poder; definições de *bullying* e significados da violência. Os trechos de falas e casos aqui apresentados resultam da condensação de significados dominantes e suficientemente ilustrativos de cada tema analisado.

Tendo em vista que as categorias raça/cor e homo/heterossexualidade não fundamentavam as práticas de *bullying* dos grupos estudados, adotou-se como mote da discussão e recorte metodológico o quadro de referências contextuais à constituição da identidade de gênero e da sexualidade entre meninas heterossexuais. Como veremos a seguir, as adolescentes distinguiam-se umas das outras através de julgamentos avaliativos às performances heterossexuais.

Convém pontuar que a circunscrita representatividade do universo de sujeitos pesquisados e a historicidade dos significados, processos e instituições sociais põem limite à generalização dos resultados da investigação etnográfica. Trata-se de uma compreensão parcial de uma realidade multifacetada, que focaliza as particularidades dos contextos e especificidades dos grupos estudados.

O bullying como cerne do processo cotidiano de regulação moral

Tal como assevera Butler (1993), a feminilidade é moldada nas relações de disciplina, regulação e punição, que estabelecem a repetição ritualizada de normas, ao espraiar regras, tabus e interdições sociais. O *bullying* é uma das várias práticas sociais que procedem a reiteração discursiva das diferenças entre mulheres e homens, reproduzindo essa ordenação hierárquica de poder. Interpreto-o como um conjunto de rituais cotidianos de agressões morais e psicológicas entre pares, que delimitam fronteiras ao processo de constituição de subjetividades e identida-

172 Jamile Guimarães

des generificadas. Esses rituais mostram-se fundamentais para a introjeção e consolidação de características associadas aos modelos de gênero dominantes: por discriminar os posicionamentos dos sujeitos envolvidos, designam definições inequívocas de comportamento feminino apropriado.

Um dos principais empregos sociais do *bullying* é na competição por popularidade. As adolescentes afirmavam haver entre elas uma disputa «por atenção», «pra aparecer». Popularidade significa apreciação, visibilidade, proeminência social, ou seja, ser distinguível e reconhecível no seu meio. Seguindo o requisito normatizado de moldar uma feminilidade sustentada na aparência, atratividade e conduta decorosa, coletivamente as meninas assumiam a prática de neutralizar possíveis situações de sobreposição ou notabilidade social (Duncan 2004; Ringrose e Renold 2010):

Sempre tem uma que tem uma coisa melhor que a outra, e aí aquela outra já fica criticando... As meninas já gostam de abusar, colocar apelido, porque tão achando que a outra estava se amostrando. (Rita, 12 anos, escola de São Paulo, CI)

A busca da popularidade social confluía com o processo de construção da sexualidade. Um caso emblemático de disputa sexualizada ocorreu na escola de São Paulo, quando algumas meninas do 7.º e 8.º anos envolveram-se em uma série de confrontos verbais motivados por um estudante recém-chegado. Como explicou Jéssica, era importante ser a primeira a ficar³ com um novato, pois além dos comentários entre os colegas, despertava-se o interesse afetivo de outros rapazes:

Todo mundo comenta, todo mundo fica sabendo, enquanto as outras tão só no desejo... Depois ele vai ficar com elas, mas só eu fui a primeira que ele quis. Não é de ficar só por ficar. (Jéssica, 12 anos, CI)

No intuito de afirmar-se como desejável, muitas das meninas e meninos costumavam envolver-se com duas (ou mais) pessoas no mesmo período. Apesar de ser uma conduta bastante disseminada na dinâmica de afirmação da identidade sexual, era tomada como «traição», desenvolvendo rixas. Como sintetizou:

Se ela pegou, eu vou pegar [ficar] também porque sou melhor que ela... aí, depois vão tirar satisfação com a outra. (Estela, 14 anos, escola de Salvador, EP)

A indignação era dirigida a outras meninas, ao invés dos rapazes que as «traíam». Quando assuntadas a respeito, elas traziam como justificativa proteger sua reputação ante uma rival: «você tem que ir lá e mostrar quem você é». Esta performance de defesa da honra é uma forma de reduzir danos sobre a sua imagem

Ficar é um relacionamento afetivo-sexual efêmero, sem vínculo de compromisso e fidelidade.

e de negociar o seu lugar social, sobretudo, no que diz respeito às desigualdades de poder (Minayo 1994).

Nisso se insere uma gramática hierárquica, cujo binômio corajosa-besta refere-se às interdições da feminilidade normativa. A ideia é «se impor» diante das outras meninas e, em alguns casos, dos rapazes. As adolescentes significavam «coragem» como um símbolo de atividade e força. Contudo, se nos estudos de Neves (2008) e Cordeiro *et al.* (2010) os comportamentos violentos sinalizam uma estratégia de conquista de respeito e prestígio ante as singularidades do contexto social de segmentos populares, meus achados apontam que a exibição de força por meninas é carregada de ambivalência: trata-se de uma demonstração de poder e (tentativa de) dominação que resulta em visibilidade, mas não na apreciação social, uma vez que a menina que age como «piveta» 4 marginaliza-se ao se aproximar do universo masculino. É interessante assinalar que a nomeação «piveta» remete não apenas a assunção de características como agressividade, vulgaridade e grosseria por meninas, mas sobretudo faz alusão a sujeitos alegadamente destituídos de «boa» formação moral, e que, em decorrência, apropriam-se de atitudes e comportamentos restritos a adultos.

Este pano de fundo instrumentaliza a regulação do poder mediante a vigilância do comportamento sexual umas das outras. Majoritariamente, fofocas e processos de exclusão envolviam histórias de atividade sexual excessiva e precoce com múltiplos parceiros, por meio das quais elas iam produzindo seu ordenamento social. Um caso exemplar aconteceu na escola de São Paulo: Elena (11 anos) era conhecida – entre rapazes e agentes institucionais – por ser bonita, meiga e discreta. Todavia, ela foi definida pela maioria das colegas como «só fala de homem», «fofoqueira», «cada dia tá namorando com um diferente». Desde que começou a namorar com Ernesto, considerado muito bonito e cobiçado por meninas, passou a ser alvo de intimidação e manipulação social de um grupo rival, em que pontuavam Adriana, Marcela e Lucília, de 12 anos. Adriana tinha sido ficante⁵ de Ernesto e ressentiu-se com a exibição pública do relacionamento deste com Elena. Já Marcela acusava Elena de ter ficado com um menino enquanto ela ainda estava com ele.

Indiretamente, o grupo tramou vários boatos de que Elena havia chamado outras meninas de «puta». Essas acusações resultaram em confrontos físicos, ameaças de agressão e o isolamento paulatino de Elena das meninas da escola. Igualmente, foram feitas algumas intimidações diretas: o grupo a seguiu até a sua casa durante alguns dias e na escola a ameaçavam de agressão física.

O termo pivete refere-se a meninos pobres que vivem na rua e estão associados a atividades criminais

Ficante é a denominação referente à pessoa com quem mantém/manteve um relacionamento afetivo: de «ficar».

174 Jamile Guimarães

Por fim, Adriana pediu a uma amiga que contasse a Elena que Ernesto a estava traindo com ela. Elena ficou com raiva e resolveu ficar com um amigo dele para se vingar. Adriana contou a história a Ernesto que flagrou Elena ficando com o amigo. Uma fofoca sobre o ocorrido foi contada para a turma toda: alguns rapazes disseram que pensavam que Elena era diferente, mas que tinham se enganado. A intimidação só cessou quando Elena iniciou um novo namoro e Adriana se reconciliou com Ernesto.

Assim como o epíteto de «bicha» entre os meninos (Pascoe 2007; Santos *et al.* 2017), a onipresente ameaça da estigmatização da «puta» torna-o um poderoso mecanismo disciplinar. O rótulo «puta» atua como um princípio organizador da regulação moral, traçando a fronteira entre normal/desviante no que diz respeito à reputação sexual (Armstrong *et al.* 2014; Fjaer *et al.* 2015). Este trabalho de estigmatização mostra como o padrão de gênero e discursos sobre moralidade sexual impactam a constituição da sexualidade pelas adolescentes. Os conflitos vão moldando e restringindo suas subjetividades no que se refere às experiências como sujeitos sexuais e suas habilidades de fazer escolhas fundadas no prazer, desejo e agência (Tolman 2005; Schalet 2009).

O rótulo alcança seu poder retórico através da abjeção (Butler 1990), permitindo que meninas reivindiquem suas próprias feminilidades normativas ao repudiarem outras por seu «desvio». Pode-se afirmar que renegar performances sexuais de colegas é um modo bastante acessível de valorizar sua posição social em relação ao alvo e de obter benefícios sociais desejados. Além de atuar no disciplinamento sexual e na negociação de hierarquias sociais, esse discurso centrado no binômio respeitabilidade-promiscuidade estabelece padrões de aparência e comportamento para as adolescentes. Ou seja, não fornece meramente rótulos descritivos, mas posições de sujeito que as convidam a olhar e compreender seu mundo social de maneiras específicas.

A categorização de desviantes torna-se fundamental por prover conhecimento (do senso comum) sobre conjuntos de pessoas. Ela infunde predicados normativos e comportamentos morais que são usados para contrastar grupos e moldar o nosso ideário de gênero. A força coercitiva dessa prática consiste em tornar verossímil as características negativas atribuídas, limitando as possibilidades de ação das rotuladas.

Como afirma Crapanzano, as «categorias são usadas retoricamente, e não apenas semanticamente, em qualquer interpretação» (2002, 443). Em tom argumentativo, à nomeação «puta» seguiam-se justificativas relacionadas a uma conduta sexual desbragada. Tal e qual a descrição de Elena, caracterizações de outras adolescentes convergiam em frases padronizadas, constantemente repetidas e aparentemente fantásticas: «Marisa ficou com 28 meninos daqui, só no ano passado»; «Marta já pegou quase todos os meninos da sexta série»; «Elisa tem um jeito muito pra frente, fala de sexo, de homem, de um jeito vulgar».

Estas avaliações de conduta operam na reprodução e naturalização do cará-

ter distintivo do gênero e dos arranjos institucionais que os sustentam. Em repetidos episódios, mantém-se ou modifica-se a hierarquia social, inclui-se ou exclui-se pares, contribuindo para o estabelecimento de padrões normalizados.

Tanto o *bullying* sofrido por Elena quanto as falas supradestacadas evidenciam o papel da fofoca difamatória como um meio de manipular reputações, podendo ser vista como uma «atividade furtiva pela qual dossiês morais de outras pessoas são constantemente revistos» (Boehm 1999, 73). Por ser uma conversa imbuída de um entendimento tácito acerca de determinado evento ou situação, fofocas tornam-se relevantes para o aprendizado sobre os valores e normas do grupo. Isto porque, para além de um julgamento, o mexerico é uma forma de punição que comunica comportamentos estigmatizáveis e publiciza a desaprovação social (Baumeister *et al.* 2004).

O caráter genérico, intercambiável e mesmo apócrifo da imputação resume a ideia de uma «puta mítica», enquanto uma categoria usada para delimitar o aceitável. O poder do rótulo consiste em ser aplicado a qualquer momento, geralmente por razões alheias ao comportamento sexual (Ringrose 2008; Miller 2016). Isso sugere que o estigma da «puta» é mais sobre a regulação do desempenho público do gênero do que a regulamentação das práticas sexuais privadas. Esse modelo discursivo não requer a existência de vadias «reais», qualquer menina pode preencher provisoriamente a posição.

De facto, com base na avaliação dos outros, a realização da feminilidade não é automática nem segura. A tensão instaurada no entendimento de estarem submetidas à vigilância das colegas é sintetizada pela constância com que mencionavam a permanente ameaça de «difamação». De acordo com Connell (2005), o medo de ser desacreditado funciona como um mecanismo de controle por gerar certa cumplicidade com o modelo dominante de gênero, que, por sua vez, demanda a subordinação de outras feminilidades consideradas desviantes. É a razão pela qual verifiquei contradições entre discursos e práticas com o uso de estratégias de encobrimento de condutas «inapropriadas». Mesmo sem aderir ao modelo normativo, as meninas vão aprendendo a cuidar de suas atitudes, gestual e falas. Regular seus corpos e estilos de vida é a forma possível (apesar de não afiançável) de manterem-se afastadas de problemas relativos à estigmatização.

As fofocas rotineiramente reforçavam a desigualdade de gênero ao posicionar meninas como atores culpáveis, ao passo que invisibilizavam as escolhas e ações dos meninos. Quando assuntadas sobre a participação dos rapazes no ato desviante, as respostas convergiam em ignorá-los, intensificando as críticas morais às colegas. Isso é indicativo de como meninas e meninos encontram padrões distintos em suas experiências de heterossexualidade. E, igualmente, de como essas histórias promovem (e consolidam) o entendimento do que é e do que não é um comportamento sexual permissível para elas próprias. Com efeito, terminam por assimilar o papel de guardiãs da moralidade sexual (Fjaer et al. 2015).

176 Jamile Guimarães

A disseminação de boatos sexuais é a forma mais comum de rebaixar moralmente o alvo. Desacreditar alguém requer desconstruir uma imagem já consolidada da pessoa. Essa prática de inferiorização é parte relevante nas definições e negociações de sexualidade feminina normativa, possibilitando ponderar a dor psicológica vivenciada nesse processo. Tal ideia é ilustrada por Elena, cujo *bullying* sofrido foi aqui relatado:

Tudo isso só pode ser pra eu me sentir culpada, que eu era errada. E eu pensei assim. Muitas vezes, fiquei pensando o que eu tinha feito pras meninas. Eu não faço parte, só tenho duas amigas, as outras não gostam de mim nem falam comigo. (EP)

Como já observado, o conteúdo das práticas de *bullying* centra-se não no que as meninas fazem, mas como elas se apresentam (ou o que representam) no meio social e o que significa ocupar uma posição abjeta. Essa presença rotineira do *bullying* ajuda a situar como as meninas costumam envolver-se mais com os padrões de gênero do que suas experiências sexuais. Isso ocorre também pelo pouco apoio familiar e escolar que dispunham para conhecer e compartilhar experiências de sexualidade na adolescência como a perda da virgindade, práticas e relações afetivo-sexuais. Tal cenário nutre um círculo vicioso que consolida o ideário do desejo e prazer sexual feminino como um tabu social.

Bullying como jogos de posicionamento: (Re)produzindo discursos, negociando identidades de gênero

Em ambas as escolas, havia uma tácita dicotomia maturidade-infantilidade que condicionava um afastamento pronunciado entre as meninas «mais velhas» e as «mais novas» no que tange ao comportamento, ocupação de espaços de sociabilidade, estabelecimento de interações regulares e de relacionamentos afetivo-sexuais. Todavia, um ponto de análise fundamental é atentar-se à combinação de fatores contextuais na modelagem das práticas coletivas de *bullying* pelos sujeitos. A organização disciplinar da escola de Salvador é emblemática nesse sentido: para evitar conflitos entre estudantes com diferença de força física separou-se as turmas do sexto e sétimo anos e do oitavo e nono anos por pavilhões de aula e uniformes de cores diferentes (branco e azul, respectivamente). Essa separação foi transmutada em distinção social pelas meninas das últimas séries⁶ que valiam-se de categorizações antagônicas, inter-relacionadas com idade e feminilidade, para cimentar seu poder social.

Na escola de Salvador, o 8.º ano era oferecido exclusivamente no turno vespertino e o 9.º ano apenas no matutino.

As diferenças de códigos culturais de gênero foram incorporadas nas categorias de menina «foveira» e «plantada». Conforme situa Butler (1993), são as categorias que distribuem, identificam e produzem práticas divisivas e sugerem as regras locais a serem apreendidas. Nesse sentido, a nomeação «foveira»⁷ era usada pelas meninas mais velhas para se referir às menores que «são foguentas [têm desejo desbragado]», por ainda não saberem como lidar com a sua sexualidade.

Em contrapartida, as adolescentes maiores mostravam-se mais conscientes das pressões sociais para se tornarem «mais calmas e quietas», daí a autoidentificarem-se como «plantadas». O termo «plantada» denota uma atitude de conformidade e de bom comportamento associados ao «tomar juízo» e «assentar-se». Em entrevista, Bethânia (9.º ano, 14 anos) elucidou o fundamento destas categorias relacionais:

É a mesma coisa de puta, não tem nenhuma diferença... porque é uma menina que gosta de ficar usando uma calça toda atochada... mostrando a polpa da bunda, coloca a camisa do uniforme pra aparecer a barriga, sai andando rebolando. [...] as meninas do sexto e do sétimo estão namorando agora e são muito atiradas. Quer pegar todo mundo... Não são todas, mas a maioria é... As meninas do oitavo e do nono já tem mais maturidade, já sabe ficar na sua, mais discreta.

A assimetria social é realizada através do facto de que apenas um grupo pode ou deve assumir o direito de enquadrar um modo de ser menina, regulando a atividade das outras. Para tanto, as meninas «plantadas» costumavam recorrer a «gastação», um modo de escárnio que servia à intimidação e ao aviltamento das «foveiras». A «gastação» assemelhava-se às práticas de sociabilidade jocosa; entretanto, ao contrário dessas troças, se restringiam ao ridículo de caráter discriminatório, que realçava alinhamentos sociais e fronteiras identitárias.

Esse ritual expressava uma performance dramática composta de ações que seguiam um mesmo *script* (Thorne 1997), depreciando a infantilidade *vis-à-vis* atitudes de «piveta», má aparência e falta de atratividade sexual. A dramatização lhes possibilitava mostrarem-se simbolicamente superiores ao enunciarem que *sabem* como se vestir, falar e comportar-se. Nesse sentido, a experiência sexual também é invocada para chancelar sua popularidade, como já abordado aqui. A constância desses jogos de posicionamento ajuda a entender a importância de cuidar da imagem projetada diante dos outros (Butler 1993; Goffman 2008; Tomasini 2013). Enquanto uma afirmação de si mesmas, visam preservar uma situação e uma posição segura para as meninas «plantadas». Nesta nota de campo temos um grupo de amigas do oitavo ano «gastando» com Ivana (6.º ano, 12 anos):

Foveira é uma gíria usada nos segmentos populares da Bahia para referir-se às mulheres consideradas demasiado liberais (vulgar e sexualmente apelativas) e que se vestem de forma provocadora. Alude à impureza, uma vez que a pele foveira é efeito da descamação, tida como resultante do descuido com a aparência.

178 Jamile Guimarães

Vanessa: Você devia era fazer umas tranças ou alisar esse cabelo, 'tá muito inchado, 'tá muito esquisito.

Paula: 'Cê não fala, não é? Fica sempre com essa cara?

Vanessa: Essa cara feia...

Teresa: Olha o laço [no cabelo]! E esse colete?

Júlia: Mas gente! Quem ia querer essa mocoronga [pindérica]? Só se o menino é

maluco... ou cego.

Paula: Ela precisa melhorar muito...

Nesses episódios de violência sutil, a conversão de diferenças em desigualdades sociais tem como sustentáculo a coerção pelo constrangimento (Goodwin 2006; Tomasini 2013). O embaraço ocasionado pela «gastação» nos remete à ideia goffmaniana da necessidade de dominar o papel, posto que os «falhanços» de desempenho resultam em constrangimento. Ringrose e Renold (2010) já haviam notado que essas experiências de vergonha impulsionam tomadas de decisão referentes à identidade constituída, tornando-se fator-chave nos processos de organização e controle social dos sujeitos que passam a antecipar comportamentos a evitar.

Igualdade e diferença, padrões de inclusão e exclusão são tecidas nesse sistema de atividades integradas de construção de desigualdade. Essa condição de desigualdade desenvolve a regulamentação invocada pelas adolescentes como obrigatória para elas próprias, que, por sua vez, articula a sua obrigatoriedade. Ao descrever um conjunto de qualidades necessárias para meninas tornarem-se mulheres, a prática de *bullying* adquire valor ímpar na socialização de gênero. A força desse tipo de intimidação está em sua capilaridade social: uma rede de relações que tenta impor o alinhamento pelo olhar, pela visibilidade das submetidas e, consecutivamente, produzem efeitos de poder. Trata-se de situar a importância e os significados das várias regras tradicionais de procedimento, conferindo inteligibilidade cultural ao ser mulher (e ao ser homem).

A percepção é de que a diferenciação social pela divisão etária pontua o arco do processo de aprendizagem de regras e convenções morais de gênero que ocorre ao longo da adolescência. Conforme aponta Tomasini (2013), essa fase de transição que culmina na «pessoa crescida» requer criar um antagonismo que permita a diferenciação relativa a esse outro marcado como um eu pretérito. Assim, a maturidade ou imaturidade são definidas na dinâmica de avaliação e reconhecimento do grupo de pares, que estabelece critérios de similitudes e diferenças.

Citando-se como exemplo, algumas meninas mais velhas atribuíam o comportamento «foveiro» ao afã e ao entusiasmo que se sente ao «experimentar algo novo». As narrativas assinalavam que esse movimento de experimentação sexual é um processo pelo qual também haviam passado no período etário entre os 11 e 12 anos. Dada a ênfase conferida, parecia ter a força de um axioma: as meninas menores são tidas como mais «assanhadas», por ainda não terem aprendido a se comportar adequadamente.

Esse aprendizado desenvolve-se com o peso decisivo da pressão exercida pelos pares. Além da difamação por colegas de ambos os sexos, as meninas tinham que lidar com o assédio sexual (bolinadas e insultos) de rapazes. Afinal, as relações de constrangimento desempenhadas no *bullying* aportam à normalização do sexismo e da violência como forma de moralização da sexualidade feminina entre pares. Quando alguma menina tentava se defender da coerção sexual sofrida, costumeiramente era questionada pelos jovens: «Ah, mas você não pega os meninos todos, por que não eu também?» Uma provocação que sintetiza como o trabalho de desvalorização moral aqui descrito servia de justificativa para o assédio. De facto, ao impelir à assimilação de estereótipos de gênero, esse mecanismo coercitivo reforça o papel subalterno das mulheres em relação aos homens. E esse reforço das fronteiras entre o feminino e o masculino nas práticas cotidianas culmina em um processo de feminilização.

À guisa de sintetizar os efeitos do *bullying* na construção identitária de gênero, atenho-me à importância da regulação moral para a conformação de condutas equilibradas. As práticas e significados articulados em torno da feminilidade tradicional são marcados por uma série de exigências culturais inscritas na tensão entre os dois polos constitutivos da identidade feminina (pureza-poluição), sem pender a uma das extremidades. Há de se levar em conta o peso dessa problemática na constituição da feminilidade pelas adolescentes: elas devem ser, mas não muito, autoabsorvidas sobre sua aparência; devem ser atraentes, mas não vistas como sexualmente expansivas; devem ser bem-comportadas, mas não vistas como «bestas»; notadas e apreciadas pelos colegas, mas não chamar muita atenção sobre si próprias, e assim por diante (Currie *et al.* 2007). De tal modo, a identidade feminina é construída por esses jogos de diferenças e oposições que não confluem entre polos de um «eu» e um «outro» exterior como a masculinidade hegemônica, mas, sim, demanda conformar, situacionalmente, polos contrários.

Considerações finais

A discussão sobre violência de gênero no ambiente escolar reforça a necessidade de a instituição voltar-se para práticas educativas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade de ações e discursos de conteúdo sexista pelos estudantes. Sendo a escola um espaço em que são reproduzidos padrões assimétricos e de desigualdades generificadas, faz-se necessário problematizar o gênero como prática, constructo simbólico e princípio estrutural nas relações entre os vários sujeitos. Implica, dentre outras questões, refletir sobre os símbolos culturalmente disponíveis e as atribuições relativas ao que é ser homem e mulher em nossa sociedade.

Em prol da assimilação da alteridade no processo de construção identitária pelos estudantes, as práticas educativas e intervenções nos conflitos precisam con-

180 Jamile Guimarães

siderar a dimensão normativa que os constitui. O *bullying* materializa as barreiras relativas à normativa de gênero nas relações entre adolescentes (Miller 2016; Miranda e Maia 2017; Santos *et al.* 2017), barreiras essas que exprimem a reprodução da desigualdade de gênero experimentada no desenvolvimento de sua sexualidade. Atento, assim, ao perigo reducionista de vislumbrá-lo como um ato de indisciplina ou punição direta e unicamente vinculado a sentimentos como vingança, raiva, ciúme ou mágoa. O poder, a popularidade e o *status* são categorias-chave que mobilizam e dependem de ações discriminatórias para se manifestarem efetivamente (Duncan 2004; Armstrong *et al.* 2014). É nesses termos que o *bullying* intensifica o efetivo social de convencimento sobre a pertinência das características socialmente apreciadas, mas, sobretudo, o entendimento da gramática das normas sociais de gênero.

Referências bibliográficas

- Armstrong, Elizabeth A., Laura Hamilton, Elizabeth M. Armstrong, e J. Lotus Seeley. 2014. «Good girls: gender, social class, and slut discourse on campus». *Social Psychology Quarterly* 77 (2): 100-122. DOI: https://doi.org/10.1177/0190272514521220
- Baumeister, Roy, Liqing Zhang, e Kathleen Vohs. 2004. «Gossip as cultural learning». *Review of General Psychology* 8 (2): 111-121. DOI: https://doi.org/10.1037/1089-2680.8.2.111
- Boehm, Christopher. 1999. *Hierarchy in the forest: the evolution of egalitarian behavior*. Cambridge: Harvard University Press.
- Butler, Judith. 1990. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of «sex»*. New York: Routledge. Connell, Raewyn. 2005. *Masculinities*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Cordeiro, Rosineide, Evandro Barbosa Filho, Giselle Maria dos Santos, Luanne Oliveira, e Raíssa Araújo. 2010. «Meninas de moral: experiências socioeducativas em um bairro popular do Recife». *Psicologia: Ciência e Profissão* 30 (1): 188-199. DOI: https://doi.org/ 10.1590/S1414-98932010000100014
- Crapanzano, Vicent. 2002. «Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais». In *Raça como retórica: a construção da diferença*, organizado por Yvonne Maggie e Cláudia Rezende, 441-458. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Currie, Dawn, Deidre Kelly, e Shauna Pomerantz. 2007. «The power to squash people: understanding girls' relational aggression». *British Journal of Sociology of Education* 28 (1): 23-37. https://doi.org/10.1080/01425690600995974
- Debert, Guita, e Maria Filomena Gregori. 2008. «Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas». *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 23 (66): 165-211. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011
- Duncan, Neil. 2004. «It's important to be nice, but it's nicer to be important: girls, popularity and sexual competition». Sex Education 4 (2): 137-148. DOI: https://doi.org/10.1080/146 81810410001678329
- Ferreira, Vitor Sérgio. 2014. «Artes e manhas da entrevista compreensiva». *Saúde e Sociedade* 23 (3): 979-992. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300020

- Fjaer, Eivind, Willy Pedersen, e Sveinung Sandberg. 2015. «I'm not one of those girls: boundary-work and the sexual double standard in a liberal hookup context». *Gender & Society* 29 (6): 960-981. DOI: https://doi.org/10.1177/0891243215602107
- Goffman, Erving. 2008. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes.
- Goodwin, Marjorie. 2006. The hidden life of girls: games of stance, status and exclusion. Malden, MA: Blackwell.
- Miller, Sarah. 2016. «How you bully a girl: sexual drama and the negotiation of gendered sexuality in high school». *Gender & Society* 30 (5): 721-744. DOI: https://doi.org/10.1177/0891243216664723
- Minayo, Maria Cecília. 1994. «A violência social sob a perspectiva da saúde pública». *Cadernos de Saúde Pública* 10 (1): 7-18. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000 500002
- Minayo, Maria Cecília. 2014. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco.
- Miranda, Ana Paula, e Bóris Maia. 2017. «Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro». *Horizontes Antropológicos* 23 (49): 177-202. DOI: https://doi.org/10.1590/s0104-71832017000300007
- Neves, Paulo Rogério. 2008. «As meninas de agora estão piores do que os meninos: gênero, conflito e violência na escola». Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- Pascoe, Cheri. 2007. *Dude, you're a fag: masculinity and sexuality in high school*. Berkeley: University of California Press.
- Ringrose, Jessica. 2008. «Just be friends: exposing the limits of educational bully discourses for understanding teen girls' heterosexualized friendships and conflicts». *British Journal of Sociology of Education* 29 (5): 509-522. DOI: https://doi.org/10.1080/0142569080 2263668
- Ringrose, Jessica, e Emma Renold. 2010. «Normative cruelties and gender deviants: the performative effects of bully discourses for girls and boys in school». *British Educational Research Journal* 36 (4): 573-596. DOI: https://doi.org/10.1080/01411920903018117
- Santos, Hugo, Sofia Marques da Silva, e Isabel Menezes. 2017. «Para uma visão complexa do bullying homofóbico: desocultando o quotidiano da homofobia nas escolas». *ex æquo* 36: 117-132. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.07
- Schalet, Amy. 2009. «Subjectivity, intimacy, and the empowerment paradigm of adolescent sexuality: the unexplored room». *Feminist Studies* 35 (1): 133-160.
- Simmons, Rachel. 2011. Odd girl out: the hidden culture of aggression in girls. New York: Harcourt.
- Thorne, Barrie. 1997. Gender Play: girls and boys in school. New Jersey: Rutgers University Press.
- Tolman, Deborah. 2005. *Dilemmas of desire: teenage girls talk about sexuality*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tomasini, Marina. 2013. «Hacerse el malo: interacciones cotidianas entre estudiantes varones de primer año de escuelas secundarias de Córdoba, Argentina». *Sexualidad, Salud y Sociedad* (15): 86-112. DOI: https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000300005
- Vale de Almeida, Miguel. 1995. Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século.

182 Jamile Guimarães

Jamile Guimarães. Socióloga, doutora em Saúde Pública e pesquisadora associada na área de Gênero, Sexualidade e Saúde do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil. Realizou estágio de pesquisa no CIES-Instituto Universitário de Lisboa, com bolsa da CAPES. Desenvolve investigações interdisciplinares sobre juventude, gênero, sexualidade e promoção da saúde com enfoque nos processos de construção identitária em ambientes de participação social, comunidades empobrecidas e escolares. Endereço eletrônico: mile.guimaraes@gmail.com

Artigo recebido a 2 de junho de 2018 e aceite para publicação a 1 de setembro de 2018.

Recensões

Women in International and Universal Exhibitions, 1876-1937, editado por Rebecca Rogers e Myriam Boussahba-Bravard. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2018, 286 pp.

Júlia Garraio

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Poderá um estudo sobre a participação de mulheres nas exposições internacionais e universais realizadas entre 1876 e 1937 contribuir para um conhecimento mais aprofundado desses imponentes eventos culturais de celebração da técnica, do progresso e da modernidade, e inevitavelmente associados ao imperialismo ocidental? No volume organizado por Rebecca Rogers e Myriam Boussahba-Bravard, argumenta-se que as exposições, enquanto encenações do progresso e do domínio colonial, foram lugares de exibição da luta de poder entre nações imperiais rivais, mas também espaços onde as mulheres reclamaram subjetividades. Mais ainda, assume que um estudo focado na participação feminina e nas dinâmicas de identidade sexual que moldaram esses eventos é capaz de, através da visibilização de questões negligenciadas, abrir novas perspetivas tanto para a história das mulheres como para a investigação sobre as exposições.

As mulheres estiveram massivamente presentes nas exposições universais e internacionais, como espectadoras e consumidoras, como artistas, como trabalhadoras e, claro, como «objeto representado». Ainda que certas representações de mulheres sejam analisadas nalguns contributos, o foco neste volume é o papel das mulheres como agentes, nomeadamente como criadoras artísticas, organizadoras culturais e ativistas que usaram esses eventos para promover os seus interesses e lutar pelos direitos das mulheres. Neste volume, sendo a mulher entendida como categoria marcada pela diversidade identitária, a problematização da identidade sexual traduz-se na realidade em abordagens intersecionais profundamente atentas a dimensões como estatuto económico, origem étnica e/ou geográfica, pertença religiosa, processos de racialização e capital simbólico. Vejamos então a estrutura do volume.

Aprimeira parte, «Exhibiting Women: Collectors, Artists and Students», é constituída por três contributos sobre estratégias usadas por mulheres para promover

os seus interesses e as suas carreiras através das exposições. Julie Verlaine centra-se em coleções de arte de mulheres, mostrando como as exposições contribuíram para que certas mulheres ocidentais com forte poder económico passassem a movimentar-se em círculos internacionais como colecionadoras e mecenas. Ursula Estrada debruça-se sobre as primeiras estudantes admitidas na Escuela Nacional de Bellas Artes do México, com destaque para Carlota Camacho, e o significado da sua participação na World's Columbian Exposition (Chicago, 1893). O estudo problematiza o acesso de mulheres a espaços artísticos tradicionalmente masculinos, discutindo também o papel da obra destas artistas na construção de narrativas alternativas sobre a relação entre as mulheres e a nação mexicana. Linda Kim aborda os limites ao poder das artistas sobre as suas criações através da análise de American Girl, escultura de Bessie Porter que usou a atriz Maud Adams como modelo. Recusada pela comissão norte-americana para representar o país na Exposition Universelle de 1900 (Paris), a obra seria aí exibida num espaço comercial, o Palais de l'optique.

A segunda parte, «Promoting Women: Professionals, Workers and Organizers», inicia-se com um estudo de Gwen Jordan sobre as estratégias usadas por advogadas norte-americanas no contexto da exposição de Chicago (1893) para exigir mais representatividade. Segue-se um estudo de Teresa Pinto sobre o desaparecimento da memória oficial portuguesa da forte presença de trabalhos de alunas das escolas industriais portuguesas em quatro exposições internacionais da viragem do século (Paris, 1889; Chicago, 1893; Paris, 1900; Rio de Janeiro, 1908). Anne Epstein analisa os contributos de Anna Lampérière e Jeanne Weill na organização de dois congressos sobre educação no contexto da Exposição de Paris de 1900 como sinalizadores do advento de um novo papel social para as mulheres na viragem do século, o de organizador intelectual.

A terceira parte, «Staging Otherness: Women on and from the Margins», conta com um estudo de Christiane Demeulenaere-Douyère sobre uma das atrações mais populares das exposições universais, as mulheres das aldeias indígenas e dos espetáculos étnicos. Perante a dificuldade de encontrar fontes que permitam estudar a agência destas mulheres e as condições laborais em que foram exibidas pela Europa, o capítulo debruça-se sobre os papéis que lhes foram atribuídos na encenação do exótico. Ao analisar a exibição das dançarinas javanesas, das dançarinas egípcias (exposição de Paris de 1889) e das «amazonas de Daomé» (atual Benim) (exposição de Paris de 1900) no quadro de imaginários orientalistas oitocentistas e da celebração do poder colonial francês, o estudo converge com uma vasta investigação existente, sobretudo a partir de abordagens pós-coloniais, sobre o papel das representações de corpos femininos racializados na popularização do imperialismo.

Os outros capítulos da secção sinalizam, porém, que algumas mulheres das margens conseguiram usar a projeção internacional das exposições para questionar e desafiar códigos vigentes. Veja-se o estudo de Claudine Raynaud sobre várias

RECENSÕES 187

ativistas negras norte-americanas no contexto da exposição de Chicago de 1893. Numa altura de forte brutalidade racista no Sul dos EUA, o panfleto de Ida B.Wells «The Reason why the coloured American is not in the World's Columbian Exposition» exigia o direito de as negras norte-americanas se representarem a si próprias. Raynaud valoriza também os contributos de seis palestrantes negras no World's Congress of Representative Women (1893) enquanto articulação de consciência política e delineação de lutas que iriam abrir caminhos para a emergência de feminismos negros no século XX.

James Keating procede a um estudo comparativo da participação de dois grupos de mulheres das margens, a feminista australiana Margaret Windeyer e mulheres Mórmon do Utah, no acima referido *World's Congress of Representative Women* (Chicago, 1893). O êxito de integração num diálogo nacional, protagonizado pelas mulheres Mórmon, serve para o investigador destacar a força dos apoios institucionais (Utah) e as desvantagens inerentes à periferia geográfica (New South Wales).

A quarta e última parte do volume, «Mobilizing women: National, International and Transnational Feminism(s)», visa as relações complexas e contraditórias entre as exposições internacionais e as organizações de mulheres. Karen Offen descreve como mulheres francesas e norte-americanas, com destaque para a feminista May Wright Sewall, usaram as exposições de Paris (1889 e 1900) e de Chicago (1893) como espaços para promover redes de cooperação que levaram à criação do *International Council of Women* e de uma filial francesa, o *Conseil national des femmes françaises*. Tracey Jean Boisseau analisa a importância das exposições internacionais para o crescimento de feminismos transnacionais, observando simultaneamente os limites e compromissos que o formato nacionalista desses eventos impunha às manifestações feministas. O capítulo final, de Siân Reynolds, centra-se na exposição de Paris de 1937 como evento marcado por uma mentalidade conservadora. Ainda assim, a historiadora valoriza a colaboração de associações de mulheres no advento do que, depois da guerra, viria a ser o Estado social.

Esta síntese dos contributos sinaliza que o volume, estruturado em quatro partes que pretendem ser representativas das formas de participação das mulheres nas exposições, não oferece uma visão panorâmica do período em análise. Trata-se, à primeira vista, de um conjunto de estudos de caso, em que há uma hegemonia de contributos sobre aspetos parcelares de exposições realizadas nos EUA e em França. As exposições ausentes são numerosas: entre muitas outras, as realizadas no Reino Unido, na Bélgica, em Portugal ou na Itália. Tal, no entanto, não retira valor nem pertinência ao volume. Por um lado, há que notar a qualidade e o rigor científico que fazem cada contributo individual valer por si, bem como o facto de vários capítulos incidirem sobre temas deveras originais (veja-se, por exemplo, o trabalho de Teresa Pinto). Por outro lado, quando lidos no seu conjunto e em diálogo, os vários estudos de caso contribuem de facto para perceber melhor as implicações das questões de identidade sexual nas dinâmicas socias das exposições

enquanto espaços de negociação, que funcionaram como lugares de emancipação e empoderamento, mas igualmente como promotores de exclusões, silenciamentos e reiteração de subalternidades.

Porém, o grande valor do volume prende-se com a forma convincente com que prova a pertinência da análise de questões de identidade sexual na investigação sobre as exposições. Nesse sentido, é de notar como o volume visibiliza estudos feministas anteriores sobre o tema, reclamando-os para os debates alargados sobre as exposições. Ao referir as suas próprias lacunas e delinear novos paradigmas, o volume aponta caminhos a percorrer, incentivando investigadores/as a explorar outras geografias que possam contribuir para conhecimentos mais sistematizados sobre a forma como a narrativa triunfante da modernidade é estruturada por construções de identidade sexual e como as mulheres, além de serem parte da narrativa da exposição universal, também participaram na escrita dessa narrativa. O volume incita assim à realização de mais estudos sobre a época abordada, bem como à exploração de questões de identidade sexual que vão para além da categoria mulher. Convida também à investigação sobre o período ausente do volume, nomeadamente a ordem mundial pós-1945, quando os alicerces ideológicos subjacentes a grande parte das exposições analisadas no volume, o poder colonial ocidental, são repudiados pelos povos colonizados, e se assiste a importantes transformações na situação social das mulheres.

A New History of Iberian Feminisms, editado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson. Toronto: University of Toronto Press, 2018, 544 pp.

Macarena García-Avello Universidade de Cantábria, Espanha

While most of the literature on women's studies considers feminist movements in Spain and Portugal separately, Silvia Bermúdez and Roberta Johnson's *A New History of Iberian Feminisms* (2018) offers a comprehensive history of feminist activity and writing from the eighteenth century to the present day in all areas of the Iberian peninsula. This collection of thirty-six essays traces women's long path towards the achievement of full citizenship, focusing on how feminist activity has evolved in the different regions of Spain and Portugal and the numerous ways in which this activity has been incorporated into Peninsular feminist networks as a whole. In this regard, the book represents an invaluable approach to the study of feminisms defined by their pluralism.

RECENSÕES 189

One of the volume's greatest virtues is the periodization system. The book is neatly structured into six time periods, each corresponding to a different stage in feminist activity and writing. In order to guide the reader, the six chronological segments are preceded by an overview of the historical context. This research incorporates a thoroughly documented theoretical foundation that sheds light on the multiple interactions between women's activity and political history in both Spain and Portugal. On the other hand, each chapter pays careful attention to women's contributions to the debates during each time period, in particular regions through rigorous and solid analyses of non-fiction writings, particularly through essays. By feminist writing, the authors broadly refer to «writing that seeks to uncover the individual and social mechanisms that constrain women's lives and/or writing that proposes alternatives to social, political, or individual circumstances that foster inequality between men and women» (p. 6).

Since the Enlightenment is considered to be the starting point for a feminist consciousness, the book opens with the eighteenth century, which is exhaustively examined in the articles from the section «Iberian Feminism in the Age of the Enlightenment». The second time period that is explored, «The Long Nineteenth Century», spans from the nineteenth century until 1920. Rather than an organized movement, Iberian feminism up to that time is represented as revolving around figures like Concepción Arenal, Emilia Pardo Bazán, Carmen de Burgos, Antónia Gertrudes Pusich and Francisca de Assis Martins Wood, among others. Nevertheless, the increasing recognition of women's rights during the Republican period promoted projects of emancipation and the emergence of what could be deemed as «first wave Iberian feminism». The research included in the third part titled, «The Iberian Feminist Movements Gain Strength under the Republics, 1920-1939», demonstrates the significance of a militant feminism that was suspended with the coup d'états in Portugal and Spain. However, while the dictatorships of António de Oliveira Salazar and Francisco Franco led to the imposition of feminine roles strongly influenced by Catholicism and traditional values, the collection of works gathered within section four delve into the subtle ways in which women managed to subvert dominant discourses through their narratives.

The last two chronological segments stretch from the early democratic era up to the most recent period. Since the ending of the dictatorial period that marked important developments in the liberation of women in Spain and Portugal, the struggle for equal rights has gone through several different stages. These chapters provide a thorough exploration of the current state of affairs regarding contemporary feminisms, which, according to the authors, are «largely the fruit of a generation that, we could say, discovered for themselves the experience of politics and felt the enthusiasm and power that came from collectively taking the initiative in the public realm, in such a way that (as some of those involved have commented) political action even turned out to be fun: a courageous generation with a powerful will to action and remarkable confidence in their ability to redesign the public

sphere» (p. 400). More specifically, throughout the past decades, feminist debates have been determined by the equality/different exchanges in Spain, the increasing presence of the Instituto de la Mujer, the National Plans for Equality in Portugal, government institutions dedicated to women's rights, and more recently, by information technology and development and the inclusion of LGBT groups, immigrant women and other dimensions of subjectivities. The final section of the book portrays contemporary feminisms as mainly concerned with four central issues: domestic violence; abortion rights; gender equality; and lesbian and queer identity.

All contributions are committed to go beyond national boundaries in order to demonstrate that it is possible to talk about Iberian feminisms. Nevertheless, the extent of the research and its broad content may be responsible for the fact that Portuguese, Castilian, Catalonian, Galician and Basque feminisms remain the center of attention, while women's movements in other geographical areas, like Asturias and Andalucía, are not discussed in sufficient depth. On the other hand, the section entitled «Iberian Feminisms' Diversity: 1996 to the Present» discusses the current influence of virtual communities in the dissemination of feminist practices, but fails to reflect critically on theories concerning transnational approaches. While recognizing that no approach can be all-inclusive, the authors state that their goal was «to complicate the standard histories of Iberian feminism by bringing this diverse production into focus and understanding its contribution to a complex web of feminist interactions from the eighteenth century [...] to the present» (p. 7). Their contribution most certainly meets this objective, as evinced by the insightful collection of essays included in the book.

It is worth noting how the eighteenth-century feminist writings, the nine-teenth-century projects of emancipation, the first and second wave and, ultimately, contemporary Iberian feminisms are intricately woven together. Despite being characterized as a multilingual and culturally diverse geographical space comprised by a wide range of regions, the book highlights the presence of feminist networks, along with the existence of certain common elements, including the influence of the Roman Catholic tradition and the transatlantic dimension promoted through contacts with Latin America. The volume's most innovative aspect and its main contribution is that feminist activities in these regions are systematically considered in order to be integrated into Peninsular feminist networks as a whole. All in all, the authors have compiled a collection of essays that provides a comprehensive approach to feminist activity connecting different territories and various time periods. Besides offering a pleasant reading experience, this collection offers a point of departure for further research on plural Iberian feminisms.

RECENSÕES 191

L'Europe des Femmes. XVIII^e-XXI^e siècle, coordenado por Julie Le Gac e Fabrice Virgílio, Paris: Perrin, 2017, 351 pp.

Teresa Pinto Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, Portugal.

L'Europe des Femmes é um livro de conhecimento e de intervenção.

Esta obra é o produto de um projeto comum da Associação Mnémosyne¹ e do Grupo *Genre & Europe* do Laboratório de Excelência *Écrire une nouvelle histoire de l'Europe* (LabEx EHNE²), fruto da iniciativa e coordenação de um coletivo de doze investigadoras e investigadores,³ movido por uma dupla finalidade: contribuir para a reescrita da história das populações europeias, do século XVIII à atualidade, dando voz às mulheres que sempre a integraram, e intervir na alteração de mentalidades, sensibilizando, a partir da comunicação do conhecimento produzido, para as desigualdades de género.

Na introdução geral, o coletivo de coordenadoras confronta criticamente os curtos momentos em que as mulheres surgem no centro de decisões fundamentais para a vida das sociedades com o longo silenciamento a que é votado o papel das mulheres ao longo da história. Pretende-se conferir «aujourd'hui chair et parole à celles qui, par leurs idées, leurs résistances, leurs combats, ont contribué à transformer nos sociétés» (p. 19). Voltar às fontes, nomeadamente a textos clássicos na sua versão original, para melhor captar as nuances sociais e culturais do respetivo contexto, e estabelecer um diálogo entre essas fontes foi o caminho escolhido para melhor percecionar dinâmicas e redes entre os movimentos e mulheres de diferentes países, bem como identificar desfasamentos no tempo e no espaço. Estamos perante uma antologia que inclui textos em francês, inglês, sueco, alemão, holan-

A Associação Mnémosine, cujo nome remete para a deusa da memória e mãe das musas, promove a história das mulheres e do género numa dimensão internacional, europeia e francófona (http://www.mnemosyne.asso.fr). Constituída em 2000, pública a revista em linha *Genre & Histoire*.

O LabEx EHNE surgiu em 2012, no contexto da crise da União Europeia e do projeto europeu, propondo-se abordar a história da Europa a partir de eixos temáticos que recobrem uma ampla gama de campos que, no quadro institucional em que a investigação histórica é conduzida, são apenas apreendidos nas suas evoluções autónomas (http://www.labex-ehne.fr).

Face às dificuldades editoriais colocadas pelo elevado número de pessoas coordenadoras da obra, foram escolhidos coletivamente dois nomes que assumiram formalmente a coordenação para efeitos da publicação do livro. A justa referência ao coletivo está presente numa nota do editor (p. 9): Peggy Bette, Sónia Bledniak, Myriam Boussahba-Bravard, Anne-Laure Briatte, Véronique Garrigues, Louis-Pascal Jacquemond, Julie Le Gac, Amandine Malivin, Dominique Picco, Yannick Ripa, Mélanie Traversier e Fabrice Virgíli.

dês, português, espanhol, italiano, romeno, latim, grego, ídiche, russo, polaco, servo-croata, albanês e turco.

À voz de figuras bem conhecidas e de referência, como Olympe de Gouges, Condorcet, Mary Wollstonecraft, Concepción Arenal, August Bebel, Alexandra Kollontaï, Anne Frank, Virgínia WolfWoolf, Maria Isabel Barreto, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, juntou-se a de camponesas, operárias, domésticas, migrantes... Ficções, cantigas, discursos, ensaios, correspondências e fontes iconográficas diversificadas foram escrutinadas e reinterpretadas à luz de um conjunto de referências comuns de acordo com uma preocupação comum, a de promover a igualdade de mulheres e homens. São, pois, essas fontes que nos são apresentadas, analisadas e comentadas.

Os documentos organizam-se em torno de temáticas transversais e interrogam interroga campos abrangentes: estereótipos sexistas, relação com o corpo, desafios da educação, influência das religiões, experiência da guerra, feminismos, lutas pela igualdade de direitos civis e políticos, migrações, o reconhecimento das mulheres nas artes, nas ciências e no mundo do trabalho, conferindo às mulheres o papel de agentes da história. São onze os capítulos aglutinadores, cada um deles contendo seis a oito sequências de documentos, num total de setenta e oito, apresentados na sua versão original e na tradução em francês, a que se segue a respetiva informação sobre a autoria do documento e o contexto da sua produção, bem como o comentário e pistas bibliográficas para aprofundamento futuro, da responsabilidade da pessoa autora responsável por cada uma das sequências. Em geral, os documentos ocupam uma página, uma segunda página para a tradução, no caso dos documentos textuais, e os comentários ocupam outras duas páginas. São sínteses bem estruturadas e sustentadas em investigação, o que constitui um valor acrescentado à oferta alargada de vozes e de situações a que se reportam.

Colaboraram neste projeto mais de sessenta autoras e autores que, embora na sua maioria pertençam a Centros de Investigação e Universidades francesas, integram catorze Investigadoras de outros países da Europa (Alemanha, Itália, Suíça, Portugal, Suécia, Bélgica, Espanha, Polónia) e um de um país extra-europeuextraeuropeu (Brunei). O alargamento a investigações provenientes de outros *lugares* de produção de conhecimento, apesar de não revelar um critério bem definido, permitiu a introdução de algumas visões provenientes de ângulos e perspetivas distintas e menos contaminadas pelo contexto francês. Sublinhe-se o contributo de Júlia Garraio, da Universidade de Coimbra, sobre as *Novas Cartas Portuguesas* das *três Marias*, atrás referidas (pp. 44-47).

Numa obra com estas características, justifica-se a enumeração dos contributos, de forma a dar uma ideia da panóplia de assuntos nela contemplados.

O 1.º capítulo, *On ne naît pas femme: on le devient*, congrega documentos e comentários, respetivamente, de Mary Wollstonecraft (Myriam Boussahba-Bravard), Concepción Arenal (Yannick Ripa), Otto Weininger (Jacques Le Rider), Ale-

RECENSÕES 193

xandra Kollontaï (Magali Delaloye), Simone de Beauvoir (Sylvie Chaperon), Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa (Júlia Garraio), *Bonne fête maman!* [imagem] (Claudine Marissal).

- O 2.º capítulo, *Entrées en politique*, inclui documentos e comentários, respetivamente, de Nicolas de Condorcet (Caroline Fayolle), William Thompson (Michel Prum), Hedwig Dohm (Anne-Laure Briatte), Agence Rol [fotografia] (Myriam Boussahba-Bravard), Victoria Kent (Yannick Ripa), Aslan Tufan Egemen (Emmanuel Szurek), Laura Boldrini (por Anna Scattigno).
- O 3.º capítulo, *La guerre, une affaire de femmes*, apresenta documentos e comentários, respetivamente, de Étienne-Nicolas Méhul [música] e Marie-Joseph Chénier [letra] (Fabrice Virgili), Florence Nightingale (Fabrice Virgili), Paolina Schiff (Ruth Nattermann), Bertha von Suttner (Anne-Laure Briatte), Trois affiches de la guerre civile espagnole [imagens] (Maud Joly), Anne Frank (Julie Le Gac), Nina Lobkovskaia (Amandine Regamey).
- O 4.° capítulo, À *corps perdus*, reúne documentos e comentários, respetivamente, de Mme du Coudray [imagem] (Véronique Garrigues), Magnus Hirschfeld (Agathe Bernier-Monod), Marie Carmichael Stopes (Myriam Boussahba-Bravard), Giuliana Dal Pozzo (Anna Scattigno), Papa Paul Paulo VI (Anthony Favier), Roger Jackson [fotografia] (Ludivine Bantigny), Simone Veil (Yannick Ripa).
- O 5.° capítulo, *Féminismes en tous genres*, compreende documentos e comentários, respetivamente, de Josefa Amar y Borbón (Mercedes Yusta Rodrigo), August Bebei (Jean-Numa Ducange), Arma Kuliscioff (Simonetta Soldani), Report of the Fourth Conference of the International Woman Suffrage Alliance (Myriam Boussahba-Bravard), Astrid Lindgren (Eva Söderberg), Hymne du MLF (Fabrice Virgili e Michelle Zancarini-Fournel), Vida Tomsic (Fábio Giomi), MARShojmë S'festojmë [fotografia] (Francoise Thébaud.
- O 6.º capítulo, *Et Dieu créa la femme*, abarca documentos e comentários, respetivamente, de Glückel von Hameln (Sylvie Anne Goldberg), Predikatorul Jurnal Eklesiatic (Constanta Vintilă-Ghitulescu), Franz Hipler (Malgorzata Sokolowicz. Nelly Roussel (Véronique Rieu), Hasnija Berberović (Fábio Giomi), The Church of EnglandIgreja Anglicana (Rémy Bethmont).
- O 7.º capítulo, À *l*'école du genre, incorpora documentos e comentários, respetivamente, de Jean-Jacques Rousseau e Nicolas de Condorcet (Dominique Picco), Caterina Franceschi Ferrucci (Simonetta Soldani), Emilia Pardo Bazán (Yannick Ripa), École de Carouge (Marianne Thivend), Pavel Čubinskij (Denise Karnaouch), Dr Rudolf Bode (Nicolas Patin), Dr Benjamin Spock (Didier Lett).
- O 8.º capítulo, *Travailleuses de tous les pays*, abrange documentos e comentários, respetivamente, de Pedro Rodríguez de Campomanes (Ofelia Rey Castelao), Vittoria e Felice Carpano (Beatrice Zucca Micheletto), Molteni [fotografia] (Marie-Élisabeth Handman), Adelheid Popp (Paul Pasteur), Olive Schreiner (Myriam Boussahba-Bravard), Coco Chanel [imagem] (Louis-Pascal Jacquemond), Internationale du personnel des PTT (Peggy Bette).

O 9.º capítulo, *Parcours d'exil*, introduz documentos e comentários, respetivamente, de The Hon. Mrs. Stuart Wortley (Marie Ruiz), Raden Adjeng Kartini (Frank Dhont), Joseph-Porphyre Pinchon [imagens] (Joël Cornette), Weronika Kapusta (Louis-Pascal Jacquemond), Solange Fasquelle e Maurice Henry [imagens] (Bruno Tur), Sabine de Dresde (Anne-Laure Briatte), Lina Prosa (Camille Schmoll).

O 10.º capítulo, *Place aux artistes*, contém documentos e comentários, respetivamente, de Maria Rosa Coccia (Mélanie Traversier), Marie Bashkirtseff [imagem] (Charlotte Foucher Zarmanian), Virginia Woolf (Anne Besnault-Levita), Mariama Bâ (Pascale Barthélémy), VALIE EXPORT (Louis-Pascal Jacquemond), Carlos Sánchez Pérez, dito Ceesepe [imagem] (Brice Chamouleau), Niki de Saint Phalle [fotografia] (Louis-Pascal Jacquemond).

O 11.º capítulo, À *la conquête des sciences*, convoca documentos e comentários, respetivamente, de Maria Gaetana Agnesi (Clara Silvia Roero), Sophie Germain (Sonia Bledniak), Hertha Marks Ayrton (Louis-Pascal Jacquemond), Franziska Tiburtius (Johanna Bleker), Benjamin Couprié [fotografia] (Louis-Pascal Jacquemond), Komsomol'skaia Pravda [texto e imagem] (Sylvain Dufraisse), Mary Nash (Yannick Ripa).

O livro termina com um comentário a um pormenor da representação «Europa sobre o touro» de Astéas, 340 a.C., sugestivamente intitulado «*Europe, la belle* étrangère».

L'Europe des Femmes, não só confere visibilidade a mulheres e contextos históricos que marcaram a vida das populações europeias e as relações entre mulheres e homens do século XVIII à atualidade, como sugere uma opção metodológica metodológico que pode ser desenvolvida e aprofundada através do alargamento das redes de investigação intra e internacionais.

Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual, de Isabel Ventura, Lisboa: Tinta da China, 2018, 480 pp.

Maria Clara Sottomayor Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional

Isabel Ventura, na sua tese de doutoramento, agora publicada na Tinta da China, *Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual*, deixa-nos um estudo interdisciplinar fascinante e rigoroso sobre as teorias da violação e sobre a história jurídico-legal da violação em Portugal, cruzando a sociologia e o direito, com base em fontes legais, jurisprudenciais, doutrinárias e políticas. A autora

RECENSÕES 195

dedica o trabalho a todas as vítimas de violência sexual: às que suportaram a via sacra (e as humilhações) de um processo judicial, e às que que estão ainda em silêncio, e àquelas para quem o prazo de seis meses para apresentar queixa não foi suficiente. Estas são a maioria: como demonstra o inquérito feito, na União Europeia, a 48 000 mulheres, em que só cerca de 13% das vítimas de violência sexual a denunciam ao sistema (FRA – Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2014).

A obra constitui um poderoso desafio à Justiça e a toda a sociedade porque denuncia a presença, ainda hoje, dos mitos e dos preconceitos em torno da violação, fornecendo-nos a perspetiva da vítima, silenciada na história.

A autora escolheu a imagem da Medusa – uma figura mitológica da cultura greco-latina, violada por Poseidon, o deus do mar – para simbolizar o estigma sofrido pelas mulheres vítimas de violação ao longo da história. Ser vítima de violação transformou Medusa, uma jovem de uma beleza rara, numa criatura feia e abjeta, condenada ao abandono e à solidão por Atena, a deusa da guerra. Esta figura feminina lendária encarna assim os danos psicológicos, sociais e relacionais causados às mulheres vítimas de violação: o dano da confiança, o dano do abandono, o dano da perda de autonomia, o dano da exposição, o dano do isolamento e da rutura com o mundo, o dano da impotência, do medo e da vergonha, o dano da perda da autoestimaauto-estima. Estes danos não têm tido reflexo na narrativa judicial, na doutrina penalista ou nos tratados dos comentadores e só recentemente são conhecidos pela ciência e classificados como *stress* pós-traumático, tal como os danos sofridos pelos veteranos da guerra e pelas vítimas de tortura (Judith Herman, *Trauma and recovery*, 1992)

O livro divide-se em duas partes. Na primeira parte, intitulada «Teorias da Violação», a autora identifica os principais discursos sobre a etiologia da violação, respondendo à pergunta normalmente feita pelas comunidades, «Porque é que alguns homens violam», através da descrição das diferentes abordagens sobre esta questão – a perspetiva evolucionista e as perspetivas feministas –, rejeitando a tese biologista do impulso sexual masculino e aderindo à tese da socialização em práticas e crenças, acompanhada da objetificação do corpo das mulheres e da negação da sua condição de sujeito. Analisa a violação como uma questão de género - os violadores são homens; as vítimas são mulheres – e denuncia a omnipresença da cultura da violação, que encoraja a agressão sexual masculina das mulheres e responsabiliza as vítimas pela violência sofrida. Descreve os estudos antropológicos que concluem que a violação é usada como uma forma de intimidação das mulheres, de iniciação sexual, de punição e disciplina, salientando o papel decisivo do pensamento feminista na denúncia dos mitos da violação. Como diz Susan Brownmiller (1975), citada pela autora, «Percebi que a ameaça de violação tinha afetado profundamente a minha vida, de uma forma que preferia ignorar». É que mesmo as mulheres que tiveram a sorte de não terem sofrido uma violação têm de viver com o medo da violação no seu quotidiano, e este medo faz parte da sua identi-

dade, da sua existência e influencia a sua relação com os outros e com o mundo. Erradicar da sociedade a cultura da violação, mudar a vida das vítimas e a forma como estas são percecionadas muda a vida de todas as mulheres e ajuda a garantir a liberdade de todas.

A segunda parte, intitulada «A lei e a Violação», incide sobre a história jurídico-legal do crime de violação, desde o período das Ordenações até às últimas reformas legislativas do Código Penal impostas pela Convenção de Istambul, e subdivide-se nos seguintes capítulos: A força das palavras e as palavras da lei. As leis antigas. As ordenações; As reformas penais oitocentistas; O estatuto jurídico-penal feminino (de 1852 ao 25 de Abril); Código Penal de 1982; Crimes sexuais: crimes ético-sociais; Violência e resistência feminina; O novo milénio; Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual; Da coação ao assédio.

Isabel Ventura explica como, apesar da instauração da democracia em Portugal, o Código Penal de 1982 manteve os preconceitos do passado, por exemplo, a definição da violação como cópula vaginal e o género feminino da vítima; a abolição da imunidade do marido que viola a mulher, mas a consagração de uma atenuante especial da pena por provocação da vítima. Descreve também o alargamento gradual, nas reformas de 1995, 1998 e 2007 dos comportamentos incriminados no tipo legal de violação, a mudança de paradigma em 1995, com a inclusão dos crimes sexuais nos crimes contra as pessoas e contra a liberdade sexual, abandonando o legislador a sua anterior qualificação como crimes contra valores ético-sociais e coletivos, a autonomização do crime de abuso sexual de crianças e a tipificação do crime de coação sexual. Em 2007, salienta o aumento do prazo de prescrição dos crimes contra a autodeterminação sexual de menores, a criminalização da posse de pornografia infantil e a natureza pública dos crimes contra a autodeterminação sexual de menores. Por último, refere, na reforma de 2015, o alargamento da importunação sexual, da violação e da coação sexual, as causas de inibição das responsabilidades parentais e da prática de profissões com contacto regular com crianças, aplicadas aos indivíduos condenados por crimes sexuais contra menores, frisando as insuficiências e ambiguidades do legislador democrático, que acaba por ficar aquém daquilo que as necessidades das vítimas reclamam e do que é imposto pela Convenção do Conselho da Europa sobre o combate contra todas as formas de violência contra mulheres e meninas (Convenção de Istambul)

O Direito, enquanto lei e jurisprudência, tem o poder de nomeação, recontando os factos vividos pelas vítimas e por quem as agrediu, em narrativas centradas nos agentes ativos, anulando os sentimentos da vítima e a sua condição de pessoa. Em toda a obra, a autora denuncia os preconceitos do discurso jurídico em relação às vítimas – a culpabilização e o mito da provocação da vítima, os crimes precipitados pela vítima e o ónus de resistência da vítima – explicando que a forma como a lei penal foi escrita, em termos históricos, até hoje e ainda hoje (sobretudo a forma como é interpretada e aplicada), exclui a maioria das experiências de violação vividas pelas mulheres. Os estudos sobre o tema demonstram que a maioria

RECENSÕES 197

das violações é praticada por indivíduos conhecidos das vítimas ou com quem estas se relacionam de forma íntima, muito longe do mito do estranho que agride fisicamente uma mulher para a violar. Mas na narrativa dos tribunais, para que estejam preenchidos os requisitos do tipo legal de crime, tem de ocorrer, invariavelmente, violência física contra a vítima, suscetível de deixar marcas no seu corpo, que permitam fazer a prova dos factos, vencendo a tradicional convicção de que a vítima mente e fantasia. Em consequência, a recusa meramente verbal ou a ausência de consentimento da ofendida são, por si só, insuficientes para se julgar verificado o crime de violação, quer na lei, quer na jurisprudência.

A autora contextualiza o conceito de violação na sua raiz histórica e patriarcal, enquanto cópula extramatrimonial e com potencialidade procriativa, analisando as narrativas judiciais e os discursos dos comentadores ao longo das várias épocas estudadas, notando a presença das conceções sociais em que as mulheres são propriedade do pai ou do marido e a chamada cultura da violação, assente na culpabilização das vítimas.

A interpretação sociológica das decisões jurisprudenciais dos tribunais superiores (Relação e Supremo Tribunal de Justiça), através dos acórdãos disponíveis nas bases de dados jurídicas e nas coletâneas de jurisprudência, permite traçar um retrato das vítimas e dos agressores, e da forma como a violência sexual é vista e concetualizada pelos tribunais. Impressiona a forma fria como os factos são descritos pelas decisões, a contrastar com a enorme fragilidade das vítimas, sempre do sexo feminino, e uma grande parte das vezes adolescentes menores de idade ou mesmo crianças. O conceito de «mulher» é o produto da reconstrução da narrativa judicial, que retira a qualidade de menina ou de criança àquela que é vítima de violência sexual, vista também como alguém que contribuiu para a violação ou facilitou a prática do crime.

Denunciando os mitos da violação, o livro de Isabel Ventura eterniza todas as vítimas de violência sexual, dá-lhes existência e vida, restitui-lhes a sua dignidade humana e condição de pessoa, faz-lhes justiça, presta-lhes homenagem. É preciso reescrever a história de Medusada medusa, torná-la uma deusa poderosa, por todos respeitada e amada. É preciso substituir a história de rejeição e de ódio às vítimas pela história da solidariedade para com elas e do respeito profundo pelos seus direitos. A história de hoje e de amanhã tem de passar também pelo acesso à Justiça, pela validação do seu testemunho e pela punição do agressor.

A publicação da tese de doutoramento de Isabel Ventura permite a generalização e a divulgação dos resultados da investigação científica fora dos muros das universidades, para os tribunais, para as instituições que lidam com as vítimas, e para a própria sociedade.

A *Medusa no Palácio da Justiça* é um desafio às ideias pré-concebidas e às crenças. A ligação entre o livro e os/as leitores/as é uma fonte de desconstrução e de sensibilização, que provoca uma alteração de mentalidades. Quem o lê, não ficará, decerto, igual.

ex æquo n.º 1

REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO

ex æquo n.º 2/3

POLÍTICAS DE IGUALDADE

ex æquo n.º 4

MULHERES E DESPORTO

ex æquo n.º 5

A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES EM PORTUGAL

ex æquo n.º 6

A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES EM PORTUGAL II

ex æquo n.º 7

OUTROS SENTIDOS PARA NOVAS CIDADANIAS

ex æquo n.º 8

RECONCEPTUALIZAÇÕES FILOSÓFICAS E DE TEORIA POLÍTICA.
PERSPECTIVAS FEMINISTAS

ex æquo n.º 9

FILOSOFIA E LITERATURA EM TEXTOS DE MULHERES

ex æquo n.º 10

DIREITO DA IGUALDADE DE GÉNERO

ex æquo n.º 11

POLIFONIAS NA INVESTIGAÇÃO EM TORNO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

ex æquo n.º 12

UM LEGADO DE CIDADANIA: HOMENAGEM A MARIA DE LOURDES PINTASILGO

ex æquo n.º 13

MULHERES, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

ex æquo n.º 14

REPRESENTAÇÕES MEDIÁTICAS DE MULHERES

ex æquo n.º 15

GÉNERO, PROBLEMÁTICAS E CONTEXTOS EDUCACIONAIS

ex æquo n.º 16

GÉNERO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA. VOLUNTARIADO E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

ex æquo n.º 17

VOZES DE MULHERES DO SUL

ex æquo n.º 18

GéNERO E MERCADO DE TRABALHO

ex æquo n.º 19

OS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES, DE GÉNERO E FEMINISTAS EM *REVISTA*

ex æquo n.º 20

FAZER O GÉNERO: PERFORMATIVIDADES E ABORDAGENS QUEER

ex æquo n.º 21

MARIA DE LOURDES PINTASILGO, CINCO ANOS DEPOIS. ECOS DE PALAVRAS DADAS

ex æquo n.º 22

HABITAR

ex æquo n.º 23

GÉNERO E IDENTIDADES

ex æquo n.º 24

GÉNERO E MIGRAÇÕES

ex æquo n.º 25

POLÍTICAS DE IGUALDADE SEXUAL EM PORTUGAL: EVOLUÇÕES, INSTRUMENTOS E PROTAGONISTAS

ex æquo n.º 26

GÉNERO E ENVELHECIMENTO: INDICADORES, PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO

ex æquo n.º 27

POLÍTICAS FEMINISTAS NAS ARTES VISUAIS E PERFORMATIVAS

ex æquo n.º 28

PERSPETIVAS FEMINISTAS EM COMPORTAMENTO DESVIANTE

ex æquo n.º 29

PERSPETIVAS FEMINISTAS SOBRE METODOLOGIA E EPISTEMOLOGIA: DEBATES, DESAFIOS E DILEMAS

ex æquo n.º 30

HISTÓRIA, HISTÓRIA DAS MULHERES, HISTÓRIA DO GÉNERO. PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

ex æquo n.º 31

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: Violências de género e direito(s): diálogos feministas

Coordenação: Madalena Duarte e Helena Machado

Introdução. Violências de género e direito(s): diálogos feministas, *Madalena Duarte e Helena Machado*

Grupos de Reflexão e Ação: Uma intervenção psicoterapêutica feminista com mulheres vítimas de violência na intimidade, *Sofia Neves, Carla Cunha, Helena Grangeia, Ariana Correia*

Violência entre parceiros íntimos (VPI): Problema e sintoma no panorama das violências sobre as mulheres, *Eunice Macedo*

(Des)constituindo gênero no poder judiciário, Ana Paula de Oliveira Sciammarella e Roberto Fragale Filho

Violencias institucionalizadas. El discurso judicial sobre las mujeres, María Angélica Peñas Defago

Um corpo que seja seu – podem as mulheres [não] consentir?, Isabel Ventura

Domestic violence and human rights. An anthropological view, Maria Rita Bartolomei

A convenção de Istambul e o novo paradigma da violência de género, Maria Clara Sottomayor

Estudos e Ensaios

Gender Member-Gender Mender: Charlotte Ramsay Lennox and her Fictions, Sonia Maria Melchiorre

Género y Migración: Desandando Caminos, Maria Cristina Gonzalez e Yamile Delgado de Smith

Recensões

Cerqueira, Carla; Magalhães, Sara I.; Santos, Anabela; Cabecinhas, Rosa; Nogueira, Conceição (2014). De outro género: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo. Braga: CECS, *Juana Gallego*

Raquel (Lucas) Platero (2014), Trans*sexualidades. Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos, Editorial Bellaterra, Barcelona, *Daniel J. García López*

Estudo sobre a aplicação da lei da paridade do projeto promoção da cidadania e da igualdade de género, Dinâmia-CET/ISCTE-IUL, 2011, *Albertina Jordão*

Geczy, Adam and Karaminas, Vicki (2013). Queer Style. London and New York: Bloomsbury, Ece Canli

ex æquo n.º 32

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género

Coordenação: Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Introdução – Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género, Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Women and austerity in Italy, Maria Luigia Segnana and Paola Villa

Las políticas de género en España: Retrocesos y resistencias en tiempos de austeridad, *Alba Alonso*

Austeridade, emprego e regime de bem-estar em Portugal: Em processo de refamilização?, Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Unemployment and gender equality within the family in Portugal, Raquel Ribeiro, Lina Coelho and Alexandra Ferreira-Valente

Portugal's Masculinities Crisis: Gender equality in the era of flagging economies, *Tatiana Moura, Esther Spindler and Alice Taylor*

Experiências de Conciliação: Analisando as relações de género durante a atual crise económica, *Cláudia Múrias*

Las mujeres jóvenes en España. (Nuevas) precariedades y (viejas) desigualdades, *Mercedes Alcañiz, Vicent Querol y Ana Marti*

Estudos e Ensaios

Preservando a relação com os/as descendentes menores: padrões de comunicação na maternidade e paternidade em reclusão, *Catarina Vieira, Luísa Saavedra e Alexandra M. Araújo*

The pathologisation of sexual diversity – a critical scrutiny of the DSM, Rita Alcaire

The Inclusion of Lesbian and Gay Populations in Health Research: A systematic literature review, Mónica José Abreu Sousa and Carla Moleiro

Home-Based Sex Education. The Case of Family Intergenerational Relations in Poland, Joanna Ostrouch-Kaminśka and Iwona Chmura-Rutkowska

Recensões

Simas, Rosa M. Neves (coord.), (2014), A Vez e a Voz da Mulher. Relações e Migrações, Lisboa, Colibri, 340 pp., Maria Beatriz Rocha Trindade

Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, *Hermes Costa*

Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) (2014), *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, Lisboa, UMAR/ Universidade Feminista, e-book, *Orlando César*

Karamessini, Maria; Rubery, Jill (org.) (2014), Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality, New York, Routledge, Carina Jordão

ex æquo n.º 33

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: *Género, Profissões e Carreiras: Oportunidades, Constrangimentos e Desafios* **Coordenação:** Gina Gaio Santos e Teresa Carvalho

Género, profissões e carreiras: oportunidades, constrangimentos e desafios: uma nota introdutória, *Gina Gaio Santos e Teresa Carvalho*

The university environment: opportunities, constraints and challenges for senior women, Jenny Neale and Kate White

«As mulheres tentam compensar. O verbo 'compensar' é terrível, não é?» Género e jornalismo em tempos de mudança, *Maria João Silveirinha e Rita Basílio de Simões*

A contabilidade, o acesso e o exercício da profissão de contabilista certificado/a na perspetiva das mulheres, *Vera Fernandes, Delfina Gomes e João Leite Ribeiro*

Questões de género em arquitetura. História(s), espaço(s) e experiências profissionais e arquitetónicas, *Lia Antunes*

Gender and atypical academic careers, *Kate White and Maria de Lourdes Machado-Taylor* Entre mulheres: o ensino doméstico e a profissão, *Álvaro Ribeiro*

Processos de discriminação de profissionais imigrantes e qualificadas em contextos laborais tipicamente masculinos, *Ana Filipa Carvalho e Emília Fernandes*

Estudos e Ensaios

- O género no jornalismo em tempos de recessão: como se dá a representação mediática das mulheres num contexto de crise em Portugal, *Juliana Souza*
- Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios, *Arlene Ricoldi e Amélia Artes*

Recensões

- Ollagnier, Edmée (2014), Femmes et défis pour la formation des adultes. Un regard critique nonconformiste, Paris, L'Harmattan, 258 pp., Teresa Pinto
- Ostrouch-Kaminska, Joanna; Vieira, Cristina C. (Eds.) (2015), *Private world(s)*. *Gender and Informal learning of adults*, Rotterdam, Sense Publishers, 194 pp., *Edmée Ollagnier*
- Neves, Sofia; Duarte, Vera; Barbosa, Regina Célia; Formiga, Nilton (Eds.), (2015), Violências na Contemporaneidade no Brasil e em Portugal, Maia, Edições ISMAI, 214 pp., Sílvia Gomes e Luís Fernandes
- Meihy, José Carlos S. B. (2015), *Prostituição à brasileira cinco histórias*, São Paulo, Editorial Contexto, 240 pp., *Camila Craveiro*

ex æquo n.º 34

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio

Coordenação do Dossier: Sofia Neves

Femicídio: o fim da linha da violência de género, Sofia Neves

Feminicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista, Tânia Teixeira Laky de Sousa

Femicide of girls in contemporary India, Shalva Weil and Nishi Mitra vom Berg

- O feminicídio de Juárez: alterações económicas, narrativas sociais e discursos coloniais na fronteira dos EUA e México, *Patrícia Alves Lobo*
- Análisis psicosocial de las barreras que dificultan la denuncia: el caso de los femicidios íntimos en España, *Victoria A. Ferrer Pérez y Esperanza Bosch Fiol*
- Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade: análise de um jornal popular português, Sofia Neves, Sílvia Gomes e Dircelena Martins
- Changing representations of intimate partner femicides by a Portuguese newspaper (2006 and 2014): from episodic to thematic frames, *Carolina Magalhães-Dias e Soraia Lobo*

Estudos e Ensaios

Reconciling work and family in the context of boundaryless careers: academic careers in social sciences and humanities, *Debbie Millard*

Gênero, autoginografia e performatividade em Margaret Skinnider, *Raimundo Sousa*Boys' and girls' cyberbullying behaviours in Portugal: Exploring sex differences in adolescence using gender lenses, *Cristina C. Vieira, Armanda Matos, João Amado, Isabel Freire and Ana Margarida Veiga Simão*

Recensões

- Estudos de Género numa perspetiva interdisciplinar, organizado por Anália Torres, Helena Sant'Ana e Diana Maciel. Lisboa: Mundos Sociais, 2015, 134 pp., Joana Zózimo
- Ecología y género en diálogo interdisciplinar, editado por Alicia H. Puleo. Madrid: Plaza y Valdés Editores, 2015, 415 pp., Rosana Albuquerque
- The Men's Shed Movement. The Company of Men, edited by Barry Golding. Champaign, Illinois: Common Ground, 2015, 433 pp., Cristina C. Vieira
- Gender in Focus: (new) trends in media, edited by Carla Cerqueira, Rosa Cabecinhas e Sara Isabel Magalhães. Universidade do Minho, Braga: CECS, 2016, 240 pp., Roberto Martinez Pecino Marginalidade e alternativa. Vinte e seis filósofas para o século XXI, coordenado por Maria Luísa Ferreira e Fernanda Henriques. Lisboa: Edições Colibri, 2016, 321 pp., Isabel Roldán Goméz

ex æquo n.º 35

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: Interseccionalidade, Comunicação e Cultura: (Entre)Cruzamentos de Matrizes de Opressão e Privilégio

Coordenação do Dossier: Carla Cerqueira e Sara I. Magalhães

Ensaio sobre Cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos *media, Carla Cerqueira e Sara I. Magalhães*

Feminist Intersectionality Research in Communications: Origins, Contributions and Tensions, Carolyn M. Byerly

- Mulher jovem e a cibercultura: liberdade, subordinação e reminiscências patriarcais no meio virtual, *Mariana Risério Chaves de Menezes e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*
- Género, Sexualidade e Ativismo Online: Um olhar interseccional para o papel da participação cívica na internet por jovens portugueses, *Daniel Cardoso e Cristina Ponte*
- Poder, resistência e interseccionalidade: as disputas discursivas por identidade no seriado brasileiro 'Sexo e as Negas', Nelson Rosário de Souza, Viritiana Aparecida de Almeida e Daniela Rocha Drummond
- Das margens para o ecrã: mulheres na ficção cinematográfica moçambicana, Ana Cristina Pereira
- La construcción mediática del estigma de prostituta en España, *Ana Belén Puñal Rama e Ana Tamarit*
- O cruzamento entre género e nacionalidade e a perspetiva da regulação de conteúdos mediáticos, *Alexandra Figueiredo e Carla Martins*

Estudos e Ensaios

O Pecado da Carne: neomaterialismo e a (re)descoberta do corpo, *Caynnã de Camargo Santos* El uso del subtexto como propaganda machista en el personaje de Lois Lane en *Man of Steel* (Zack Snyder, 2013),

Uma sabedoria no desespero. Há que gritar aos ouvidos da aparente surdez: *Somos todas Carolina!*, *Elaine Santos*

Recensões

Rethinking Gender in Revolutions and Resistance. Lessons from the Arab World, edited by Maha El Said, Lena Meari, & Nicola Pratt. London: Zed Books, 2015, 262 pp, Verónica Ferreira Introdução às Teorias Feministas do Direito, de Rita Mota Sousa. Porto: Edições Afrontamento, 2015, 96 pp., Madalena Duarte

Nas Filigranas do Discurso jurídico, a (des)construção de sentidos na Lei Maria da Penha, de William Diego de Almeida. Campo Grande: Editora UFMS, 2015, 163 pp., Icléia Caires Moreira

Rewriting Academia. The development of the Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe, edited by Renate Haas. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015, 442 pp.

Contemporary issues and perspectives on gender research in adult education, edited by Maja Maksimovic, Joanna Ostrouch-Kaminska, Katarina Popovic, & Aleksandar Bulajic. Belgrade: Institute for Pedagogy and Andragogy, Faculty of Philosophy, University of Belgrade; ESREA – European Society for Research on the Education of Adults; Adult Education Society, 2016, 284 pp., Shirley Walters

ex æquo n.º 36

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: Género, educação e cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades Coordenação do Dossier: Cristina C. Vieira e Teresa Alvarez

Género, educação e cidadania: que «agenda» para a investigação científica e para o ensino e a formação?, *Teresa Alvarez, Cristina C. Vieira e Joanna Ostrouch-Kamińska*

Género e (in)sucesso escolar: perspetivas de professoras/es do ensino básico sobre possíveis consequências da feminização do ensino, *Maria Helena Santos*

La perspectiva de género en la formación inicial del profesorado de educación infantil. Notas sobre una investigación realizada entre el alumnado del grado de magisterio de educación infantil de la universidad de Cantabria (España), Marta García Lastra

Jovens estudantes universitários/as perante a futura vida profissional e familiar: a marca do género, *Sofia Coelho e Sara Falcão Casaca*

Violência no namoro na Escola Superior de Educação de Lisboa, *Ana Gama, Ana Veríssimo e Catarina Tomás*

Armarios de papel: el heterosexismo en los manuales de Español como Lengua Extranjera, Maria Salvia Rodríguez

Para uma visão complexa do *bullying* homofóbico: Desocultando o quotidiano da homofobia nas escolas, *Hugo M. Santos, Sofia Marques da Silva e Isabel Menezes*

- Gender in contemporary Italian context. A focus on informal education and proposals for a gender sensitive approach through intergenerational and intercultural dimensions, *Lisa Brambilla*, *Giulia Pozzebon and Marialisa Rizzo*
- Diversidade de género na infância e na educação: contributos para uma escola sensível ao (trans) género, *Sandra Saleiro*
- Brincar ao género: socialização e igualdade na educação pré-escolar, *Catarina Sales Oliveira* e Andreia Mendes

Estudos e ensaios

- A inexpressiva representação feminina nas academias científicas brasileiras e no prêmio nobel, *Marcel de Almeida Freitas e Eduardo Godinho Pereira*
- Que horas ela volta?: Percepções do discurso fílmico por blogueiras feministas do Brasil, Denise Castilhos de Araújo e Poliana Lopes

Recensões

- Sexualidades, gravidez e juventude: relações sociais e educativas, organizado por Laura Fonseca e Sofia Santos. Porto: Edições Afrontamento, 2015, 312 pp., *Preciosa Fernandes*
- Filosofia e Género. Outras narrativas sobre a tradição ocidental, de Fernanda Henriques. Lisboa: Edições Colibri, 2016, 256 pp., Maria do Céu Pires
- Como ser uma Ragazza: Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes, de Sara Isabel Magalhães. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, 353 pp., Nuno Santos Carneiro
- La comunicación en clave de igualdad de género, coordenado por Virgínia Martín Jiménez y Dunia Etura. Madrid: Editorial Fragua, 2016, 134 pp., Carla Cerqueira
- Géneros e sexualidades: interseções e tangentes, editado por João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017, 222 pp., Mara Pieri

ex æquo n.º 37

Editorial: Virgínia Ferreira

Dossier: A «Ideologia de Género» e a Religião

Coordenação do Dossier: Carmen Bernabé Ubieta – Facultad de Teología, Universidad

Deusto, España.

Fernanda Henriques – Universidade de Évora (Professora

Emérita), Portugal.

Teresa Toldy – Universidade Fernando Pessoa, Porto/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

- As engrenagens do poder: sobre alguns encaixes entre direito, ciências e transexualidades A «Ideologia de Género» da Igreja Católica, *Carmen Bernabé Ubieta, Fernanda Henriques* e Teresa Toldy
- Las falacias discursivas en torno a la ideología de género, Maricel Mena-López y Fidel Mauricio Ramírez Aristizábal
- 'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo, *Priscila Freire*
- La disputa del género en el Estado español desde el análisis del activismo católico, *Maribel Blázquez-Rodríguez, Mónica Cornejo-Valle y José Ignacio Pichardo-Galán*
- Salvando las Ánimas. Discursos de Género y Religión en las Revistas de la Acción Católica Española, Sara Martín Gutiérrez y Gabriela de Lima Grecco
- Represión sexual y de género en la confesión: los manuales de confesores de la Edad Moderna (siglos XVI-XVII), *Andrea Arcuri*
- Intimidad humana: ciencias de la vida, neuroteología fundamental y ciberfeminismo, *Montserrat Escribano-Cárcel*

Estudos e ensaios

- Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social, Taynara Fitz Patriarcha e Sandra Lourenço de Andrade Fortuna
- Percepciones de equidad de género en las/os futuras/os profesoras/es, Ilsa Mendoza Mendoza y Susan Sanhueza Henríquez
- Violência sexual e consumo de substâncias psicoativas: podem os contextos festivos ser educativos?, Cristiana do Vale Pires, Raquel Pereira, Helena Valente e Helena Moura

Recensões

- Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an ethnography of academia, de Maria do Mar Pereira. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2017, 228 pp., Ana Oliveira
- Handbook on Gender and Organizational Change, de Sara Falcão Casaca e Johanne Lortie, Turin, Italy: International Training Centre of the International Labour Organization, 2017, 117 pp., Maria Helena Santos
- Cómo informar sobre la violencia machista, de José María Calleja, Madrid: Signo e Imagen, 2016, 168 pp., *Pedro Saraiva*

Próximos números

ex æquo n.º 39

Dossier: Mulheres na imprensa periódica colonial: discursos e representações

Coordenação: Jessica Falconi – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Doris Wieser – Centro de Estudos Comparatistas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ex æquo n.º 40

APELO A CONTRIBUTOS/CALL FOR PAPERS

Dossier: Género e status em política internacional: Dinâmicas de cooperações, conflitos e ativismos

Coordenação: Vânia Carvalho Pinto – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasil

Andrea Fleschenberg – Instituto de Estudos Asiáticos e Africanos, Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha

Data de submissão: 17 de maio de 2019 (a publicar em novembro de 2019)

Status é um elemento crucial do relacionamento entre os estados e atores internacionais. Como um conjunto de crenças coletivas e partilhadas acerca da posição de cada um dos atores, este grupo de percepções determina quem consegue o quê, quando e em que condições. São percepções que clarificam os direitos, obrigações e padrões de deferência que um ator pode antecipar, assim como as expectativas existentes em termos de comportamento para com aqueles em posições dominantes ou subordinadas. Como a aquisição de status acarreta um tratamento favorável em diversas esferas (Weiss e Fershtman 1998, 802), assim como capacidade de acesso a países e grupos, influência na definição da agenda, e benefícios materiais (Jakobsen, Ringsmose e Saxi 2018, 2), obtê-lo é considerado altamente desejável.

As crenças subjacentes à ideia de *status* são baseadas no valor imputado tanto a atributos materiais como imateriais. De modo não exaustivo, podemos referir a riqueza, capacidades coercitivas, cultura, posição demográfica, organização sociopolítica e influência diplomática; assim como a capacidade do estado ou organização de aderir aos *standards* civilizacionais da época (Larson, Paul e Wohlforth 2014, 7, 20-21, 25; Neumann 2014, 85-114). Todos estes marcadores assumem contornos diferentes, variando ao longo de um contínuo entre *status* e estigma, consoante a época histórica e localização geográfica. O entendimento acerca do que é considerado 'bom' e 'desejável' em termos de cultura, civilização, organização sociopolítica, para referir somente alguns, não é estanque nem imutável (ver Zarakol 2014, 319-324; Renshon 2017, 36).

Segue-se que na evolução normativa da sociedade internacional, em que valores como a não discriminação, a proteção do ambiente, o humanitarismo, entre outros (Mozaffari 2001; Gong 2002, 82), têm ocupado cada vez mais espaço na estruturação de hierarquias sociais de poder entre os estados, os direitos das mulheres ocupam um lugar singular. Geralmente tidos como indicativos do grau de 'avanço' e de 'modernidade' de um estado

(ver, e.g., Jayawardena 1994; Towns 2007, 2016; Abu-Lughod 2009), os direitos das mulheres têm-se constituído em um elemento central das políticas externas de países tão diversos como a Suécia e os Emirados Árabes Unidos.

Além disso, a nível de relações dentro do norte, e entre o norte e o sul globais, houve, desde a década de 90, uma série de intervenções – tanto militares como não-militares –, assim como operações de assistência oficial ao desenvolvimento, em cuja pauta constavam preocupações com direitos das mulheres e/ou com *mainstream* de género (por exemplo os casos do Afeganistão, Iraque e Balcãs). Estas intervenções foram controversas – considerando contextos pré-existentes de legados coloniais e de geopolíticas neoimperiais –, mas também geraram uma série de iniciativas, não só por parte de instituições governamentais nas áreas de *policy-making*, mas também pela sociedade civil. Movimentos transnacionais de mulheres, redes e alianças, assim como organizações locais de mulheres e ativistas desempenharam um papel relevante nestas configurações, frequentemente marcadas por constelações de conflito e ruptura aos níveis macro e meso. Destaque para atuações de organizações e movimentos transnacionais como o *Women Living under Muslim Laws* (WLUML) e a *Musawah*; regionais como o *Women's Regional Network*; ou locais como o *Afghan Women's Network*.¹ Mercê destas interações e engajamentos, as normas e questões de género tornaram-se assim:

- 1. um *chip* de barganha em conflitos transnacionais particulares, assim como um instrumento para gestão de dissidências políticas (e.g., no Afeganistão e no Paquistão);
- 2. um instrumento importante para as/os defensoras/es de direitos das mulheres em termos de estratégia, advocacia, *lobbying*, formação de alianças e recolha de fundos tanto aos níveis transnacional como internacional (e.g. como evidenciado pelo trabalho da *Musawah* e pelo da *Afghan Women's Network*).

Entre os vários efeitos, destaque para programas de apoio a organizações de mulheres, à advocacia de ONGs, assim como na prestação de serviços – incluindo a educação de meninas, e construção de abrigos para mulheres – as cotas de género, leis de estatuto pessoal ou a proibição da violência com base no género, entre vários outros. Estas iniciativas foram recebidas com apreço por alguns atores, mas fortemente criticadas por outros. Relativamente aos últimos, se, por um lado, atores conservadores, pertencentes tanto ao governo

Women's Regional Network é uma rede de mulheres líderes da sociedade civil que trabalha para o avanço dos direitos das mulheres e da paz regional no Afeganistão, Paquistão e Índia (https://www.womensregionalnetwork.org). Afghan Women's Network, é uma organização não governamental criada em 1996 por mulheres afegãs após a Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, que trabalha para capacitar as mulheres e garantir a sua participação igualitária na sociedade afegã (http://www.awn-af.net). Musawah é um movimento global pela igualdade e justiça na família muçulmana, liderado por feministas (http://www.musawah.org). WLUML é uma rede internacional de solidariedade que oferece informação, apoio e um espaço colectivo para mulheres, cujas vidas são determinadas, condicionadas ou governadas por leis e costumes supostamente derivados do Islão (http://www.wluml.org).

quanto à sociedade civil denominaram estas ações como práticas de *Westoxification*;² por outro, formou-se uma crítica a partir de uma perspectiva pós-colonial em que estas iniciativas, entendidas como intervenções, foram atribuídas a uma estratégia neoimperial civilizatória que seria parte de uma lógica de globalização neoliberal. Para tal contribuiu a relação de poder assimétrica entre os países intervenientes e os sob intervenção, pertencentes ao norte e ao sul globais, respectivamente.

Neste sentido, emergiram contestações não só a feminismos ocidentais por parte de movimentos de mulheres (Roces 2010), como também a outros feminismos (como os religiosos ou os liberais) dentro dos movimentos de mulheres, tanto locais como transnacionais. Estes são manifestamente heterogéneos e multivocais relativamente a interpretações acerca de questões sobre mulheres e seus direitos, como também no que diz respeito ao nexo entre religião e género (Ahmed-Gosh 2015). Emergiram também contramovimentos, muitas vezes religiosos e conservadores e por vezes transnacionais (ver Derichs e Fennert 2014 sobre casos no Sudeste asiático e na região MENA).

No norte global, apesar de os termos do debate serem colocados de modo distinto, mercê de diferentes configurações histórico-sociais, económicas e políticas, o género continua a figurar de modo central em debates nacionais e internacionais, servindo também como indicativo da natureza mais ou menos progressiva dos estados. A União Europeia, por exemplo, entende as relações de género como uma componente importante tanto das suas políticas de alargamento ao leste europeu (Pető e Manners 2006, 97-111), como de vizinhança no Mediterrâneo e na Eurásia (Gündüz 2015). Além disso, como mencionado previamente, os direitos das mulheres foram eleitos tanto pela Suécia, um país escandinavo, como pelos Emirados Árabes Unidos, um país árabe, como arenas centrais para a construção de estratégias de distinção em relação aos seus respectivos vizinhos. No caso da primeira, esta proclamou em 2015 uma política externa feminista, enquanto os Emirados estão ativamente engajados numa campanha internacional para serem considerados um modelo para os direitos das mulheres no Médio Oriente (ver Carvalho Pinto 2018, no prelo).

Torna-se, portanto, evidente de que a construção de *status* com base nos direitos das mulheres tem sido um *driver* importante na interação entre atores internacionais, regionais e transnacionais, que atuam tanto intra- como inter-regiões. Contudo, apesar da sua saliência empírica, este tema está ainda ausente da literatura sobre *status*. Sendo assim, este *dossier* especial convida a contribuições que se debrucem sobre os seguintes temas:

• Trabalhos de cariz mais geral que se engajem com a literatura sobre *status* e que contribuam para a teorização da relação entre o último e género;

O termo descreve um fascínio com e dependência do Ocidente em detrimento de ligações culturais, tradicionais e históricas com o Islão e o mundo Islâmico. Baseado na imitação indiscriminada do ocidente, denota um sentido de intoxicação que leva à alienação cultural. Ver: http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2501

- Como diferentes abordagens de política externa, incluindo mas não limitadas a abordagens de soft power e intervenções, militares ou não, podem-se configurar em estratégias de cooperação ou conflito visando a prossecução de uma política de status;
- Casos empíricos (do Norte e Sul globais) que abordem como estados ou grupos de estados, organizações internacionais ou supranacionais e alianças regionais promovem determinadas normas de género em fóruns/organizações internacionais como parte de uma estratégia de construção de *status*. Destaque para o papel de *norm setters* de países como a Noruega e a Suécia, assim como de debates relativamente à ratificação e às reservas do CEDAW e da DEVAW, e de iniciativas relativas à Resolução 1325 (2000);³
- Como esta difusão de normas de género resultantes da associação com políticas de *status* – se constituem em repertórios translocais e suas consequências, não só para movimentos e contramovimentos de mulheres e ativistas, como também para a *everyday life* das mulheres;
- Teorização e investigação destas práticas e políticas discursivas a partir de uma perspectiva feminista das relações internacionais, com particular referência a possíveis instrumentos epistemológicos, teóricos e metodológicos a serem utilizados neste estudo;
- Perspectivas pós-coloniais, subalternas e *decentered*, acerca da relação entre género e busca de *status* por parte de atores regionais, internacionais e transnacionais.

Referências

Abu-Lughod, Lila. 2009. «Dialects of Women's Empowerment: The International Circuitry of the Arab Human Development Report 2005.» *International Journal of Middle East Studies* (41) 83-103.

Ahmed-Gosh, Huma. 2015. Contesting Feminisms – Gender and Islam in Asia. Albany: SUNY Press.

Carvalho Pinto, Vânia. 2018, no prelo. «Signalling for status: UAE and women's rights.» *Contexto internacional: journal of global connections.*

De Carvalho, Benjamin e Iver B. Neumann (orgs.). 2015. *Small state status seeking. Norway's Quest for International Standing*. New York, Abindon: Routledge.

Derichs, Claudia (in cooperation with) Dana Fennert. 2014. Women's Movements and Countermovements. The Quest for Gender Equality in Southeast Asia and the Middle East. Cambridge: Cambridge Scholars Press.

CEDAW: Convenção Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, 1981; DEVAW: Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, 1993. Resolução 1325 (2000) reconhece que as mulheres sofrem de forma diferente os impactos de guerra, e reafirmou a necessidade de reforçar o papel das mulheres na tomada de decisão com relação à prevenção e resolução de conflitos.

Gong, Gerrit W. 2002. «Standards of Civilization Today.» In *Globalization and Civilizations*, organized by Mehdi Mozaffari , 77-96. New York: Routledge.

- Gündüz, Z. Y. 2015. «Gendering the neighbors: The European Union's policies on gender and equality on Saharan Africa and Central Asia.» In *The European Union's Broader Neighborhood: Challenges and opportunities for cooperation beyond the European Neighborhood Policy*, organized by S. Gstöhl e E. Lannon, 162-186. Abingdon: Routledge.
- Jakobsen, Peter Viggo, Jens Ringsmose and Håkon Lunde Saxi. 2018. «Prestige-seeking small states: Danish and Norwegian military contributions to US-led operations.» European Journal of International Security (3) 2. DOI:10.1017/eis.2017.20
- Jayawardena, Kumari. 1994. *Feminism and Nationalism in the Third World*, London: Atlantic Highlands; New Jersey: Zed Books.
- Larson, Deborah Welch, T. V. Paul and William C. Wohlforth. 2014. «Status and World Order.» In *Status in World Politics*, organized by T.V. Paul, Deborah Welch Larson and William C. Wohlforth, 3-32. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mozaffari, M. 2001. «The Transformationalist Perspective and the Rise of a Global Standard of Civilization.» *International Relations of the Asia-Pacific* (1): 247-264.
- Pető, Andrea and Ian Manners. 2006. «The European Union and the Value of Gender Equality.» In *Values and Principles in European Union Foreign Policy*, organized by Sonia Lucarelli and Ian Manners, 97-113. London; NY: Routledge.
- Pu, Xiaoyu and Randall L. Schweller. 2014. «Status Signalling, Multiple Audiences, and China's Blue-Water Naval Ambition.» In *Status in World Politics*, organized by T.V. Paul, Deborah Welch Larson and William C. Wohlforth, 141-164. Cambridge: Cambridge University Press.
- Renshon, Jonathan. 2017. *Fighting for status. Hierarchy and conflict in world politics*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Roces, Mina and Louise Edwards. 2010. Women's Movements in Asia: Feminisms and Transnational Activisms in Asia. London and New York: Routledge.
- Towns, Ann. 2007. «The Status of Women and the Ordering of Human Societies along the Stages of Civilization.» In *Civilizational Identity: The Production and Reproduction of «Civilizations» in International Relations*, organized by Martin Hall and Patrick Thaddeus Jackson, 167-179. Basingstoke: Palgrave.
- Towns, Ann. 2016. «Civilization.» In *Oxford Handbook on Feminist Theory*, organized by Lisa Disch and Mary Hawkesworth, 79-99. Oxford: Oxford University Press.
- Ward, Steven. 2017. «Lost in Translation: Social Identity Theory and the Study of Status in World Politics.» *International Studies Quarterly* (61): 821-834.
- Weiss, Yoram and Chaim Fershtman. 1998. «Social status and economic performance: A survey.» European Economic Review (42): 801-820.
- Wohlforth, William C. et al. 2017. «Moral authority and status in International Relations: Good states and the social dimension of status seeking.» *Review of International Studies* 44(3): 526-546.
- Zarakol, Ayşe. 2014. «What made the modern world hang together: socialisation or stigmatisation?» *International Theory* (6): 311-332.

Prazo de envio:

Além das submissões para os dossiers temáticos, a *ex æquo* aceita permanentemente contributos para as secções de Estudos e Ensaios e Recensões.

ESTATUTO EDITORIAL

- A ex æquo é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, destina-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.
- Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assumese interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da *ex æquo* contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as investigações empíricas podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.
- As áreas de interesse da revista são os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos de Género e os Estudos Feministas.
 - A *ex æquo* publica trabalhos originais em Português, Espanhol, Francês e Inglês, provenientes de todas as áreas científicas, que se inscrevam no quadro dos Estudos sobre as Mulheres ou dos Estudos de Género ou dos Estudos Feministas. Publica, ainda, recensões sobre obras publicadas nos referidos domínios.

PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

- Pareceres por duas pessoas, double blind peer review, especialistas na respetiva área em que o texto se enquadra ou referencia. Os textos são enviados sob anonimato aos/às referees, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta, de acordo com a ficha de avaliação: a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista ex æquo; a sua qualidade científica; a pertinência, originalidade, clareza e coerência de conteúdos; a adequação, atualidade e cumprimento das normas consagradas da bibliografia; a pertinência, adequação e explicitação da metodologia e da informação; a clareza da escrita e a coerência e o equilíbrio formais. Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: aceite sem restrições; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, para melhoria da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, à(s) pessoa(s) autora(s).
- A revista destina-se a investigadoras/es e a estudantes nas áreas de interesse da revista, procurando também dirigir-se ao público em geral, com vista à sua sensibilização para os mesmos campos do saber.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

Todos os originais devem conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de gralhas, e, quando incluírem materiais gráficos ou icónicos, estes devem ter uma boa definição, com indicação clara dos locais do texto onde devem ser inseridos.

- O texto informático (em ficheiro WORD) deve ser enviado por correio eletrónico para apem1991@gmail.com
- Os artigos não devem exceder 40.000 caracteres, incluindo espaços, notas e referências bibliográficas e excluindo os resumos.
- 3. As recensões não devem exceder os 10.000 caracteres (espaços incluídos).
- 4. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo, com o máximo de 750 caracteres, traduzido para três línguas, sendo o português e o inglês OBRIGTÓRIOS, e espanhol ou francês.
- 5. O título do artigo deve ser traduzido nas mesmas línguas dos resumos.
- 6. Devem preceder o texto, situando-se após o título, autoria e filiação institucional da(s) autora(s) ou autor(es).
- 7. A seguir a cada resumo, devem ser indicadas 4 ou 5 palavras-chave, traduzidos nas mesmas línguas dos resumos, apresentadas em minúsculas (com exceção da 1.ª da lista), separadas por vírgula e terminadas em ponto final.
- 8. A *ex* æquo segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 em caso de dúvida consultar: http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lince
- 9. Cada autor/a deve enviar uma breve nota biobibliográfica, que não exceda 500 caracteres, e o endereço postal e eletrónico.
- 10. Todas as citações devem ser traduzidas para a língua em que o texto é publicado.
- 11. Todos os originais devem:
 - a) vir acompanhados de um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado aos cabeçalhos;
 - b) Para além do endereço de correio eletrónico, deve ser fornecida a filiação institucional das/os autoras/es, cuja identificação deve conter os seguintes elementos:
 - Nome por extenso e por sigla da(s) instituição (ões) de pertença (máximo duas);
 - Código postal e cidade em que se situa(m);
 - Nome do(s) País(es);
 - endereço eletrónico de todas as pessoas autoras;
- 12. Na composição e formatação dos textos devem ser tidas em conta as seguintes orientações:
 - a) sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe;
 - b) as transcrições deverão abrir e fechar com aspas, quando não excederem 40 palavras; no caso de citações mais longas, devem ser entalhadas e transcritas sem aspas e sem itálico;
 - c) os vocábulos noutras línguas que não aquela em que o artigo está escrito devem ser formatados em itálico;
 - d) os elementos não textuais devem ser organizados em quadros, gráficos ou figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos; todos devem ter um título e indicada a respetiva fonte;
 - e) nas chamadas de notas devem utilizar-se apenas números sem parênteses;

As referências bibliográficas devem ser indicadas entre parênteses no corpo do texto, de acordo com o seguinte padrão: (Leach 1993, 103); (Balibar e Wallerstein 1991, 80-84); (Yuval-Davis 1997a); (Yuval-Davis 1997b).

No texto, quando se citam autores/as diferentes e obras diferentes sobre uma mesma ideia deve respeitar-se a ordem cronológica, elencando as referências da mais antiga para a mais recente (e a ordem alfabética dos Apelidos, quando se trata de obras com a mesma data).

Ex: (Rosende 2002; Miller e Clark 2008; Lo Sasso et al. 2011; Riska 2011)

No final do artigo deve incluir-se a lista de obras citadas, apresentada segundo a norma **Chicago (17ª edição)**:

Livro com um/a autor/a: Apelido, Nome próprio. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: Editora.

Ex: Lamas, Maria. 1948. As Mulheres do Meu País. Lisboa: Actuália Lda.

Livro com duas/ois ou três autoras/es: Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.

Ex: Pimentel, Irene Flunser e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres Portuguesas – História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.

Livro com quatro ou mais autoras/es: Apelido, Nome próprio (da/o 1.ª/º) *et al.* Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.

Capítulo ou parte de livro – Apelido, Nome próprio. Ano. «Título do capítulo.» In *Título do livro* (em itálico), editado (ou organizado) por Nome Próprio Nome de Família, Nome Próprio Nome de Família, e Nome Próprio Nome de Família, número das páginas. Local de edição: editora.

Ex: Piscitelli, Adriana. 2009. «Gênero: a história de um conceito.» In *Diferenças, igualdade*, organizado por Heloísa Buarque de Almeida e José Szwako, 116-149. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.

Artigo de revista: Apelido, Nome próprio. Ano. «Título do artigo entre aspas.» *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas apresentados com travessão.

Ex: Guimarães, Elina.1986. «A mulher portuguesa na legislação civil.» *Análise Social* XXII (92-93): 557-577.

Ou no caso de indicação de volume e número da revista e no caso de o artigo ter DOI, a referência deve ser assim apresentada:

Crenshaw, Kimberle. 1993. «Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color». *Stanford Law Review* 43 (6): 1241-1299. DOI: https://doi.org/10.2307/1229039

Artigo com duas/ois ou três autoras/es: Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. «Título do artigo entre aspas.» *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por travessão.

Sempre que a publicação tenha associado um DOI, este deve ser impreterivelmente incluído nas referências bibliográficas, como no exemplo acima.

- **Documento na Internet**: Apelido, nome próprio. Ano. Título do documento. Disponível no endereço ... [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)]
- Publicações em revistas na Internet: Apelido, Nome próprio. Ano. «Título do Artigo (entre aspas)». *Título da Revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por travessão. Disponível em Acrescente o DOI (se não estiver disponível, acrescente o URL).
- Locais na Internet e páginas pessoais ou de instituições sem data: Nome. Título do Documento. Disponível em [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)].

Em caso de dúvidas ou para outro tipo de referências, consultar: http://www.chicago-manualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

NOTA: ANTES DE SEREM ENVIADOS PARA A ARBITRAGEM CIENTÍFICA, OS TEXTOS SÃO OBJETO DE UMA PRIMEIRA TRIAGEM PARA VERIFICAÇÃO DE QUE CUMPREM TODAS AS REGRAS AQUI APRESENTADAS

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E DE BOAS PRÁTICAS DA EXÆQUO

A Revista *ex æquo* é uma revista com arbitragem científica, interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que respeitem os Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

A *ex æquo* é uma publicação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) estando por conseguinte vinculada à sua missão de apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres / Estudos de Género / Estudos Feministas em todas as áreas do saber.

Na Revista *ex æquo* são defendidos os princípios da declaração de ética e de boas práticas na publicação de acordo com o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação – COPE (disponível em http://publicationethics.org/).

RESPONSABILIDADES DA EQUIPA EDITORIAL (EDITORAS e EDITORAS DE SECÇÕES)

Decidir quais os artigos submetidos à revista que devem ser publicados. Esta decisão é orientada pelas normas da revista (Normas para apresentação e publicação de textos da *ex æquo*, disponíveis em http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos) e pelos requisitos legais em matéria de difamação, violações de direitos de autoria e plágio;

Orientar a/o(s) organizador/a(s) convidada/o(s), autor/a(s) e avaliador/a(s) sobre o seu papel, bem como esclarecer sobre o processo de arbitragem científica por pares;

Informar os novos elementos do corpo editorial sobre as suas funções, práticas em vigor e projetos em lançamento;

Avaliar os artigos exclusivamente com base no seu mérito científico e intelectual, independentemente de fatores como: raça, idade, sexo, orientação sexual, deficiência, origem étnica, crença religiosa, nacionalidade, orientação política ou classe social da/o(s) autor/a(s);

Assegurar que o processo de arbitragem científica dos artigos é anónimo (doubleblind peer review), justo, rigoroso e isento e que toda a informação a eles relativa permanece confidencial. Assegurar, ao mesmo tempo a proteção da identidade das autoras e dos autores e das avaliadoras e avaliadores;

Constituir e manter uma base de dados de avaliadoras/es pertinentes nas diferentes áreas disciplinares, sempre atualizada;

Garantir uma seleção adequada das avaliadoras/es em cada nova edição da revista;

Garantir que os materiais não publicados não são utilizados na investigação realizada por membros do Corpo Editorial sem consentimento expresso por escrito da(s) autora(s) ou autor(es);

Responder atempadamente a eventuais reclamações apresentadas sobre um artigo submetido ou publicado. Perante suspeita de má conduta, seguir os fluxogramas do COPE, disponíveis em http://publicationethics.org/files/Full%20set%20of%20flowcharts.pdf;

Publicar correções, esclarecimentos, retratações e pedidos de desculpa sempre que necessário.

Boas práticas a observar pela equipa editorial

Auscultar a visão de autoras/es, leitoras/es, avaliadoras/es, revisoras/es e membros do corpo editorial sobre a forma de melhorar a revista *ex æquo*.

Encorajar e estar consciente da investigação levada a cabo pela revisão por pares e publicar e reavaliar os processos da *ex æquo* à luz de novas investigações.

Apoiar iniciativas para informar e sensibilizar as/os investigadoras/es sobre as regras de ética da *ex æquo*.

Avaliar os efeitos das suas políticas editoriais sobre autoras e autores e avaliadoras/es, incentivando um comportamento responsável e desencorajando as más condutas.

Garantir que todos os relatórios de investigação e revisão de investigação foram revistos por avaliadoras/es com a devida qualificação (incluindo análise estatística quando apropriado), capazes de julgar os textos propostos e livres de desqualificar interesses concorrentes.

Respeitar os pedidos de autoras/es para excluir alguém de rever os textos submetidos, se estes forem bem fundamentados.

Incentivar avaliadoras/es a fazer comentários sobre a originalidade do manuscrito e estar alerta para publicações redundantes e plágio e tomar medidas para garantir um elevado nível de qualidade.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Apoiar o Conselho de Redação na interpretação e orientação da política editorial da revista:

Assegurar a arbitragem de propostas de artigos desde que inseridos nas respetivas áreas de especialização;

Estabelecer a ligação a potenciais avaliadoras/es [referees] para o processo de arbitragem científica e em situações em que as propostas originaram pareceres antagónicos ou outro tipo de dúvidas, analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;

Divulgar os apelos a contributos na sua rede de contactos;

Contribuir para a divulgação da revista ex æquo;

Participar em reuniões da Comissão Científica que eventualmente venham a ser convocadas.

RESPONSIBILIDADES DE QUEM FAZ A AVALIAÇÃO [peer review]

Contribuição para a decisão editorial

A revisão por pares ajuda a equipa editorial na decisão e pode também contribuir para a melhoria do manuscrito submetido.

Prontidão

Cada avaliador/a convidada/o que considere não possuir a qualificação para avaliar o manuscrito submetido ou que anteveja a impossibilidade de comunicar a sua avaliação em tempo oportuno deverá informar de imediato a equipa editorial ou a pessoa que fez o convite para que possam ser encontradas alternativas em tempo útil.

Confidencialidade

Quaisquer trabalhos recebidos para avaliação devem ser tratados como documentos confidenciais. Não devem ser mostrados ou discutidos com outras pessoas, exceto se for autorizado pela equipa editorial.

Padrões de objetividade

Os comentários devem ser apresentados de forma objetiva. Críticas pessoais são inaceitáveis. As opiniões devem ser claras com argumentos justificativos adequados.

Conhecimento das fontes

Devem identificar obras publicadas relevantes e que não tenham sido citadas. E devem, também, chamar a atenção da equipa editorial para qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e quaisquer outras informações ou publicações sobre as quais tenham conhecimento pessoal.

Conflito de interesses

Informações privilegiadas ou ideias obtidas através da avaliação por pares devem ser mantidas confidenciais e não usadas para vantagem pessoal. Quem avalia não deve aceitar participar quando existe conflitos de interesse resultantes da concorrência, colaboração, ou outros relacionamentos ou ligações com as/os autoras/es, empresas ou instituições ligadas à submissão.

RESPONSABILIDADES DO/A AUTOR/A

Autoria do manuscrito

A autoria diz respeito a quem fez contribuições significativas para o estudo. Todas as pessoas que contribuíram significativamente devem ser listadas como co-autoras. Outras que tenham participado em certos aspetos substantivos do projeto de pesquisa devem ser listadas nos agradecimentos ou contributos. Cara autora e/ou autor deve garantir que toda a co-autoria devida está incluída no manuscrito, e que viu e aprovou a versão final do documento e concordou com a sua apresentação para publicação.

Padrões de apresentação

Os resultados de pesquisas originais devem ser acompanhados da apresentação clara e precisa do trabalho realizado, bem como de uma análise objetiva do seu significado. Um documento deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outras pessoas possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas são inaceitáveis. As regras da revista devem ser escrupulosamente observadas.

Originalidade e plágio

Cada autora e cada autor deve garantir que escreveu obras inteiramente originais, devendo o trabalho e/ou as palavras de outras autores e autores ser objeto da devida citação ou referência.

Declarações e conflito de interesses

Cada autora e cada autor deve divulgar no manuscrito qualquer contradição significativa financeira ou outra de interesse que possa ser interpretada no sentido de influenciar os resultados ou a sua interpretação no manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.

Publicação múltipla, redundante ou concorrente

É considerado um comportamento não ético de publicação descrever a mesma pesquisa em vários artigos e submeter o mesmo artigo a mais de uma revista.

Erros fundamentais em obras publicadas

Quando um/a autor/a descobre um erro significativo ou imprecisão no manuscrito submetido, deve notificar imediatamente a equipa editorial.

Remoção

Os artigos publicados serão removidos se avaliadoras/es, leitoras/es, bibliotecárias/ os, equipa editorial ou outras entidades detetarem erros significativos ou plágio. Antes de retirar um artigo, o conselho editorial contactará de imediato as/os respetivas/os autoras/es, estabelecendo um prazo suficiente para obter as explicações devidas. Se for decidido que o artigo deve ser retirado então ele deve sair de imediato das bases de dados em linha onde esteja, incluindo o website da APEM, e na versão impressa deve ser referida a sua retirada no número seguinte de forma visível.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA EDITORA

Autonomia editorial

A Empresa Editora garante a autonomia de decisões editoriais, sem influência de anunciantes ou de outros parceiros comerciais.

Propriedade intelectual e direitos autorais

A Empresa Editora protege a propriedade intelectual e direitos de autoria, o material impresso, autoras/es e parceiros de publicação promovendo e mantendo o registo de cada versão publicada. Defende a transparência de cada artigo publicado no que diz respeito a: conflitos de interesse, de publicação e de financiamento da investigação, de publicação e de ética em investigação, má conduta de publicação e investigação, confidencialidade, autoria, correções do artigo, esclarecimentos, e publicação atempada de conteúdo.

Má conduta científica

Em casos de alegada ou provada má conduta científica, publicação fraudulenta, a entidade responsável pela publicação em estreita colaboração com a equipa editorial, tomará todas as medidas adequadas para esclarecer a situação e para alterar o artigo em questão. Isso inclui a publicação rápida de um comunicado, correção ou errata ou, nos casos mais graves, a retração da obra afetada.

CONSELHO CIENTÍFICO/SCIENTIFIC BOARD

Louise ACKERS (U. Salford, UK) Tindara ADDABBO (U. Modena e Reggio Emilia, ITA) Teresa ALVAREZ (U. Aberta, PRT) Lígia AMÂNCIO (ISCTE - IUL, PRT) Ana Luísa AMARAL (U. Porto, PRT) Helena Costa ARAÚJO (U. Porto, PRT) Madeleine ARNOT (U. Cambridge, UK) Adriana BEBIANO (U. Coimbra, PRT) Chiara BERTONE (Inst. Piemonte Orientale 'Amedeo Avogadro', ITA) Josefina BIRULES BERTRAN (U. Autònoma Barcelona, ESP) Gisela BOCK (Freie Universität Berlin, DEU) Carolyn BYERLY (Howard U., USA) Erica BURMAN (U. Manchester, UK) Rosa CABECINHAS (U. Minho, PRT) Pat CARLEN (U. Leicester, UK) Nuno CARNEIRO (U. Porto/U. Complutense Madrid, ESP) Sara Falcão CASACA (U. Lisboa, PRT) Fernando CASCAIS (U. Nova Lisboa, PRT) Richard CLEMINSON (U. Leeds, UK) Zowie DAVY (U. Lincoln, UK) Jonathan DEAN (U. Leeds, UK) Maria Angeles DURAN (Higher Council for Scientific Research, ESP) Antonia FERNANDEZ VALENCIA (U. Complutense Madrid, ESP) Juana GALLEGO (U. Autònoma Barcelona, ESP) Silvana Vilodre GOELLNER (U. Federal do Rio Grande do Sul, BRA) Jack HALBERSTAM (U. Southern California, USA) Jeff HEARN (U. Örebro, SWE) Tone HELLESUND (U. Bergen, NOR) Fernanda HENRIQUES (U. Évora, PRT) María Jesús IZQUIERDO (U. Autònoma Barcelona, ESP) Elisa JATO (U. Santiago Compostela, ESP) Celia JENKINS (U. Westminster, UK) Jane JENSON (U. Montreal, CAN) Teresa JOAQUIM (U. Aberta, PRT) Maria KARAMESSINI (Panteion U. Social and Political Sciences, GRC)

Maria José MAGALHÃES (U. Porto, PRT) Barbara MERRILL (U. Warwick, UK) Sofia NEVES (Instituto Universitário da Maia, PRT) Áine Ní LÉIME (National U. Ireland, IRL) Conceição NOGUEIRA (U. Porto, PRT) Karen OFFEN (U. Stanford, USA) João Manuel de OLIVEIRA (Inst. Universitário de Lisboa, PRT) Ioanna OSTROUCH-KAMIŃSKA (U. Warmińsko-Mazurski Olsztynie, POL) Heloísa PERISTA (Centro Estudos para Intervenção Social, PRT) Teresa PINTO (U. Aberta, PRT) Vânia C. PINTO (Universidade de Brasília, Adriana PISCITELLI (U. Estadual Campinas, BRA) Lucas PLATERO (U. Rev Juan Carlos, ESP) Sílvia PORTUGAL (U. Coimbra, PRT), Marco Aurélio PRADO (U. Federal Minas Gerais, BRA) Alicia PULEO (U. Valladolid, ESP) Rebecca ROGERS (U. Paris-Descartes, FRA) Karen ROSS (U. Northumbria, UK), Jill RUBERY (U. Manchester, UK) Ana Cristina SANTOS (U. Coimbra, PRT) Gina dos SANTOS (U. Minho, PRT) Joan W. SCOTT (Institute for Advanced Study - Princeton, USA) Lynne SEGAL (U. London, UK) Paula SILVA (U. Porto, PRT) Teresa TAVARES (U. Coimbra, PRT) Filomena TEIXEIRA (Inst. Politécnico Coimbra, PRT) Teresa TOLDY (U. Fernando Pessoa, PRT) Juracy TONELI (U. Federal Santa Catarina, BRA) Anália TORRES (U. Técnica Lisboa, PRT) Miguel VALE DE ALMEIDA (ISCTE - IUL, PRT) Paola VILLA (U. Trento, ITA) Karin WALL (U. Lisboa, PRT)

Claire WALLACE (U. Aberdeen, UK)

FRA)

Michelle ZANCARINI-FOURNEL (U. Lyon-1,

PROPOSTA DE ASSINATURA

para	edições afrontam	-	talão e envie-o, devid rto	amente preenchido,
- ≻				
	assino a revista ex (n.° 38, 39)	æquo		
R E	Continente Legiões autónoma Juropa Axtra-Europa	s 40 € □ 55 € □		
	preços incluem IVA à			
Paga	mento			
E N	dições Afrontam Júmero de identifi	ento, no valor de _ cação fiscal		
Non	ne:			
Mor	ada:			
			Fax:	

Visite o sítio na internet das Edições Afrontamento em www.edicoesafrontamento.pt

N.º 38 | 2018

DOSSIER:-TRANS-AÇÕES DE GÉNERO: RESSONÂNCIAS E SABERES TRANS* E INTERSEXO

TRANS-AÇÕES DE GÉNERO, OPERANDO CONTRA O CISTEMA. João Manuel de Oliveira

AS ENGRENAGENS DO PODER: SOBRE ALGUNS ENCAIXES ENTRE DIREITO, CIÊNCIAS E TRANSE-XUALIDADES NO BRASIL. Thiago Coacci

HERÓIS NO ARMÁRIO: HOMENS TRANS* E PESSOAS NÃO BINÁRIAS PRESTADORAS DE CUIDADO. Ana Cristina Santos

MEMORIAS POSIBLES PARA EL MOVIMIENTO TRANS* EN ECUADOR. Fernando I. Sancho Ordoñez v R. Lucas Platero

LA VOLUNTAD DE EXISTIR: HISTORIAS DE VIOLENCIA EN UNA COLECTIVIDAD DE MUJERES TRANS. Mar Fournier Pereira

TECNOLOGIAS DE GÊNERO E MAGIA: HORMONIOTERAPIA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE MULHERES TRANS*. André Filipe dos Santos Leite e Claudiene Santos

RESISTÊNCIAS E REJEIÇÕES NAS VIVÊNCIAS DE PESSOAS TRANS NO CANDOMBLÉ DA BAHIA. Claudenilson Dias e Leandro Colling

iFALTAN PALABRAS! LAS PERSONAS NO BINARIAS EN EL ESTADO ESPAÑOL. Isabel López Gómez y R. Lucas Platero

GOZAR OS GÉNEROS: PARA UMA ESCUTA QUEER DE NÃO-BINARISMOS DE GÉNERO. Teresa Teixeira e Nuno Santos Carneiro

ESTUDOS E ENSAIOS

QUANDO A MODA É POLÍTICA: AS MULHERES NEGRAS E A REVISTA AFRO BRASIL. Larissa Adams Braga, Magna Lima Magalhães e Claudia Schemes

DINÂMICAS INTERACIONAIS DO BULLYING ENTRE MENINAS: EXPLORANDO AS TRAMAS DO APRENDIZADO DE GÊNERO. Jamile Guimarães

RECENSÕES

Women in International and Universal Exhibitions, 1876-1937, editado por Rebecca Rogers e Myriam Boussahba-Bravard. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2018, 286 pp. Júlia Garraio

A New History of Iberian Feminisms, editado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson. Toronto: University of Toronto Press, 2018, 544 pp. Macarena García-Avello

L'Europe des Femmes. XVIII^e-XXI^e siècle, coordenado por Julie Le Gac e Fabrice Virgílio, Paris: Perrin, 2017, 351 pp. Teresa Pinto

Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual, de Isabel Ventura, Lisboa: Tinta da China, 2018, 480 pp. Maria Clara Sottomayor









